

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA

ODENEI DE SOUZA RIBEIRO

Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins

MANAUS
2012

ODENEI DE SOUZA RIBEIRO

Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Área de concentração: Pensamento social.

Orientadora: Prof^a Dra. Marilene Corrêa da Silva.

MANAUS

2012

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Ribeiro, Odenei de Souza

R484t

Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins/
Odenei de Souza Ribeiro. - Manaus: UFAM, 2012.

326 f.,.

Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) —
Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marilene Corrêa da Silva

1. Regionalismo 2. Mudanças sociais 3. Cultura 4. Leandro
Tapajós-Pensamento Social I. Silva, Marilene Corrêa da (Orient.) II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 316.42(043.2)

ODENEI DE SOUZA RIBEIRO

Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia do Departamento Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Prof^a Dra. Marilene Corrêa da Silva

Presidente

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof^a Dra. Élide Rugai Bastos

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Prof^a Dra. Rosa Esther Rossini

Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Ernesto Renan M. de Freitas Pinto

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Aprovada em: 06 de novembro 2012.

Local de defesa: Auditório Rio Negro ICHL/UFAM.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho *in memoriam* a meus pais **Maria Mirta e Sadarc.**

AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese só é possível por meio do exercício privado de um bem público, o conhecimento. Sou assim agradecido a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho. Ao Departamento de Ciências Sociais/UFAM e a todos os seus professores que permitiram a flexibilização dos meus horários de trabalho para além da convenção normativa. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, que com pouco mais de dez anos vem contribuindo com vigor para uma compreensão interdisciplinar da Amazônia.

Devo, no entanto, especial agradecimento à Professora Marilene Corrêa da Silva, não só pela orientação precisa e rigorosa a respeito dos problemas de natureza teórica e empírica que surgiram no decorrer da pesquisa, mas acima de tudo por ter contribuído decisivamente para minha formação no que diz respeito à responsabilidade pública necessária ao exercício da docência. À Professora Élide Rugai Bastos que, mesmo distante fisicamente, esteve e está sempre presente por meio de suas pesquisas no âmbito do pensamento social brasileiro. Ao Professor Arnóbio Bezerra pela sensibilidade e solidariedade, apoio sem o qual não chegaria até aqui. Às minhas queridas irmãs Riso e Keka que inundam de alegria tudo que tocam, tornando a vida uma festa. Aos meus filhos Guilherme e Irene, afeto imprescindível que me permitiu caminhar e me reconciliar com a vida e o mundo, restituindo no tempo a poesia perdida. A Lenize Prestes afeto necessário em todas as etapas para cruzar as difíceis veredas que me conduziu até aqui.

EPÍGRAFE

Foi no Amazonas que nasceu o meu primeiro desejo: que criou asas e aspirou voar a minha fantasia, que tiveram no meu peito uma leve sombra, dos meus primeiros versos de beleza da vida... Hoje o Amazonas é minha pátria, o museu das minhas imagens a silenciosa biblioteca onde se acumulam todas as variantes da beleza. (CASTRO, 1921).

Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins

RESUMO

Os ciclos dialéticos de expansão/contração do capitalismo na Amazônia durante o século XX deixaram marcas indeléveis na esfera cultural e social. O período da borracha constituiu um dos momentos mais significativos desse processo, os valores econômicos transacionados no apogeu da exploração borracha transformaram Manaus e Belém em modernos centros urbanos, dotadas de infraestrutura de serviços que só mais tarde chegariam a outras cidades brasileiras. O curto espaço de tempo entre o ápice e o declínio do extrativismo da borracha foi marcado por uma vigorosa produção intelectual, indo de uma visão otimista em relação ao futuro da região ao pessimismo do abandono da Amazônia pelo poder público da União. Nascido em 1928, Leandro Tocantins, procurou compreender os processos sociais de mudança que levaram ao declínio a economia regional e ao mesmo tempo assinala uma estratégia política para pôr a região na agenda política nacional. Sua produção intelectual e sua ação política deslocaram-se gradativamente do nacional desenvolvimentismo para a modernização conservadora. Nesse sentido, a concepção de tradição e modernidade em seu pensamento está articulada intimamente ao papel intelectual que desempenhou na organização e direção da vida cultural, regional e nacional.

Palavras chave: Cultura. Tradição. Modernidade. Mudança social. Regionalismo.

Tradition and modernity in the thought of Leandro Tocantins

ABSTRACT

The dialectical cycles of expansion/contraction of capitalism in the Amazon during the twentieth century have left indelible marks on the cultural and social sphere. The rubber period was one of the most significant moments of this process, the economic values transacted in the apogee of rubber exploration turned Manaus and Belém in modern urban centers, equipped with infrastructure services that would come later to other Brazilian cities. The short time between the peak and decline of the rubber extraction was marked by a vigorous intellectual production, ranging from an optimistic view about the future of the region to the pessimism of the Amazon abandonment by the public power of the Union. Born in 1928, Leandro Tocantins, sought to understand the social change processes that led to the decline of the regional economy and at the same time signals a political strategy to put the region on the national political agenda. His intellectual production and political action moved gradually from the national developmentalism for the conservative modernization. In this sense, the concept of tradition and modernity in his thinking is intimately articulated to the intellectual role he played in the organization and direction of cultural, regional and national living.

Keywords: Culture. Tradition. Modernization. Social change. Regionalism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I.....	21
2 O TRÓPICO ÚMIDO E OS INTELECTUAIS.....	21
2.1 A MODERNIZAÇÃO DE MANAUS E BELÉM	29
2.2 ARAÚJO LIMA E OS ESTIGMAS SOBRE O HOMEM E A TERRA	55
2.3 ARTHUR CEZAR E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	66
2.4 DJALMA BATISTA E O ENIGMA AMAZÔNICO	78
CAPÍTULO II.....	87
3 DO SERINGAL POSSO VER O MUNDO.....	87
3.1 A INFÂNCIA, O SERINGAL E A VILA	93
3.2 A ADOLESCÊNCIA EM BELÉM	115
CAPÍTULO III.....	155
4 LEANDRO TOCANTINS E O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO.....	155
4.1 OS IMPASSES DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA DE 1920 A 1945	157
4.2 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO	171
4.3 OS INTELECTUAIS E O ESTADO NO BRASIL (1930-1960)	212
CAPÍTULO IV	223
5 TRADIÇÃO, CULTURA E MODERNIDADE.....	223
5.1 LOCALISMO, NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO	226
5.2 UM MANIFESTO AMAZÔNICO.....	267
5.3 O ESPÍRITO DE AVENTURA E OS TEMPOS AMAZÔNICOS	278
5.4 O LUGAR DA TRADIÇÃO NO BRASIL MODERNO.....	284
5.5. AMAZONOTROPICOLOGIA	289
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	300
7 REFERÊNCIAS	315

1 INTRODUÇÃO

Não é tarefa fácil traduzir o processo de modernização e as singularidades que o mesmo adquire na periferia da sociedade capitalista. Creio que para compreendermos o problema da modernização e tradição na obra de Leandro Tocantins, autor situado nas bordas do processo, é necessário recuperar os nexos entre o papel intelectual por ele desempenhado no exercício prático de suas funções públicas e suas obras mais significativas.

Nossa intenção nessa breve introdução é apenas revelar as características gerais da modernização e o modo pela qual a região foi submetida aos seus imperativos. Não cabe aqui um detalhamento pormenorizado dos conceitos ou dos processos sócio-históricos que a engendraram. Nosso objetivo é situar a problemática geral da pesquisa para poder entendê-la em sua especificidade regional aos olhos de um pensador local.

A modernidade nasceu e se expandiu a partir de um conjunto de eventos que emergiu na Europa a partir do século XV. A magnitude desse evento adquiriu um caráter universal. Não é sem sentido que Kant sugere em sua filosofia uma história do ponto de vista cosmopolita. Hegel retomará tal perspectiva mais tarde, sintetizando-a na concepção de absoluto na qual a consciência da finitude do homem reconcilia-se com seu destino trágico na história universal. Esses filósofos, assim como escritores, poetas, arquitetos e artistas de vanguarda partilham em suas obras, angústias, ironias, paradoxos e horrores da vida moderna. Essa angústia, esse paradoxo, essas ambiguidades são resultados da dissolução da ordem social feudal e o aparecimento de uma nova forma de organização social fundada nos interesses individuais, na racionalidade e no desenvolvimento técnico.

Podemos afirmar que a modernidade está intimamente conectada ao processo de desencantamento do mundo¹ posto em marcha pela emergência de uma economia de mercado fundada no interesse individual; pela formação do estado moderno concomitante à organização de uma burocracia racional/legal; pela formação de um corpo de conhecimentos

¹ Para um detalhamento maior do tema, ver os Ensayos sobre sociología de la religión. vol. I e II. Madrid: Taurus Ediciones, 1983. De Max Weber

alicerçados na observação e na experimentação que rompe com as concepções tradicionais e religiosas; pela racionalização das concepções de mundo e a formação de uma consciência reflexiva e secular; pela intensificação da divisão social do trabalho que estende a diferenciação funcional de papéis no interior da ordem social; pelo desenvolvimento de um estilo de vida urbano que dilatam os horizontes da experiência individual; pela desvinculação das concepções estéticas dos modelos teológicos; pelo advento de novas técnicas de produção que exponenciaram as forças produtivas para além de todos os limites das organizações até então existentes.

A expansão dos processos citados acima inseriu novos continentes e suas extensas populações, com modo de vida peculiar, nas contradições econômicas, políticas e culturais imanentes à moderna sociedade europeia. A dinâmica do mercado mundial em formação agiu como um catalisador desses processos, arrancando de seus modos de vida ancestrais, as populações da África, Ásia e América.

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ausentes, localmente distante de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta às relações distantes que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991, P. 27).

A condição de heteronomia as quais foram lançadas as populações dessas regiões (África, Ásia e América) corroe as referências normativas tradicionais e as superstições que respondiam pela construção de uma identidade vinculada ao modo de vida local. Notamos ao longo dos séculos XIX e XX, que o processo de ocidentalização compeliu aborígenes, castas, tribos e grupos étnicos a adotarem um novo modo de organização sócio-estrutural na qual o estilo de vida moderno, com suas idiosincrasias, despejou todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de paradoxo e angústia, no dizer de Marshall Berman. Entretanto, é bom salientarmos que os princípios de sociabilidade e as instituições modernas ganharam um novo matiz nessas regiões. O amálgama racial e cultural, que se efetivaram nessas localidades, alterou a matriz europeia da modernidade e seu caráter civilizatório. As condições endógenas com que se defrontaram os europeus em cada uma

dessas regiões, produziram experiências sócio-culturais *sui generis*. Nesses cenários a modernidade diluiu as culturas locais incorporando alguns dos seus elementos como um eco das vozes dos vencidos que permanece no subterrâneo de nossa memória embotada.

A modernidade como um rio caudaloso inunda e arruína paisagens naturais e sócio-culturais, devasta civilizações com a pólvora e o canhão, a espada e a cruz erguendo sobre o esquecimento dos vencidos a ordem social competitiva e o desejo insaciável do desenvolvimento. As formas de ordenamento espacial das raças, tribos e povos das regiões mais longínquas do globo vão lentamente se diluindo face às modernas formas de apropriação e classificação do espaço. É dessa maneira que a economia de mercado, a propriedade privada e o estado nacional submetem a todos a uma unidade paradoxal, pois essas são ao mesmo tempo unidade e fragmentação das esferas política, econômica, social e cultural que alimentam a multiplicidade de sentidos das experiências individuais.

É em meio ao turbilhão da modernidade que a geografia, a paisagem natural e as gentes das regiões que convencionamos designar América, Brasil, Amazônia, foram redesenhadas segundo a lógica da acumulação capitalista e dos interesses políticos e culturais das metrópoles europeias. O espectro da razão instrumental, incutida nos povos “sem-história”, retira a poesia e a musicalidade das árvores, dos rios e das montanhas lançando um dardo utilitarista/pragmático no coração dos homens, tornando-os especialistas frios no cálculo econômico. Os ciclos dialéticos de destruição inovadora aos quais à Amazônia vêm sendo submetida ao longo do processo de modernização, nos revelam tragédias e farsas, horrores e ambigüidades, ironia e paradoxos, resistências e dignidade. Último teatro da humanidade em meio ao eclipse da razão, termo formulado por Adorno, pode ser uma via para interpretarmos passado, presente e futuro dessa região. Os escombros e as ruínas da modernização, como também a resistência heróica, são as faces mais visíveis da inexorável noção de progresso². Sob a égide da coroa portuguesa o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) liberou o espírito da destruição inovadora presente nos instrumentos e instituições laicas de controle da metrópole sobre a região, assim, as forças do mercantilismo

² “em nome do ‘desenvolvimento com segurança’ as nações indígenas foram dizimadas, seus territórios invadidos, roubados, e os grupos indígenas foram violentados, ‘ cercados’ e confinados em reservas e parques, como se estes povos fossem ‘animais selvagens a serem presos em zoológicos’.” OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*, 5ª ed., Campinas SP: Papyrus, 1995, p. 117.

aprofundaram e aceleraram a exploração econômica das riquezas regionais, solidificando os nexos entre a região e o mercado mundial em expansão.

Os ciclos dialéticos de expansão/contração do capitalismo na região deixaram marcas indelévels na cultura e no estilo de vida urbano. Essas marcas tornaram-se mais visíveis e densas com o *boom* da borracha. Nesse período, Manaus e Belém ganharam atmosfera europeia na arquitetura, nas avenidas e no modo de vida – lugar de sonhos e frustrações.

O espírito da inovação/destruidora, que preside o fausto da borracha³, seduz os homens a aceitarem a miséria como parte integrante de sua participação na opulência, livrando-os, assim, da culpa pela tragédia dos seringueiros. Agindo como um prestidigitador, Fausto absorve os homens na ilusão de uma riqueza e juventude perene. A esperança da integração nacional e o ideal do desenvolvimento econômico, suscitado pelo boom da borracha, naufragam com a Fordlandia. Tragédia e farsa, esperança e ilusão, são iminentes à dialética da modernização que se sustentam sobre os pés de barro do extrativismo.

Ao longo do século XX, a história nos revela uma geopolítica que tinha como objetivo integrar a região por meio de projetos de colonização, de assentamentos e de agroindústria, todos incapazes de superar os enclaves regionais. Não é sem sentido que o projeto nacional desenvolvimentista criou as condições institucionais para a integração da Amazônia à economia brasileira, no qual a SPVEA representou o marco da intervenção estatal para superar a inércia da economia extrativa. Esse órgão deveria contribuir com as inversões de capital necessário para o processo de integração da região à nação. Entretanto, o desfecho do processo político nacional eclipsou as vertentes nacionalistas e populares em favor do projeto de interdependência econômica. A tensão conjuntural da década de sessenta, culminou com a ascensão dos militares ao controle do estado, nesse cenário a interdependência e a internacionalização da economia tornaram-se hegemônica por meio do regime de exceção⁴.

³ Ver, Edneia Mascarenhas dias. *Manaus, 1890-1920: a ilusão do Fausto*. São Paulo: PUC/SP, 1989. Dissertação Mestrado em História.

⁴ Ver, Antônio Pereira de Oliveira. *Zona franca de Manaus: Análise dos discursos intelectuais nas categorias estado e desenvolvimento regional*. Manaus: UFAM/AM, 2001. Dissertação Mestrado Natureza e Cultura

Sob a égide do Estado autoritário, a partir de 1964, as instituições desenvolvimentistas foram reorientadas a favor dos interesses das corporações multinacionais. Os ideólogos do regime autoritário deram-lhe uma nova roupagem institucional para efetivar a política dos grandes projetos na Amazônia, todavia, a exclusão popular na formulação desses projetos transformou-se em tragédia para os operários que trabalharam nessas obras e para as populações tradicionais dessa região, além da degradação ambiental que alterou a vida de inúmeras comunidades. A ironia moderna se expressa na inexequibilidade, em germe, presente na própria concepção do projeto de desenvolvimento autoritário. Dessa forma, o espírito da inovação/destruidora age como um eclipse que embota as possibilidades de desenvolvimento regional.

Os projetos que se sucederam no século passado, seja sob regimes democráticos ou autoritários, revelaram uma sucessão de fracassos da geopolítica do Estado nacional para integrar a região à dinâmica sócio-econômica brasileira. Fracassos que não se deveram à ausência de empenho ou de interesses políticos das elites nacionais e regionais, nem tampouco à inexistência de instrumentos de integração, mas sim, à lógica do desenvolvimento desigual e combinado, o qual revela os nexos perversos de subordinação dos processos regionais e nacionais aos interesses transnacionais do capital. A obra de Leandro Tocantins oscila e flutua entre as forças nacionais desenvolvimentistas e o modelo autoritário. Ela constitui um dos fios que tece a imbricada teia entre os interesses político local e as forças nacionais de integração. Embora sua produção intelectual mais fecunda esteja datada entre os anos cinquenta e setenta, ela constitui uma chave para decifrar o espectro da modernidade amazônica.

A obra de Leandro Góes Tocantins constitui uma importante reflexão sobre os processos sociais na Amazônia, seu olhar arguto penetra a constituição sócio-cultural, política e econômica que desenharam a paisagem institucional da região. Sua influência - na vida cultural e política da Amazônia - torna sua obra indispensável para a compreensão dos processos sociais de mudanças ocorridas na região na segunda metade do século XX. Os argumentos de Tocantins apontam para uma síntese entre as condições regionais de vida, de arte, de cultura, de experiências tradicionais com a racionalização burocrática e legal da modernização conservadora levada a termo pelo regime militar pós-64.

Partindo do princípio de que o Brasil é composto sociologicamente de regiões desde os seus primeiros dias, regiões naturais à que se sobrepuseram regiões sociais, Leandro Tocantins procura interpretar o complexo cultural amazônico a partir do Regionalismo do Recife e do Movimento Modernista do eixo São Paulo-Rio.

Tocantins procura compreender o processo histórico de colonização portuguesa na Amazônia e a importância do amálgama entre lusos e índios para a constituição de uma identidade regional. A singularidade dos processos sócio-culturais e históricos na Amazônia reside no fato de estarem alicerçados no extrativismo. Atividade econômica na qual, índios e portugueses, tiveram papel decisivo para a formação dos tipos sociais característicos da região. Nesse aspecto, a diversidade cultural autóctone e o meio ecológico tropical matizaram as instituições modernas com características locais, dando a elas o ajuste necessário às condições ecológicas e culturais da região. Diferente das outras áreas ecológicas brasileiras, surgiu na Amazônia uma sociedade flutuante, no sentido de movimentar-se constantemente em busca das riquezas que a natureza oferecia. Oposto ao sedentarismo e às constantes familiaristas do Nordeste, essa sociedade extrativa desenvolveu seus mecanismos de dominação a partir do extrativismo e da exploração da força de trabalho do gentio.

Nessa sociedade de natureza econômica extrativa, o índio desempenhou um papel fundamental semelhante ao negro na civilização do açúcar do litoral nordestino. O índio constitui não só o suporte econômico do extrativismo, através de uma contínua especialização de tipos, canoeiro, caçador, pescador, remeiro, coletor de drogas e outras, mas também forneceu os elementos simbólicos que constituem grande parte do imaginário cultural amazônico, sem falar na miscigenação entre índios e brancos que resultaram em tipos físicos regionais.

Percebendo que o extrativismo jamais criou um nóculo estável entre região e nação, Leandro Tocantins acredita ser possível um processo de desenvolvimento de padrão industrial capaz de modernizar a produção econômica da região, e ao mesmo tempo lançar a Amazônia em um novo ciclo econômico duradouro, deixando no passado a instabilidade econômica da aventura que acompanha o comércio de produtos naturais que inseriu a Amazônia no mercado nacional e mundial. A Região Norte necessitava da intervenção dos poderes da União para retirá-la do atraso econômico, assumindo dessa forma um papel decisivo na condução das políticas públicas como meio de galvanizar recursos e interesses privados para

alterar a base de acumulação da região, integrando-a definitivamente ao corpo da nação. Entretanto, na perspectiva de Tocantins, a solução proposta para a valorização da Amazônia deveria levar em consideração todo o conjunto de valores tradicionais da região. A cultura regional, a experiência de vida local deve ser preservada, pois são as raízes mais profundas de nossa identidade, no seu núcleo reside um segredo de conciliação e de equilíbrio entre os valores modernos e tradicionais. O processo de industrialização posto em marcha, sob égide do estado brasileiro, deve levar em consideração os valores tradicionais como fonte inspiradora da nova situação histórica, de modo que, a ação desenvolvimentista dinamize a vida econômica local sem prejuízo do conjunto das tradições resultante da experiência luso-indígena construída ao longo de três séculos. Decifrar as relações, os processos e as estruturas que articulam a Amazônia, a sociedade nacional e a sociedade global, exige a necessidade de compreensão do pensamento social regional e sua interlocução com o pensamento social brasileiro e mundial. Essa exigência ocorre porque, a produção intelectual local é parte dos fios que constituem os nexos entre a região, nação e mercado mundial. O pensamento social regional revela um intenso diálogo entre tradição e modernidade; região e nação; esquecimento e integração; norte e sul; extrativismo e industrialização; preservação e conservação. Enfim, procura equacionar os problemas e desafios inerentes à lógica de acumulação capitalista e da ordem social competitiva. É importante salientar, que parte desse pensamento contribuiu para moldar instituições, políticas públicas, inversões de capital, reformas urbanas e a ação do poder público em nossa região.

O pensamento social da Amazônia não é um eco de vozes que emudeceram. Nas vozes dos autores passados o tempo dilata-se na projeção das relações sociais do presente. Os interesses políticos, econômicos e culturais (dos grupos e classes sociais) expressos na obra desses autores, destilam gota a gota as configurações do presente projetando o futuro. O pensamento social da Amazônia desvela e oculta os modos como as gerações enfrentaram os desafios, os problemas e as questões que moldaram as instituições, as representações, à cultura, os valores e o modo de vida que nos é peculiar. Esse projeto se justifica pela necessidade de compreendermos os processos de modernização na Amazônia e os atores sociais que participaram de forma decisiva, seja por meio de sua produção intelectual ou pela ação direta na vida pública; das transformações políticas, econômicas e culturais da região. É nesse cenário que a obra de Leandro Góes Tocantins emerge como um espectro que dilata o tempo passado nas formas estruturais do presente. Em seu pensamento, tradição e modernidade, estão intimamente ligadas em meio às mudanças da base de acumulação

extrativa para um modelo industrial dirigido pelo planejamento estratégico do estado brasileiro. A necessidade da pesquisa reside em compreender os nexos entre tradição e modernidade a partir do papel intelectual desempenhado por Tocantins na ordem social regional e nacional. Figura intelectual e política de destaque no governo de Arthur Cezar Ferreira Reis e no regime autoritário pós-64, Leandro Tocantins contribui para as mudanças institucionais em nossa região, durante o ciclo desenvolvimentista e a modernização conservadora no período autoritário, por meio do exercício de suas funções públicas e através de sua produção intelectual.

No primeiro capítulo expusemos os processos de modernização de Manaus e Belém durante o Fausto da Borracha. O Código de Postura do Município de 1892, A intendência de Saúde orientada pelo pensamento sanitarista e a reforma urbana levada a termo por Eduardo Ribeiro em Manaus e Antônio Lemos em Belém constituem os mecanismos modernos que redefiniram a apropriação do espaço urbano segundo a lógica do capital. Por meio dessas reformas Manaus e Belém ganharam atmosfera de minis Paris dos trópicos e ao mesmo tempo criaram um ambiente de confiança para atrair investimentos e reproduzir o capital. A atmosfera moderna das duas cidades, durante esse período, será um tema recorrente entre os pensadores locais, tanto os que viveram a *belle époque* regional como os nascidos após a *débâcle* da economia gomífera, daí porque selecionamos três pensadores que para nós representam o momento do apogeu, do declínio e do esgotamento do ciclo da borracha. Araújo Lima, Arthur Cezar Ferreira Reis e Djalma Batista não são escolhas aleatórias, entre os diversos escritores regionais da época suas obras se destacam em qualidade, densidade e alcance social, de maneira que foram eleitos em razão da importância de suas obras, de guardarem relação com os três momentos citados anteriormente (apogeu, declínio e esgotamento) e acima de tudo, suas obras e a atmosfera social que as engendraram, estão intimamente articuladas ao pensamento de Leandro Tocantins.

No segundo capítulo, procuramos compreender em que proporção as relações sociais estruturadas em torno da família e da classe social contribuíram para constituição do pensamento social de Tocantins. Recuperando momentos significativos de sua infância no seringal da Foz do Murú e de sua adolescência em Belém, relatados em várias passagens de seus escritos literários e memorialistas, tecemos um quadro geral das relações sociais da qual o autor herdou determinados modos de pensar, ser e agir que não desaparecerão com as experiências futuras. Na verdade os modos de pensar, ser e agir herdados daquele ambiente

social serão modulados em intensidade e densidade pela educação escolar e pelas novas experiências realizadas na atmosfera dos anos 50 no Rio de Janeiro, capital federal.

No terceiro capítulo, fizemos um imenso esforço para reconstituir a atmosfera de mudanças sociais, políticas e econômicas na qual o Brasil esteve mergulhado durante parte do século XX, para entender a adesão política de Leandro Tocantins a determinado projeto de desenvolvimento nacional. A partir daí esclarecermos a relação entre o papel desempenhado por Tocantins frente ao exercício de determinadas funções públicas e as concepções de modernidade e tradição por ele formuladas. Tudo indica que nesse intercâmbio dialético, entre o exercício prático de determinadas funções e a produção intelectual, o autor procura repor a Amazônia na agenda política do debate público nacional como um tema relevante para o desenvolvimento do país e ao mesmo tempo indica sua progressiva conversão do *nacional desenvolvimentismo* para a *modernização conservadora* pós-64.

No quarto capítulo, procuramos compreender como as influências do Movimento regionalista do Recife e do Modernismo do eixo São Paulo-Rio foram decisivos para a constituição do pensamento de Tocantins. Por meio desses dois movimentos, com acentuada inclinação para o Regionalismo, chega à conclusão que o elo entre a tradição e a modernidade é a Cultura. Tradição entendida por ele como valores que personalizam a região e o país em suas manifestações de vida, tanto no aspecto material como no espiritual, modernidade, entendida por sua vez, como mudanças sociais, políticas e econômicas que se desencadeiam a partir do desenvolvimento técnico-científico e finalmente cultura entendida como ação dinâmica do homem na história. Dessa forma seria possível associar a essência de um valor passado à dinâmica criativa das transformações modernas. Passado que podemos cultivar com o espírito moderno, dele extraíndo a substância que nos leve a saudáveis ímpetus criativos dignos da civilização tropical e mestiça como a Amazonotropologia, ciência proposta por Tocantins para estudar a Amazônia em seus aspectos sociais, antropológicos e físicos naturais.

No quinto capítulo, concentramos esforços para verificar o alcance, os limites e as possíveis contribuições da pesquisa para os estudos do pensamento social. Nossas preocupações iniciais nos conduziram a situação histórica herdada por Leandro Tocantins, a partir desse solo histórico é que a paisagem das relações sociais estruturadas em torno da família e da classe social, em luta com outras classes, ganhou dimensões explicativas de seu

modo de pensar o lugar de sua classe social e da região no concerto das mudanças políticas e econômicas em curso no Brasil. Nesse sentido, sua compreensão quanto à tradição e a modernidade não é produto da mente de um indivíduo isolado, mas a resposta de um grupo social a respeito da permanência e da mudança que põe em risco seu destino. A direção dessa vontade coletiva de manter ou transformar é que constitui o princípio orientador de seu pensamento e de seus conceitos de tradição e modernidade.

CAPÍTULO I

2 O TRÓPICO ÚMIDO E OS INTELLECTUAIS

A formação sócio-histórica e cultural da Amazônia é um tema movediço, arriscar-se nesse labirinto de relações, processos e estruturas sociais que erigiram a sociedade regional exige cautela na escolha das vias de acesso teóricas para interpretá-la. Opção essa que, muitas vezes, pode eclipsar os nexos sociais, culturais, políticos e econômicos que atam a região aos processos sócio-históricos nacionais e mundiais.

A impossibilidade de decifrar ou identificar todos os dispositivos institucionais que coordenam e hierarquizam a produção de papéis sociais diferenciados - que permitem internalizar/externalizar valores e práticas sociais - no processo de constituição da sociedade regional, exige uma constrição teórica e factual na definição do tema proposto para a análise. Daí partirmos do pressuposto de que o problema da tradição e da modernidade no pensamento de Leandro Tocantins está articulado ao papel intelectual por ele exercido na organização diretiva da vida social e cultural regional. Pressuposto que exigiu, primeiramente, identificar o sistema de relações sociais que permitiram ao autor elaborar determinadas concepções de cultura e de política que aparecem cifradas em suas obras e no exercício prático de suas funções públicas, como Assistente do Gabinete Civil do Presidente Gaspar Dutra, Assessor da extinta SPVEA, Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, Representante do governo do Amazonas na capital federal e Adido Cultural da embaixada brasileira em Portugal.

Trata-se, inicialmente, de compreender as condições sociais que possibilitaram a determinados membros das classes sociais dominantes locais *tomarem para si* a tarefa de organizar a vida cultural e definir os rumos políticos da região face ao debate nacional. É em meio a essa atmosfera do debate cultural e dos impasses políticos regionais que procuramos entender os nexos entre as relações sociais estruturadas - organização da família e da classe social na qual o jovem escritor paraense se educou - e suas obras mais

significativas. Procedimento que acreditamos ser o mais adequado para interpretar a relação texto/contexto em seu jogo dialético. O que em certa medida nos aproxima da proposta de Quentin Skinner, formulada em *Significado y comprensión en la historia de las ideas*, ao criticar as análises ortodoxas que de um lado privilegiam o *contexto social* como fator determinantes para compreender um autor e sua obra e de outro lado a que insiste na *autonomia do texto* e de sua *lógica interna* frente aos fatores sociais como a única chave para sua compreensão. Skinner assinala, dessa forma, a necessidade de combinar os dois momentos a fim de se obter uma compreensão mais fidedigna da relação entre as *condições sociais* e a *obra* em sua totalidade.

Em outros termos, significa entender quais os elementos presentes no conjunto das relações sociais estruturadas localmente (organização da família no interior da estrutura de classe em luta com outras classes sociais) permitiu a Leandro Tocantins contrair determinada posição política e cultural em relação ao processo de modernização regional e, ao mesmo tempo, entender como essas relações sociais exerceram um papel relevante na constituição interna de suas obras mais significativas (CANDIDO, 1976). Não se trata de apreender a obra como reflexo das condições sociais, na verdade ela (a obra) registra de algum modo o processo social a que deve sua existência, guardando em si aspectos da *História* mundial, estruturada e cifrada em seus processos locais, matéria prima que passa para dentro da escrita, com ou sem a anuência do escritor⁵ (SCHWARZ, 2000, p.11-31). A posição de Schwarz é elucidativa das redes de relações que fazem da experiência local um momento de realização do processo histórico universal, aproximando-se da concepção adorniana de que a totalidade social não leva uma vida própria além daquilo que ela engloba e que a compõe. Ela se produz e se reproduz através de seus momentos individuais (ADORNO, 1994, p.48).

⁵ Embora Roberto Schwarz esteja se referindo especificamente a literatura, acreditamos que seus argumentos possuam um valor que ultrapassa esse campo. Permitindo aplicá-lo ao pensamento social de modo geral.

Dadas as linhas gerais da pesquisa, acreditamos que é possível nos servirmos das mais diversas contribuições teóricas desde que ajustadas as nossas intenções básicas. Daí nos servirmos das sugestões teóricas de Pierre Bourdieu, Karl Mannheim, Antonio Gramsci, Quentin Skinner, Daniel Pécaut, Antonio Candido, Élide Rugai Bastos, Sérgio Miceli e outros na proporção que nos indicaram respostas aos problemas levantados no decorrer da pesquisa. Vale ressaltar que embora as contribuições possuam natureza teórico-epistemológica distintas, elas não são completamente excludentes em seus múltiplos aspectos. É possível encontrar pontos de interseção entre elas capazes de promover um ajuste fecundo no âmbito da investigação aqui proposta, sem com isso anular as contribuições específicas de cada uma para o estudo dos intelectuais. Um exemplo é a proximidade entre as formulações de Bourdieu, Mannheim e Gramsci no que diz respeito à constatação que os três fazem quanto ao erro mais recorrente nos estudos sobre os intelectuais. Acreditam que esse erro consiste em procurar compreender o papel que os intelectuais desempenham na sociedade a partir de seus escritos, livros ou obras, quando o procedimento mais correto é procurar nas relações sociais estruturadas⁶ as condições que permitiram assumir a função de intelectual, de modo que seus escritos, livros e obras trazem em si as contradições e ambivalências do mundo social do qual fazem parte⁷. Não é sem sentido que Mannheim em sua sociologia do conhecimento procura compreender o modo pelo qual os interesses e os propósitos de determinados grupos sociais encontram expressão em certas teorias, doutrinas e movimentos intelectuais, dispostas como *missão* na consciência de certos indivíduos recrutados no interior dessas classes (MANNHEIM, 1986, p.30-80). Por outro lado, Bourdieu assinala a relação íntima entre produção cultural e o sistema de

⁶ Entendidas aqui como disposição da família no interior de uma dada classe social em luta com as demais classes e frações de classe seja pela direção política e cultural da sociedade ou pela apropriação do excedente econômico.

⁷ Semelhante à proposta de Bourdieu, - no que diz respeito, à assimilação das disposições duradoras pelos indivíduos como princípio de estruturação das experiências no interior de um grupo social, - Mannheim afirma que “o indivíduo se encontra em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela (época) apropriados, tentando reelaborar os modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com novos desafios surgidos das variações e mudanças em sua situação” (MANNHEIM, 1986; 31).

referências simbólicas dispostos nas práticas dos agentes sociais. O *poder simbólico* é ao mesmo tempo instrumento de *conhecimento*, de *comunicação* e *dominação* que são inculcados pelos agentes sociais como *habitus* no interior de um dado *campo* social. Daí ser possível identificar nas obras, seja qual for sua natureza literária, científica e até mesmo nas artes plásticas de modo geral, a estrutura social cifrada nas práticas dos agentes sociais no interior de um determinado *campo* (BOURDIEU, 1992, p. 183-202). Não podemos esquecer a fecunda contribuição de Gramsci a respeito do papel diretivo e organizativo que os intelectuais desempenham no interior de uma sociedade marcada pela luta de classe. Por meio de suas obras e práticas sociais expressam as lutas pelo poder legítimo de conferir direção cultural e política a sociedade, contribuindo assim para promover o *consenso* ou contra *hegemonia* face às concepções de mundo dominantes de determinados classes sociais (GRAMSCI, 2004, p. 15-53).

O conjunto dessas formulações teóricas, preliminares, permite uma compreensão integral sobre o problema dos intelectuais na proporção que nos permitiram flexionar as categorias analíticas e os conceitos, sem incorrerem em um traslado mecânico e rígido, de modo que nos permitiram compreender o papel desempenhado por alguns intelectuais locais no processo de modernização da Amazônia, sem perder de vista sua articulação com as transformações nacionais e mundiais.

O *sistema de relações sociais* no qual os *intelectuais* são selecionados e ordenados para assumirem determinadas posições está intimamente vinculado a fatores culturais, econômicos, políticos e sociais que operam dentro de determinados limites geográficos, regionais e nacionais num fluxo contínuo de relações com o mercado e a cultura mundial⁸. Iríamos nos perder nessa

⁸ A propósito da temática dos múltiplos condicionantes de um fenômeno social pode ser compreendida de forma sistemática no ensaio: *A ética econômica das religiões mundiais*, de Max Weber, publicado nos *Ensaio de Sociologia* (org. Gerth & Mills) com o título de *A psicologia das religiões mundiais*. Outra obra importante, sobre o tema, é *Fundamentos Empíricos da explicação sociológica* de Florestan Fernandes.

discussão, se tentássemos demonstrar todas as conexões, modulações e bifurcações de tal interdependência. Razão que nos obrigou a discutir nesse capítulo duas questões preliminares, *a primeira consiste em mapear os contornos gerais da modernização de Manaus e Belém e a segunda reside na compreensão do sistema de relações sociais estruturadas, no início do século XX, que possibilitou a emergência de um grupo de intelectuais, do qual faziam parte Araújo Lima, Arthur Cezar Ferreira Reis e Djalma Batista*. Esses três intelectuais, juntamente com Leandro Tocantins, produziram interpretações vigorosas sobre a formação sócio-cultural da Amazônia, ao mesmo tempo em que se dedicaram a uma intensa participação política desempenhando funções públicas em órgãos estratégicos do governo estadual e federal.

Em meio às disputas com outros intelectuais da região - pelo poder legítimo de definir o lugar e as aspirações políticas das classes sociais da Amazônia no jogo de alianças entre os grupos locais e forças políticas em âmbito nacional - Araújo Lima, Arthur Cezar F. Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins desempenharam relevante papel diretivo/organizativo na esfera cultural e política do Amazonas. As condições de possibilidade que permitiram eles assumirem certas posições políticas e ao mesmo tempo responderem intelectualmente aos impasses de nossa modernização encontram-se nas relações sociais de classe, no interior das quais certas classes e frações de classe forneceram os quadros intelectuais que disputaram a primazia de conduzir a região no debate político nacional em torno de um projeto nacional de desenvolvimento. A escolha de Araújo Lima, Arthur Cezar e Djalma Batista se deve ao valor de suas obras e ao papel que desempenharam como agentes públicos nas lutas políticas regionais e nacionais, assinalando dessa forma uma estreita intersecção entre a *produção intelectual* e a *ação política* na esfera pública regional e nacional⁹.

⁹ Para a compreensão mais detalhada dessa característica de indistinção, ou melhor, de entrelaçamento entre o campo intelectual e campo político no Brasil veja o livro *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação* de Daniel Pécaut, Ática. O subtítulo já aponta para a ambivalência dos intelectuais brasileiros.

O modelo e o esquema interpretativo, posto em movimento por Araújo Lima, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins, procuram compreender as singularidades dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos que incorporaram o espaço local a uma rede de relações mundiais, mediada pela Nação. Em suas obras encontramos expressa de forma criativa, lúcida e distinta a tese de que *os desequilíbrios regionais devem ser superados por meio de uma ação política efetiva de integração regional por parte do Estado brasileiro, ação política na qual Amazônia ganharia projeção social, como um desafio a parte no processo de construção nacional.*

Ao longo de suas vidas públicas depositaram seus esforços, políticos e intelectuais, na luta para superação dos impasses e desafios locais, via projeto de desenvolvimento nacional, rompendo, assim, o ciclo vicioso de descompasso sócio-econômico e cultural entre as região e nação. Não é sem sentido que, para esses autores, a criação de novos dispositivos jurídicos, políticos e administrativos no âmbito federal proporcionariam uma equidade no pacto federativo capaz de estabelecer uma solda para a integração nacional, permitindo, assim, a retirada da Amazônia do atraso profundo e do esquecimento a qual fora submetida. A direção dessa vontade coletiva de retirar a Amazônia do abandono a que foi relegada pelo governo federal é que produz o fio orientador do pensamento social de Araújo Lima, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins. O exemplo mais vivo é a luta pela aprovação do dispositivo constitucional em 1946 que alocava 3% do orçamento nacional para investimentos na Amazônia, regulamentado por Getúlio Vargas em 1952 com a criação da SPVEA. Contribuíram de modo significativo para a difusão da cultura regional através de uma ampla produção intelectual, popularizando a imagens de uma Amazônia profunda como símbolo de um Brasil diverso, imagens que se converteram em

representações de uma consciência nacional sobre a importância estratégica da Amazônia para o projeto de desenvolvimento do país.

A validade e o alcance de seus estudos sobre a Amazônia podem ser aferidos no grau de institucionalização de suas propostas, isto é, no modo pelo qual elas deram corpo a dispositivos, estatutos, regimentos, códigos e normas que vão coordenar as ações de indivíduos, hierarquizando e classificando-os no tempo e no espaço de acordo com os procedimentos tornados práticas no âmbito da instituição nas quais assumiram direção como agentes públicos, é o caso das intendenções de Educação, Saúde e Prefeitura de Manaus administradas por Araújo Lima; a SPVEA, o INPA e o Departamento de Comercio Exterior dirigido por Arthur Cezar F. Reis; e o INPA coordenado por e Djalma Batista. Demonstrando que suas análises sobre a região não estavam desvinculadas do exercício público de suas funções, no caso desses intelectuais, citados acima, a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Nesse sentido, é como concepção de mundo que as representações difundidas em todas as camadas sociais, estabelecem um vínculo que permite uma unidade sócio-cultural necessária à condução política da hegemonia pela classe dirigente. As instituições e os instrumentos técnicos de difusão se organizam tanto na esfera privada (jornais, revistas literárias, científicas e de entretenimento, radiodifusão, livros didáticos, folclore e outros) na esfera política (na rede de ensino organizada pelo estado - escolas, institutos, universidades e centros de pesquisa e outros). (GRAMSCI, 1984).

Com efeito, a produção intelectual desses autores guarda uma íntima relação com as funções que desempenharam na *esfera política regional*. É possível afirmar que ao se investirem de funções no espaço público, exerceram um forte papel nas ações *diretivo-organizativas* na vida *política e cultural* regional (GRAMSCI, 2004, p. 29). Nas dobras e margens de cada página escrita, nas ações políticas, desses quatro intelectuais (Araújo Lima, Arthur Cezar, Djalma Batista e Leandro Tocantins), podemos verificar o drama de determinadas forças sociais a procura de uma unidade entre as elites

locais capaz de conferir direção política, ética, estética e econômica para a Amazônia. Hegemonia que conduziria as forças regionais para a superação do atraso econômico, político e cultural na qual nos encontrávamos. Eles estavam convencidos que imprimindo uma mudança no padrão de acumulação de capital e acelerando o processo de modernização nos integraríamos à Nação e ao mercado mundial sem perder nossas raízes híbridas. O projeto de hegemonia, tímido, em germe nos escritos de Araújo Lima, aparece em outros termos e redefinido, conforme as injunções temporais, nas obras de Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins indicando o papel que desempenhariam no processo de modernização das forças locais. Por intermédio de suas ações práticas na esfera político-administrativa - em grande parte orientadas pelos diagnósticos que faziam da realidade do extremo Norte - imprimiram marcas indelévels à paisagem cultural e à vida social na região Norte. Ações práticas que denotam as lutas pelo poder legítimo de assumir o papel de porta vozes da região no âmbito do debate nacional, no qual as posições políticas e culturais constituíam parte de uma estratégia para alcançar suas aspirações privadas e a missão pública de fazer da problemática amazônica um tema chave para a consolidação do projeto nacional de desenvolvimento. Nesse campo de forças, em disputas com outros grupos de intelectuais, é que Araújo Lima, Arthur Cezar, Djalma Batista e Leandro Tocantins assumiram papel relevante na condução da região no cenário de lutas pela definição de um projeto de modernização nacional. O modo como exerceram suas atividades públicas, suas opções intelectuais e políticas estão intimamente ligadas às disputas, conflitos, lutas e alianças pelo direito legítimo de conduzir a região no âmbito das transformações modernas em curso no Brasil. Essa é uma condição preliminar para identificarmos a gênese, o desenvolvimento, a difusão e o alcance das ideias de Leandro Tocantins no processo de modernização da Amazônia. Isso não inviabiliza ou desconsidera outras opções teóricas, porém para execução de nossa pesquisa escolhemos esse caminho.

2.1 A MODERNIZAÇÃO DE MANAUS E BELÉM

A cidade é o local no qual estão dispostos indivíduos, grupos e classes sociais em uma intensa e densa disputa pela classificação e apropriação desse espaço. Disputa que se expressa na esfera econômica, política, jurídica e administrativa do espaço urbano, isso implica em conflitos pelo poder legítimo de conduzir/transformar esse ambiente. A espessura das ambivalências contidas no espaço da cidade é proporcional à luta para lhe dar direção, segundo concepções morais, políticas, estéticas e econômicas de determinadas classes ou frações de classe que procuram impor seus ideais como um valor universal a ser alcançado por todos que vivem e habitam esse lugar. A dinâmica da modernização amplifica os conflitos no interior da cidade, para mediar e por termos aos conflitos emergem um conjunto de instituições dotadas de estatutos, hierarquias, dispositivos que disciplinam o exercício das atividades e da apropriação do seu espaço por parte de indivíduos, grupos e classes.

A atmosfera de modernização que tomava conta de Manaus e Belém, do final do séc.XIX e nas primeiras décadas do séc. XX possibilitaram a emergência de inúmeras instituições necessárias pra o ordenamento da esfera pública e do exercício das atividades privadas. Essas duas cidades constituem os espaços sociais da primeira experiência moderna, elas permanecerão indelévels no subsolo da memória dos que viveram o apogeu da borracha e dos que aprenderam o significado dessa época por meio dos relatos e das ruínas modernas das duas cidades. Nesse sentido as imagens modernas dessa primeira experiência serão recorrente nas obras de Araújo Lima, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins. Num ambiente de expansão econômica acelerada e de vertiginoso declínio, os intelectuais oriundos das famílias que fizeram fortuna com a borracha jamais esquecerão a corrosão das tradições provocada pelo ciclo efêmero, transitório e fugidio da vida moderna. Os impasses e as contradições que permeiam a esfera privada das famílias, das classes e suas frações são as condições objetivas nas quais eles internalizaram os valores, as crenças e a visão de mundo que circularam

nesses espaços, tomando consciência de suas posições, de suas famílias e de suas classes sociais no jogo das lutas políticas com outras regiões pela definição de um projeto nacional. Acreditamos que a atmosfera moderna compartilhada por eles no espaço social de Manaus e Belém forneceu as primeiras coordenadas de classificação do mundo que serão moduladas pela educação formal e pelas experiências futuras, sem jamais se apagarem em definitivo do horizonte de suas percepções do mundo social, pois nelas estão depositadas as aspirações primordiais que se redefinem no curso daqueles jovens intelectuais.

Se tomarmos as origens familiares e o trajeto educacional percorridos por cada um desses pensadores - somado às relações sociais, que permitem encontros e desencontros com representantes da cultura, da política e da ciência dos respectivos ambientes e períodos de suas formações intelectuais - identificaremos vestígios e traços dessas experiências incorporadas em suas práticas políticas e em suas posições intelectuais diante dos dilemas enfrentados pela região e a nação. O roteiro e périplos da formação intelectual e política, de Araújo Lima, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins, expõem a singularidade do sistema de relações nas bordas da sociedade moderna. Diferentemente dos grandes centros europeus, com uma tradição universitária secular (França, Inglaterra, Alemanha) e do Nordeste e Sul do Brasil (São Paulo Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco) o eixo Manaus-Belém se caracterizava por uma incipiente, ou melhor, a quase inexistência de uma rede de instituições diversificadas e hierarquizadas e dotadas de um corpo disciplinar com estatutos, normas, regimentos e currículos capazes de orientar a formação de um quadro de intelectuais e de dirigentes para as várias esferas da vida social que a sociedade moderna necessita. Sem mencionar a quase inexistência de um mercado editorial de livros e de publicação de revistas científicas, bem como as limitadas tiragens e a circulação social restrita de jornais locais. A onda modernizante de Manaus e Belém não possuía raízes perenes na indústria moderna, motivo pelo qual a Escola Livre de Manáos não ganhou proporções e complexidade como na Europa e em alguns centros no Brasil.

A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela hierarquização: quanto mais extensa for à área escolar e quanto mais, numerosos, forem os graus verticais da escola, tão mais complexa será o mundo cultural, a civilização, de um determinado estado. (GRAMSCI, 2004, p.19).

Manaus e Belém, no período áureo da borracha e de sua *belle époque*, não possuíam uma complexa rede institucionalmente hierarquizada e dotada de um conjunto coordenado de disciplinas necessárias à formação de quadros intelectuais para as diversas esferas da vida social moderna. Todavia, essas duas cidades estavam imersas em um paradoxo, que consistia em uma atmosfera cultural requintada com a mais alta sofisticação moderna dos grandes centros urbanos mais desenvolvidos do Brasil e da Europa. O deslocamento que os filhos das ricas famílias faziam até o Rio de Janeiro, Salvador, Recife São Paulo ou mesmo Paris, para realizarem seus estudos acadêmicos, abria canais de difusão às novas concepções estética, científicas, urbanas, políticas, estilística que alterava de modo significativa as relações sociais e o ordenamento urbano da cidade. (BATISTA, 2003, p. 67-97).

O ambiente insólito do trópico no qual se ergue a paisagem moderna de Manaus e Belém se realiza mediante a expansão sócio-econômica promovida pelo *boom* da borracha e pelos intercâmbios entre mercadorias, pessoas e culturas. Esses espaços suscitam uma consciência cosmopolita, que conecta o local à dinâmica da cultura e do mercado mundial. As modulações que a modernidade imprime ao espaço urbano de Manaus expõem ambiguidades e contradições inerentes ao estilo de vida e as mudanças institucionais nas quais todos seus habitantes estavam sujeitos. O espaço que se dilata e contrai ao ritmo da circulação de mercadorias guarda novas implicações fundadas nos estatutos que redefinem o lugar e o sentido de sua apropriação pelos que na cidade habitam.

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela Luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios

transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a migração (DIAS, 2007, p. 29).

Simultâneo a essas mudanças mais visíveis, emergem estatutos e códigos jurídicos com objetivo de disciplinar o uso e ocupação dos espaços públicos. O código de postura que se estabelece a partir de 1890 para a cidade de Manaus cria dispositivos necessários para a higienização e manutenção da salubridade pública, sujeitando a todos a uma ordem médica que classifica e hierarquiza os indivíduos segundo a etiologia das enfermidades, permitindo o controle da população por meio de normas de higienização dos espaços públicos e privados da cidade. O choque provocado pela onda moderna submete os habitantes da cidade de Manaus e Belém a experiências que redefinem a apropriação do espaço urbano pelos seus habitantes. Políticos e administradores põem em prática modelos de higienização da cidade, instrumentos fiscais mais rigorosos, código de postura mais rígido, projetos e sonhos que consistem na adoção de modelos europeus de organização do espaço a fim de tornar fluida a circulação do capital. (DIAS, 2007:61-64).

Proporcional às mudanças no ordenamento topográfico da cidade, a emergência de códigos e normas, que dispõem o uso e apropriação do espaço urbano de Manaus, é a intensa vida cultural dos cafés e teatros que expressam o espírito cosmopolita que reproduz em miniatura, para elite local, a atmosfera parisiense da época, Otoni Mesquita relata de forma apropriada as impressões que o jornalista e poeta Aníbal Amorim teve de Manaus em umas de suas viagens a região.

Para o poeta carioca, Manaus era a cidade mais cosmopolita de todo o Brasil e acreditava que 90% da população era composta de estrangeiros e brasileiros de origem variada. A população local era insignificante, pois, durante os quatro meses que permaneceu na cidade não conheceu dez manauenses. Talvez, por isso, a cidade tivesse uma vida noturna tão intensa. Os cafés-cantantes multiplicavam-se pelas avenidas da cidade e o mais freqüentado era o Chalet Jardim, que ficava na Praça da República. (MESQUITA, 1997, p. 187).

O poeta carioca não se deslumbrou apenas com a vida noturna e os cafés da Manaus moderna, ficou impressionado com o Teatro Amazonas que dominava a cena cultural da cidade, além do Julita e o Alhambra de menor porte. Amorim, conclui que: Manaus, dos concertos noturnos nos hotéis, dos cafés e teatros, possui em seus aspectos urbanísticos e hábitos, um espírito europeu, coisa que nem mesmo o Rio de Janeiro iguala (MESQUITA, 1997, p. 188-189). Encontramos semelhança entre esse quadro moderno, pintado da cidade de Manaus pelo poeta carioca, e as impressões que Euclides da Cunha registrou da cidade em uma carta, de 1904, endereçada a Afonso Arinos¹⁰ (1868-1916). Apesar da reserva feita ao clima quente e úmido que o aborrecia, reconhece o cosmopolitismo que inunda a cidade de Manaus, onde em cada esquina range o português emperrado ou rosna rispidamente o inglês e canta o italiano. As impressões, de Euclides da Cunha, não se restringem a descrição da diversidade cultural, advinda do estrangeiro, salienta para além desse cosmopolitismo, o caráter de nossa gente, ao concluir que a atmosfera cosmopolita não apaga ou dilui a dimensão mais bela da cidade que é a qualidade nativa do coração de nossa gente (TOCANTINS, 1992, p. 51). Vale lembrar que a aura cosmopolita que envolvia a cidade de Manaus e seus belos casarões, signo da opulência, aparece aos olhos de Mário de Andrade como um mau gosto sem caráter. Em uma carta dirigida a Sérgio Olindense em 1929, quando descreve sua passagem pela cidade.

De Manaus, gostei do pessoal, gostei de certos passeios, de certos momentos, mas a cidade propriamente, me desagradou. Guarde reserva disto. Toda essa falsificação de grandeza, todo esse mau-gosto exasperado e... morto de grandeza passadas, toda a falta de caráter individual (Santarém tem mais caráter e até Fonte Boa), os fícus, tudo isso e em ponto-pequeno, me desagradou, me irritou. E me entristeceu principalmente muito porque Manaus sendo um milagre jogado no sertão, afinal das contas é um milagre feio, um milagre sem caráter e o que é

¹⁰ Afonso Arinos distingue-se em nossa literatura como um contista de feição regionalista, fato comprovado pelos seus livros *Pelo sertão* e *Os jagunços*. Escreveu, também, o drama *O contratador de diamantes* e *O mestre de campo*. Depois de sua morte foram publicados - *Lendas e tradições brasileiras* (1917) e *Histórias e paisagens*.

mais horroroso ainda, um milagre já sem razão. É triste, meu amigo e quando penso em Manaus sinto que não gostei de Manaus. (TOCANTINS, 1969, p. 182).

O ideal do urbanismo haussmanniano deslocado para o trópico úmido, aos olhos de Mário de Andrade, subtraía da topografia de Manaus a história que vincula sua gente ao lugar e a lança no espaço do mercado e da cultura mundial, sem a mediação nacional¹¹. A consequência dessa modernização é que até mesmo seus habitantes nativos sentem-se em uma cidade estrangeira. As mudanças do plano urbanístico por meio da abertura de avenidas, a construção de obras públicas, residências no estilo moderno, redes de esgotos, sistema de energia elétrica, acompanhadas de um novo código de postura do município e de uma política sanitária, expõe novas tecnologias de controle da população no espaço urbano. Esse moderno conjunto de transformações, a qual a cidade é submetida, lhe confere falta de caráter individual, no dizer de Mario de Andrade.

O crescimento vertiginoso ao qual Manaus e Belém foram submetidas no período compreendido entre 1880 e 1930 foi uma resposta às necessidades das inversões de capital transnacional e ao mesmo tempo a adoção de um estilo de vida similar aos das cidades mais desenvolvidas da Europa. Estavam lançadas as condições materiais e culturais para viabilizar a produção e o transporte da borracha para os grandes centros consumidores, não levando em conta seus habitantes nativos. Esses últimos, juntamente com os migrantes de origem nordestina, foram submetidos a uma disciplina espaço-temporal de

¹¹ A cerca dessa problemática Marilene Corrêa da Silva revela que “*A invenção de locais ou áreas funcionalmente organizadas para realização de tarefas especiais é um modo de explicar como os lugares são historicamente produzidos, ou como eles se inserem na dinâmica mundial (...). Articulando essas abordagens, ganha relevância a questão de como se realizam os processos de apropriação e organização de recursos, espaços, populações sob determinados modelos*” (Silva, 1999; 04). Com efeito, a autora assinala que a Amazônia foi inserida na dinâmica do mercado mundial antes que a sociedade nacional emergir-se como uma unidade territorial e política. (Silva, 2000)

produção, tanto na cidade como nos seringais, regida por dispositivos que coordenava, classificava e hierarquizava suas ações para maximizar o excedente. O que permitiu altas taxas de retorno para o capital privado investido no processo extrativo, acompanhado de uma ascendente arrecadação pública. Da conjunção ou confluência da riqueza privada com a expansão da arrecadação pública foi possível transformar a cidade e adotar o estilo de vida moderno, necessários para atrair mais investimentos. Sob cada palacete construído e avenida aberta, pelo engenho da moderna técnica a serviço do embelezamento da metrópole, residem os espectros dos anônimos trabalhadores nativos e nordestinos, exauridos de sua condição humana para proporcionar às elites, a árdua tarefa de escolher entre o melhor espumante francês para brindar a *belle époque* no trópico.

A atmosfera moderna não se efetiva sem a materialização dos dispositivos que coordenam, classificam e hierarquizam os indivíduos no interior da cidade definindo a proporção de mobilidade e circulação de cada um nesse universo de novas experiências (BERMAN, 1986). Nesse espectro de mudanças, os sucessivos *Códigos de Postura* do município aprovados e a criação da *Intendência de Saúde e Higiene*¹² constituem meios que regulamentam o modo como os indivíduos podem dispor do espaço urbano. A partir do modelo de embelezamento da cidade, define-se o que é proibido no perímetro urbano: casas cobertas de palha, criar porcos e outras formas tradicionais, típicas do estilo de vida dos trabalhadores nativos; toda e qualquer enfermidade deve ser comunicada pelos enfermos ou seus familiares à Intendência, aqueles que não fizerem ficam sujeitos à pena de multa, o que obriga os familiares de qualquer pessoa doente a registrar a enfermidade na Intendência de Saúde. O Código de Postura, juntamente com a Intendência de Saúde, procura controlar grupos sociais e indivíduos no interior do espaço urbano, sujeitando-os a uma disciplina em suas atividades públicas e privadas.

¹² O modelo de higienização que emergiu nas cidades européias para erradicar as epidemias contínuas constitui um passo decisivo para o controle da população (ver Foucault, 2000). Na Amazônia Araújo Lima, Alfredo da Matta e Djalma Batista forma legítimos representantes do modelo de higienização.

A preocupação das autoridades públicas era minimizar ou mesmo anular as consequências da circulação difusa das pessoas e mercadorias no espaço da cidade. Daí a natureza de três medidas fundamentais o controle fiscal do porto de Manaus, local de entrada e saída de mercadorias e pessoas, submetidas a um controle rigoroso pelo órgão competente; a reforma urbana orientando as novas construções definidas pelo Código de Posturas; os enfermos sujeitos ao controle da intendência de Saúde sintetizam os modernos métodos de controle aos quais a cidade lança mão para tornar viáveis as inversões de capital no processo extrativo da borracha. Assinalando dessa forma as estratégias institucionais contra a evasão de riquezas, do uso racional do espaço, que limita a aglomeração de trabalhadores na área central da cidade, impedindo sua coagulação perigosa, ao mesmo tempo, identifica e sabe onde se localiza cada indivíduo enfermo e a doença que o acomete, procedimento moderno para conhecer e dominar e utilizar as forças sociais com maior presteza e eficiência, controle imprescindível para a manutenção da ordem pública via processo de classificação da norma e de seus desvios ((FOUCAULT, 1991, p. 125-159).

Os requisitos institucionais e a atmosfera cultural retratados por Walter Benjamin em sua obra, *Paris, capital do século XIX*, indica que o substrato material no qual a modernidade está ancorada, possibilita uma nova forma de definição espaço-temporal que altera significativamente as coordenadas de percepção e os modos de apropriação do solo urbano e rural por parte de indivíduos, grupos e classes sociais. Apesar da variação da amplitude e da intensidade assumida pela modernidade no âmbito local, verificamos semelhanças no ajuste institucional, posto em funcionamento para permitir que Manaus e Belém assumissem a imagem de minis Paris nos trópicos (DIAS, 2007, p. 142-143).

Não é sem sentido que a transformação a qual Manaus fora submetida no final do séc. XIX tinha como agente Eduardo Ribeiro. O sistema de relações sociais no qual circulavam concepções urbanas modernas de feição haussmaniana, e os ideais de higienização do espaço público indicam a

ligação de Eduardo Ribeiro com determinadas classes sociais. Concepções assimiladas por esse personagem, central nas mudanças urbanas da cidade, permitem compreender as disposições duradouras que estavam na origem da tomada de decisões práticas frente ao governo do Amazonas entre os anos de 1892 a 1986. As tendências republicanas que dominavam os setores médios, formados por profissionais liberais, militares e pequena burguesia emergente no cenário nacional, deixaram marcas indeléveis em sua personalidade. Se tomarmos como objeto de análise sua trajetória de vida, notaremos que desde sua formação primária e ginásial, na cidade de São Luiz no Maranhão, o jovem Eduardo Ribeiro já se encontrava as voltas com o ideário republicano e positivista expresso no jornal “Pensador”, publicado pelo grêmio estudantil do qual era o presidente (BITTENCOURT, 1973, p. 194-196). Ideário que se intensificará face à teia de relações na qual se enredara quando de sua mudança para a Escola militar no Rio de Janeiro. Escola que frequentou do início de 1881 a até janeiro de 1886, formado nesse ano foi promovido a 2º Tenente e classificado no 3º batalhão de Artilharia a pé, sediado em Manaus. É durante esse período que, gradualmente, as concepções republicanas e positivistas; o modelo urbanístico haussmaniano; somado às técnicas modernas da engenharia e higienização tornar-se-ão o *princípio gerador e estruturador das práticas* e das representações as quais Eduardo Ribeiro expressaria no exercício de suas funções como governador do Amazonas.

Os esquemas positivistas e republicanos presentes no jogo de relações sociais no interior da classe média brasileira no final do sec.XIX são assimilados, internalizados por Eduardo Ribeiro na forma de coordenadas espirituais objetivamente ajustadas à probabilidade de sucesso¹³ no exercício prático de suas funções públicas. Tais esquemas mentais funcionam como princípio orientador da ação dos agentes no interior da ordem social (BOURDIEU, 1994). São parte dos ideais presentes nas condições de

¹³ (...) considerando *habitus* como sistema subjetivo, mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe e constituem a condição de objetivação e de toda a percepção, fundamos então a concertação objetiva das práticas e a unidade da visão de mundo sobre a impessoalidade (...). Assim, por exemplo, o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências (...), o *habitus* transformado pela ação escolar, ela mesma diversificada, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (...). (BOURDIEU, 1994; 79-80).

existências de camadas sociais no Brasil do final do século XIX e início do XX, proporcionando a esses grupos (setores da classe média, profissionais liberais, membros graduados das forças armadas e a pequena burguesia emergente) determinado grau de identidade parcial ou total entre suas condições de existência. Em meio às relações sociais entre esses setores, os esquemas de percepção e formas de classificação sociais semelhantes possibilitaram aos agentes (dos mesmos grupos ou classe) conferir domínio prático às referências e aos planos de ação que permitiam classificar e ordenar em uma hierarquia as relações sociais. São esses feixes de forças sociais que possibilitaram a entrada de Eduardo Ribeiro no jogo político local. É o *capital social* acumulado, herdado e a assimilação dos esquemas de percepção social da fração de classe a que pertenciam que lhe habilitam a ocupar a posição que ocupou nesse espectro do jogo político local e nacional. Por trás de sua nomeação para presidir o Estado do Amazonas, encontra-se uma rede de alianças políticas e sociais da qual faz parte, a crença nos valores positivistas, no modelo de urbanização haussmaniano e as modernas técnicas de higienização compartilhadas por determinados grupos sociais é a base da aliança política que permite a ele assumir papel importante nas mudanças moderna às quais o país estava submetido. A posição política assumida por Eduardo Ribeiro em meio às lutas pelo poder legítimo de conferir direção às transformações em curso no Brasil, daquele período, fica visível nas mensagens enviadas ao Congresso Amazonense em sua instalação no dia 1º de junho:

Permitti que junte meus votos aos da grande massa humana, almejando, ao lançardes os alicerces da República, todo o vosso despreendimento de legisladores, para terdes em vista os interesses da collectividade [...].

Para que vossa obra seja solida e duradoura, para que rezista aos embates do degenerado systema que cahiu a 15 de novembro, é preciso que torneis salientes as grandes vantagens, os incomparáveis benefícios que esta forma de governo vem trazer à humanidade.

Fazei as reformas indispensáveis à ordem e ao progresso. (RIBEIRO, 1892, p. 03-04).

A mensagem enviada por Eduardo Ribeiro, ao congresso amazonense, sintetiza as percepções e as formas de classificação do mundo social dispostas de maneira comuns aos grupos sociais (setores médios, profissionais liberais, oficiais graduados das forças armadas e a pequena burguesia emergente) que no ambiente intelectual e político do final do século XIX realizaram as rupturas institucionais necessárias à modernização em todas as esferas da vida social no Brasil. Rupturas que não se caracterizaram por eventos bélicos, mas por transformações ditadas pelo ritmo da ordem e do progresso. A incorporação dessas representações, presentes nos ideais desses grupos, engendra as ações práticas dos agentes daqueles estratos sociais que organizaram as instituições no espaço social brasileiro dos primeiros trinta anos da república e que Eduardo Ribeiro constitui um típico representante. Os membros dessas camadas acreditavam serem os autênticos intérpretes dos anseios da sociedade brasileira. Nesse sentido é que, tanto os intelectuais como os políticos oriundos dessas camadas, assumiram a função de organizar e dirigir a Nação a partir de critérios republicanos e positivistas. O político e o intelectual devem se comprometer com a construção da nação na proporção que detinham o saber relativo às leis da evolução da história (PÉCAUT, 1990, p. 14-74), a estratégia para se posicionar nesse campo de forças se evidencia na ênfase com que cada agente confere as crenças, comum ao grupo¹⁴. Nesse aspecto os argumentos de Eduardo Ribeiro elucidam os vínculos sociais que permitiram a ele assumir a condução e organização das instituições modernas necessárias a nova ordem.

Se todos se dizem republicanos, se todos querem os são princípios, abracemos a todos que quiserem auxiliar a grande obra da reconstrução da Patria, perdoando-lhes os erros do passado.

Não é destas luctas desorientadas que o Brasil precisa, nada de útil ellas lhe poderão trazer

¹⁴ A posição de Mannheim parece estar em sintonia com as formulações de Bourdieu, embora partam de princípios distintos há semelhanças em suas propostas. Essa passagem de *Ideologia e utopia* é esclarecedora: “Pertencemos a um grupo não apenas porque nele nascemos, não porque professamos a ele pertencer, nem finalmente porque a ele prestamos nossa lealdade e obediência, mas principalmente, porque vemos o mundo e certas coisas no mundo do mesmo modo que o grupo os vê (isto é, em termos dos significados do grupo em questão. Em cada conceito, em cada significado concreto, está contida uma cristalização das experiências do grupo” (MANNHEIM, 1986:49)

Na quadra difícil que atravessa a humanidade n'esta epocha de indisciplina e de frouxidão de costumes é preciso, primeiro que tudo, regenerar a classe dirigente, inaugurar uma moral nova, capaz guiar-nos a felicidade. Sem isto, nada de útil e de estável se conseguirá. (RIBEIRO, 1892, p. 09).

As frações de classe em luta pela hegemonia nacional no final do séc. XIX assimilaram ideal positivista de progresso como um princípio moral capaz de regenerar as instituições políticas brasileiras. Esses ideais estão nas raízes da república e das ações práticas dos membros daquelas frações que conduziram as mudanças institucionais e as transformações do espaço urbano necessárias ao projeto de um Brasil moderno e civilizado. No Amazonas a disseminação de técnicas, valores e instituições modernas estavam associados ao dinamismo econômico proporcionado pela extração da borracha que proporcionou mudanças profundas na face urbana de Manaus. O processo de desenvolvimento regional assentado no extrativismo da borracha foi capaz de *absolver impacto das transformações da economia internacional e de reproduzir, por diferenciação e reintegração internas, o padrão sócio-cultural hegemônico das nações mais desenvolvidas* (FERNANDES, 1975, p. 43-102, grifo nosso). Cabe lembrar que a rápida expansão econômica proporcionada pela extração da borracha nativa não teve forças para levar adiante a integração regional, o declínio acelerado dessa atividade exibiu as contradições de uma economia assentada no extrativismo.

É em meio à confluência entre o projeto republicano de Nação e o dinamismo econômico da borracha que a modernização de Manaus será levada a termo por Eduardo Ribeiro. Entre suas primeiras medidas estão o projeto e orçamento para construção do palácio do governo, do quartel da polícia militar, da penitenciária, do Fórum, do congresso (hoje assembléia) e outras repartições públicas, finalmente a reforma do instituto Benjamim Constant para permitir melhor realização de sua missão. O desempenho político e administrativo de Eduardo Ribeiro deve-se ao *capital social* acumulado ao longo de sua trajetória no interior da fração de classe a qual se manteve fiel aos ideais republicanos e positivistas que internalizou ao longo de sua

formação. Sua lealdade intransigente aos princípios republicanos pode ser interpretada tanto como uma *estratégia* para realizar suas aspirações pessoais, como uma *missão* para realizar os ideais humanistas postulados pelo positivismo. Primeiro porque, assumiu os princípios republicanos em sua mocidade, no período que cursava ginásio, em São Luis do Maranhão, projetando-se em um campo de relações políticas em luta pela hegemonia de conduzir a reconstrução nacional a partir das concepções republicanas. Segundo que estabeleceu um círculo de relações de amizade com os líderes do movimento republicano na capital federal, Rio de Janeiro, quando cursou a Escola Militar. Esse círculo de amizade se estende por vários estados brasileiros que possuíam pesos distintos no interior do movimento republicano. Seu conjunto de relações sociais, associadas as suas convicções republicanas, lhe garantirá, no futuro, posição chave na direção política do Estado do Amazonas.¹⁵

A partir da Administração de Eduardo Ribeiro, o Pensador, Manaus adquiriu um novo traçado urbano necessário para abrigar investidores, funcionários das empresas estrangeiras que aqui se instalavam e controlar as epidemias por meio de uma política sanitária de higienização. A cidade toma a feição moderna por meio da institucionalização de códigos de postura, controle fiscal que exerce um domínio sobre as transações comerciais que se realizam entre os habitantes da cidade e desses com o mercado nacional e mundial.

Ao assumir a Presidência do Estado Fileto Pires Ferreira dará sequência a política de embelezamento da cidade e a modernização necessária para torná-la funcional, face à crescente inversão de capital. As concepções que estavam na base das mudanças eram moeda corrente, ou melhor, presentes no interior das relações sociais da elite que se educou e assimilou o padrão de mudanças urbanas e de higienização que estava em curso em, varias, cidades européias. A intenção dos administradores públicos de Manaus e Belém é

¹⁵ Agnello Bittencourt em seu *Dicionário Amazonense de Biografias*, revela algumas posições e posturas assumidas por Eduardo Ribeiro, assim como o círculo de relações, que lhe conferiram capital necessário para ocupar cargos de relevância na esfera pública.

torná-las aprazíveis para estrangeiros e nacionais que vinham em busca de oportunidades de trabalho e riqueza. O que denota a modernização da cidade são as redes de serviços urbanos e a diferenciação funcional de papéis que os agentes sociais exercem no interior da divisão do trabalho, associados à segmentação dos estilos de vida e lazer conforme a renda desses agentes. Verificamos um processo tácito de hierarquização e exclusão na medida em que, as autoridades públicas de Manaus, institucionalizavam um conjunto de normas, leis e códigos para disciplinar a circulação de mercadorias, a construção de novas casas e edifícios, assim como também, controlar as doenças para evitar sua disseminação. Tal conjunto de ações normativas, que disciplina a ação dos indivíduos no espaço urbano, age como princípio de valorização da área central da cidade, fato que compeliu trabalhadores e os migrantes nordestinos a se deslocarem para os bairros distantes como: Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo, Educandos, Plano Inclinado, Flores e adjacências (PINHEIRO, 2003, p. 31-820). O re-ordenamento espacial da cidade implica hierarquizar avenidas, ruas e bairros conforme a renda e a atividade de trabalho dos seus moradores, expondo dessa forma as desigualdades e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.¹⁶

Podemos deduzir que o ímpeto de modernização oscilava entre a atmosfera cultural francesa e uma estrutura de serviço urbana dominada pelo capital inglês. A iconografia presente no livro *A ilusão do Fausto*, de Edinea Mascarenhas, nos permite concluir que a moda (vestidos, bolsas, sapatos, botas perfumes, bebidas, roupas íntimas), assim como a literatura, os ideais republicanos e a alta gastronomia de origem francesa constituíam uma marca de distinção que as elites conferiam a si mesmas, com objetivo de se diferenciar de outros grupos e classes. Não é sem sentido que para Denis Rolland os ideais políticos, filosóficos, científicos e culturais de origem francesa serviram como inspiração e orientação das elites latino-americanas. O conhecimento e domínio do modelo francês de civilização constituem um requisito no processo de formação das elites dirigentes, dotando-as de

¹⁶ Márcio Souza em seu livro *A expressão amazonense* revela que a modernização de Manaus e de nossas letras não passaram delírio kitsch. Manaus mais parecia um cenário reificado de deslumbramento com a civilização européia.

determinadas representações e concepções mediante as quais negociavam a construção de suas identidades, em meio a lutas legítimas pela definição do mundo social e da Nação. Nesse ambiente de tensão e conflito, o consumo ostentatório da última moda laçada em Paris criava o sentimento de pertencimento à civilização por parte das elites locais. Marcas que as distinguiam das classes e grupos subalternos, principalmente os de origem ameríndias, associados à barbárie e ao atraso. (ROLLAND, 2005, p. 41-105). As elites latino-americanas assimilaram o modelo francês de cultura e civilização como um princípio de distinção em relação a outras classes, conferindo aos seus filhos letrados em Paris o direito legítimo de assumirem postos de comando nacional. O processo de formação, no sentido *lato* do termo, dessa elite variava conforme os graus de difusão e de institucionalização do modelo francês e para isso concorriam à produção literária, a publicação de revistas, de jornais e principalmente a criação de centros universitários segundo os ideais humanistas, políticos e culturais presentes naquele modelo.

Com efeito, Manaus não ficou isenta dessas injunções estruturais na qual o modelo cultural francês constituiu um signo de distinção e pertencimento a um grupo, ao que as elites se convencionaram a denominar civilização e bom gosto. Os modos de agir, pensar e ser da cultura francesa, incorporado como *habitus* dos setores dominantes, engendra relações estruturadas que conferem a esse grupo uma *relativa* homogeneidade identitária, face aos grupos dominados, destituídos dos códigos de civilização e do bom gosto. Em meio a esse jogo de poder, as classes ou grupos dominados incorporam a predisposição em aceitarem os valores dominantes como universal, permitindo o consenso necessário para a reprodução da ordem social (GRAMSCI, 2004). O acesso dos agentes sociais aos códigos da alta cultura, de origem européia, está vinculado, relativamente, ao lugar que eles ocupam na esfera do consumo e da divisão social do trabalho. Porém a esses condicionantes gerais (econômicos) somam-se os de ordem específica de caráter simbólico como: a origem étnica, as relações de parentesco (família), a origem social, as relações políticas e o grau de instrução que cada agente

dispõe, formam aspectos relevantes na reprodução das classes e grupos sociais. Essas várias modalidades de capital social, cultural ou político, por isso simbólico, conferem uma probabilidade maior de sucesso aos agentes portadores (BOURDIEU, 1992). São variáveis pertinentes que não podem ser deixadas de lado, para não incorrerem em uma simplificação reducionista de interpretarmos as concepções de mundo como um epifenômeno¹⁷ da base econômica. O modo de ser, pensar e agir e os códigos culturais que orientam indivíduos, grupos e classes sociais, são produtos de feixes de forças sociais que variam de intensidade e densidade sobre os indivíduos a partir do local onde ele se encontra na estrutura social (BOURDIEU, 2007, p. 17-161).

Ao problematizar a modernidade na Amazônia estamos de alguma forma estabelecendo um diálogo com Max Weber na proporção em que o pensador alemão buscava compreender *que combinações de fatores e forças permitiram que somente na civilização ocidental emergissem fenômenos culturais de valor universal?* Tais fatores não constituem abstrações vazias, são concepções de mundo que se organizam em redes de relações estruturadas e se efetivam em práticas sociais de grupos, classes e indivíduos. Concepções de mundo assimiladas pelos seus agentes portadores, conferindo as suas ações significado. Que por sua vez, institui modos de agir, pensar e ser consensual, que atam ação dos agentes as redes de forças sociais difusas e institucionalizadas. Em meio ao desdobramento da tensão contínua entre as forças sociais e os indivíduos, ficam expostas as fraturas das quais emergem as *idiosincrasias* entre elementos da mesma classe, ou grupo, portadores de uma identidade parcial em termos de valores ou visão de mundo. Fato que denota a cisão entre os grupos sociais e frações de classes que na região conduziam Manaus à civilização moderna. As lutas entre esses grupos ou frações de classes se expressam nas mudanças efetivas às quais Manaus foi submetida. Os livros de Edinea Mascarenhas *A ilusão do Fausto*, de Otoni Mesquita, *Manaus- História e arquitetura (1852-1910)*, e de Maria Luiza Ugarte, *A cidade sobre os ombros (1899-1925)*, traçam uma descrição das

¹⁷ Sobre esse aspecto veja o ensaio *A procura de uma sociologia da prática* de Renato Ortiz que está na introdução da Coleção os Grandes Cientistas Sociais, Pierre Bourdieu.

transformações urbanas, sociais, administrativas, políticas e culturais e como essas alteram de forma significativa a esfera pública e a esfera privada com o objetivo de instituir uma organização funcional do espaço urbano. Esse ordenamento nada mais significa do que modulação do processo de modernização no qual sua matriz de inspiração reside no modelo urbano de Hausmann (HATOUM, 2006; 49-70); nas concepções político-filosóficas positivistas e no controle sanitário das doenças infecto contagiosas que alteram de forma significativa as grandes cidades européias no séc. XIX. A esfera pública sofre sucessivas reengenharias institucionais a fim de promover o controle rigoroso das atividades de serviço, lazer, saúde e segurança, que exigem uma demanda crescente diante da vertiginosa expansão de Manaus. Durante o período que se estende do final do séc.XIX e as primeiras décadas do séc.XX foram criadas inúmeras intendências, inspetorias e diretorias, entre elas, a Diretoria das obras Públicas, Terras e Estatísticas, A diretoria da Agricultura, Comércio e Indústrias, Artes e Manufatura, Imigração e Colonização, Diretoria da Polícia e Segurança e Assistência Pública, Comissão de Saneamento (DIAS, 2007). Por meio dessas medidas, as autoridades públicas procuram coordenar a ação dos poderes, com o objetivo de classificar as diferentes categorias de atividades realizadas, pelos indivíduos, no interior do espaço urbano e os locais de possíveis focos epidemiológicos e de conflito social como greves e motins.

As instituições públicas, ao disciplinar o uso dos espaços da cidade pelas diferentes categorias de agentes sociais, individualizam, por um lado, os procedimentos para enquadrar os desvios que comprometem a ordem. Por outro, aumentam a eficiência e a produtividade da força de trabalho desses agentes. O desdobramento dessas práticas é uma tentativa das instituições públicas de enquadrar ou dispor os indivíduos em uma ordem de classificação hierárquica pelo tipo trabalho, renda, saúde e local de moradia (FOUCAULT, 1984, p. 99-11). O controle da ordem pública é a condição *sine qua non* para o bom funcionamento mercado, ao garantir a disciplina dos agentes sociais no espaço público permite as inversões de capital e a manutenção da taxa de lucro desses investimentos. Não é sem sentido que Manaus era um paraíso

para o capital inglês que dominava praticamente todas as concessões dos serviços urbanos durante o período entre 1882 e 1924. *Empresa como a Manáos Markets, Manáos Tramways and Light, Manáos Improvents, Amazon Telegraph, Booth Line, e Amazon River (Pinheiro, 2003:42)* constituíam parte do cenário moderno que submetia a todos a um turbilhão de mudanças contínuas proporcionado pelos serviços dessas empresas. Tudo indica, sem exagero, que a organização interna dessas empresas, os seus procedimentos administrativos e as formas como seus agentes realizavam suas atividades deixaram marcas indeléveis no imaginário e na vida dos habitantes de Manaus. Dessa forma podemos indagar *em que proporção as firmas inglesas e seus agentes influenciaram o processo de modernização da cidade?* Leandro Tocantins parece nos indicar um caminho na direção de uma resposta

Ainda há um capítulo a escrever sobre a presença inglesa na Amazônia, que também se faz notar em muitos hábitos presentes até hoje: principalmente em Manaus, cidade mais atingida pelas constantes culturais do povo britânico. O hábito do manauense de morar no subúrbio – subúrbio mais rural que urbano, hoje incorporado à área metropolitana da cidade – com seus **bungalows** [...]

Os ingleses, mais do que em Belém, deixaram marcas definitivas de sua presença em Manaus. Ginger-ale, bebida da preferência britânica, ainda é fabricada em Manaus, creio que a única cidade no Brasil a ter consumo desse anglicanismo [...]. (TOCANTINS, 1971, p. 188-189, grifo nosso).

O modo de dispor os serviços urbanos para a população de Manaus, por parte das companhias e firmas inglesas suscitou novos hábitos entre os setores sociais que tinham acesso ao conjunto de serviços por elas prestados. Apesar das diversas interrupções que esses sofriam ao longo dia e do número reduzido de moradores que tinham acesso aos serviços de energia, transporte público (Bonde), telegrafo, energia elétrica e abastecimento de água (MESQUITA, 1997, p. 207- 226), essas empresas eram vistas e representadas pelos manauenses como metonímia de civilização e modernidade, visto que as atividades que desempenhavam correspondiam ao modelo urbano ideal presente no imaginário da sociedade da época.

Talvez por isso, o “Roadway” (como em Manaus Chamava-se genericamente o porto) tenha servido desde cedo aos passeios dominicais da elite manauara. Vestida em gases, leves musselinas brancas com chapéus e sombrinhas rendadas, acompanhadas respeitosamente por seus maridos (perfeitos cavalheiros em linho branco engomado) as senhoras seguiam, após assistirem a missa na matriz, em lenta caminhada – como que para fazer aquele instante durar - à rampa do porto, para acenar aos navios que partiam ou receber as novidades dos que chegavam. (PINHEIRO, 2003, p. 46).

Tais empresas eram responsáveis não só pelas inversões de capital necessárias para a extração, beneficiamento e transporte da borracha. Mas também pela introdução de um novo modo de vida e novas concepções de mundo junto à população local, *o modus operandi* dessas empresas, com seus procedimentos coordenados e hierarquizados, temporalmente, para tornar mais eficiente suas atividades, calcinaram as formas tradicionais de viver, sobrepondo a essas um estilo de vida fundado na disciplina do trabalho, na racionalidade legal e econômica. Não é sem sentido, que a vertiginosa mudança a qual Manaus e Belém foram submetidas nessa época, guarda semelhanças com as ocorridas nas cidades européias como Paris, Londres Manchester, Liverpool. O caráter das semelhanças reside no re-ordenamento da esfera pública - tanto no que se refere ao âmbito político (regime republicano de 1889) como no âmbito jurídico (Código de postura, de higiene, normas) e administrativo (criação de novas intendências e departamentos de instrução) – como na esfera privada do mercado, momento da institucionalização de um agir econômico racional no dizer de Weber. Guardadas proporcionalmente as simetrias estruturais entre as cidades européias e o desenvolvimento de Manaus e Belém, convém lembrar que historicamente o capitalismo e a sociedade de classe não são produtos de um desenvolvimento interno de nossa região (Amazônia, Brasil, América), significando que é preciso levar em consideração a situação histórica peculiar que engendrou os processos sócio-econômicos e culturais modernos que nos inserem numa economia mundial. (FERNANDES, 1974, p. 11-32).

O espírito da destruição inovadora imanente a modernidade confere ambivalência aos agentes que estão submetidos às suas forças. As

modificações na paisagem física e humana de Manaus, acelerada entre os anos de 1892 a 1930, expõem os conflitos ideológicos entre classes sociais, alteram significativamente a esfera da vida privada e aumentam a tensão entre o indivíduo e a ordem social (BERMAN, 1999). As tensões geradas pelos conflitos, no cerne da modernização de Manaus, tomam corpo e consciência nos agentes sociais conforme o lugar que eles ocupam no conjunto de relações estruturadas, permitindo-lhes assumir determinadas posições conforme as percepções do grupo ou classe ao qual visceralmente estão ligados. A pequena cidade de 20 mil habitantes no início de 1889 ganha um impulso demográfico frenético, saltando para 70 mil em 1920, a cidade perde o halo, isto é, a cidade é completamente penetrada e moldada em termos de influências sociais distante do seu espaço físico. O que organiza, coordena e hierarquiza as relações sociais em Manaus não são simplesmente as forças que estão em cena no seu espaço físico, mas relações distanciadas que determinam sua natureza, o mercado e cultura mundial (GIDDENS, 1991, p. 25-29). Nesse ambiente frenético de mudanças econômicas, políticas e culturais etnias, grupos e classes são inseridos nas lutas legítimas pela definição do mundo social, tomam consciência dos conflitos e por meio deles realizam seus sonhos, se frustram, privados de sua existência física e mental, tornada mercadoria, que se dilui nos seringais e na cidade como anônimos. A produção reificada de mercadorias é indiferente ao drama dos agentes submetidos à lógica da reprodução do capital, processo que dilui olhares, rostos, músculos, origem étnica no cálculo do valor trabalho. A lógica da produção da mercadoria calcina tudo que é sagrado, surgem em meio às cinzas do passado profetas secularizados para coordenar e intensificar a exploração, o discurso do progresso suscita esperanças que permite aos homens suportarem seu destino nos seringais e na Manaus moderna. A crença no progresso, nos princípios republicanos e na civilização mobiliza o discurso dos agentes que conduzem a onda modernizadora que nos leva a Paris e a Londres, modelos de civilização. Nasce daí figuras como Eduardo Ribeiro, Araújo Lima, J. G de Araújo, Manuel Rufino Correa da Silva e Anacleto Reis – esses dois últimos lideraram o sindicato dos estivadores durante as primeiras greves no porto de Manaus- sintetizam o espírito da época.

Nos trinta anos que se seguiram a 1892, a arrecadação da receita pública alcançou níveis inimagináveis. A condição desse crescimento é a exponencial valorização da borracha no mercado internacional. É de admirar quando observamos que em 1892 a soma arrecadada estava em torno de dois milhões de contos de réis, saltando, como uma ilusão de um prestidigitador, para 17 milhões de contos em 1910. Esses valores revestiram-se no sonho urbano que os agentes públicos encarnavam (Eduardo Ribeiro, Fileto Pires, Antonio Constantino Nery, Jonathas Pedrosa). Ampliava-se o mercado de bens simbólicos como os jornais periódicos, bens culturais típicos da atmosfera moderna.

Em Manaus, O Amazonas Comercial, Comércio do Amazonas, Diário de Notícias, O Imperial, Rio negro, Jornal do Comercio. As redações dessas folhas eram espécie de academia literária. Muitas de suas inteligências os governadores traziam para dar brilho aos gabinetes de Chefes de Estado. Com regular frequência, os intelectuais, e mesmo pessoas de todas as classes, viajavam para a Europa, e, em especial, a França, tão cara aos sentimentos latinos, entrando em intimidade com a vida cultural de Paris e os prazeres da cidade luz. Uma geração amazônica desfrutou dos encantos da civilização européia e trouxe para a sua terra os hábitos de bom gosto, o polimento social, o amor pelas coisas do espírito. (TOCANTINS, 1982, p. 125).

Essa descrição do ambiente cultural elaborada por Leandro Tocantins sintetiza o coroamento da *belle époque* e a atmosfera que alimentava os sonhos, ilusões e frustrações das gerações que viveram aquele período e se mantiveram vinculados a ela por meio da memória afetiva. Nascido em 1928, Leandro Tocantins, deixa transparecer o sentimento de transitoriedade e de nostalgia comum às gerações posteriores ao apogeu da exploração da borracha. A fragilidade exposta pela economia extrativa e de seus centros urbanos contribuiu para alimentar o sentimento de esquecimento e necessidade de integração nacional presentes na mentalidade dos intelectuais oriundos das famílias que dominaram o período da borracha, agora decadentes e sonhadores com a integração nacional. O apelo à integração nacional é o libelo que denuncia a fragilidade política das elites locais no quadro nacional, sem prestígio as famílias que dominaram o comércio e a exploração da

borracha se apegavam ao passado. Tão grande e tão pequena se sentiu aquela geração que viu seus sonhos reduzidos as incertezas do fado humano (GOETHE,1991, p. 41-51).

Belém não escapou as ilusões, incertezas, alegrias, medos, esperanças que o espírito moderno incute nos homens. Sua transformação se projeta no tempo no ritmo dos dramas, edulcorados pela ostentação de um estilo de vida e prazeres comparados ao da burguesia das grandes metrópoles européias. As elites locais donas das casas aviadoras e dos seringais, associadas às firmas européias, construíram suas residências inspiradas no *Art Nouveau*, com azulejos de Portugal, colunas de mármore de Carrara e móveis franceses. Esses novos ricos da borracha acharam prudente substituir as formas tradicionais de organização administrativa - que não correspondiam ao espírito da época - por bacharéis e doutores aptos a dirigir a burocracia pública e privada de acordo com os princípios republicanos, positivistas e sanitaristas modernos. Fato esse que suscitou a formação de um campo de profissionais liberais dotados de novos hábitos e estilos de vida. Em grande parte filhos das elites, esses jovens concluía seus estudos na Europa de onde trouxeram as novidades que se incorporavam e se reproduziam localmente no estilo de vida desses setores.

Era rotineira na cidade a presença de companhias artísticas da França, Itália, Portugal e do sul do Brasil contratadas para se apresentar no Teatro da Paz. A cultura e o lazer não se resumiam ao teatro da Paz, Belém foi inundada por inúmeras casas de diversões, como o Café Chic, Café da Paz, Moulin Rouge, Chat Noir, Café Madrid e Café Riche onde se encontravam homens públicos e de negócios para o lazer e ao mesmo tempo realizar contratos de compra e venda da borracha, de abastecimentos dos seringais, e até mesmo decidir a construção de obras públicas (SARGES, 2000, p. 54-55).

O luxo das roupas, a sofisticação dos cafés tomava conta das avenidas e das vitrines. Relatos da época indicam que tal requinte e sofisticação superavam em muito o estilo de vida da capital da República. Homens de inteligência dominavam a cena cultural personificando a o cosmopolitismo

que se abrigavam em jornais como: A Província do Pará, Folha do Norte, O Pará, A República, Diário Oficial, Diário do Congresso. A imagem cosmopolita evocada pela descrição acima assinala o quão européia, era Belém naquele momento. Para Leandro Tocantins, notava-se na capital do Pará maior ascendência européia que brasileira. Segundo ele, era difícil ou mesmo raro encontrar um paraense de posses que conhecesse o Rio de Janeiro, todavia, as elites amazônicas eram afeitas às belezas dos lagos suíços, dos boulevards e dos museus franceses, sem comentar, às artes das cidades italianas, ao encanto da vida vienense, expressando dessa forma um vínculo cultural mais intenso com a Europa. Todo esse intercâmbio proporcionava a cidade de Belém uma aura cosmopolita antes mesmo do final do século XIX (TOCANTINS, 1973, p. 195-203).

A metrópole paraense, que crescia aceleradamente e que rivaliza com Manaus a condição de pequena Paris dos trópicos, guarda com aquela semelhança em seus processos de urbanização. A preocupação com a ordenação do espaço público exigia ações práticas de natureza política, jurídica e administrativa. Medidas, essas, que se expressam no código de postura, na criação de políticas sanitárias, no controle do fluxo de imigrantes e, finalmente, no embelezamento da cidade. O conjunto dessas mudanças e medidas tem como fio indutor os ideais (republicano, positivista e sanitarista) que circulavam entre diversos segmentos sociais (forças armadas, profissionais liberais e pequena burguesia). Ideais que assinalam o fim da monarquia e prelúdio da república. As transformações modernas de Manaus e Belém levada a termo por Eduardo Ribeiro e Antônio Lemos, respectivamente, estão em sincronia com aqueles ideais, assentado, é claro, na riqueza produzida pela exploração da borracha na região.

O engenho do intendente Antônio Lemos, agente modernizador da cidade de Belém, se nutre daquelas disposições comuns ao espaço social do qual ascendeu. É possível afirmar que o motivo indutor de Antonio Lemos no processo de modernização de Belém possuía as mesmas raízes das concepções que estavam na ação de Eduardo Ribeiro na transformação moderna de

Manaus. Nascido no Maranhão, assim como Eduardo Ribeiro, Antônio Lemos serviu na marinha brasileira, atividade que o levou a Belém do Pará onde fixou residência. Sua habilidade com a escrita serviu de passaporte para a redação do jornal A Província do Pará, com a morte de seu proprietário arrendara o jornal, tornando-se o editor chefe. Nesse período reuniu um grande número de intelectuais de Belém em seu entorno, ganhando notoriedade e respeito se lançará na política. A trajetória de Antonio Lemos¹⁸, do Maranhão até a Intendência (Prefeitura) de Belém, demarca os espaços sociais percorridos, lugar das lutas e disputas entre os setores médios que comungavam dos ideais republicanos, positivistas e sanitaristas.

Só podemos, portanto, explicar essas práticas se as colocarmos em relação à estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do **habitus** (que engendrou essas práticas) com as condições do exercício prático desse **habitus**, isto é, com a conjuntura que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura (BOURDIEU, 1994, p. 65).

O conceito de *habitus* permite visualizar nas práticas políticas os ideais republicanos, positivistas e sanitaristas que motivaram as ações modernizantes de Antônio Lemos e Eduardo Ribeiro. A partir de diretrizes semelhantes, aqueles ideais conformam em seus espíritos e corpos a base das opções que puseram em prática para ordenar o espaço urbano das duas cidades. A identidade relativa das condições de existência tende a produzir sistemas de disposições semelhantes o que nos permite aproximar os projetos urbanísticos em jogo nas duas metrópoles inventadas pela borracha. Em nome do progresso, da ordem e da higienização, Antônio Lemos, no mesmo sentido que Eduardo Ribeiro, pois em movimento um projeto ambicioso de embelezamento de Belém. Exigindo mudanças (políticas, jurídicas e administrativas) que permitisse um controle maior sobre o espaço urbano. Um exemplo claro dessas novas diretrizes é a Lei nº 255 de 28 de 1889, determinando a reorganização na secção de obras municipais, o Código de Postura e as medidas de higienização (SARGES, 2000, p. 97-119). Ações que

¹⁸ A trajetória, portanto a formação, de Antonio Lemos guarda semelhanças com a trajetória de Eduardo Ribeiro, modernizadores de Belém e Manaus respectivamente. O que denota origens comuns no mesmo sistema de relações estruturadas.

definem o uso do espaço urbano por seus habitantes de acordo com sua condição social de classe, criando um ambiente favorável para as inversões de capital na cidade e na região e afastando do centro da cidade os estigmatizados, mendigos, prostitutas, vadios e até mesmo parte da classe trabalhadora. As instituições públicas e privadas passam a ser coordenadas e hierarquizadas conforme a disciplina moderna exige, para o processo de sujeição e docilização dos corpos para executar determinada atividade. Dispositivos disciplinares que permitem uma maior eficiência produtiva, mediante o controle sistemático do corpo, das vontades e dos desejos dos agentes inseridos no processo de produção de mercadorias. (FOUCAULT, 1984)

De acordo com o positivismo, o progresso – associado à ordem no lema da Bandeira brasileira – exigia dos mais esclarecidos, dos luminares, no topo da sociedade, assistência aos desvalidos e higiene para melhorar a saúde e evitar as epidemias. Antônio Lemos construiu orfanato, asilo de mendicidade, montou forno crematório, matadouro e sistema de esgotos, reorientando o traçado da cidade, que ampliou até o Marco da Língua patrimonial [...]. (NUNES, 2006, p.27).

As regulações dos modos agir e dos procedimentos, institucionalmente coordenados e hierarquizados pela Intendência de Belém, se efetivam por intermédio das decisões jurídicas, das medidas policiais, das diretrizes pedagógicas, da criação de internatos e dos códigos que disciplinam o uso do espaço urbano. Todas essas medidas são exemplos da intervenção das forças de socialização agindo no sentido de criar o cenário e os agentes modernos no trópico úmido. Constituinte da reprodução de mercadorias, a racionalidade cria uma fantasmagoria na selva, por trás da atmosfera da pequena Paris se ocultava o drama de milhares de indivíduos que com seu trabalho proporcionavam a ilusão efêmera da economia extrativa. Muitos anos depois do fim da era da borracha os espectros da *belle époque*, não cessaram de atormentar o espírito da produção literária e científica regional e nacional.

As relações sociais e os estilos de vida presentes no cenário moderno no qual estavam imersas Manaus e Belém, constituíram as condições de possibilidade da experiência-mundo primeira de Araújo Lima, Arthur Cezar

Ferreira Reis, Djalma Batista e Leandro Tocantins. As imagens de Manaus e Belém são referências impressas na memória afetiva da geração de intelectuais que experimentou o apogeu e o declínio da região. A ordem interna da família em meio a classe social a que pertence e as imagens dessa época, tornar-se-ão princípios de estruturação de suas experiências futuras.

Assim por exemplo, o **habitus** adquirido na família está no princípio de estruturação das experiências escolares (e em particular, da recepção e da assimilação da mensagem propriamente pedagógica), o **habitus** transformado pela ação escolar, ela mesma diversificada, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (por exemplo, da recepção e da assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural ou das experiências profissionais) e assim por diante, de reestruturação em reestruturação. As experiências [...] se integram na unidade de uma biografia sistemática que se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. (BOURDIEU, 1994, p. 80).

A trajetória de Araújo Lima, Arthur Cezar, Djalma Batista e Leandro Tocantins, vistas por esse ângulo, são sínteses do conjunto de relações sociais nas quais tiveram envolvidos, estruturadas e incorporadas como modos de agir, pensar que tem origem na classe ou fração de classe a qual pertencem. São essas condições sociais que permitiram a eles assumirem determinadas funções em meio à luta para conferir direção política, cultural e econômica para a região e o Brasil, ou melhor, exercer a função *diretiva e organizativa* na esfera política e cultural na acepção de Gramsci. Os esquemas de percepção estética, de concepções políticas, econômicas, morais, ou melhor, uma visão de mundo; é o suporte da mediação prática entre o indivíduo e o mundo social. Cabe salientar que os agentes não são autômatos ou epifenômeno da estrutura. Os *habitus* presente nas relações estruturadas em um grupo, classe ou fração de classe, são passíveis de serem ou não serem redefinidos na ação dos agentes, dada as circunstâncias de lugar e tempo. Essas inclinações alternam-se de *modos operatum* em *modos operandi*, regulando os desvios necessários que imprimem um estilo próprio a cada indivíduo e possibilitam as mudanças permanentes das estruturas que os engendram. (BOURDIEU, 1994, p. 79-81).

Oriundos dos setores médios, profissionais liberais e das ricas famílias proprietárias de seringais, casas aviadoras, comércio e jornais (que declinaram com o fim da economia da borracha) Araújo Lima, Arthur Cezar, Djalma Batista e Leandro Tocantins desempenharam papel relevante nas ações diretivas-organizativas na esfera político-cultural da região (GRAMSCI, 2004). A imagem da cidade de Manaus e Belém da *belle époque* será um tema recorrente nos escritos e nas obras desses quatro membros da *intelligentsia*¹⁹ regional, lugar das experiências primeiras se fixarão como luzes que se acendem no horizonte. Permitindo verificar as suas mudanças no tempo à medida que delas se distanciam por meio da constituição de novas experiências sociais. É na distância temporal que a memória afetiva os aproxima de uma época, expondo o papel que desempenharam nas lutas regionais e nacionais. As opções político-culturais que fizeram em meio às lutas pela definição da cultura e identidade (regional e nacional) se tornaram os termos de adesão a determinado projeto de desenvolvimento nacional.

2.2 ARAÚJO LIMA E OS ESTIGMAS SOBRE O HOMEM E A TERRA

Amazônia: a terra e o homem; livro, de Araújo Lima, lançado em 1931, sintetiza as posições de grande parte dos intelectuais locais na luta contra os estigmas imputados à região. Araújo Lima munido de um acervo de informações e com base no que havia de mais avançado na medicina, na física, na geografia, na história, na economia e na antropologia refutou e deu um duro golpe nas teses que apontavam o clima e o meio físico como fator que impediria o desenvolvimento da civilização moderna na Amazônia. Imediatamente o livro *Amazônia, a terra e o homem* tornou-se referência para os que buscavam uma explicação científica para o atraso da região, longe dos estigmas e preconceitos difundidos por uma literatura incapaz de compreender a problemática amazônica em sua integridade. O livro de Araújo Lima ganhou

¹⁹ Utilizamos o conceito de *intelligentsia* segundo a definição proposta por Mannheim. “Em cada sociedade, há grupos sociais cuja tarefa específica consiste em dotar aquela sociedade de uma interpretação do mundo. Chamamos tais grupos de *intelligentsia*”, (Mannheim, 1986; 38). Cabe salientar que a característica da *intelligentsia* no mundo moderno, reside no fato da formação dos intelectuais não ser monopólio de uma instituição ou casta, mas produto da competição aberta entre as experiências e visão de mundo que cada classe social possui.

mais evidência à medida que o sociólogo pernambucano, Gilberto Freyre o citou várias vezes em *Casa-Grande & Senzala*, dando relevância às qualidades científicas do estudo minucioso empreendido pelo sanitarista do Amazonas.

O título de médico sanitarista que Araújo Lima possuía, conferia a ele poder e prestígio no quadro social regional. Título que expõe por inteiro o processo e os mecanismos sociais de deslocamento que os jovens, oriundos dos setores dominantes da região, eram obrigados a fazer para os grandes centros no Brasil e na Europa²⁰, em busca de formação acadêmica em direito ou em medicina²¹.

Automaticamente os filhos dos setores dominantes que possuíssem formação em Direito ou Medicina se habilitavam para assumir funções na esfera pública e ao mesmo tempo conferia legitimidade para organizar a esfera cultural. Não é sem sentido que Araújo Lima exerceu o cargo de diretor da Instrução Pública do Amazonas entre os anos de 1917 a 1919; exerceu o cargo de prefeito de Manaus de 1924 a 1929, ao mesmo tempo, que era membro ativo da Academia Amazonense de Letras participando de suas discussões na esfera local e nacional. (BITTENCOURT, 1985, p. 100).

As ambivalências e contradições que atravessavam as relações sociais e as lutas entre as várias frações de classe dominante, pelo poder legítimo de conduzir os rumos políticos e culturais da região, se alargavam com o processo de mudanças mais amplas em curso no Brasil.

²⁰ A propósito da necessidade de se deslocar para os grandes centros em busca de formação por parte dos filhos das classes dominantes na Rússia Gramsci nos fala: “*uma elite dentre as pessoas mais ativas, enérgicas, empreendedoras e disciplinadas vai para o exterior, assimila a cultura e as experiências históricas dos países mais desenvolvidos do Ocidente, sem com isso perder as características mais essenciais da própria nacionalidade, isto é, sem romper as ligações sentimentais e históricas com o próprio povo; feito assim seu aprendizado intelectual, retornam ao país, obrigando o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada para frente (...)*”(Gramsci,2004; 27). Há uma semelhança estrutural no processo de formação das elites na Rússia e no Brasil e em particular no Amazonas, a missão de despertar o povo para o progresso e a civilização é uma disposição comum em Araújo Lima, Arthur Cezar, Djalma Batista e Tocantins.

²¹ - Nas sociedades onde a base industrial é restrita e não se desenvolveram superestruturas complexas, a maior parte dos intelectuais é do tipo tradicional, já que domina a produção agrária e o latifúndio, daí nasce à vocação bacharelesca do advogado e do médico (Gramsci, 2004; 31). O fato da Amazônia não possuir uma base industrial explica a escolha feita pelos filhos das classes dominantes entre direito ou medicina. Em uma sociedade que tem como base econômica o extrativismo, as profissões que denotam prestígio são tradicionalmente direito e medicina.

Esse momento indica as estratégias e práticas utilizadas, por esses grupos, a fim de se reproduzirem e manter o papel hegemônico na organização da vida social regional. Jovens intelectuais que foram estudar em Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro ou até mesmo na Europa, sem romper as ligações sentimentais, culturais e históricas com a própria terra. Retornam a região com a missão de despertar a consciência do povo para o desenvolvimento.

Uma geração amazônica desfrutou dos encantos da civilização européia e trouxe para sua terra os hábitos de bom gosto, o polimento social, o amor pelas coisas do espírito.

[...] há vários exemplos, relembre-se a figura do poeta amazonense, Raimundo Monteiro, neto de um dos desbravadores dos seringais do Madeira (seu avô fundou a cidade de Humaitá, que personifica bem o homem de inteligência, de família abastada, graças à borracha, típico da geração que viveu entre oitocentos e os primeiros anos do século atual. Monteiro, muito moço, vai estudar na França, como tantos outros jovens conterrâneos. E lá se entenece pelo viver parisiense [...]. (TOCANTINS, 1982, p. 125).

Araújo Lima faz parte dessa geração, nascido em 1884 na vila de Muaná (Ilha de Marajó), Estado do Pará, cedo sua família transferiu-se para Manaus, cidade na qual seu pai Dr. José Francisco de Araújo Lima viera exercer a função de Juiz de direito na comarca de Manaus, enquanto sua mãe D. Maria Amélia de Mendonça Lima dirigia o Colégio Santa Catarina do qual era proprietária. A origem familiar indica o espaço social no qual internalizara os primeiros *habitus* que serão atualizados e redefinidos a cada momento ao longo de sua formação escolar e em contextos situacionais mais amplos. (BOURDIEU, 1994, p. 46-81). Desse processo nascem as aspirações e práticas objetivamente compatíveis ao conjunto das origens sociais que dominavam a cena política, cultural e econômica de Manaus. Araújo Lima

Fez o curso primário no Colégio Santa Catarina e o secundário, no Ginásio Amazonense. Formou-se em Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1902, doutorando-se em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1912. Diplomou-se em Medicina Tropical, pela Universidade de Paris (1911-1912),

conquistando o atestado do Curso de Microbiologia do Instituto Pasteur de Paris. (BITTENCOURT, 1985, p.100).

A trajetória de Lima abre uma clareira que nos possibilita visualizar o jogo de forças presentes nas disputas entre os membros das frações e classes dirigentes. Os esquemas de pensamento adquiridos por meio das experiências escolares, associado a uma ampla rede de relações sociais, foram decisivas para que Araújo Lima tivesse um papel de destaque na esfera política e cultural regional e ao mesmo tempo o habilitaram para assumir a Inspeção de Educação e a Intendência Municipal (prefeitura) de Manaus. É possível afirmar que a maior parte do quadro dos intelectuais da região tinha origem social em frações dos *setores médios* (magistrados, militares graduados, profissionais liberais, e políticos profissionais), na burguesia comercial e extrativa em declínio com fim do período da borracha. Suas aspirações políticas e literárias - como ocupar cargos-chaves na esfera pública, escrever em jornais, poesia e romances - estavam condicionadas aos títulos, aos diplomas e ao capital de relações sociais que mobilizavam como trunfo em meio às lutas por posições mais relevantes. (MICELI, 2001, p. 53-68).

O fato é que entre as décadas de 1890 a 1935 havia uma disputa no meio científico, literário, artístico e filosófico por uma definição legítima do complexo bio-sócio-cultural da Amazônia. No centro desse campo de lutas encontravam-se Emílio Goeldi, Jacques Huber, Orville Derby, Ferreira de Castro, Silvino Santos, Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Raul Bopp, Nunes Pereira, Álvaro Maia, Alfredo da Matta, Péricles Moraes, Abguar Bastos, Dalcídio Jurandir, Araújo Lima e outros. Apesar dos distintos métodos, teorias e gêneros literários em jogo nesse debate, é possível afirmar no limite, que as obras desses autores, estejam polarizadas em torno da Antropogeografia de Friedrich Ratzel, da geografia humana de Vidal de La Blache, das teorias raciológicas de Gobineau, do positivismo de Augusto Comte, do evolucionismo de Spencer e das concepções humanistas de Alexander Von Humboldt. Entretanto, a questão que nos interessa é a disputa em torno da *questão nacional* presente nos escritos de cientistas, escritores e

ensaístas brasileiros. Nesses termos é que o *Amazônia, a terra e o homem* de Araújo Lima constitui uma das expressões mais dramáticas desse debate.

Na obra reaccionaria de reabilitação que se vem operando, no seio das elites brasileiras, contra as condenações pretensamente propheticas de Buckle ou de Gobineau, resta apenas, regenerada a nacionalidade pela contradicta dos homens e dos feitos, só ao homem amazônico o aviltamento daquela maldição.

Resta o labéo sobre o amazonense, o caboclo... Perdura o erro anthropologico, sociológico e histórico. A inaptidão aos hábitos de progresso e civilização, que lhe attribuem, continúa arrolada entre as fatalidades ethnicas que envilecem certas raças, compulsoriamente excluídas do convívio da civilização. (LIMA, 2001, p. 37-38).

Investido de um arsenal de informações científicas de diversas áreas, Araújo Lima elabora uma crítica aos que acreditam na incapacidade do homem amazônico incorporar os ideais de civilização e progresso. Nesses termos é que a questão nacional se mostra como pano de fundo no qual estão dispostos os dilemas da integração regional. Sua crítica endereçada aos estigmas imputados ao homem e ao clima amazônico visa demonstrar que a verdadeira causa do subdesenvolvimento regional é a falta de uma ação coordenada pelos poder público federal na área sanitária para garantir a saúde dos habitantes locais, investir maciçamente na educação e criar um fundo de investimento para financiar a indústria regional.

Cientistas europeus, brasileiros, viajantes, escritores, intelectuais locais disputam a primazia pelo poder legítimo de ordenar, classificar e explicar as relações sociais, a fauna, a flora e a paisagem física da Amazônia, a *raça* e *meio* constituem esquemas interpretativos presentes nas disputas científicas e literárias. Escritores consagrados como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Viana contribuíram, de forma decisiva, para tornar esses esquemas (*meio e raça*) procedimentos comuns às análises sociais elaboradas naquele período. Esquemas de interpretação que atribuían ao clima e ao índio as causas do atraso cultural e econômico da Amazônia. Nesse aspecto, intelectuais como Araújo Lima, e os seus concorrentes locais, Adriano Jorge, Alfredo da Matta, Agnello Bittencourt, Péricles de Moraes, Álvaro Maia,

Clóvis Barbosa e outros assumiram a missão de refutar os estigmas que recaíam sobre a região. Munido das técnicas mais modernas de pesquisa Araujo Lima refuta as teses que apontavam o clima e o índio como obstáculo ao progresso e desenvolvimento da Amazônia. A questão regional funciona como estratégia para os grupos locais se posicionarem no jogo entre as forças políticas que delineiam um projeto de nação naquele momento da vida nacional.

Estudando o eugenismo do índio, na evolução da nossa raça e formação de nossa nacionalidade, assim conceitua Oliveira Viana: “O índio, o caboclo puro, arrancado das suas florestas pela ferocidade do sertanista ou pela unção do missionário, é absolutamente incivilizável, é inteiramente refratário a qualquer influxo educativo, no sentido de sua arianização. Parece que sua estrutura mental é mais sólida do que a do negro e daí, desta sua menor maleabilidade, a sua invencível resistência a ação dos agentes civilizadores. [...]”. Não devemos aceitar, sem exame, o julgamento condenatório da capacidade assimiladora e fixadora do índio no seio da civilização.

A incivilidade do índio, isto é, a sua capacidade para assimilar a educação e para ser incorporado à civilização, é uma tese arriscada, para não dizer temerária. (Lima, 2002, p. 76-77).

Ao ponderar sobre os limites da tese defendida por Oliveira Viana, Araújo Lima situa o lugar do índio e da Amazônia na formação nacional, seus argumentos procuram reabilitar o índio, habitante secular da Amazônia, face às concepções que o tem como um empecilho a formação nacional. Contrário as teses de Bukle e Gobineau - que setores da *intelligentsia* e frações das oligarquias aceitavam como verdade científica – empreende um trabalho metucioso de pesquisa. Desloca, assim, a problemática do *meio* e da *raça* para os processos sócio-educacionais, a higiene e o desenvolvimento técnico. Não podemos imputar ao meio físico e, tampouco o homem, a causa da decadência, da estagnação sócio-econômica e cultural a qual região encontrava-se. O suposto fenômeno de seleção telúrica que se processa na região dos trópicos úmidos, tão propalado por Euclides da Cunha e Oliveira Viana, não passava de análises precipitadas e impressões claudicantes. (Lima, 2001, p. 138)

O que está em jogo não é somente a disputa por uma interpretação legítima da Amazônia, capaz de projetar e consagrar seu autor no espaço do *campo intelectual*. A posição dos intelectuais expõe as ambivalências, contradições e alianças presentes nas lutas entre forças sociais (grupos, frações e classes sociais) que buscam delinear um projeto nacional, no início do século XX. Isto porque o campo intelectual sofre injunções do campo de lutas políticas em um cenário de intensas disputas pela constituição de uma hegemonia.

Com efeito, os intelectuais brasileiros se entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo. Em muitas ocasiões, eles se tornam protagonistas políticos centrais. Além disso, arrogam-se uma competência particular para assumir a responsabilidade pela dimensão mais política do fenômeno político: a Ideologia. (PÉCAUT, 1990, p. 07).

A observação expressa por Daniel Pécaut, em *Os intelectuais e a política no Brasil*, nos diz muito sobre as relações estruturadas entre o conjunto das elites dominantes e a atmosfera intelectual que dominava o cenário do início do século XX. Para os intelectuais a realidade brasileira e regional oferece um espetáculo de um povo ignorante de sua identidade, de sua cultura e de seu destino. Eles, os intelectuais, assumem a missão de ajudar o povo a tomar consciência de sua identidade, de sua cultura e ao mesmo tempo criar as condições ideológicas para proporcionar a unidade nacional. Daí a ambivalência entre o seu compromisso com os interesses populares e um projeto nacional de feição autoritária.

“Organizar” a nação, esta é tarefa urgente, uma tarefa que cabe às elites. Dela os intelectuais têm ainda motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolivelmente cultural e político: forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar sua unidade. (PÉCAUT, 1990, p.15).

Os intelectuais de diferentes origens sociais e regionais não ficaram imunes a essa tendência que permeava suas práticas, um exemplo local pode ser observado na apresentação da revista *Equador*, lançada em Manaus, 1929 por Clóvis Barbosa.

O destino de Equador é trabalhar na preparação da consciência nacional. Incurvar-se-á no exercício das forças expressivas da raça, investigando-as. Interpretando-as.

Equador nasceu na hora de sol animadora duma consciência nova. Batizou-se com um compromisso de esforço para achar o nosso rythmo. Preoccupa-se com a mentalidade social e physica absolutamente brasileira. Quer olhar duro para a realidade semi-barbaras do meio. Quer olhar assim: espelhando um sentimento humano sem desacerto de espírito local.

Mas, engraçado! Equador anda vestido numa forma ecclética de nacionalismo. Nacionalismo passadista e actualista [...]

[...] Mas, que culpa temos nós que os iniciados do Rio e de São Paulo collassem errado os valores modernistas!... (BARBOSA, 2001, p. 3-5).

A disputa pela definição legítima da cultura e da identidade nacional contrapõe intelectuais de distintas regiões. Nesse sentido Clóvis Barbosa faz uma ressalva ao caráter mimético do modernismo do Rio e de São Paulo. Para Barbosa, escritores situados naquelas cidades copiaram o estilo estrangeiro sem acrescentar algo de si e de sua região no processo criativo. Ele, parte do princípio que devemos nos modernizar, mas sem abandonar nossas raízes *hybridas*, essas devem se atualizar continuamente no interior das novas experiências estéticas modernas que emergiram na Europa e nos E. U. América. Não podemos simplesmente copiar os modelos europeus, precisamos, segundo ele, reabilitar os valores locais e fundi-los com as concepções de modernas. É nesse mesmo sentido que Araújo Lima denuncia que o atraso de nossa região não tem como causa o meio-físico e o homem, e sim a falta de políticas de educação, sanitárias e de desenvolvimento sócio econômico. A posição desses dois autores denota a luta entre os intelectuais pela definição e classificação legítima da identidade e da cultura regional e nacional.

As obras produzidas em meio a essas disputas, particularmente a de Araújo Lima, denotam de maneira relativa à estrutura do mundo social, os esquemas de percepção e de pensamento que estão dispostos nas práticas sociais das classes e frações sociais nas quais tem origens os agentes envolvidos nessa luta. Essa estrutura social e os esquemas mentais podem ser observados a partir dos temas, dos princípios científicos dispostos para

interpretar, explicar e descrever a Amazônia, no dizer de Roberto Schwarz tanto a história como a estrutura social ficam cifrados na obra, assinalando as condições sociais que lhe deram origem. Basta observarmos o que significou as obras *Os Sertões* e *Amazônia, um paraíso perdido* de Euclides da Cunha, do ponto de vista simbólico em meio aquela luta pela definição da cultura e da identidade nacional.

Euclides da Cunha é quem primeiro desperta o brasileirismo-amazônico. Num sentido sociológico-político de integração da Amazônia no Brasil tão afastado e até ignorante de suas deformações sociais e econômicas, da aspereza de um meio que o homem amava anonimamente. Esquecido do mundo, jogado no tumulto das paixões, vítimas das doenças, de uma sociedade defeituosa, da crueldade dos sobas.

É na Amazônia que Euclides da Cunha viu um novo Brasil: um Brasil em que a mestiçagem étnica afirmava a presença do homem na terra e sua vitória sobre o meio[...]

Os Sertões abrem ao exame brasileiro o problema que o País tinha de enfrentar e até hoje desafia a sua capacidade de solucioná-lo: as desigualdades regionais. (TOCANTINS,1992, p. 13-27).

Essas obras entendidas como modelos, vão pautar o campo intelectual nos mais variados aspectos: na estética da narrativa, no modo de organização estrutural da exposição, na arguta percepção de uma cultura/ identidade nacional (constituída pela diversidade de tipos sociais regionais), na lucidez com que trata a questão regional de um Brasil profundo. Todos esses elementos sincronizados num estilo no qual arte e ciência se confundem assumiram um papel crucial na aspiração dos jovens que se lançavam no campo literário daquele período. Haja vista, que os aspectos mais densos do livro *Os Sertões* converteram-se em princípios que modularam as *tendências* comuns aos intelectuais daquela geração. Com efeito, os investimentos sociais, depositados na elaboração do livro por Euclides da Cunha levaram-no a Academia Brasileira de Letras. À proporção que aumentava seu prestígio intelectual, tornavam-se rarefeitas as críticas ao conjunto de seus escritos naquele ambiente intelectual do início do século XX. Consagração, que não

evitou a crítica empreendida por Araújo Lima em *Amazônia, a terra e o Homem* a concepção de seleção telúrica a qual Euclides da Cunha atribuía a seleção dos homens mais fortes para ocupar o espaço físico da Amazônia

“Aqueles caboclos rijos e esse saxônico excepcional não são efeitos do meio: surgem a despeito do meio; triunfam num final de luta, em que sucumbiram, em maior número, os que se não aparelhavam dos mesmos requisitos de robustez, energia e abstinência”.

Esse derradeiro argumento, que o grande Euclides da Cunha invocou para sustentar a “seleção telúrica” no alto Amazonas, é frágil, fragilíssimo. (LIMA, 2001, p. 139, grifo do autor).

Nesses termos, Araújo Lima assinala que não é o meio físico a causa que arruinava os homens. É a própria organização da vida social-carente de um sistema de educação, de higiene e de alimentação- que impede os homens de sobressaírem nesse ambiente colossal. A observação a que chegara Euclides da Cunha, sobre o homem amazônico, não passava de nulidades, demonstradas pelas novas técnicas alimentares e os novos tratamentos médicos que reduziram o coeficiente de morbidade e letalidade das endemias tropicais. Araújo Lima, conclui que o avanço da engenharia sanitária, dos procedimentos médicos, concomitante a uma política de instrução educacional constitui uma estratégia adequada para superar a situação de atraso, abandono e esquecimento nos quais a Amazônia foi lançada por setores da Nação.

Ao indicar os limites da seleção telúrica formulada por dois grandes espíritos da vida intelectual brasileira, Euclides da Cunha e Oliveira Viana, Araújo Lima se põe de uma só vez no centro das discussões sobre a cultura e a identidade nacional; e no centro da luta em torno de projeto nacional, que deve ter por matriz a diversidade cultural de nossas regiões, estabelecendo um pacto federativo mais equilibrado entre os estados. A percepção de que os processos sócio-econômicos de ocupação da Amazônia se efetivaram historicamente por meio de ações solitárias, muitas vezes na base da aventura, não podendo dessa forma subjugar as forças da natureza, realidade histórica que necessita de uma ação política coordenada do estado para dar o suporte estratégico ao desenvolvimento sócio cultural e econômico da Amazônia.

Projeto político de caráter federal que deve ter como eixo a saúde e a educação, por trás desse projeto de desenvolvimento regional reside a *missão* dos intelectuais, que é dotar o povo de consciência de seu papel na história. Cabe aos intelectuais, por meio do poder público, formular projetos para conduzir os homens e a sociedade à civilização.

O homem só escoteiro, sem guia; sem saúde nem cultura; sem defesa nem proteção; sem preparo nem prévio trabalho adaptativo, o homem do Amazonas campeia naquele cenário como um gigante, inconsciente de sua bravura. (LIMA, 2001, p. 54).

É dever do intelectual, fazer com que o povo adquira consciência de seu destino histórico e que aspirem uma organização do estado, disposto a criar as estruturas administrativas, jurídicas, políticas necessárias para proteger, educar e curar os males dos desbravadores de uma região tão inóspita. Essa concepção de um estado coordenador das ações dos indivíduos em um espaço físico - permitindo-lhes desenvolverem suas atividades privadas protegidas por uma rede de instituições estatais de saúde, educação e orientação – são percepções do mundo e da realidade amazônica comum as frações dos setores dominantes regionais nos quais Araújo Lima estava enredado do ponto de vista de suas origens sociais. Tratava-se de assegurar a coesão interna da nação por meio da educação pública, pois *nas nacionalidades não há **unidade antropológica**, mas deve haver **unidade psíquica**. A estrutura cerebral não oferece barreira à transformação mental dos homens, independentemente de contingências raciais. A **educação** é o fator máximo de transformação histórica das raças, traçando as diretrizes das nacionalidades.* (LIMA, 2001, p. 48, grifo nosso). Não é o meio, nem a raça a razão da decadência, do abandono e do atraso da Amazônia senão fatores históricos que acompanharam uma economia destrutiva, juntamente com uma ocupação predatória que dissipou toda a riqueza nativa. Todavia a educação, o desenvolvimento técnico-científico e uma política de saúde podem reverter esse quadro. Com um só lance Araújo Lima postula a saída dos impasses regionais (atraso, declínio, abandono e esquecimento) e as bases de um projeto nacional via educação. Os distintos tipos físicos característicos da diversidade racial

brasileira seriam condensados em uma unidade nacional por meio da educação, a fim de superar o fatalismo e o determinismo que nos precipitavam na barbárie e no atraso.

2.3 ARTHUR CEZAR E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Quando Arthur Cezar Ferreira Reis nasceu em 1906, Araújo Lima, com vinte e dois anos, acabara de se formar em Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia e assumira a cátedra de História Natural, mediante concurso público, no Ginásio Amazonense Pedro II. Não podemos concluir de forma apressada que esses vinte dois anos, que separam esses dois membros *intelligentsia* local, são suficientes para se estabelecer uma oposição em termos de *maneira de viver* socialmente estruturada. O ambiente e a atmosfera das relações sociais entre as classes, nos quais Arthur Cezar se educou e assimilou os problemas e os impasses regionais, sobre os quais as elites locais estavam enredadas, estão proporcionalmente presentes nas tomadas posições políticas e intelectuais de Araújo Lima. O interesse em reabilitar a Amazônia perante seus detratores, que viam o clima e meio físico como um obstáculo a constituição de uma civilização nos trópicos; o objetivo de retirar a Amazônia do limbo do esquecimento a qual fora relegada após o *rush* da borracha; e a necessidade de criar uma consciência nacional em torno da integração da região a Nação, são temas e problemas que estão presentes no conjunto das frações médias e da burguesia extrativa em declínio, lugar de origem de grande parte dos intelectuais local. As relações sociais entre esses setores é o espaço social de interseção no qual nascem as aspirações e as adesões a determinadas posições políticas, artísticas e culturais presentes em distintas modulações no pensamento de Araújo Lima e Arthur Cezar, internalizadas como consciência particular dos problemas que incidem sobre a região na qual desenvolvem suas práticas sociais. O conjunto dessas relações em que ambos estão subsumidos nos leva a concluir que *as percepções dos problemas regionais* e *as resoluções possíveis* estavam presentes nas classes e frações de classe dominantes na vida política e cultural da região, indicando dessa forma

o papel que haviam de desempenhar na luta legítima pela integração da Amazônia ao projeto nacional em disputa nos anos vinte do século passado.

O indivíduo se encontra em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriado, tentando reelaborar os modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das variações e mudanças em situação. Cada indivíduo é, dessa forma, predeterminado em duplo sentido pelo fato de crescer em uma sociedade: encontra, por um lado, uma situação definida e, por outro, descobre em tal situação padrões de pensamento e de conduta previamente formados. (MANNHEIM, 1986, p. 31).

A observação de Mannheim é oportuna na medida em que para nós, insere a problemática histórica na constituição do *habitus*. Indicando que embora Araújo Lima e Arthur Cezar Ferreira Reis compartilhem condições sociais semelhantes, atuam no espaço social conforme a natureza dos problemas históricos que enfrentam no período mais fecundo de suas produções intelectuais. Não é sem sentido que para Araújo Lima a ruptura oligárquica de 1930 significou o fim de seu ciclo como político e intelectual de ação; por outro lado, para Arthur Cezar significou sua ascensão política e intelectual no âmbito da constituição de um novo arranjo de poder que se formara nesse cenário histórico. Esse fato indica que os esquemas mentais e as disposições comuns a ambos os autores permitiram-lhe alcançar um diagnóstico semelhante sobre a situação em que se encontrava a Amazônia. Todavia as alianças e relações com grupos sociais distintos apontam os caminhos e as opções políticas que os dois trilharam a fim de solucionar os entraves para o desenvolvimento regional e nacional. Condições sociais, comuns ou semelhantes, compartilhadas não engendram práticas sociais homogêneas, em razão do tempo histórico internalizado como autoconsciência dos problemas enfrentados pelo grupo de origem dos indivíduos (MANNHEIM, 2008).

As disputas regionais que dominaram o cenário político e cultural brasileiro dos anos vinte expõem as fraturas entre os vários segmentos dos setores médios das elites regionais brasileiras. O efeito prático dessa disputa

pela definição política e cultural legítima da nacionalidade e de nossa identidade torna-se visível nas ações dos políticos e intelectuais oriundos desses grupos sociais. Arthur Cezar Ferreira Reis, da mesma forma que Araújo Lima e outros, são agentes sociais em luta por um projeto nacional capaz de retirar a Amazônia do atraso sócio-cultural ao qual foi submetida historicamente pelo extrativismo e integrá-la efetivamente ao Brasil.

Há que se proceder, portanto, a fim de que se torne efetiva e realista a ocupação da Amazônia, a um inventário da Amazônia brasileira, revelando-a, na sua realidade, como mundo tropical e empório de matérias-primas, região cuja **integração** representa em nosso entender a grande operação **geo-política** do futuro, importando na maturidade brasileira. (REIS, 1972, p. 17, grifo nosso).

No argumento de Arthur Cezar estão presentes as posições políticas acerca do papel que a Amazônia tem no concerto de um projeto nacional de desenvolvimento comum aos intelectuais da região. A integração da Amazônia constitui a solução para os problemas que afligem grande parte dos setores dominantes, ansiosos para retirar a região da estagnação econômica vivida após o *boom* da borracha, Arthur Cezar procurou institucionalizar suas formulações intelectuais sobre a Amazônia por meio do exercício político de funções públicas estaduais e federais que exerceu frente à SPVEA, ao INPA, ao Governo do Estado a EMBRAFILME e outras. Sua ação frente a esses organismos e instituições assumira a condição de meio para operar integração proposta. Essas posições sugerem o delineamento de uma estratégia que visava à construção de uma consciência nacional sobre os problemas no qual a Amazônia está imersa.

Durante muito tempo, na paixão do que a região representava, pois filho dela, era ela minha constante para as reflexões e as meditações como para os atos com que procurava servi-la, procurei propô-la ao Brasil, à consciência do Brasil. (REIS, 1972, p. 10).

Esse compromisso surge de uma percepção comum que se formou historicamente entre os setores dominantes com a *débâcle* do extrativismo da borracha. Para Arthur Cezar atualizar a problemática amazônica significa

consolidar a posição política regional, fazendo-a penetrar nos interstícios da questão nacional em debate e compor com determinados segmentos sociais (entre esses o setor agrário nordestino) um novo projeto hegemônico para o Brasil. Sua proposta é a de que a Amazônia deve ser interpretada como uma articulação necessária de um novo modo de conceber a unidade nacional brasileira. Os problemas estruturais decorrentes da constituição do estado moderno ganham novos contornos em formações sociais submetidas ao colonialismo europeu, como o Brasil, questões como: a unidade nacional face às injunções externas; a subordinação da nação a ordem econômica mundial; o baixo dinamismo econômico de determinadas regiões no interior da nação gerando impasses para sua integração; são temas cambiantes no interior do quadro político no interior do qual as frações de classe dominantes procuram impor sua visão de mundo como um valor universal. Nesse termos a função de direção política designa uma situação estruturada de tal modo que o *Estado* torna-se o lugar privilegiado para o processo de institucionalização da integração da Amazônia via políticas públicas. Nesse solo político e social movediço, Arthur Cezar Ferreira Reis definira as prioridades necessárias para permitir que a Amazônia seja de fato integrada ao restante da nação. Cumprindo sua missão cívica de estimular o debate nacional em torno da problemática amazônica, Arthur Cezar realiza suas aspirações privadas de se tornar um intelectual reconhecido localmente e nacionalmente. *Missão* e *aspiração* internalizadas como parte dos esquemas de percepção do mundo comuns aos membros de determinadas classe e frações de classe ou de grupo sociais que assumiram a função de intelectuais (BOURDIEU, 1994, p. 75-81).

As questões apontadas acima ajudam a compreender as condições sociais que possibilitaram a Arthur Cezar Ferreira Reis desempenhar papel ativo no processo de modernização regional. O *capital social* e *cultural* acumulado pela sua família e herdado por ele, favoreceu decisivamente o seu desempenho escolar no curso de Direito iniciado em Belém em 1923 e concluído na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1927. Essa mudança obrigatória e necessária de ambiente, em busca de concluir o curso de Direito, amplia a rede de relações sociais para além dos círculos letrados e políticos

regionais. O investimento nas relações sociais que se estendem de Manaus, passando por Belém até a capital do Brasil será decisivo para as posições assumidas por Arthur Cezar Ferreira Reis na esfera política e cultural durante sua vida. Evidente que sem suas qualidades intelectuais de amazonólogo, historiador e jurista sua estratégia para se posicionar no âmbito nacional se tornaria difícil. O exercício intelectual que empreende se efetiva no interior de círculos de relações estruturadas que lhe outorgarão reconhecimento nos momentos oportunos da vida cultural e política brasileira. É por meio do discurso da integração da Amazônia ao projeto nacional - em vias de constituição - que procura posicionar as elites locais no jogo de forças que conduzirá a nação ao desenvolvimento industrial. O *capital social*- herdado e alargado ao longo de sua formação - somado ao *capital cultural* são atributos simbólicos que lhe proporcionam uma via de acesso aos cargos chaves na condução do processo de modernização nas esferas política, cultural e econômica regional e nacional. Os cargos públicos de alto e médio escalão na esfera pública federal e regional constituíam um campo aberto de aspirações presente no horizonte dos jovens intelectuais pertencentes às frações de classe que se alternavam no poder (MICELI, 2001). A mudança para Belém do Pará e posteriormente para o Rio de Janeiro, capital federal, constituiu por parte de Arthur Cezar Ferreira Reis um investimento em busca de realizar aquela aspiração. As estratégias postas em prática para alcançar suas aspirações são acompanhadas de um dever cívico do papel que devia desempenhar no processo de organização política, social e cultural da região e da Nação²².

Na elaboração de uma nacionalidade, esses quadros humanos são fundamentais. Porque eles é que passam a ter a direção política, econômica e cultural, disciplinando a vida coletiva, fazendo-a emergir da inferiorização, assegurando-lhe vitalidade, conduzindo-a no concerto das nações, uma vez que não há hoje mundos distantes. (REIS, 1986, p. 198).

²² - Sobre esse tema ver a obra de Daniel Pécault, *Os intelectuais e a política no Brasil*.

Arthur Cezar educou-se em uma atmosfera cultural na qual estava disseminada a percepção que o intelectual faz parte de uma elite cuja *missão*²³ é servir a uma coletividade, num sentido social. As elites são, para ele, minorias ativas e responsáveis pelo exercício de atividades públicas de grandes metas capazes de promover o bem-estar e a ordem social. No seu modo de ver, o Brasil já possuía as elites essenciais para atender nossas aspirações. Sem esse potencial humano especializado, compondo a inteligência cultural e política, o equilíbrio regional e nacional estaria ameaçado. Essa nova elite precisa assumir uma posição exata, realística, do papel que lhes cabe, refletindo a posse de uma consciência cívica que não deve ater-se a preocupações limitadas do ganho imediato, do lucro pessoal, mas servir à coletividade, de que são partes importantes. Por meio da contribuição daquelas elites (intelectuais) podemos efetivar as aspirações de integração e desenvolvimento nacional que nosso presente requer. Não se trata de apagar o passado, que para Arthur Cezar nos legou lições admiráveis a cerca da integração regional. Homens como Pombal, Mauá, Tavares Bastos, Arthur Bernardes, Euclides da Cunha são exemplos do comprometimento de gerações com o projeto de integração da Amazônia a vida nacional. Trata-se na verdade de submeter o progresso a uma direção consciente por meio da elite intelectual, formada para executar tal missão, sem apagar nosso passado (REIS, 1972, p. 09-26).

[...] procurei definir a região nos aspectos que melhor pudessem caracterizá-la naquilo em que ela constituirá um **valor positivo** a somar no esforço brasileiro para criarmos-nos como potência. Porque se é esse o nosso destino no concerto universal, para tal atingirmos a contribuição da Amazônia há de ser das mais expressivas. (REIS, 1972, p. 11, grifo nosso).

Argumento plausível no interior de uma estratégia que se propunha a transformar em questão nacional a situação a qual a Amazônia fora submetida após o *rush* da borracha, e da qual emergiu uma extensa literatura que expôs as entranhas do declínio, da crise, da decadência, do esquecimento e do

²³ - O conceito de *missão* é utilizado segundo a definição de Fichte e Mannheim. Comprometimento que o intelectual assume em despertar a sociedade, o povo para a sua realização política, moral e material, primeiro como Nação em segundo como parte da humanidade.

abandono a que fora relegada a Amazônia pelo poder público federal. Arthur Cezar Ferreira Reis reconhece como legítimos esses diagnósticos e os compartilha em seus escritos. Contudo aponta como saída para exorcizar os espectros da borracha, que ronda Manaus e Belém, a integração regional. Empresa que exigiria impetuosidade dos agentes públicos e culturais para transformá-la em um tema da agenda do projeto nacional que se delineava entre as forças políticas entre os anos 30 e 50. Para além das análises sócio-históricas e culturais da formação regional, é preciso ação política dos intelectuais da região para se posicionar face ao desafio de superar as representações comuns que dominavam o imaginário da sociedade brasileira sobre a Amazônia: ambiente hostil no qual o clima e o meio impossibilitam o desenvolvimento da civilização.

Ao acentuar a ação política que os intelectuais devem desempenhar para se posicionarem em meio à disputa pela definição legítima de um projeto nacional, Arthur Cezar expõe as aspirações aos cargos públicos, nos escalões médios e altos do governo estadual e federal, que faziam parte das estratégias de reprodução das classes dominantes regionais brasileiras. Nesse espaço social em disputas “faz-se necessário, portanto, vencer hesitações, desequilíbrios entre as regiões e **formar uma elite** capaz de atender ao chamado do País na hora de sua intervenção mais impetuosa nos destinos universais” (REIS, 1972, p.132, grifo nosso). Caberia às elites regionais elaborarem os mecanismos institucionais para a integração nacional superando os desequilíbrios que possam impedir que o Brasil assumira um papel de destaque no concerto entre as nações.

As relações sociais que se estabeleciam entre os filhos das oligarquias regionais e suas experiências em meio ao processo de deslocamento para os grandes centros, a fim de se formarem em direito, medicina ou engenharia engendrava aspirações políticas a cargos nos escalões altos e médios da burocracia do governo local e federal como estratégia de se colocarem no debate nacional e se reproduzirem em face da decadência econômica e a perda do prestígio político. O pertencimento às famílias tradicionais de Manaus e

Belém conferia um pré-requisito social para o preenchimento dos cargos públicos entre os jovens recém formados nas faculdades dos grandes centros. Arthur Cezar Ferreira Reis como membro desses extratos sociais dispunha dos atributos ou pré-requisitos sociais necessários para fazer de suas aspirações políticas e intelectuais o motivo condutor das estratégias práticas que o levaram a ocupar posições chaves na esfera pública regional e federal.

Diante do jogo político entre as frações dominantes das elites locais - em busca de formular um projeto de desenvolvimento regional como meio de se posicionar diante do quadro que se desenhava em âmbito nacional - Arthur Cezar Ferreira Reis assume em 1930, aos 24 anos, o cargo de chefe de gabinete da Junta Governativa Revolucionária de 1930 que dirigirá o Estado do Amazonas de 24 de outubro a 1º de novembro. Sua relação de pertencimento aos setores médios, que se posicionaram a favor da ruptura oligárquica de 1930, a exemplo do Coronel José Cardoso Ramalho Júnior, José Alves de Souza Brasil, Francisco Pereira da Silva, Álvaro Botelho Maia e outros, conferem a ele passaporte para a chefia de gabinete. O breve exercício dessa função lhe projetará para a vida pública no âmbito estadual e federal, estreitando sua ligação com círculos de relações próximas ao presidente Getúlio Vargas. Concomitante ao desempenho de funções públicas, mantém viva sua produção intelectual e o exercício do magistério, que o credencia na luta pela definição da cultura e identidade regional face ao projeto nacional que se pretende.

O conjunto das relações sociais parece ser o ponto de partida de suas adesões científicas, políticas e culturais dando a ele consciência sobre o lugar da Amazônia no jogo de forças nacional/mundial e o papel político que os intelectuais da região deveriam desempenhar na esfera pública e cultural a fim de participarem ativamente na elaboração de uma hegemonia que fosse além da esfera local. A compreensão histórica que Arthur Cezar Ferreira Reis tem acerca da formação regional, pode ser lida como o auto-esclarecimento do grupo social, ao qual pertence, a respeito de sua condição no quadro nacional.

Em outras palavras, consciência de seus limites, suas fragilidades e possibilidades mediante as mudanças sociais que se processam no Brasil.

[...] na medida em que o mundo se torna um problema, não o faz como objeto desligado do sujeito, mas, pelo contrário, vai ao encontro da contextura das experiências deste. A realidade é descoberta pelo modo em que aparece ao sujeito no decorrer de sua auto-extensão (quando se estende sua capacidade de experiência e de seu horizonte). (MANNHEIM, 1986, p. 75).

Parece evidente a conexão entre a compreensão histórica da formação regional e a motivação política que conduz Arthur Cezar Ferreira Reis a aspirar um papel ativo na esfera pública regional e nacional. Nesse sentido seu diagnóstico conclui que a Amazônia era apropriada e vista apenas, como área que funcionava para a satisfação de uma atividade mercantil, sem que, de parte do poder público, houvesse a preocupação de um programa de Estado. A filosofia dominante era ainda a do liberalismo ou das vantagens comparativas de Paul Samuelson²⁴. Nada de interferência governamental para nortear a produção, a localização dos imigrantes, a fim de preservar-lhes a saúde e assegurar-lhes as condições mínimas que, numa visão menos imediatista, deveria ter sido a postura de um Estado comprometido com o controle e a integração de seu território. (REIS, 1972, p. 72). Esse argumento ganha densidade no interior de um campo de disputas pela hegemonia de um projeto nacional. O cenário de mudanças provocado pela ruptura oligárquica de 1930 torna possível a realização das aspirações intelectuais e políticas que se internalizaram em Arthur Reis naquele ambiente de tensão e luta entre as classes sociais.

A proximidade entre sua proposta de integração regional e o projeto nacional-desenvolvimentista o credencia para assumir postos-chaves na administração pública federal a partir dos anos 40. É no final dessa década

²⁴ A teoria das vantagens comparativas de caráter liberal proposta por Paul Samuelson defendia a tese de que se os países não-industrializados se especializassem na produção de produtos primários levariam vantagem no intercâmbio com os países industrializados, em razão de que os preços dos produtos primários tenderiam a aumentar e dos produtos industrializados tenderiam a cair. Tese que foi contestada pela CEPAL nos anos quarenta por meio da comprovação da deterioração dos termos de intercâmbio entre os países industrializados e os não-industrializados. Veja no Brasil a polêmica clássica entre Eugênio Gudim defensor da tese das vantagens comparativas e Roberto Simonsen presidente da FIESP nos anos quarenta e crítico das teses liberais.

que assumira o cargo de Diretor Geral da Divisão de Expansão Econômica do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro. Imediatamente promoverá um debate a cerca da necessidade de uma ação mais incisiva do Estado brasileiro sobre a região norte, galvanizando a opinião pública brasileira para a importância estratégica da Amazônia para o futuro da Nação. Nesse aspecto, dirige sua crítica aos legisladores brasileiros, que reunidos no Congresso Nacional para elaborar a constituição de 1946, aprovaram o plano de valorização para Amazônia, porém descumprindo suas obrigações cívicas procrastinaram a regulamentação e a efetivação do planejamento estratégico para a região.

[...] Cabe aqui referir que o Presidente Getúlio Vargas, que compreendia a importância da operação, desgostoso com o retardamento de tudo no legislativo, criara um grupo de trabalho, sob a presidência de um de seus assessores técnicos, o economista Rômulo de Almeida, **grupo de que fui o secretário executivo**, e grupo que promoveu o primeiro inventário realístico da região como tarefa preliminar para o plano que posteriormente, seria elaborado. (REIS, 1972, p. 58-59, grifo nosso).

Ao discutir a questão regional Arthur Cezar revela a competição entre as frações de classe pelo poder político de conduzir as mudanças institucionais no Brasil dos anos 50, cenário no qual cada grupo tende a desenvolver sua própria perspectiva do papel que o Estado deve desempenhar no processo de desenvolvimento regional e nacional. O engajamento político em torno de uma concepção de Estado pode ser deduzido a partir das práticas sociais dos agentes no exercício de suas funções públicas.

Tendo como pressuposto que os desníveis regionais, ou melhor, os desequilíbrios entre a Amazônia e as outras regiões do Brasil só serão reduzidos mediante a política de valorização conduzida pelo Estado, é que Arthur Cezar Ferreira Reis assume em 1953 a direção da SPVEA. Passo decisivo para lhe colocar em evidência contínua na esfera pública federal, desempenhando dessa forma funções estratégicas para o processo de integração e modernização regional. Em 1956 assume a direção do INPA (Instituto de Pesquisa da Amazônia), a convite do Coronel Aldo Vieira da

Rocha. A frente do INPA promoveu um planejamento estratégico dentro dos limites orçamentários, permitindo a sobrevivência daquela instituição em meio às discussões parlamentares que procuravam restringir o orçamento daquele Instituto ou mesmo tentar extingui-lo por meio de argumentos subreptícios, afirmando não haver necessidade de um Instituto específico para o estudo da Amazônia. Com muito esforço conseguiu convencer parte dos parlamentares da necessidade estratégica do INPA para o desenvolvimento nacional. O seu bom trânsito entre os setores *nacional desenvolvimentistas*, de *feição trabalhista* de Getúlio Vargas, e do *nacionalismo conservador* - composto por um espectro de forças que reunia desde setores agrários tradicionais, parte da classe média, militares, até parte da igreja católica - lhe conferiu prerrogativas capazes de transformá-lo em personagem chave no processo de mudanças estruturais a qual a Amazônia fora submetida após o golpe militar de 1964.

Em seu livro *Como governei o Amazonas*, Arthur Cezar Ferreira Reis relata as circunstâncias que levaram a sua nomeação para o governo, descreve o caos no qual estava mergulhada a administração pública, a educação, a saúde e as diversas esferas do executivo estadual e finalmente expõe os avanços e realizações do período em que esteve à frente do executivo estadual como interventor nomeado. No seu modo de ver, o Amazonas era um imenso espaço franqueado ao desregramento; à administração pública era eivada de vícios, onde se praticava desatinos e desonestidades de que o país tinha plena consciência. A vida municipal era realizada sem obediência aos bons padrões morais, necessitando de uma intervenção capaz de alterar significativamente a administração pública. O prestígio que possuía junto aos militares e aos setores civis conservadores o credenciava para assumir o executivo estadual.

Em missão oficial pelo Ministério da Indústria e Comércio, do qual era funcionário de carreira, Arthur Cezar Ferreira Reis encontrava-se em Genebra quando o golpe militar de 1964 alterou drasticamente a vida nacional.

Quando, por isso, ao desembarcar no Rio de Janeiro, em junho de 1964, tomei conhecimento de que fora eleito governador do

Amazonas por decisão da Assembléia Legislativa Estadual, compreendi imediatamente porque fora preferido nos mais altos escalões do Comando Revolucionário. Ademais, à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de quem não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União. (REIS, 1967, p. 11).

Suas aspirações e disposições tecidas em meio às frações dominantes de viés conservador, da região, estão na base de sua adesão as posições políticas autoritárias. Na verdade, conduziram-no em direção as forças sociais que postulavam uma intervenção autoritária capaz de solucionar os impasses e as incertezas dos conflitos sociais vividos pela nação. Não é sem sentido, que entre 1956 e 1958, quando dirigiu o Instituto de Nacional de Pesquisa da Amazônia, participou ativamente dos preparativos para uma solução revolucionária de caráter conservador, que esteve a deflagrar por mais de uma vez, para por fim a desordem e o desatino que havia absorvido a vida pública brasileira. Entretanto, não existia atmosfera objetiva nos anos cinquenta, para justificar uma ruptura institucional autoritária (REIS 1967, p. 9-11). Ironias a parte, seu argumento expõe as ambivalência de um intelectual que não participava, ou melhor, se esquivava da vida político partidária, mas que por outro lado desenvolvia uma intensa atividade política sub-reptícia no planejamento de uma solução autoritária para as tensões sociais, efeito da pressão que as massas exerciam em favor das reformas de base no Brasil desde a segunda metade dos anos 50, e que se intensificaram no início dos anos 60.

É em meio à agitação frenética do nacional desenvolvimentismo de feição getulista/trabalhista do início dos anos cinquenta, que Arthur Cezar se deparara com, *O rio comanda a vida*, obra de um jovem escritor paraense incomodado com a ausência de uma política de integração e desenvolvimento voltada para Amazônia. Estava selada uma amizade, parceria e cumplicidade intelectual com Leandro Tocantins, esse o acompanhara desde a comissão de estudos e implantação da SPVEA até última função pública que irá exercer no Ministério da Cultura, nos Anos 80. A natureza e o caráter dessa amizade é

resultado das afinidades políticas e culturais de propensão conservadora que ambos nutriam socialmente. O que explica, em parte, o alinhamento de forças sociais regionais a determinadas alianças políticas com os setores conservadores que irão definir os rumos do país. O prestígio intelectual alcançado com seus livros e as relações sociais que sustentavam com amplos espectros dos setores conservadores foram decisivos para as posições que ocuparam no processo de modernização conservadora levado a termo pelo regime autoritário, pós 64.

Filho de Vicente Torres da Silva Reis proprietário do Jornal do Comércio, Arthur Cezar Ferreira Reis viveu intensamente as discussões políticas, os impasses econômicos aos quais a região fora submetida, o declínio das ricas famílias e de um estilo de vida pautado na riqueza oferecida pela borracha. Nesse espaço social moldou sua forma de pensar as relações sociais e políticas, que serão moduladas pelas experiências futuras no curso de Direito; pelos novos círculos de relações pessoais; e pelas alianças políticas tecidas em meio aos conflitos entre as classes dominantes. Suas posições e adesões políticas já indicavam um viés conservador/autoritário que o conduziu em direção aos setores que elaboraram e executaram o golpe civil-militar de 1964.

A legitimidade conferida ao seu discurso científico sobre a história social da região e sua ação política desvinculada de partidos constituíra verdadeiros trunfos que outorgaram a Reis a liderança de um grupo de intelectuais da região que aderiram ao projeto de *modernização conservadora*, responsável pela implantação dos grandes projetos na Amazônia durante a ditadura.

2.4 DJALMA BATISTA E O ENIGMA AMAZÔNICO

No ano de 1939, Arthur Cezar Ferreira Reis lançou, em Belém do Pará, o livro *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Nesse mesmo ano, Djalma Batista aos 23 anos concluía o curso de Medicina na Universidade da Bahia. O tempo histórico que dinamiza as relações estruturadas haveria de dispô-los em

um ambiente comum de alianças e disputas pelo poder de definir legitimamente o modo como a Amazônia deveria ser integrada ao projeto nacional em discussão nas décadas de 50 e 60. Vale ressaltar que ambos dirigiram o INPA, Arthur Cezar de 1956 a 58 e Djalma Batista de 1959 a 1968.

A formação médica/sanitarista de Djalma Batista e sua vocação humanista estabelecem um nexo que o liga diretamente ao projeto político de Araújo Lima (médico/sanitarista e humanista), que fora compulsoriamente afastado da vida pública no Amazonas, em 1930, em razão de ter se posicionado contra a ruptura oligárquica liderada por Vargas. Todavia, sua obra - *Amazônia, a terra e o homem* - tornara-se para toda uma geração de intelectuais da região referência e instrumento de luta contra os que viam no clima e no homem da região as causas de nosso subdesenvolvimento. O legado científico e cultural, de Araújo Lima, permaneceu entre as novas gerações, disposta a reabilitar o homem e o meio físico amazônico dos detratores que acreditavam ser impossível qualquer desenvolvimento moderno nos trópicos úmidos. Condenação *a priori* da região ao esquecimento e a completa ausência de política pública federal, que pudesse reverter o atraso econômico e cultural que mergulhara após o *boom* da borracha. Em meio à geração dos intelectuais locais surgidas pós 1930, que compartilhavam as teses de Araújo Lima, o jovem médico/sanitarista/humanista Djalma Batista desempenhara um papel relevante na disputa pelo poder legítimo de definir-conduzir o processo de desenvolvimento regional a partir de critérios científicos, que levasse em consideração os valores culturais que definiam nossa identidade regional.

A discussão em torno do desenvolvimento da civilização na Amazônia desdobra-se em diferentes estratégias, conforme a posição que o agente ocupa no interior do grupo ou fração de classe. Os grupos e os agentes procuram definir sua posição, em uma sociedade em mudança, a partir de uma interpretação da sociedade que se opõe diametralmente as concepções impostas e convencionadas, e ao fazê-lo são compelidos a não só avaliar seu papel no processo de mudança, mas também contribuir com sua concepção de

mundo para a nova forma de organização social em curso, de maneira que é possível fazer alianças políticas conscientes de sua própria posição no interior dessas lutas (MANNHEIM, 2008, p. 69-77).

Djalma Batista, assim como Araújo e Reis, é a expressão mais acabada de um novo modo de ser intelectual, que não consiste mais na simples eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões. Esse novo intelectual, produto das condições modernas, possui uma inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanentemente de uma nova hegemonia. Nesse aspecto, o novo intelectual por meio da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual permanece especialista e não se torna dirigente (*especialista+político*) (GRAMSCI, 2004, p. 53). Esse novo modo de ser que preside a formação do *intelectual dirigente (especialista+político)* foi observado por Renan Freitas Pinto a propósito do papel que Djalma Batista desempenhou na esfera científica, política e cultural.

A nosso ver, essa conexão com o ambiente científico teve uma importância decisiva e diferenciadora de seu pensamento, que coloca como um autor local de perfil cosmopolita, universalista e que assim **vivia seu papel tanto de médico como de pesquisador, humanista e homem de ação**, contribuindo como outros autores regionais e nacionais para a construção de interpretações consistentes e originais sobre o Brasil. (PINTO, 2007, p. 160-161, grifo nosso).

Cabe salientar que as disposições para a ação política que animam a ação do intelectual, guarda íntima relação com a ideia de *missão* presente nos estudos de Mannheim, mas que possui como núcleo as cinco conferências proferidas por Johann Gottlieb Fichte na universidade de Jena. Para Fichte, o intelectual *deve usar os conhecimentos que adquiriu para a sociedade e realmente em prol desta. O conhecimento deve elevar os homens ao sentimento de suas verdadeiras necessidades e ensinar-lhes os meios pelos quais podem ser satisfeitos, todavia, ele precisa levar em consideração as necessidades e os meios específicos para atingir os objetivos exigidos pela atualidade* (FICHTE, 1999, p.50-51). O compromisso do intelectual é por

projetar o futuro em meio à tensão do presente, indicando aos homens os caminhos para sua realização, sem esquecer os nexos com o passado, fórmula que conduz ao aperfeiçoamento moral da nação e a compreensão de sua identidade face às outras nações. Essas ideias aparecem diluídas no discurso que Djalma Batista fez em 1939, por ocasião da formatura de sua turma de medicina, intitulado *Medicina e Estética*.

Lutaremos pela saúde derramando viáticos sobre doentes e doenças e especialmente sobre doentes morais; não trairemos jamais os deveres da medicina, lutaremos pela proteção dos fracos, pela melhor distribuição da riqueza, pelo alargamento das possibilidades dos realmente capazes, pela harmonia social. Lutaremos pelo engrandecimento do Brasil, que se exige nunca seja esquecido nas mínimas ações de seus filhos. Lutaremos é nosso compromisso. Juro ser sábio, justo e livre tanto quanto estiver em mim. Juro não me tornar cúmplice, nem mesmo pelo meu silêncio, dos egoístas e dos poderosos [...]. (BARROS, 1996, p. 32-33).

A energia e a força do discurso de Djalma Batista é o desdobramento da auto compreensão do papel que o intelectual deve desempenhar como membro de uma elite. Ele acredita que essa elite realmente possa contribuir a partir da Amazônia, lugar no qual o destino o colocou, para o progresso da civilização e da cultura por meio de uma ação coordenada de cima para baixo.

Não nos enganemos: a Valorização da Amazônia que começou a se executar, Mercê de um sábio dispositivo da Constituição de 1946, tem de se basear na formação de uma verdadeira elite, que viva aqui, e aqui seja experimentada, e não a dos infalíveis parasitas que pretendem valorizar a planície trocando pernas pela avenida Rio Branco ou correndo de automóvel, burocraticamente, de um Ministério para outro. Temos de convir que estamos no limiar da civilização na Amazônia: até agora houve apenas ameaça...**mas essa civilização só pode surgir de um movimento de cima para baixo, isto é, dos homens de estudo para a massa, e com a elevação gradual desta, através de uma sistemática e eficiente divulgação do saber. Em suma, é obra a ser empreendida pela elite** (BATISTA, 2003, p. 90, grifo nosso).

As concepções dispostas nos argumentos de Djalma Batista não devem ser interpretadas como projeto individual. Na verdade, são ideais e concepções de mundo engendradas pelas relações sociais estruturadas entre

grupos de intelectuais, oriundas da oligarquia regional e nacional ou mesmo de outros estratos sociais que por meio da formação universitária entraram em contato com aquelas concepções de mundo e as incorporaram como aspiração. Tudo indica que para Djalma Batista, na execução de sua *missão*, o intelectual, membro de uma elite, está submetido ao imperativo ético que o compromete com o aperfeiçoamento moral da sociedade, o que torna a função pública o meio de realização desse objetivo. Esse modo de conceber o papel das elites pode ser identificado proporcionalmente em Arthur Cezar Ferreira Reis. Semelhante à posição adotada por Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis salienta que a elite é responsável pela elaboração da nacionalidade, elas é que passam a dar a direção política, econômica e cultural, disciplinando a vida coletiva para sua realização cívica. Dessa forma, as elites, assumem uma posição exata do papel que lhe cabe na condução das massas ao aperfeiçoamento moral, refletindo uma consciência cívica que não deve se restringir a preocupações limitadas do ganho imediato e do lucro pessoal, mas servir a coletividade de qual é parte fundamental. (REIS, 1987, p. 197-212).

As posições assumidas acima, por Djalma Batista, indicam o pertencimento a uma fração dos setores dominantes que partilham teses comuns sobre a inércia sócio-cultural e política que impede a modernização da Amazônia. Posição que denota semelhança entre seus argumentos e os de Arthur Cezar Ferreira Reis, proximidade que terá como desdobramento um progressivo abandono do *nacional desenvolvimentismo* de caráter getulista, e a conseqüente adesão ao *projeto autoritário de desenvolvimento nacional* de feição militar (que excluía as massas do jogo político). Se verificarmos a compreensão que Djalma desenvolveu a respeito dos dois projetos que balizaram a vida nacional em meio sua produção científica e suas práticas políticas no exercício de funções públicas, notaremos essa mudança progressiva rumo ao autoritarismo. Mudança que pode ser percebida no livro *O complexo da Amazônia- análise do processo de desenvolvimento*, no qual expõe os limites e possibilidades de uma ação política efetiva para retirar a Amazônia do atraso e do subdesenvolvimento. As estratégias políticas postas em prática pelo nacional desenvolvimentismo e pelo modelo de

desenvolvimento autoritário são compreendidas e apreciadas por Djalma Batista a partir do seu alcance e dos seus propósitos. Vejamos então como Djalma Batista interpreta os processos de integração regional compreendidos entre 1930 e 1970. Para ele, a posição assumida em 1930 pela Revolução liderada por Getúlio Vargas significou uma mudança do padrão de acumulação capitalista baseado em um modelo agro-exportador para um modelo de industrialização. No entanto a inquietação e o desespero amazônico persistiam, pois continuávamos vivendo o abandono, o atraso e a falta de perspectiva. As leis do trabalho não atingiram a área amazônica, fora as capitais.

Em 1940, a visita do Presidente Getúlio Vargas ao Amazonas nos pareceu um passo decisivo para modificar aquela condição, seu discurso suscitou esperanças de nosso ingresso definitivo no corpo da nação. Situação que se alterou somente com a II Grande Guerra, na proporção em que, os seringais do extremo oriente caíram nas mãos dos japoneses, a Amazônia foi convocada a servir aos aliados como fonte alternativa de borracha. O acordo de Washington selou uma aliança entre Brasil e Estados Unidos que deu sobre fôlego ao extrativismo. Mas, com o fim da guerra a rotina da indolência voltou a dominar as ações públicas da União voltadas a região. A efervescência democrática do pós-guerra nos legou dispositivos na Constituição 1946 que valorizava as inversões de capital na Amazônia; porém somente na década de 50 é que seria regulamentado e levado adiante por Getúlio Vargas, presidente eleito pelo voto democrático. É desse período a SPVEA e o INPA, instituições que caminharam lentamente em razão do revés do jogo político entre os partidos pela alocação das verbas públicas para as regiões e instituições de maior densidade eleitoral. Data também dos anos 50 o petróleo descoberto em Nova Olinda, o que gerou uma grande esperança em todo o povo da Amazônia, em função da criação da PETROBRÁS, resultado de convergências de forças nacionalista afinadas com o projeto desenvolvimento industrial brasileiro. Constatada a baixa produtividade dos poços, da região, as esperanças depositadas no petróleo de Nova Olinda foram calcinadas. No entanto o governo JK reascendeu a expectativa da integração

com a construção de Brasília e as rodovias que nos interligavam à capital. A rodovia Belém-Brasília e a Brasília-Acre permitiam acesso terrestre e o deslocamento da população até então confinadas às distâncias amazônicas. Por meio dessa síntese, Djalma Batista expõe o movimento de avanços e recuos da ação política nacional desenvolvimentista de viés trabalhista para a região. A sua posição para equacionar a intermitência da política desenvolvimentista para a Amazônia, incapaz de realizar a integração regional de maneira efetiva, desnuda o que se encontrava em forma embrionária no seu ensaio *Cultura Amazônica* (veja a citação da página 57), publicado originalmente na *Revista da Academia Amazonense de Letras* em maio de 1955, isto é, um modelo de cima para baixo e corroborado pela sua percepção do que representou o golpe militar de 1964 para a aceleração do desenvolvimento regional.

É inegável que o país reagiu favoravelmente ao desafio amazônico, culminando na operação Amazônia (governo Castelo Branco), continuada no Programa de Integração Nacional (governo Garrastazu Médici) e no Programa dos Pólos de Desenvolvimento (governo Ernesto Geisel).

Tudo faz crer que o Brasil amadureceu para a problemática da região Norte.

Não tenho dúvida de que já existe uma nova mentalidade nacional em relação à Amazônia, permitindo que o Brasil realize a tão esperada “política amazônica”, e com a qual se completará a unidade brasileira (BATISTA, 1976, p. 95-96).

O argumento precedente não se restringe à posição política individual de Djalma Batista, essa percepção é compartilhada por um grupo do qual Arthur Cezar Ferreira Reis era visto como líder. Não sem sentido que Batista afirma: *“Todos nós, que temos tido significação no quadro do pensamento da terra, sempre sonhamos e desejamos uma concentração de atenções. Por parte do poder central, para que se desencadeasse um movimento de tal ordem. Arthur Cezar Ferreira Reis, com a sua responsabilidade de estudioso e líder, chamou tudo isso de “impacto amazônico na civilização brasileira.”* (BATISTA, 1976, p. 25, grifo nosso). Essa passagem assinala os nexos estruturais que permitem os agentes incorporarem ideais, concepções e valores duradouros comuns, que adquirem sentido no exercício prático de suas funções, conferindo-lhes proximidades na tomada de posição política e

intelectual diante de determinadas situações. *Assim não são os homens em geral que pensam, nem mesmo os indivíduos isolados, mas os homens dentro de certos grupos que elaboram um estilo peculiar de pensamento graças a uma série interminável de reações a certas situações típicas, características de sua posição comum dentro do grupo social numa dada sociedade* (MANNHEIM, 1982, p. 98, grifo nosso).

Vale lembrar que a adesão de Djalma Batista ao modelo de desenvolvimento autoritário não se fez de maneira incondicional. Encontramos presentes em seus argumentos ressalvas e alertas ao modelo de desenvolvimento regional e de integração de viés autoritário. Ressalvas ou alertas que dizem respeito aos efeitos deletérios de uma modernização sem critérios sobre a ecologia e o ambiente de uma área que deveria ser estudada primeiramente para posteriormente ser desenvolvida, resguardando, assim, o patrimônio natural da Amazônia, sua diversidade biológica.

O discurso de formatura de Djalma Batista nos indica em certa proporção que o conceito de *intelectual* formulado por Gramsci, o de *habitus* desenvolvido por Bourdieu, as formulações de Mannheim acerca da *intelligentsia* e a concepção de *missão* elaborada por Fichte não são excludentes, parecem ter um sentido complementar na proporção que possibilitam perceber os aspectos sincrônicos e diacrônicos da formação dos intelectuais em dadas relações sociais estruturadas. A intersecção entre esses momentos na estrutura social pode nos fornecer caminhos e pistas para compreensão de alguns aspectos das motivações que orientam as tomadas de posição intelectual e política de Djalma Batista, e porque não de Araújo Lima e Arthur Cezar Ferreira Reis.

As origens sociais de Djalma Batista, de Arthur Cezar Ferreira Reis e de Leandro Tocantins os aproximam em termos de posição e adesões políticas, realizadas segundo as predisposições e as inclinações internalizadas no jogo de relações estabelecidas no interior da classe social. É a partir desse espaço social que podemos vislumbrar a formação de um grupo que embora sem assumir unidade para ação se expressa como tal. Suas interpretações confluem

para um mesmo diagnóstico a respeito dos problemas, desafios e obstáculos que impedem a região de sair do atraso e do subdesenvolvimento econômico e cultural. O *modus operandi* na condução e no exercício de suas funções públicas e o modo como se inseriram no debate intelectual já indicava um viés conservador-autoritário que estão na raiz de suas opções políticas. Nesse cenário, compreender a trajetória desses intelectuais é uma condição previa para o entendimento do papel desempenhado por Leandro Tocantins no processo de modernização regional.

As motivações presentes no interior das relações estruturadas que são incorporadas como *habitus* e dispostas no exercício prático das atividades intelectuais como *organizadoras da esfera cultural e da esfera política*, lança luzes sobre a trilha que nos conduz ao papel desempenhado por Leandro Tocantins no processo de modernização regional, como agente que pertencia ao mesmo grupo do qual faziam parte Arthur Cezar Ferreira Reis e Djalma Batista.

É importante frisar que nossa intenção não foi elaborar uma reconstrução sócio-histórica minuciosa e acabada da trajetória desses intelectuais; nossa intenção consistiu em pontuar aspectos dos seus discursos e práticas no sistema de relações sociais que permitiram a eles ocuparem certas posições na esfera pública e cultural, no dizer de Gramsci, papel diretivo/organizativo da cultura (GRAMSCI, 2004).

CAPÍTULO II

3 DO SERINGAL POSSO VER O MUNDO

O pressuposto de que a linguagem escrita e falada pode revelar os mecanismos sociais presentes em uma estrutura narrativa, ou melhor, o feixe de forças - políticos, sociais, culturais, econômicas - no qual os indivíduos, os grupos e as classes sociais estão expostos em suas relações ordinárias no espaço social, parece ser um ponto de partida para compreender em que proporção as obras literárias de Leandro Tocantins expõem as relações estruturadas nas quais estivera envolto durante sua infância e adolescência. A análise dessas obras pode nos revelar as representações em disputa no jogo de forças entre as classes e suas frações no espaço social regional dos anos 30 e 40. Tudo indica que a rede de relações na qual estivera envolvido durante esse período foi decisiva para que ele desenvolvesse uma consciência reflexiva sobre os problemas regionais e o lugar da Amazônia na formação nacional.

Sobre as ruínas do extrativismo se acirraram as disputas entre as classes sociais e suas frações no espaço social do norte. Os herdeiros do espólio da borracha procuraram se posicionar no cenário político nacional, redesenhado por novos arranjos de poder, resultante da ruptura oligárquica dos anos 30. Havia uma disputa entre grupos locais pelo poder legítimo de classificar, ordenar e de definir o papel da Amazônia no novo quadro político nacional, no interior do qual estabeleceram alianças políticas e estratégias para fazer da problemática Amazônica um tema de relevância nacional face ao declínio econômico em que se encontrava. Nas obras dos intelectuais locais que estão inseridos naquela disputa é possível identificar uma *estrutura de sentimento* que conferia uma unidade relativa entre as suas posições na luta contra os estigmas imputados ao clima, ao meio físico e as gentes da Amazônia²⁵ por produções pretensamente científicas dos mais variados campos do saber.

²⁵ Sobre os aspectos políticos e econômicos que definem o conceito de região e seus estigmas ver *Elegia para uma re(li)gião*, Francisco de Oliveira (1977); *A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*, In: *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu (2003).

O falar, o escrever, o dizer pode nos indicar a posição assumida pelos agentes no interior do conflito pela direção da ordem sócio-cultural e política na qual estavam enredados. Essa ação aberta do discurso provoca uma erosão no relevo plano das análises formais da linguagem, de modo que o caráter sincrônico só possui validade no âmbito do estudo formal do *significante* e do *significado*, que retira dos agentes sociais a prerrogativa de flexionar a língua a partir de sua condição real (espaço social do agente ou falante), exemplos desse modelo de análise encontram-se na proposta de Ferdinand Saussure, de alguns membros do formalismo russo e de setores estruturalistas²⁶. Não queremos aqui submergir em um espiral conceitual *ad infinitum* do qual a análise formal nos remete por meio de clivagens. Semelhante a um jogo, incessante, em busca de um significado e de um significante primordial desencarnado dos agentes concretos que fazem uso da linguagem na tensão da fala cotidiana.

A fala e a escrita são atos que contraem, dilatam e deformam a língua segundo o lugar que os agentes ocupam no espaço social. A porosidade do discurso danifica a sincronia da língua distanciando-se do logos formal, o que remete a tensão da fala não somente ao espaço social, mas principalmente à condição temporal de suas transformações e apropriações. A atrofia da história²⁷, presente nas análises de cunho formal, consiste no abandono das condições sociais nas quais os agentes ou indivíduos estão inseridos. As práticas sociais no interior das classes e frações de classe, em disputas pelo direito legítimo de classificar o mundo social e se apropriar dos bens materiais, demonstra que os grupos sociais são os sujeitos da criação cultural e não indivíduos isolados, mas em conflito no espaço social. Cabe à sociologia estabelecer a homologia entre

²⁶ A crítica ao formalismo, seja na linguística ou na literatura, pode ser vista com maiores detalhes em *Alegorias da Leitura*, Paul de Man (1996); *Teoria da literatura*, Terry Eagleton (s/d); *Marxismo e filosofia da linguagem*, Mikhail Bakhtin (2006); *História do estruturalismo*, François Dosse (1994); *Investigações filosóficas*, Ludwig Wittgenstein (1991)

²⁷ “Numa palavra, o estruturalismo era espantosamente não-histórico: as leis da mente que ele dizia isolar – paralelismo, oposição, inversões, e todo o resto – agiam em um nível de generalidade bastante distante das diferenças concretas da história humana. (...) A transformação histórica era uma questão de realinhamento gradual de elementos fixos dentro do sistema: nada jamais desapareceria, simplesmente mudava de forma, modificando as suas relações com outros elementos”. (EAGLETON, s/d; 116-118)

representações sociais do grupo ao qual pertence o autor e o pensamento formulado em sua obra. Não se trata de interpretar a obra a partir da realidade exterior, no intuito de compreendê-la, trata-se de verificar, como afirma Antonio Candido, a integridade da obra em sua relação dialética entre texto e contexto, de maneira que as relações sociais (externa a obra) importam não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha papel relevante na constituição da estrutura discursiva da obra, portanto, interno²⁸. Dentro dessa mesma ordem de problemas é que Élide Rugai Bastos, ao realizar um balanço crítico da obra de Gilberto Freyre, em sua tese de doutorado, acredita ser possível desenvolver um estudo crítico que combine as duas perspectivas. Para ela seria um equívoco discutir uma obra em si mesma, levando em conta apenas a sua coerência interna, sem localizá-la historicamente, por outro lado seria uma simplificação da análise tomar a obra como mero produto de uma época²⁹.

A energia em movimento das interações sociais dissolve a fronteira entre o sincrônico e o diacrônico e transborda nas diversas experiências simbólicas dos indivíduos, grupos e classes sociais. Nesse sentido os agentes e suas obras podem ser interpretados como expressão das lutas pela conservação ou mudança da ordem social. Nossa intenção emerge da necessidade de examinar o texto literário de Leandro Tocantins a partir de sua condição social e histórica, expondo dessa forma os mecanismos sociais que permitiram a ele assumir determinadas posições políticas e culturais face ao processo de modernização regional³⁰.

²⁸ Em sua obra *Literatura e sociedade*, Antonio Candido expõe com riqueza de detalhes os procedimentos necessários para que o pesquisador possa apreender a obra em sua integralidade, escapando das armadilhas reducionistas que privilegia ou momento interno ou externo como fator explicativo da produção cultural. Na mesma direção Paul de Man assinala que “por trás do recente interesse no ato de escrever e ler como atos de falas públicas potencialmente eficazes, está um imperativo moral altamente respeitável, que luta para reconciliar as estruturas formais, internas e particulares da linguagem literária com seus efeitos públicos, referenciais e externos” (MAN, 2006; 18)

²⁹ BASTOS, Elide R. Gilberto Freyre & a formação da sociedade Brasileira. p. 85

³⁰ “Com a lei e a ordem internas da literatura bem policiadas, podemos agora nos dedicar de forma confiante aos negócios estrangeiros, às políticas externas da literatura (...). Tem pouca importância se chamamos o interior da caixa de conteúdo ou de forma, e o exterior de sentido ou aparência. O debate recorrente que opõe a crítica intrínseca à extrínseca esta sob a égide de uma metáfora de interior/exterior que nunca foi seriamente questionada”. (MAN, 2006; 17-19)

Leandro Tocantins nasceu em 1928, num sobrado da velha cidade de Belém do Pará, rua Dr. Assis, esquina com Largo da Sé. Sobrado que aparece no poema *Tempo que foi Belém*, incluído no livro *Cosmo infância*. Filho de Van Dick Amanajás Tocantins e de Iraídes Góes Tocantins, ascendentes de famílias tradicionais, proprietárias de Casas Aviadoras e seringais.

No período da Cabanagem, o bisavô paterno de Leandro Tocantins, Thomas de Oliveira Cardoso, proprietário de grande extensão de terras no interior do Pará, demonstrara a sagacidade de um homem atento aos acontecimentos, ao incorporar nomes indígenas – Amanajás e Tocantins - no sobrenome dos filhos. Perspicácia nativista que consistira em uma hábil estratégia para ganhar a simpatia e a confiança dos membros do movimento Cabano, conhecidos pela sua violência contra imigrantes. O efeito prático, da invenção de uma linhagem ou ascendência indígena, foi à manutenção de suas propriedades para seus ascendentes, Leandro Cardoso Amanajás, de quem Tocantins herdara o nome e os bens. Patrimônio familiar que o pai de Tocantins, Van Dick Amanajás, ampliara durante o período áureo da borracha. Homem ilustrado e de um espírito inovador, Van Dick fundara na cidade de Belém a Casa Aviadora Barbosa & Tocantins. Esse império não se restringira à Casa Aviadora, fazia parte dos seus empreendimentos uma frota de gaiolas (termo usado na região, para designar os navios a vapor fabricados na Inglaterra ou Escócia) que percorriam os rios do Pará, do Amazonas e do Acre transportando para Manaus e Belém a borracha retirada dos mais distantes rincões, ao mesmo tempo abasteciam os seringais com gêneros alimentícios. Os navios, ao aportarem nos seringais, atiçavam a chama da esperança de retorno à terra natal presente no olhar dos seringueiros de origem nordestina que para cá migraram. O tempo e a rotina se encarregaram de embotar as lembranças e solver a esperança das sucessivas gerações nascidas no ambiente dos seringais. Essas sucessivas gerações, impelidas pela necessidade, foram transformadas em trabalhadores extrativos que por sujeição, tradição, educação e costume reconhecem as

exigências dessa forma de exploração do trabalho como uma lei natural.³¹

As diversas etapas do processo extrativo da borracha disciplinaram os corpos e condicionaram os espíritos, moldando novos hábitos capazes de suportar as exigências do círculo vicioso de uma dívida que não pode ser paga junto ao barracão³², ela consiste na subtração do humano de cada seringueiro em favor do capital. O inverso dos homens diluídos no espaço dos seringais, destituídos de humanidade, são os *esnobs*³³, novos ricos que se agitam frenéticos no ambiente civilizado de Manaus e Belém. Nas duas capitais da borracha, ricos comerciantes assimilavam tudo que estava em voga em Paris e na Europa, de modo geral, como sinônimo de sofisticação e bom gosto, a encenação desse pastiche adornado pelo verniz moderno encobre a tragédia e a farsa que ficara exposta no brilho efêmero da produção extrativa³⁴.

Tocantins não experimentou a opulência do período da borracha, nasceu em meio à débâcle econômica da região norte, provocada pelas plantações que os ingleses fizeram na Malásia. Seu primeiro contato com o período de ouro da atividade extrativa na região foi por meio dos relatos que seus pais faziam sobre o ambiente da *belle époque*, nos quais Belém e Manaus eram vistas como exemplos de civilização moderna, e as crônicas acerca do sobrado luso de Belém, situado no Largo da Sé. As marcas daquela fase áurea ficaram assentadas sobre seu ser como sedimentos depositados no leito de um rio que em

³¹ Karl Marx expõe os mecanismos sociais de sujeição da classe trabalhadora ao processo de reprodução do capital quando analisa a legislação sanguinária. “Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”. (MARX, 1988; 267). A violência inicial, lentamente se transmuta em um controle fundado na auto-referência do sentido do mundo conferida pelos os indivíduos. (IANNI, 2004); (FAUCAULT, 2003)

³² A rotina estafante que dilui os seringueiros na solidão de trilhas sem fim pode ser visualizada em detalhes nas obras *O seringal e o seringueiro* de Arthur Cezar Ferreira Reis, (1977); *Gente dos seringais* de Álvaro Maia (1987); *A selva* de Ferreira de Castro (s/d).

³³ Esnobe, aquele que contempla a vida de forma coerente, organizada e militante, do ponto de vista, quimicamente puro, do consumidor. Definição usada por Walter Benjamin (1985) a propósito da análise da obra de Marcel Proust.

³⁴ Nesse sentido Marcio de Souza acredita que “uma das características do colonialismo moderno, que o europeísmo da *belle époque* nos legou, é esse horror pelo passado, esse espírito deformante que traça uma linha entre a sua presença redentora e um passado que é considerado bárbaro e não histórico” (SOUZA, 2003;115).

determinados momentos elevam-se à superfície e revela sua origem e natureza. Nas representações sociais que moldaram sua leitura e interpretação do trópico úmido estão presentes sedimentos e resíduos do barracão do seringal na foz do Murú (Acre), onde a família residiu; certos valores e rituais domésticos que revelam a influência portuguesa e francesa. Verdadeiros acervos de requintes que se estendiam do mobiliário aos hábitos, se contrapondo, em seu apuro, às mais legítimas influências Amazônicas como: o rio e a mata, o gaiola, o batelão com motogodille³⁵, o barracão e os seus amigos seringueiros. Todos esses sedimentos plasmaram a primeira consciência de Leandro Tocantins, infante nas terras acreanas. Não se trata do relato de uma memória afetiva de uma época, embora essa seja um componente de suas obras literárias e ensaios, trata-se na verdade do processo de aprendizagem que leva à formação de uma consciência reflexiva sobre a constituição regional em sua articulação com a nação e o mundo.

A mudança que a família Tocantins fora obrigada a fazer de Belém para o seringal no Acre, próximo a Vila de Tarauacá em 1929, quando possuía apenas nove meses de idade, foi decisivo no processo de sua formação. Da mesma forma, seu retorno aos doze anos de idade à cidade de Belém para concluir os estudos no Colégio Marista e posteriormente a sua ida para o Rio de Janeiro, a fim de cursar Direito na Universidade Fluminense, expõem as modulações espaço/temporal de uma formação na qual o passado se reincorpora ao presente em sua ânsia de conciliar tradição e modernidade. É na interseção entre o seringal e a cidade (Belém, Manaus, Rio de Janeiro) que apreende os sistemas de classificação e esquemas de percepção do mundo social em sua forma tradicional (expresso na visão do seringueiro, do caboclo, do ribeirinho) e moderna (expresso na educação Marista, nos estudos de Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Raimundo Morais). Essas serão amplificadas e intensificadas segundo o tempero particular conferido, a elas, em sua proposta de interpretar a Amazônia. Não é sem sentido que as formas sociais de percepção do

³⁵ Motor de pequeno porte fixado na secção traseira (popa) de embarcações médias e pequenas (canoas regionais) inventado na França dos anos 30 por Monsieur Godille e introduzidos nos rios da Amazônia por Van Dick Amanajás, pai de Leandro Tocantins. O relato desse feito de seu pai pode ser visto no livro *Olhos inocentes* p.45-47

mundo, adquiridas junto à família, estarão na base da estruturação de suas experiências escolares de modo a se converterem em princípio de modulações de experiências futuras no espaço social³⁶.

Não analisaremos as obras separadamente, relacionando uma às outras, optamos por analisar temas disseminados entre essas, visto que compõem as condições sociais de formação do autor. Lembrando que o nosso propósito é expor os mecanismos de aprendizagem presentes na formação de uma consciência reflexiva sobre a constituição regional em sua articulação com a nação e o mundo, base de suas concepções de modernidade e tradição.

3.1 A INFÂNCIA, O SERINGAL E A VILA

Ao reconstituir em prosa e versos o itinerário percorrido por sua família de Belém do Pará até o seringal na foz do rio Murú (próximo a Vila de Tarauacá no Acre), Leandro Tocantins nos abre uma trilha para compreender a rotina e os hábitos daquele microcosmo no qual assimilou valores que estarão na base de sua forma de interpretar a Amazônia em seus múltiplos aspectos.

A narrativa sobre os eventos que arranca sua família da cidade de Belém para um longínquo seringal no Acre reconstrói relações sociais a partir de um plano que nos permite visualizar o declínio econômico da região. A situação financeira de seu pai, agravada pelo fechamento da Casa Aviadora Barbosa & Tocantins, obriga-o a buscar alternativa para manter o que restou do patrimônio da família diante da crise econômica, endêmica, que assola a região desde 1910. Fato esse que aparece na voz do personagem Tizinho em seu livro juvenil *Aventuras de Tizinho*³⁷.

³⁶ Para Bourdieu o *habitus* adquirido na família e transformado pela ação escolar, se transmuta em princípio de estruturação de todas as experiências ulteriores. Um exemplo desse mecanismo social pode ser percebido na recepção e na assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural. BOURDIEU (1994)

³⁷ O livro juvenil *Aventuras de Tizinho nos rios e nas selvas da Amazônia* é um romance autobiográfico de Leandro Tocantins quando menino no seringal da Foz do Murú (Acre). Por meio dele procura sensibilizar os jovens para a importância da Amazônia no cenário nacional e mundial, dessa forma comprometendo-os com a preservação e o futuro da região.

Meu nascimento ocorreu em Belém do Pará. O velho sobrado, na Cidade Velha, com mirante que espiava a baía do Guajará. Era o raiar do dia, quando raiou a minha vida [...]. O tempo era agora de viagem. O pai precisava explorar uns seringais que possuía no Acre. Lá fui eu, os irmãos mais velhos e já bem grandinhos. Viajemos a bordo do gaiola *Alice*, que subiu o rio Amazonas, o Solimões, entrou no Juruá para alcançar o Tarauacá. (TOCANTINS, 1987, p. 27-29).

A dimensão simbólica desses acontecimentos não é descrever ou reproduzir o que Leandro dissera sobre sua infância, mas entender como a prática das relações sociais no cotidiano do seringal engendra modos de percepção e classificação da Amazônia no menino nascido em Belém. O campo das experiências imediatas se abre às representações do lugar e do mundo. As imagens do relato procuram eufemizar o significado do traslado de sua família para o seringal distante, o fato é que sua família havia perdido poder econômico e prestígio razão última da mudança para o seringal. Essa construção idílica vai se estender ou retrair conforme as modulações das relações sociais futuras do menino Tocantins. Não é sem sentido que recorresse a esse momento chave no poema, *Um gaiola Chamado Alice* do livro *O aprendiz renascido* para narrar a fabula que construiu em torno de si.

O gaiola no porto da cidadezinha tem nome de Alice.

Ele conta quem sou, fui criança de onze meses carregado por ele, de Belém até ali, para morar no seringal.

Alice aos embalos da rede pastoreou meu choro Alice me fez dormir o sono das inocências, armou os quadros pintados no céu dos rios,

A floresta recolhendo-se nos verdes.

E a criança em tenra vocação de aclarar os instantes fáceis de viver,

de tornar-se peito e alma de criatura humana.

O tempo implume no invisível gasto das horas, das horas minhas e das horas em aceleração, sobrevoadas pelos ventos na asa do futuro,

naquelas águas que dançam sob o espectro da selva. (TOCANTINS, 1995, p. 69)

Cifrada na poesia a descrição de um processo no qual o rio e o gaiola definem o tempo, o lugar da natureza, da civilização na formação do complexo

sócio-cultural Amazônico. A modernidade expressa na engenharia naval de construção do gaiola, sua tecnologia contrastando com a natureza indômita dos rios e da selva amazônica, contraponto que suscita a imagem poderosa do *rio que comanda a vida na Amazônia*, formulação que Tocantins levou a termo em sua compreensão dos processos sociais de formação regional. A imagem poderosa do rio e seu repique que engole barrancos, alarga margens com arrogância de suas águas densas, teia líquida que absorve a potência dos motores gaiolas, chatas e batelões em sua sinas. Incansáveis vetores da sobrevivência humana e ponto de contato com a agitação frenética dos portos modernos de Manaus e Belém³⁸. Essas imagens poderosas no *olhar inocente* da criança que cresce no seringal será a primeira lição ensinada pelos rios, o sentido do tempo como afirma

[...] Descobri que a viagem era medida pelo tempo. Manaus quinze dias, Belém, vinte dias. Mas o rio, dominador e dogmático, alterava planos e agendas [...]. A primeira lição que o rio me ensinou. O sentido do tempo.

[...] Tinha cinco anos de idade. As alamedas do mundo começaram a franquear percepções do ver e do sentir. Os espaços se abriam, correntios e insinuantes. E o rio, conduto augúrios, virtuoso de promessas e de utopias, tomava conta de minha cosmovisão. (TOCANTINS, 1984, p.28).

A passagem descreve a intensidade entre a paixão e o súbito espanto, unidos em uma representação espaço-hídrico que ata os homens ao curso dos rios, indicando, assim, como o autor se individualizou em uma cultura como a nossa. O rio assume um imperativo pedagógico absoluto e ao mesmo tempo relativo no olhar da criança, ele delimita vizinhança, proximidades e distâncias, segundo seu curso e seus afluentes modula as relações sócias no seringal e entre os seringais e a cidade. A linguagem e a escala de valores utilizada dão clara ideia da formação de sua cosmovisão. A Amazônia é representada a partir de um tom sensual que exprime emoções vivas, mas triviais; assombro, admiração, nativismo, um doce ufanismo infantil que anima a fabula de sua trajetória intelectual.

³⁸ No livro de poesia *O aprendiz renascido*, Leandro Tocantins divide a obra em três fases que correspondem a sua infância no seringal, a adolescência em Belém (Pará) e suas andanças pelo mundo a partir da conclusão do curso de Direito no Rio de Janeiro em 1952.

Não é sem sentido que Tocantins afirma que seu ato de ver divide-se em dois rios sossegados no subterrâneo de sua alma. O rio Murú de águas esverdeadas e lentas, no verão - na foz o barracão do seringal no qual sua família morava - fluindo para as águas inquietas e turvas do Tarauacá. Modo de ver que possui implicações em sua concepção de tradição e modernidade, na proporção que a tradição se assemelhasse a um rio de águas lentas dotadas de pequenas modulações temporais confluindo para a agitação frenética provocada pelas águas turbulentas da modernidade. O próprio Tocantins assume a importância dessa formação dual para sua adesão a determinadas posições estéticas e políticas em disputa por uma definição legítima de uma cultura brasileira.

Procura de tempo perdido não só individual, mas também social. Pareceu ao autor, assim, que esta matéria poemática viria contribuir para explicar sua formação intelectual bivalente: o Modernismo de São Paulo-Rio e o Regionalismo-Tradicionalista do Recife. Mais telúricamente inclinado para o grupo de Pernambuco. (TOCANTINS, 1969, p.13).

A experiência sensitiva no seringal, a qual o menino se depara com as cores da natureza e a força dos rios que o cercam, encontrará resposta no movimento regionalista-tradicionalista e a seu modo modernista do Recife. Nesse sentido suas concepções não são o resultado de uma experiência individual de um menino isolado no seringal, mas da circulação de concepções estéticas, culturais, políticas e sociais no interior das frações e classes sociais no qual estavam enredadas suas relações sociais. Parte dessas representações constituía moeda comum que circulava entre escritores, intelectuais e homens de letras oriundos tanto da fração de classe responsável pela produção e o comércio da borracha, como os provenientes das frações médias ligadas à burocracia estatal (militares de alta patente e magistrados). Esse campo de lutas entre as frações de classe pela definição legítima dos valores que definem a cultura regional e sua posição face um projeto nacional em germe é a topografia social na qual realiza sua formação.

A hidrografia dos rios Murú, lento de águas esverdeadas, e do rio Tarauacá, impetuoso e turbulento constitui na verdade um plano simbólico internalizado por Tocantins para expressar o dualismo tradição e modernidade

como um tempo cíclico, no interior do qual à tensão do presente projeta o futuro sem calcinar as raízes da formação sócio-cultural regional, fórmula que para Tocantins permite a sobrevivência da tradição em espaços-tempo modernos. Essa percepção da convivência em espaços contíguos da modernidade e da tradição só foi possível porque o traslado de sua família para o seringal no Acre, não implicou no abandono dos hábitos adquiridos em meio à efervescência moderna em Belém e nas viagens que seus pais fizeram pela Europa. A atmosfera moderna que seus pais vivenciaram na *belle époque* amazônica está na base da organização do seringal Murú, microcosmo que reproduzia em escala reduzida o conforto, o requinte e a sofisticação dos ambientes modernos por eles experimentados.

O barracão, espaço do poder suposto. Nele minha família estendia os laços da convivência. A sala de visitas, muito ampla, assoalhada de pau-preto e pau-marfim. A sucessão serial de móveis, as fotografias nas paredes, as estantes com livros, os *étagères* com bibelôs e porta-retratos. O piano, guardando sons de Chopin, de Mozart, de Beethoven, de Ernesto Nazaré, de Carlos Gomes, que minhas irmãs renasciam no teclado. As sonatas de todos os sons, no piano inglês, soam-me e desenham sonhos de um mundo acrescido de fantasias do coração sensível. Uma auto-educação musical que a vida faria mais larga e autêntica.

A mobília austríaca, disposta de modo patriarcal. Sofás, poltronas, cadeiras, cadeiras de balanço. O menino devia sentar-se em cadeira simples. Para os mais velhos, os móveis solenes, confortáveis. Cuspideira de louça francesa, sem uso, apenas efeito, ao lado sofá. Colunas onde resplandescem folhagens exuberantes. A forma, a cor, o perfume. Gotas de clorofila no ar purificante. As almofadas coloridas, sensuais, no assento dos móveis, ou distribuídas, languidamente, no assoalho.

Estendia-se, comunicativa, a sala de jantar. A mesa comprida, o aparador, o guarda louças. O relógio, na parede, com sabor sonoro das horas, que ali também marcava o culto das refeições. Culinária aberta às receitas do Pará ou do Nordeste. A mata, mercado natural, representava-se. Virtuose das caças de bom adubo. A paca, o veado, o tatu, a anta. Preparos no fogão a lenha na antecâmara de toda sala de jantar. A cozinha. Era vasta, com duas alas distintas, em contínuas relações de pessoas, mantimentos, carnes, verduras, frutas, pratos, comidas. Perfume de temperos e odores de fumaça. Ronda de empregados do seringal que desfilam histórias trazidas por experiências, ou por invenção. Cúmplice das preferências do menino, a cozinha torna-se, às vezes, o lugar vedado para ele. Por isso ainda mais querente. (TOCANTINS, 1984, p. 31-33).

A minúcia, e a precisão dos detalhes da topografia do ambiente social, descrito por Leandro Tocantins, nos permitem compreender o entrelaçamento do tradicional e do moderno³⁹ no interior do complexo sócio-econômico e cultural, proporcionado pelo extrativismo da borracha do qual o barracão é uma síntese. A descrição dos cômodos e da mobília do barracão revela a situação e a posição de cada membro da família e de seus empregados na teia de relações sociais estabelecida nesse complexo. *A moderna mobília austríaca (sofás, poltronas, cadeiras e outras) dispostas de modo patriarcal* é um exemplo claro do entrelaçamento entre valores tradicionais e modernos, essas coordenadas sociais internalizadas por Tocantins terá papel decisivo no futuro de suas opções e estratégias na luta por uma definição legítima de região. Com efeito, para ele, os processos de transformação moderna na Amazônia ocorrem sem rupturas com a tradição, em virtude do caráter conciliador que o *ethos* patriarcal exerce na formação sócio-cultural da região. O cheiro, o paladar que inunda a experiência sensorial do menino Tocantins na cozinha do barracão, será degustado, muitos anos depois, pelo pesquisador que projeta algo de si e de sua região no esforço científico de compreendê-la⁴⁰. Do espaço do barracão e dos edifícios em torno pulsam etéreos rumores, vozes que emergem de um passado vital para sua forma de compreensão e interpretação do homem situado no trópico amazônico.

A partir do barracão é que se definem as relações funcionais dos seringueiros no processo de produção da borracha. Esse espaço do poder suposto se destaca entre as edificações que compõem a sede do seringal da foz do Murú. Ao seu lado a barraca do prático em navegação, responsável pela condução dos batelões, a barraca hospedaria dos empregados da sede e o armazém construção imponente, de madeira de lei, telhado de quatro águas,

³⁹ O entrelaçamento entre o tradicional e o moderno visto em equilíbrio no ambiente do seringal por Leandro Tocantins, nos remete as concepções regionalistas de Gilberto Freyre (1996).

⁴⁰ Nesse sentido Tocantins proporá na década de 60 uma ciência específica para o estudo do trópico amazônico, a *Amazonotropologia* uma subárea da *Lusotropologia* proposta por Gilberto Freyre para estudar a civilização tropical que emergiu do processo de colonização portuguesa.

coberto de telha francesa, dois andares, largo alpendre com grades em X ao redor de todo seu corpo. Armazém, onde se localizava no andar superior o amplo escritório de seu pai que suscitava na alma do Tocantins menino a ideia de se ver cercado por ambiente de trabalho intelectual. Do escritório no armazém, seu pai controlava a produção da borracha e o comércio por meio dos enormes livros pretos, o Caixa e o Razão. Na parede, a fotografia em cores, ampliada, do gaiola Tocantins construído na Inglaterra para a Casa Aviadora de seu pai, símbolo de uma época de prosperidade que deixou cicatrizes profundas na região. O armazém feito com primor refletia a importância estratégica para o comércio e o transporte. Na foz do rio em frente à cidade de Tarauacá para ela fluía toda a produção de borracha e mercadoria vindas de Manaus e Belém. O barracão, o armazém, as barracas dos empregados e a cidadezinha doutro lado na foz do Tarauacá constituíra o terreno movediço do tempo que passa, mas que fixa no menino uma imagem da Amazônia profunda a qual o autor sempre estará atado no futuro

[...] A cidadezinha ronda a beira do Tarauacá, a catráia vai e vem, leva o menino.

Nas penumbras do silêncio do rio que mede o tempo.

As matas fazem vibrações de verde [...]

O infante exalando miragens de vida.

E todas as vozes impressas na solidão. (TOCANTINS, 1995, p. 66).

O movimento de ir e vir da catráia cruzando o rio Tarauacá, a que se refere o autor, é o período em que frequentou o Grupo Escolar João Ribeiro naquela localidade. São momentos em que a palavra escrita amplia o mundo para além das experiências imediatas. Sua alfabetização teve início com a professora que acompanhou seus pais, de Belém do Pará ao seringal no Acre, contratada para instruir seus irmão e alfabetizá-lo, aos cinco anos de idade o menino já escrevia e lia. Não era aluno brilhante, nem precoce. Boa caligrafia, bom estilo na leitura em voz alta, poucos erros no ditado. Predileção pelos textos literários, históricos e geográficos que lhe proporcionavam revelações de um mundo maravilhoso.

A professora Fez prodígios, ensinando-me a ler a escrever em tempo breve, dizia minha Mãe. Eu a estimava muito, ela era paciente comigo, sabia ensinar de forma agradável. Sempre a palavra carinhosa, mas exigente com os princípios, ou os padrões, que minha família tinha como essenciais à vida. A própria professora já encarnava esses valores, segundo ouvi de meus pais.

O reflexo ameno do lar, a inteligente pedagogia e o trato cordial da professora entranharam-se em mim, preparado a unidade intacta de meu caráter. Não herdei traumas, só a claridade frontal das alegrias. Infância da liberdade da luz, habitantes do ar livre, rente aos dias límpidos. Devo aos meus Pais e à minha mestra. (TOCANTINS, 1984, p. 116- 117).

Nesse ambiente, as leituras se incorporam desde cedo em seu espírito infante, os livros de seu pai, guardados em um grande armário na sala de visitas, eram, assim como os rios e a selva, objetos de interesse. Sua atração pelas gravuras e fotografias nas páginas da *Illustration Française* e da revista *La Hacienda* possuía a mesma intensidade da sedução que natureza provocava nos seu ser. Por meio da leitura e das imagens distantes *a máquina do mundo*⁴¹ se abria convidando-o a ir além de seu mundo imediato, e que mundo maravilhoso suas retinas captavam utilizando um instrumento ótico próprio para ver em três dimensões as fotografias coloridas de Paris, Turim, Florença, Roma, Bolonha. Sua mãe⁴² trouxera da Europa, por meio desse aparelho podia apreciar cenas vivas de ruas, monumentos instalados em magnificências e belezas; a Torre Inclinada, o Sena, a Torre Eiffel, a Catedral de Notre Dame, instalam-se na memória deslumbrada do menino no seringal. As impressões que lhe causam a Igreja de São Pedro, o Vaticano, os museu assume densidade viva, tal qual a floresta, os lagos e os rios, lugares da experiência imediata. Impressões que aguçam sua imaginação na leitura dos mapas, cada cidade indicada pela professora é percorrida por meio da fabulação que transporta seus sentidos para os lugares. Essas alegorias ficarão como um ruído de vozes

⁴¹ Referência ao poema *A máquina do Mundo* de Carlos Drummond de Andrade (1987).

⁴² A mudança da família de Belém, onde viveram o apogeu da borracha, para o distante seringal no Acre expõe o declínio econômico. Não é sem sentido que “Tomamos consciência de nossos hábitos e disposições quando uma mudança econômica nos força a modificá-los e adaptá-los a uma nova situação”. (MANNHEIM, 2008; 118)

de um passado distante no qual os ensinamentos de sua professora e as narrativas da viagem que sua mãe fez pela Europa preencheram suas manhãs no seringal distante no Acre.

Minha Mãe, de certo modo, auxilia-me na percepção do mundo grande. Há muitas coisas a mais do que a vida simples, entre o rio e a floresta, aprendida por minha pobre filosofia. Ela me comove, eu de alma tenra, mas inconstante em medir e somar acontecimentos tão longe de mim, e as palavras de minha Mãe enche-me de surpresas e de fascinação. Como águas que escorrem nas pedras da fonte, ecoa dentro de mim o ritmo de imagens e de ruídos, ele se ergue, se agita, não para. As histórias de suas viagens à Europa, o cocheiro insistente, *pardon madame*, acontecia que o franco-moeda era falso, minha mãe se assusta. O museu do Louvre, a Galeria dos Espelhos, em Versalhes, corte de Rei, o Bosque de Bolonha, a “Carmen”, de Bizet, no Teatro de Ópera, a dança sobrenatural de Nijinsk, o can-can do “Moulin Rouge”. Os olhos se abrem, os fluídos da alma animam, em ondulações, em cor, a matéria desconhecida, e agora mergulha numa poça clara, a luz rodeia o flanco de minhas curiosidades e percepções. Intervinha meu Pai. As óperas “Traviata”, “O Guarani”, “La bohème”, “Tosca”, “O barbeiro de Sevilha”, que ele assistira no Teatro da Paz, em Belém, representadas por companhias líricas italianas. Juntavam-se nomes, imagens, todo esse mundo constituía um rumor de vida, entranhado em mim, sem esquecimento, com fixidez de tudo. (TOCANTINS, 1984, p. 119-120).

Relações sociais, dispostas segundo valores patriarcais, densas nas quais o passado abre uma fenda no presente para fixar nas lembranças do menino Tocantins⁴³ o ruído de uma época de glamour e opulência. A disciplina da professora, exigência da ordem familiar e a narrativa da viagem à Europa, feita por sua Mãe e seu pai, auxiliavam sua compreensão de mundo que estava além da vida simples do seringal. As imagens caudalosas da atmosfera moderna que dita o ritmo de vida de Paris e Belém inunda o rio subterrâneo de sua alma, confluindo para as águas serenas de seu mundo imediato do seringal e da cidadezinha. As imagens dos relatos de viagem de sua mãe, as fotografias

⁴³ A necessidade de Tocantins em se apegar a família como algo sólido que resista às mudanças do tempo, permite uma aproximação com o valor conferido a família patriarcal por Gilberto Freyre. Para uma visualização mais detalhada dessa semelhança ver a tese de doutorado Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira de Élide Rugai Bastos (p. 124-173).

de lugares distantes, as leituras orientadas por sua professora envoltas nas experiências do autor formam camadas sedimentares na cosmovisão da criança, processo de formação que indica os mecanismos sociais que estão na base de seu modo de perceber e interpretar a história sócio-cultural do Norte.

O estímulo à leitura não vinha somente das exigências que a professora lhe impunha ou da curiosidade aguçada pelos relatos de viagens de sua mãe sobre os lugares distantes. Seu irmão que regressara de Belém, onde concluíra o curso de Comércio, deu lhe o primeiro livro infantil *Maria dos tamancos* de Jordir, editado no Rio de Janeiro, leu sem ajuda de adulto. Além do livro, trouxe consigo roupas importadas, perfume francês e o hábito de fumar tocando piano. O presente de seu irmão despertou sua paixão pela fantasia dos livros infantis.

Comecei a pensar a maneira de conseguir outros livros adequados à minha idade. A literatura infantil viaja com numerosas escalas em meu espírito. Onde encontrá-la. A professora resulta em informante qualificada. Livros infantis, talvez em Belém, ou Manaus, com certeza no Rio de Janeiro. A Idéia pré-fabrica uma vontade resoluta. Enfim, a solução, vinda de mim, procurar a professora de piano e ouvi-la. Chefe da Agência Postal, ela possuía endereço de editoras no Rio de Janeiro. Escrevi pedindo catálogo [...]. Como demorou a chegar a resposta da editora, no Rio de Janeiro! Enfim, o catálogo. Fiz a encomenda por vale postal. Mais dois meses de espera. Que prazer, quando recebi o pacote, meu nome escrito na etiqueta, os selos, os carimbos! Vieram *A menina do Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato, *Histórias do Arco da Velha*, *História da Avozinha*, coletâneas baseadas em contos europeus. As horas de leitura, justas e limpas. Os aplausos da família. Foi a iniciação. (TOCANTINS, 1984, p. 120).

A leitura para Tocantins funcionou como uma chave mágica, abrindo as portas para um diálogo com a literatura nacional que lentamente foi moldando seu modo de ver o processo de formação regional e nacional. O despertar para as coisas a partir das leituras ganha densidade quando aos nove anos passa a freqüentar a biblioteca da Prefeitura. No acervo não havia obras infantis, mas encantou-se com a leitura de *Olavo Bilac* e *Coelho Neto*, de *Iracema* de José de Alencar, de *Inocência*, de *Visconde de Taunay*.

A pedido de sua mãe, Tocantins, recitava para as visitas *Meus oito anos*, de Casemiro de Abreu, *Visita à casa paterna*, de Guimarães Júnior, *Canção do Exílio e Juca Pirama*, de Gonçalves Dias. Seu pai ajudava a superar as dificuldades nas leituras desses autores, pois via no menino certa inclinação e pendor literário que o comovia. Essas leituras, para além do tempo, são chamadas que iluminam as reminiscências, projetando a sensibilidade de Tocantins para um nacionalismo de feição regionalista.

A difusão e circulação de concepções nativistas, humanistas e românticas, expressão de um nacionalismo retórico, comuns aos escritores lidos por Tocantins no período em que morou no seringal no Acre. Suscitaram no seu modo de ver uma imagem idílica da sociedade brasileira e um sentimento nacionalista adequado às necessidades de sua preservação diante das mudanças porque passava o país. Para Antonio Candido, essas concepções transbordaram imediatamente dos livros e operaram influência nas várias esferas da vida social. Neste sentido é que o *nativismo* e o *civismo* funcionaram como justificativa da atividade criadora de ensaístas, escritores, artistas plásticos e músicos. A recepção dessas obras por parte do público permitiu a difusão do nativismo e do civismo como expressão da consciência nacional. A adesão a esses ideais não criava uma unidade acerca de um projeto nacional em razão das clivagens que modulavam o nativismo e o civismo, segundo a posição de classe ou fração a que pertencia o autor da obra e seu público. O contato de Leandro Tocantins com as obras de Olavo Bilac, Coelho Neto, Gonçalves Dias, Monteiro Lobato e Visconde de Taunay, expoentes desse nativismo e civismo romantizados em um sentimento nacionalista, sedimentou na alma do menino seu compromisso com tudo que fosse autenticamente brasileiro. Leituras que assinalaram o ponto de partida de uma formação que dada sua localização social e espacial, entendido aqui como fração de classe de origem e o espaço do seringal, permitirá uma flexão do nativismo e do civismo, dotando-as de matiz amazônico.

É preciso lembrar que as leituras do menino no seringal não se restringiram aos livros citados acima. Na casa da professora de piano,

Tocantins conheceu obras de *Eça de Queiroz*, *Camilo Castelo Branco*, *Aloísio Azevedo* e *Euclides da Cunha*. Enquanto suas irmãs e a professora se concentravam na lição de piano, ele percorria o gabinete ávido pelos livros que encontrava nesse espaço. Em *À Margem da História*, de *Euclides da Cunha* encontrou a possibilidade de uma interpretação racional da realidade amazônica modelada pela ciência, permitindo uma visão para além da análise subjetiva, poética, alegórica, metafórica e nativista a qual entorpeceram seus sentidos de criança. A leitura dessa obra de Euclides da Cunha moldou de forma decisiva a constituição de sua consciência reflexiva sobre os problemas da formação regional e dos liames tênues que une a nação brasileira. Anos depois ao recordar aquela tarde remota em que a leitura de *À margem da história* lhe encheu os olhos de entusiasmo cívico nacionalista, Tocantins concluía que para sua geração

Euclides da Cunha é quem primeiro desperta o brasileiro-amazônico. Num sentido sociológico de integração da Amazônia no outro Brasil tão afastado e até ignorante de suas deformações sociais e econômicas, da despreza de um meio que o homem amansava anonimamente. Esquecido do mundo, jogado no tumulto das paixões, vítimas de doenças, de uma sociedade defeituosa [...]. É na Amazônia que Euclides da Cunha viu um novo Brasil: um Brasil em que a mestiçagem étnica afirmava a presença do homem na terra e sua vitória sobre o meio. Então ele começa a retificar conceitos anteriores [...].

[...] meu sentimento regional fora tocado pela beleza e fidelidade do estilo de Euclides. Muitas das cenas descritas em *À Margem da História* são pano de fundo de minha infância no Território do Acre. (TOCANTINS, 1992, p. 13-15).

A influência e o alcance da obra de Euclides da Cunha entre os intelectuais brasileiros estavam diretamente relacionados à posição que esses ocuparam na luta pela definição do nacional-brasileiro. Euclides inaugurou um estilo dotado de densidade dramática alicerçado em padrões modernos da ciência de sua época, rompia dessa forma com as interpretações passadas na medida em que introduz o meio e raça como princípios de análise da formação social brasileira. Por meio de suas andanças no Nordeste e na Amazônia observa e analisa o caleidoscópio de múltiplos tempos que compõem os

impasses e as possibilidades da sociedade nacional. Nessa esteira sua análise encontra ressonância entre os intelectuais do norte que viram a região ser lançada no limbo da vida política, cultural e econômica do Brasil, após a crise da borracha. À *margem da história*, embora não possua a unidade e força narrativa dos *Sertões*, deixou um testamento fragmentário, mas lúcido e inovador que abriu novas possibilidades de interpretação da Amazônia. Tocantins percebeu, assim como outros intelectuais, que Euclides fizera geografia, história e um esboço de análise sociológica em sua interpretação da Amazônia, sociedade que conheceu e que lhe permitiu uma grande confiança no poder civilizatório do caboclo sobre as condições naturais daquele ambiente. As trilhas abertas por Euclides sedimentaram-se no modo de ver da criança, e ganharão modulações novas à medida que seus estudos formais a colocarem em confronto com outras interpretações. Anos depois Tocantins afirmará que “*essas leituras, para além do tempo, são uma chama que anda e dorme na reminiscência, preparação de sensibilidade, em alvorecer brasileiro*”. (TOCANTINS, 1984, p. 121, grifo nosso).

As relações sociais estabelecidas nos espaços do seringal e da pequena cidadezinha de Tarauacá revelam o fascínio do menino Tocantins pela leitura e as coisas do lugar. Nesse espaço fecundo, descobriu a sedução do teatro como ele mesmo nos revela nessa passagem

Até pretendi montar peças. No armário de meu Pai encontrei livros de *Martin Penna*, lá estavam *Juiz de Paz na Roça* e *O Irmão das Almas*, com textos ainda difíceis para a minha idade. Quis representar *O Irmão das Almas*, achava-o engraçado. Minha antiga babá, uma outra empregada, a filha e o filho do motorista (prático do barco) de Meu Pai foram escolhidos para atuar. Mas as falas, um tanto longas, ninguém se atrevia a decorá-las. Eu suprimo personagem, reduzo texto. Qual nada. Então, resolvo ensaiar cenas do velho almanaque Tico-Tico, e todo mundo aplaude. (TOCANTINS, 1984, p. 121).

O que está em jogo nessa passagem de *Os Olhos Inocentes* não é somente a importância do teatro para a formação de sua cosmovisão. Mais significativo do que esse fato, são as relações sociais estruturadas em torno da

figura de seu pai. Distinção conferida aos grandes proprietários de seringais disposta nas posições hierárquicas de mando e obediência presentes no discurso do filho do proprietário do seringal (Tocantins). Esse arranjo societário do seringal guarda uma tênue semelhança com o complexo agrário do Nordeste onde o sinhozinho ou menino de engenho possuía uma ama de leite (babá) para cuidar e os filhos dos empregados para brincar e exercitar sua condição de mando, aprendizado para no futuro assumir o engenho. A antiga babá de Tocantins, que se agregou a família, a empregada e os filhos do motorista simbolizam o poder social que a propriedade confere ao filho do patrão. A partir do barracão, centro do poder e da atuação do coronel, o proprietário do seringal. Seu pai gerenciava aquele pequeno mundo com modos particularmente seus, convicto, disciplinado e tranqüilo na aplicação da justiça. Ele infundia a segurança e a ordem necessária para o equilíbrio daquela sociedade.

Imprime-se em mim a maneira tolerante, porém firme, de meu pai, no exercício da justiça e da misericórdia. A preservação de nosso bem-estar depende da alquimia de seu verbo e de seu ato. Este é o esforço de uma confiança que já estava em meu sangue. (TOCANTINS, 1984, p. 107).

Tudo indica que por baixo da aura moderna, na qual a região estava envolvida, residia uma organização tradicional da família, princípio de socialização comum às frações de classe proprietárias de seringal, de casas aviadoras e funcionários públicos graduados (militares, juízes e outros). Arranjo societário no qual a posição de cada agente no espaço das relações sociais é definida a partir da tutela da família extensa. Esse princípio será o fiel da balança que inclinará Tocantins para as posições políticas e culturais conservadoras, assumidas, em meio à luta pela definição de um projeto nacional de desenvolvimento, nos anos sessenta. Os resíduos dos valores familiares, internalizados na infância, vem à tona nos momentos de tensão social que podem levar uma ruptura profunda na vida social brasileira. Para Tocantins o progresso deve preservar os valores tradicionais de modo que ordem burguesa fundada no individualismo não apague os liames que nos atam

ao passado. Nossa modernidade deve assentar-se na tradição para operar transformações sem ruptura. A propósito dessa percepção de progresso, Américo Jacobina Lacombe afirma no prefácio de *Vida, cultura e ação*⁴⁴ que Tocantins não concebe um progresso sem a compreensão e o respeito pelos que construíram no passado os pontos de apoio necessários para reformular o futuro, atualizando-se em meio à modernidade. A estabilidade das instituições brasileiras depende desse arranjo capaz de conciliar por meio da tensão do presente, passado e futuro.

Outro componente que exerceu sobre o menino do seringal forte influência foi o catolicismo. Dificilmente se poderia esperar em um ambiente agrário do seringal um afastamento do fervor religioso. Podemos até insinuar que as duas principais colunas que mantinham o equilíbrio dessa organização social extrativista eram de lado a família e de outro a religião católica.

A missa era um ritual compulsoriamente seguido, aos domingos, por toda a família, exceção do pai um católico ao seu modo. Desde sete horas da manhã, os sinos tangiam sons que voavam chamando os fiéis católicos para a comunhão na comunidade de Tarauacá. Quando, às oito horas, tocavam pela terceira vez, a família já se encontrava na igreja, conduzida pelo zelo de sua mãe com os deveres cristãos. O fervor religioso penetrou no subterrâneo da alma de Tocantins, de tal modo que confessaria mais tarde em *Os olhos inocentes* “Meu espírito assimila o ritual com estranha combinação de nostalgia e um submerso fogo de existência, delicioso. Como se eu me misturasse, no meio de nuvens, com santos e anjos”. Essa experiência religiosa lhe permitirá uma adaptação rápida ao Colégio dos Irmãos Maristas no qual realizou o curso de humanidade em Belém, ambiente que contrastava com o pequeno grupo escolar que frequentara na cidadezinha de Tarauacá.

Para além do ritual litúrgico das missas de domingo, frequentada por

⁴⁴ A obra *Vida, cultura e ação* de Leandro Tocantins, não será objeto de análise neste momento. Os ensaios dessa obra são referentes um período que tomaremos para análise no próximo capítulo.

sua família, a igreja constituía um espaço de encontros entre as personalidades que organizavam aquele pequeno mundo.

A grata expressão depois da missa significava para mim o momento de ir tomar café na residência de uma das amigas de minha mãe. A esposa do juiz. A esposa do prefeito. A esposa do Promotor. A esposa do médico. E outras amigas estimadas, como a costureira, a parteira, a esposa do comerciante sírio-libanês. (TOCANTINS, 1984, p. 51).

A descrição que Tocantins nos oferece dá uma clara idéia das posições sociais dos agentes segundo a escala de valores atribuída às funções que desempenham na comunidade. O tom suave e puro da expressão: *amigas estimadas* nos põe diante de um quadro de relações ordenado segundo o valor, o prestígio conferido de um lado às esposas do juiz, do prefeito, do promotor e do médico em oposição à costureira, à parteira e à mulher do comerciante sírio-libanês. As diferentes posições no espaço social expressam a distribuição dos instrumentos de apropriação da riqueza, transmutadas em distinção simbólica conferida ao juiz, ao prefeito, ao promotor e ao médico⁴⁵. Embora tratadas com apreço, a parteira, a costureira e a mulher do comerciante sírio-libanês não compartilham o mesmo estilo de vida das frações de classe a qual pertence à mãe de Tocantins e as senhoras esposas das autoridades da cidadezinha. O relato de Tocantins sobre a saída da missa nos deixa entrever as afinidades entre os membros de um grupo social que não se identifica somente pela posse de propriedades, mas, sobretudo, pela propensão para adquirirem determinados bens simbólicos como parte do seu estilo de vida.

A saída da missa. Minha mãe conversava, recebia cumprimentos. O prefeito, o juiz, o promotor, o médico, o farmacêutico, o maestro. Pequeno círculo de comunidade. As

⁴⁵ “As diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (...). (BOURDIEU, 1994; 82)

esposas, as filhas. As minhas irmãs. Os meninos, as meninas.
(TOCANTINS, 1984, p. 49).

As afinidades entre os membros do grupo estão presente no uso da linguagem, que demonstra polidez, nas roupas, escolhidas para freqüentar a missa, nos códigos de postura e educação que os aproxima, no gosto pela literatura, na inclinação pelas aulas de piano e pela música erudita, valores ajustados à condição social do grupo em oposição aos outros grupos sociais que frequentavam a igreja. Valores, enraizados nos poros da classe dominante local, são naturalizado pelos agentes sociais em suas relações cotidianas como um estilo de vida que a distingue de outros grupos. A vivacidade de Tocantins consiste em diluir, por meio de uma narrativa idílica, o poder de mando e subordinação presente nas relações sociais entre a classe a qual pertence e os trabalhadores que formam uma camada social que abrange um largo espectro que vai desde os empregados do barracão, passando pela parteira, pela costureira até o seringueiro. Ele não vê a dominação material e simbólica expressa na figura do coronel, seu pai, do juiz, do prefeito e do médico, amigos da família, vê somente virtudes no apreço que esses agentes têm com as camadas sociais subalternas. É no exercício prático dessas relações que os valores são internalizados como parte de suas representações sociais e esquemas de classificação do mundo social. No decorrer do ginásio e da faculdade, cursados respectivamente em Belém e no Rio de Janeiro, esse valores passarão por um processo contínuo de transformação capaz de modular futuras posições políticas e culturas assumidas face às disputas pela definição legítima da identidade regional⁴⁶.

⁴⁶ “As lutas a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo (...).” (BOURDIEU, 2003; 113).

O mundo da primeira formação de Tocantins é revelador do estilo de vida da pequena burguesia extrativa, sua trajetória passada em meio círculo de relações no espaço do seringal e da pequena cidade Tarauacá. Relações domésticas que vão além do círculo familiar, como a professora responsável por sua educação e de seus irmãos, a babá que acompanha a família desde Belém e os demais empregados responsáveis pela cozinha e limpeza do barracão morada da família. Na cidade as afinidades de classe com a família do prefeito, do juiz, do promotor, do médico e o apreço de sua mãe pela parteira e a costureira sempre prestativas, entre todos é a professora de piano que Tocantins guardara um afeto especial. Foi no escritório de sua casa que Le se deparou com as obras de Euclides da Cunha, fato que nunca o abandonará. A rotina nesse microcosmo de relações só era quebrada com a chega dos gaiolas ou das chatas, ponto de contato com o mundo lá fora, que traziam as novidades de Manaus e Belém.

A chegada do gaiola à cidadezinha dispersa a neblina da distância e do isolamento. [...]. Belém do Pará e Manaus, as cidades dançam nas imaginações locais, clareiam desejos e esperanças, sabem nos cercar de oferendas e de atrativos. Os gaiolas são Naus das cidades, corpo e leme a guiar a alma de Belém e Manaus [...].

Ter-se um gaiola no porto, estar-se próximo ao espírito civilizado, ao corpo das relíquias materiais. Todos consomem um ambiente de promessas, de renovação, que o gaiola é seu pastor, aflauta de sons maravilhoso. (TOCANTINS, 1984, p. 126-127)

O gaiola simbolizava o elo com civilização para onde convergiam os olhares e a saudade dos que conheceram a agitação frenética de Manaus e Belém. Para Tocantins significava a possibilidade de encontrar um mundo conhecido apenas por meio dos relatos de seus pais. Nesse sentido o gaiola atiçava a flama do desejo de sua mãe de retornar a Belém, cena descrita no poema *gesta primitiva*, “*vida acre saudade solidão, minha mãe chorando rezando pedindo a todos os santos regresso a Belém do Pará*”. (Tocantins, 1969, p. 37 grifo nosso)

O retorno da família Amanajás Tocantins à cidade de Belém era um imperativo que crescia à medida que Leandro Tocantins e sua irmã mais nova precisavam concluir os estudos e escolher uma carreira, segundo seus pais.

Para Tocantins a viagem profetiza a conclusão de tudo e o começo das coisas novas que fluirão numa vida ainda não expressa, impronunciada ansiedade para conhecer o mundo. Belém do Pará atiça seus sonhos de menino despertados pelas crônicas que ouvirá de seus pais e do irmão mais velho. Todas as projeções futuras vividas por Leandro Tocantins não vão apagar ou diluir os sedimentos dos dez anos de experiências passados entre o seringal do Murú e a pequena cidade de Tarauacá.

O afastamento dos lugares onde deixei marca de existência passou a gerar equivalências espirituais, respostas em transfigurações carregadas pela lembrança, imaginação, coração. Há uma espécie de subsolo mental, e nele descobri a jazida espessa de elementos, com variabilidade de formas, cores, sons, aromas. (...) Nítida, como se, de repente, os misteriosos circuitos da consciência adquirissem plena conexão e a mente iluminada, faiscante de visões, liberasse as formas que o tempo embaraçava. (TOCANTINS, 1984, p. 196)

As experiências passadas de Tocantins parecem se ajustarem objetivamente às oportunidades que se abriram no futuro, indicando as probabilidades de sucesso entre as disputas em um espaço social regional e nacional. O exercício do ofício de intelectual associa-se a geografia política da nação brasileira, o desenho territorial/regional e a criação dos centros políticos e de formação universitária impelem o deslocamento progressivo dos jovens das frações de classe dominante, que aspiram ambições intelectuais, para os centros mais desenvolvidos. Daí nascem as afinidades⁴⁷ entre os processos de formação de grande parte dos intelectuais da região como Araújo Lima, Arthur Cezar F. Reis, Djalma Batista, Leandro Tocantins e outros não citados aqui em razão da limitação de nossos objetivos. Os esquemas de percepção e classificação assimilados por Tocantins em meio às relações

⁴⁷ Oriundos dos setores agrários os jovens intelectuais regionais faziam um percurso semelhante, deslocavam-se para os grandes centros em busca de uma formação em Direito ou Medicina capaz de lhe conferir na volta o acesso a um cargo público de destaque ou mesmo um mandato eletivo para governo, senado ou deputado. A propósito do tema dos intelectuais ver GRAMSCI (2004); MANNHEIM (2008); BOURDIEU (1992); LECRERC (2004); PÉCAUT (1990); BASTOS (2003) & (2006)

familiares e da comunidade no rio Tarauacá serão fundamentais para em sua adaptação ao novo cenário urbano da cidade de Belém. As relações sociais desse novo cenário urbano que se abre para Tocantins modularam seu nativismo, seu civismo, seu nacionalismo e seu interesse pelos problemas regionais. Esses princípios serão decisivos para sua conversão futura ao regionalismo proposto por Gilberto Freyre, o projeto político regionalista reivindica romper o estigma de atraso social, econômico e cultural imputada à região norte, tese que estará na base das lutas pela autoridade científica legítima de definir região. Para Bourdieu a estigmatização regional definida em termos de distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro que a priva do capital (material e simbólico) é a condição de existência das reivindicações regionalistas (BOURDIEU, 2003). A região ao ser definida como unidade negativa pelas forças hegemônicas de dominação, simbólica e econômica, impele os agentes das regiões estigmatizadas a lutarem contra esses princípios definidores, assumindo desta forma a reivindicação regionalista.

As relações sociais gravadas no ambiente distante do seringal e da pequena cidade proporcionaram a Tocantins uma educação dentro de padrões modernos, mas sob a tutela da tradição, presente principalmente na organização da família patriarcal. Duas cenas narradas por Tocantins simbolizam esse encontro entre a tradição e modernidade no distante vale do Juruá

A tradição patriarcal de minha família seguindo as normas de adiar o conhecimento do sexo. No seringal, as histórias que menino não devia saber só corriam entre adultos [...]. Penso que todos eram vítimas do silêncio. Os empregados calavam-se. Um tabu que impunha castidade. (TOCANTINS. 1984, p. 186).

O silêncio diante do sexo no interior da família tradicional era à base de um dispositivo pelo qual se define o lugar de cada membro no interior dessa instituição. Seguindo os preceitos religiosos do catolicismo, a família de Tocantins restringe o acesso das crianças ao mundo dos adultos por meio do

silêncio, lugar onde se preserva a moral doméstica. É no interstício das falas que as práticas domésticas se organizam para que seus membros assimilem sua disciplina sob o auspício do pai e do padre. A tradição, por meio do não dito, inscreve seus códigos no indivíduo, o tempo os converterá em práticas ou não conforme as modulações das relações sociais futuras. Ao lado dessa cena doméstica, Tocantins revela o espírito moderno e empreendedor de seu pai

Meu pai lera em revista francesa notícia a respeito de navegação na África. A descrição de um motor adaptado às condições dos rios africanos parecia convincente [...]. Meu pai encarrega seu irmão mais moço, em Paris, de Procurar Monsieur Godille, inventor da máquina. Meu pai entrega a uma firma importadora a operação de compra de uma unidade de oito cavalos, nutrido a gasolina [...]. Logo, é remetido para o Acre, onde aprovou de modo admirável. (TOCANTINS, 1984, p. 46).

O espírito obstinado de Van Dick Amajás Tocantins trouxe para o distante seringal no vale do Juruá os primeiros motores de popa. Anos depois, firmas de Belém e Manaus por meio de representação de Monsieur Godille encheram os rios da Amazônia desses aparelhos modernos que facilitaram a navegação no período do verão quando os rios estreitavam seu canal. Esse engenho da modernidade técnica e científica da época era um modelo muito versátil adaptando-se muito bem no Alto Amazonas. Colocado na popa do batelão ou da canoa de modo a girar facilmente de lado para outro conforme a habilidade do condutor para superar as distâncias entre os vários seringais da família Tocantins. Estas cenas da vida doméstica tradicional e do espírito moderno de seu pai ganha densidade à medida que nos conduz a escala de significado de sua representação em termos de sua formação. Ele nos leva a um ponto de interseção entre o tradicional e moderno, naquele ambiente distante. Com isto parece que chegamos a um ponto que nos permite compreender as suas formulações sobre as mudanças históricas nas quais acredita que a tradição se atualiza em meio à modernidade. A atmosfera das experiências passadas convertidas em representações modulam suas opções futuras no jogo das disputas pelo poder legítimo de definir a identidade regional face as injunção política nacional e internacional.

Embora as condições sociais desse microcosmo sejam distintas da esfera urbana, sua formação dotou-o de um conjunto de percepções que foram decisivas para posição política e cultural assumida a partir da publicação, em 1952, de seu primeiro livro, *O rio comanda a vida*. As teses, dispostas nessa obra, nos remetem ao cenário de sua infância na qual se deparou com uma literatura expoente do nativismo, do civismo e do romantismo, lidos sob o olhar atento de seus pais, disciplina inculcada nesse período que o predispõe a vida intelectual, associada ao declínio econômico que afetava diretamente a fração de classe a qual estava vinculada sua família, cenário social envolto na paisagem densa da Amazônia profunda. A partir dessa realidade referência sua interpretação assume progressivamente à conotação de uma estratégia para posicionar as forças políticas locais no âmbito das lutas pela hegemonia de um projeto nacional em disputa. Não se trata de uma posição política e cultural isolada, mas pertencente à grande parte dos intelectuais - oriundos das frações de classe que controlaram a produção da borracha e filhos da alta burocracia estatal - que nasceram em meio ao declínio econômico da região e viram-na ser estigmatizada pelos centros de poder econômico, político e cultural do país.

Onze anos depois de sair de Belém, sua cidade natal, Tocantins retorna com a família, exceto sua irmã mais velha que ficou junto ao marido para tomar conta do seringal da Foz do Murú. A notícia do retorno a Belém é descrita em seu romance autobiográfico, *Aventuras de Tizinho nos rios e selvas da Amazônia*. O menino casualmente ouviu o diálogo de seu pai com um amigo, na porta do Telegrafo da cidadezinha de Tarauacá. Nessa conversa o pai definia a data da viagem e explicava os motivos de seu retorno a Belém ao amigo. Ao ouvir que retornariam a Belém em janeiro do ano que estava chegando (1939) o menino ficou de sobreaviso, os sentimentos se confundiram em seu ser, não sabia se era tristeza, por deixar os banhos de rio, as brincadeiras no pasto, as árvores de manga, de sapoti, de ginja, de biribá, os coqueiros de postura imperial, os amigos do seringal e da cidadezinha, ou feliz porque ia para cidade grande, ver outras coisas, caras novas, conhecer a família, tão numerosa que aguçava a curiosidade infantil. O amanhecer do

último dia no seringal onde começou a entender as criaturas e mundo, mas o mundo vasto ainda viria pela sua frente. Ele deixara no seringal apenas uma fração pequena de sua vida, porém a que mais dará sinal de permanência nos desdobramentos de sua interpretação regional e nacional.

O transcurso do Acre a Belém definem novos tempos no horizonte da criança, no entanto a suposta vocação para as letras já se encontrava desenhada no horizonte. Anos depois o autor reconhecerá naquele período que viveu no distante seringal despertou sua vocação e seu compromisso com os temas da região

Julgo que minha infância no Acre, com certidão de nascimento passada na cidade de Belém do Pará, despertou no menino o aviso do escritor. Pelo menos, o pressentimento. Instinto e vocação. Tênuo (ainda) e complacente vocação. Toda aquela paisagem me fazia cúmplice da terra. E das histórias de todo o gênero que me contavam. Inclusive a história dos acreanos que foram à luta para conservar brasileiro o solo que haviam desbravado, tornando-o produtivo pela exploração silvestre da borracha. (TOCANTINS, 1984, p. 19).

3.2 A ADOLESCÊNCIA EM BELÉM

A formação primeira de Tocantins é parte de um processo que não se esgota nos limites espaço-temporal das relações no seringal e na pequena cidade de Tarauacá. Ainda que esse mundo tenha ficado para trás, suas relíquias permanecerão no subsolo de sua cosmovisão, os esquemas de classificação e de compreensão do mundo forjados naquele ambiente se alongarão ou não, diante das novas relações estabelecidas na cidade de Belém. Eventos particulares e coletivos no cenário urbano figurarão em seu modo de pensamento, esse novo horizonte de relações possíveis embora não seja um prolongamento do seringal, ele não apagará no subsolo de suas lembranças os

sedimentos do passado⁴⁸. Um modo de compreender esse processo envolve o exame de escritos que por sua própria narrativa lança luzes sobre esse período de sua formação e o papel que teve no processo de formulação de sua concepção de tradição e modernidade.

A viagem do acre ao Pará expõe a fratura sentimental no ritmo que o gaiola imprime pelos rios profundos do seu ser, os fantasmas da Foz do Murú sustentam o jogo dialético da passagem para Belém permitindo o enraizamento de novas relações sem, contudo, apagar o polo da infância. Fortalecendo, desta forma, seus laços com o lugar da infância na proporção de que ele pode ser recuperado pela memória, mas não se trata de valorizar o passado e sim de atualizá-lo como constituinte do futuro.

O seringal da infância, a cidadezinha, ficaram nos longes, e continuam a viver, minha vida, neles, é que está submersa, mas converge em mim sua recordação, há certeza de recordações, não fosse assim eu não ouviria ecos desse passado recente, eu não me deixaria mover em direção daquele espaço perdido [...], e nem o desejo, acalento de infância, de chegar a Manaus e Belém do Pará, consegue afastar esse imóvel ponto, a saudade dos lugares que deixo para sempre. (TOCANTINS, 1993, p. 40).

O movimento lento da embarcação transfigura as sombras do passado em meio a futuro que se abre. Tocantins está preso à lenta rotação dos sentidos que tece dúvidas e angústias na rota silenciosa a caminho de Belém e da adolescência. Na consciência do menino, o gaiola se move para o futuro num tempo perene, modelo compulsório da vida. Mudanças contínuas sob as quais se acumulam resíduos de costumes e formas de pensamentos passados, revisitados e atualizados permanentemente pelo futuro. Essa percepção do tempo se converterá ao longo de sua formação a ponto de concluir que a força da modernização irreversível de nossa cultura consiste em assimilar valores

⁴⁸ É bom lembrarmos que no livro, *Olhos inocentes*, Tocantins afirma que “O afastamento dos lugares onde deixei marca de existência passou a gerar equivalências espirituais [...]. Há uma espécie de subsolo mental, e nele descobri jazidas espessa de elementos, com variabilidade de formas [...]. (TOCANTINS, 1984, p. 196)

novos incorporando-os ao patrimônio cultura regional e nacional, enriquecendo dessa forma nossas tradições, e não as queimando na chama passiva do deslumbramento com o estrangeiro. Concepção de mudança que se ajusta aos membros de uma classe ou grupo em declínio, daí porque os intelectuais oriundos desses setores sociais buscam conciliar o passado com os novos tempos a procura de um espaço social para o grupo na ordem social que se desenha no futuro. Semelhante à tese proposta por Mannheim acerca do romantismo alemão, para este autor a experiência da mudança (entendida aqui como declínio) é seguida por uma identificação contínua com a situação prévia, de tal forma que ao se generalizar a valorização do passado chegasse à filosofia dos *bons velhos tempos*, isto é, a ideologia do tradicionalismo, (Mannheim, 2008; 118). Os intelectuais originários da classe e de suas frações que dominaram economicamente a região procuram, por meio da idealização do passado e de sua projeção no futuro, uma articulação com as novas forças sociais hegemônicas na esfera nacional. A teoria da mudança lenta e orgânica parece ser um componente da visão de mundo dos setores agrários decadentes no Brasil⁴⁹ no período em que se processou a formação social e intelectual de Leandro Tocantins. Poetas, escritores e ensaístas que compartilharam o mesmo ambiente de origem adotaram posição semelhante variando em grau conforme a região e sua relação com as forças nacionais.

O lento curso da viagem do acre a Belém, ritual de passagem onde imagens e sentimentos fixam instantes e desafiam a memória concedendo ao menino a evocação do que ficou para trás e Manaus que se descortina como primeira experiência urbana que uma grande cidade lhe oferece. O corte profundo entre as águas escuras e a barrenta suscita emoções em um espetáculo glorioso, desenha um quadro no qual o sol perfura o horizonte

⁴⁹ “Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo de sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro da rotina é que melhor se sente o caráter de um povo.. Estudando a vida doméstica dos antepassados sentia-nos aos poucos nos completar: é um outro meio de completar o tempo perdido (...). É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas de esforço de pesquisa pelos arquivos”. (FREYRE, 2002; 56);

verde que sofre fugazes tonalidades, emerge, enfim, o cinza da cidade. A cidade talhada em pedra pelo esforço humano naquela paisagem verde e líquida se destaca como força da civilização diante da natureza. O esforço do trabalho anônimo de milhares de homens ganhava densidade no cais flutuante, maestria de engenharia moderna, no *art nouveau* de seus prédios e na agitação frenética de seus habitantes.

[...] os olhos do adolescente, vivos e fortes, transbordantes de alegria no automóvel, invenção que submerge o passageiro estreante em doce beatitude, o automóvel leva-o as ruas, avenidas, praças, germinação de urbanismo que me afeta com flamas de prazer, impaciências de querer ver mais e mais, os bondes escorrem pelos trilhos em meio de paralelepípedos, [...] vou percebendo toda a instrumentação urbana a que se vem juntar o telefone que dá sentido às coisas para melhor demonstrá-las, à distância, excitante, novo para mim! Observo céus da cidade coberto de fios de cobre que conduzem sentidos, falas, rumores, vibrações, energia. (TOCANTINS, 1993, p. 40).

A intensidade da primeira experiência em um ambiente moderno, narrada por Tocantins, revela o gozo íntimo provocado pelo automóvel, signo chave do estilo de vida da cidade. Aos seus olhos, as relações sociais nesse espaço ganham uma nova dinâmica, conferida pela rede técnica de bondes, de cabos de telefone e de energia. Os dias passados em Manaus aquietam o ímpeto das lembranças do longínquo seringal, essas ficarão suspensas diante do frenético movimento da cidade, mas preservadas voltarão à tona conforme as necessidades impostas pelas relações sociais. Recebidos para o almoço na casa dos Miranda Correa, proprietários da primeira indústria de cerveja de Manaus, ficou fascinado com o belo prédio, com seus salões, amplos e decorados com lustre austríaco e com o enorme piano de calda.

As impressões imediatas sobre o requinte da arquitetura da cidade levou a uma comparação com seu mundo anterior da pequena cidade e do seringal. Aos seus olhos os palacetes do tempo áureo da borracha são expressão da elegância e distinção de uma época, diametralmente opostos às barracas pobres dos seringueiros ou dos barracões modestos mais pretensiosos sede dos

seringais. Diante dos palacetes *art nouveau* a cidadezinha de Tarauacá era um mostruário de casas de madeira, algumas de certo gosto, salas bem arrumadas, objetos franceses, mobília austríaca, consolos de tampo de mármore, uma tentativa de aritmética social, subir na escala de vida, exibição de passados de familiares em Belém, Manaus e no Nordeste, mas agora ele está diante das formas fluidas da fortuna cimento de um modo de vida que ele estava começando a experimentar. Os desdobramentos simbólicos dessa comparação entre os dois lugares é a compreensão de que a mudança de sua família para o seringal no Acre representou o declínio econômico da região e da classe social que estava a frete do processo extrativo da borracha. Passados onze anos no seringal sua família recuperara parte de seu patrimônio material e ao mesmo tempo ampliara o arco de alianças de classe que possibilitara o governador indicar o seu pai para assumir a prefeitura do município de Muaná na ilha de Marajó. A comparação suscita em Tocantins incertezas e dúvidas, impulso à transcendência de ir além dos valores e hábitos adquiridos, assim como do raio de ação imediato.

O impulso se manifesta pela primeira vez quando o adolescente descobre a herança cultural de sua sociedade e suas polaridades ideológicas. A descoberta de que seu contexto imediato não é “o” mundo inteiro e de que existem vários modos de vida ocasiona a primeira experiência de distanciamento e o primeiro estímulo para transcender as limitações do próprio meio. Na medida em que o adolescente se distancia do grupo primário, o mundo já não lhe parece o mesmo. Quando não refreado, esse impulso de transcender assinala o início de um processo genuíno de educação. (MANNHEIM, 2001, p. 132-133).

O distanciamento do lugar no qual internalizou esquemas de percepção e de compreensão do mundo assinala a descoberta de novas referências codificadas no espaço urbano de Manaus. A agitação moderna atingira sua sensibilidade, as imagens dos doces, dos sorvetes, dos bombons de luxo da bela Confeitaria Avenida permanecerão em seu espírito como uma substância sempre presente. Ante seus olhos, testemunhara uma cidade cheia de sonhos, a começar pelo bonde leve e silencioso, conduzindo a sublimação da saudade que o assaltava. Mas é a presença imponente do Teatro Amazonas, símbolo do

Fausto da borracha, com a arte harmoniosa de sua arquitetura que delimitara a sua experiência na cidade moderna face às imagens tecidas a partir das crônicas narrada por seus pais outrora no seringal. A bifurcação entre o narrado e o vivido acentua sua disposição de ver mundo como dois rios, um sossegado no subterrâneo de sua alma o outro turbulento e vertiginoso, como as imagens que ele guardará da Manaus moderna de seu tempo. O dualismo, simbolizado no ritmo regular da vida no seringal contrastada com descontinuidade aguda da vida moderna na cidade, requer uma equação capaz de permitir a sobrevivência do passado em meio às transformações, modo peculiar de se ajustar as mudanças no espaço e no tempo. Aturdido pela atmosfera moderna de Manaus procura ajustar sua visão anterior do mundo às interrogações provocadas pelo ambiente urbano. Aos seus olhos, tudo se dilatara em arrogantes cenários que exigem uma neopercepção⁵⁰ das coisas que aceleram as idéias. No seu íntimo ressoam as palavras dos seus pais, é preciso ter futuro, sim, a construção do futuro, estava em curso, como se pusesse as mãos nos seus ombros inquietando-o com a aceleração do tempo provocada pelo traslado do Acre para Belém.

Aprendo com o comandante padrões de navegação ainda por mim desconhecidos, os antigos, da infância, não possuem, agora, valores de realidade, estamos no baixo Amazonas (...). (TOCANTINS, 1993, p. 45).

⁵⁰ “(...) Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é um imenso jubilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes e apaixonados”. (BAUDELAIRE, 1988; 170). O traslado do seringal e do vilarejo, onde era conhecido por todos, pra a cidade transforma o menino em um anônimo na multidão. O espaço doméstico, contínuo, no qual vivia é estilhaçado pela fragmentação dos significados do espaço urbano. A multiplicidade de sentidos, fadiga as suas retinas na busca incessante de compreensão dos códigos desse novo mundo. Leandro constata que a cidade é dotada de um conjunto requisitos mentais aos quais precisava se ajustar, o que nos remete a interseção entre Baudelaire e Simmel em sua obra sobre *A metrópole e a vida mental*. Sobre os sedimentos da família patriarcal, ele redefinirá seu olhar para o mundo “Tenho de ajustar-me, a visão anterior do mundo que me rodeava, agora é uma interrogação nos olhos, tudo se expande nos arrogantes cenários que tento abarcar (...). (TOCANTINS, 1993; 44)

O correlativo direto dessa aprendizagem de novos padrões de navegação é a internalização de códigos sociais de percepção do mundo, bússola necessária para transitar na teia das relações sociais do universo urbano de Belém. Embora não explicita o elo transitório, a memória intervém em momentos precisos do aprendizado, para contrair os efeitos ou para abrir novos caminhos.

Entrevejo sabores, alegrias, surpresas em Belém do Pará. A cidade me nutrirá de trigo, e do périplo da grande navegação. Terá vida, terá ser, dentro de mim. Nela me integrarei. As mãos de vento me acenam ânsias de presságios. O trespasse do tempo e do espaço há de me desabitar da chama que a primeira vida em mim criou. Desabitar, porém jamais extinguir. Vem, distância, senhora abstrata de meus passos, vem crisar em meu corpo a separação irremediável. Não haverá retorno. Tudo o que fiz, está feito, e que refeito não será, nunca mais.

O menino, [...], ergue seu padrão para reter o clamoroso chamamento de uma voz, que sempre terá força de atraí-lo, de prendê-lo. (TOCANTINS, 1984, p. 192).

Existe uma aprendizagem no tempo que se foi, mas que se transforma em sedimento da formação, esse não será recuperado integralmente como idêntico, ela será continuamente redefinida no processo de aprendizagem de Tocantins. O essencial não é a lembrança, mas as inflexões dessa trajetória, vistas por outro ângulo como momentos de sua compreensão dos problemas regionais e nacionais. A trajetória passa a ser o meio pelo qual podemos comparar e avaliar os mecanismos sociais em jogo ao longo de sua formação. Seu envolvimento profundo com a região pode ser visto como uma *compreensão empática*, base da futura conversão ao regionalismo e ao tradicionalismo. Ambos os esquemas de interpretação utilizados como estratégias para combater ou anular os efeitos da tese de que o ambiente natural da Amazônia constituía o principal causa de seu atraso social⁵¹. O estigma de que o meio absorve o homem sobrepondo-se a qualquer empresa duradora na região em determinadas circunstâncias tornou-se um estímulo as

⁵¹ A obra *Amazônia: a terra e o homem* de Araújo Lima, lançada em 1932 constitui um marco regional

reivindicações regionalistas.

Recuperar esse tempo é trilhar o caminho percorrido por Tocantins para a formulação de uma interpretação capaz de anular os efeitos do estigma que excluía a Amazônia do centro de discussões de um projeto nacional. Pode parecer exagero concentrar a reflexão no microcosmo de relações sociais no qual Tocantins encontra-se enredado sem nos atermos ao contexto regional e nacional mais amplo. É que acreditamos que as forças em disputa nesses contextos mais amplos reverberam nesse ambiente micro eufemizado, diluído ou matizado. Nesse aspecto a organização da família está intimamente articulada à classe social a que pertence em termos de educação dos filhos, acesso a alta cultura (música erudita, aula de piano, balé clássico, lazer, moda, perfumes, etiqueta da mesa e outros dispositivos) que vão demarca a distinção entre classes. Nas práticas, nos discursos ou nas falas operam uma distribuição dos códigos sociais que os agentes internalizaram a partir de sua situação no espaço social. Não é sem sentido que o espaço micro das relações de Tocantins expõe o modo pelo qual a tradição é apropriada, por ele, primeiro como memória afetiva, depois como processo social de constituição regional. Voltemos à viagem para Belém e nela encontraremos uma passagem na qual autor paraense remonta suas raízes profundas, quando o barco passa ao largo da ilha de Marajó.

[...] lá está o engenho Palheta, fundado por meu avô paterno, de quem herdei o nome de batismo [...]. Quero ver a alma do engenho unido, a casa-grande, um chalé de proporções imponente, dois andares, o edifício acaçapado do engenho, imenso, a chaminé soltando fumos, a ponte avançando no rio, a lancha de fogo acesos [...]. (TOCANTINS, 1993, p. 48).

Disposto nessas imagens, encontram-se as posições de classe estruturadas em torno da propriedade rural que ata a família do autor a rede de relações sociais mais amplas, espaço social das alianças políticas e de um estilo de vida comum ao grupo que lhe confere distinção face às outras classes sociais. A imponência da casa-grande, do chalé, são emblemas do poder econômico e político, materializados em um estilo de vida dos grandes

proprietários rurais da região. Os códigos desses espaços sociais mais amplos (contexto) circulam de forma distinta entre as famílias desses setores, essa distinção conferida a cada família no interior da classe social é a expressão simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência material de cada uma delas⁵².

A evocação das raízes familiares, tema recorrente nos escritos de Tocantins, revela a posição social de sua família ao descrever o sobrado localizado na rua Dr. Assis no Largo da Sé. No sobrado se encontra o amparo dos anos, da tradição, cinco janelas para o Largo da Sé, com gradis de ferro, porta sempre aberta a quem procura, governa a paisagem, a rua, a praça Frei Caetano Brandão. Imponente, toma conta da esquina como a moldura de um retrato onde os personagens enchem a memória de fatos. Para ele o sobrado era o centro do mundo, alegrias, ócios, tristezas, marcha incerta do instinto e da imaginação teceram seus passos anotando os dias passados. Tocantins, incorporado a saga da família converte a memória afetiva em um momento chave de valorização da tradição como lugar no qual a identidade do grupo assume expressão regional.

Os encantos da rotina, da tradição, da continuação dos valores familiares, acompanharam os passos do menino desde o distante seringal no Acre até o antigo sobrado do Largo da Sé em Belém. Esses passos iniciais progressivamente vão se inclinando para a história social das coisas regionais, como dirá mais tarde Gilberto Freyre a favor da cozinha tradicional⁵³, dos estudos da vida íntima, a favor da preservação da arquitetura tradicional tão bem adaptada ao trópico, enfim comprometido com a alma regional e nacional.

⁵² Para uma visualização mais detalhada do ponto de vista teórico sobre essa problemática ver *Espaço social e gênese das classes*. In *O poder simbólico*, Pierre Bourdieu (2003).

⁵³ Esse tema foi retratado por Gilberto Freyre em várias de suas obras, com destaque para *Açúcar* (1997) e *Região e tradição* (1968).

A reconstrução dos mecanismos sociais por meio das lembranças permitira a ele assumir posições políticas/culturais face às lutas que estavam em curso no cenário regional e nacional dos anos quarenta do século XX. O encanto pelo velho sobrado fora cúmplice de sua comunhão com a cidade, o Largo da Sé, as ruas, as mangueiras e a baía de Guajará. O progressivo amadurecimento nesse ambiente urbano de Belém assinala seu comprometimento definitivo com a questão regional, meio de solucionar os impasses nacionais em sua perspectiva. Seus impulsos intelectuais ganharam novas tonalidades conforme aprofunda os laços com o passado de sua família e da cidade. A família é grande, ciosa de seus privilégios, a maioria tradicionais proprietários de terra e gado na Ilha de Marajó, há descendentes de nobres portugueses vindo de Mazagão africana para fundar Mazagão paraense, armas e barões assinalados que surpreendem o menino que veio do distante seringal. Sua Avó cultivava hábitos de casa-grande, um deles de cafuné, a seu jeito paraense que faziam as crianças adormecerem na cadeira de balanço (TOCANTINS, 1993, p. 50-55). Pra quem usufruía até bem pouco tempo de um ritmo de formas, de cores, de sons, envolvidos pela natureza dos rios e selva densa tudo era novidade até a fotografia registro obrigatório de todo membro da família. Lentamente as coisas da cidade vão amansando seu espírito indômito do seringal, Belém revela uma coreografia de feições iluminadas, a descoberta das ruas, das travessas, das praças, das igrejas, das casas dos parentes é uma saga inesquecível. Lentamente toma consciência que a família vem de antigos tempos e a responsabilidade pela sua continuidade é das gerações mais novas. Ele, os irmãos e os primos são o elo com o futuro. Esse novo mundo que se descortina sentenciam como seu pai, que é preciso ter futuro, viajar, encontrar outras gentes. Mas é preciso preservar a chama primordial da infância no seringal, mesmo no espaço urbano os rios continuaram passando pelo subterrâneo de sua alma, uma força telúrica que sempre o acompanhará.

Porque nos rios nasci, nos rios me criei, nos rios estão a correr os pensamentos e as preces, não só do menino, mas dos que lhe deram o ser, dos que lhe ofereceram alegrias, dos que lhe ajudaram a armar a Cidade da Vida. (TOCANTINS, 1984, p. 198).

Seu enraizamento no seringal não desaparecerá na cidade, os hábitos e costumes daquele lugar distante serão um solo estável a qual recorrera nos momentos de angústia diante da atmosfera espessa e fragmentada da cidade. As formas de percepção do mundo nascidas do encontro desses dois lugares serão um trunfo ao longo do seu processo de escolarização. Esses esquemas de classificação expressavam as demandas econômicas, culturais e políticas dos setores agrários que com o declínio da borracha perderam poder político e prestígio no âmbito nacional. A borracha que havia alcançado o papel de segundo produto da pauta de exportação declinara vertiginosamente após a entrada no mercado mundial da produção dos seringais cultivados na malásia pelos ingleses.

A experiência na cidade não desmonta a cultura adquirida no seringal: às práticas religiosas, a tradição preservada no seio da família, as aulas de piano clássico, as leituras de Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, o título de coronel de seu pai, distinção conferida aos proprietários de terras e o círculo de relações de sua família com o prefeito, o juiz, o médico e promotor da pequena cidade de Tarauacá fora o ponto de partida para novas alianças no interior da classe na cidade de Belém. A relação de sua família com o governador Magalhães Barata e todo seu estafe e sua relação de amizade com o escritor Raimundo Morais ampliara o arco de alianças políticas e culturais de sua família no interior da classe social a qual pertencia, aumentando as probabilidades de realizar suas aspirações “[...] para chegar à condição de escritor, idealizado, também, o clássico emprego no serviço público federal [...]”. (TOCANTINS, 1993, p.189).

No início da década de 40 as famílias tradicionais de Belém aspiravam para seus filhos uma educação ao estilo europeu. O Colégio Suíço-Brasileiro simbolizava os ideais de educação europeia presente no estilo de vida das camadas sociais com maior prestígio na cidade. Os pais de Tocantins, zelosos com o futuro da criança e imbuídos pelos ideais de educação, matricularam-no naquele prestigiado colégio para concluir o primário em regime de internato.

O rigor e a disciplina do Colégio estavam em franca oposição à natureza íntima de liberdade que Tocantins vivera no seringal, dirigido por uma professora alemã Anita Müller, de competência reconhecida nos círculos mais distintos de Belém, por seu rigor à moda germânica. O internato fora indispensável ao aprendizado de novas formas de percepção do mundo, apesar de conhecer a maioria dos alunos, filhos de amigos de seus pais, a reclusão semanal causava-lhe certa melancolia. O retorno para o velho sobrado da Rua Assis confortava sua alma povoada de lembranças de um tempo livre como as corredeiras de um rio. A reclusão no internato no Colégio Suíço-Brasileiro estava com os dias contados, no final do ano de 1940, Tocantins prestara o exame de admissão para a quinta série, requisito obrigatório exigido pelo poder público naquele período para o ingresso no ginásio. Para ele significava um duplo esforço estudar para os exames finais do curso primário e se compenetrar nos programas que traziam uma nova linguagem, padrão que precisava ser assimilado, mas a perspectiva de outro colégio o animava e o incitava diante dos textos. Fim de uma etapa que ficara registrada nos órgãos públicos, sua nota recebe distinção por parte do governo, festejado pelo Colégio Suíço-Brasileiro e por sua família, revela serenidade diante do sucesso. A diretora Anita Müller do Colégio Suíço presta-lhe homenagem por sua inteligência dedicando-lhe o livro *Espumas Flutuantes* de Castro Alves antes de sua transferência para o Colégio Nossa Senhora de Nazaré dos irmãos Maristas para cursar o ginásio. (TOCANTINS, 1993).

O Colégio Nossa Senhora de Nazaré dos irmãos Maristas representara uma significativa etapa no processo de sua formação. Os livros selecionados pelos professores ampliaram suas perspectivas aguçando a curiosidade de conhecer a região e o mundo. Tocantins evocara esses tempos de formação espiritual na introdução do livro de poesia *Cosmo infância*

Em Belém, onde cursei o ginásio no colégio dos Irmãos Maristas, li *Tôda a América*, de Ronald de Carvalho, *Menino de Engenho e Banguê*, de José Lins do Rego, *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Viagem ao Araguaia*, de Couto de Magalhães, *Na planície Amazônica*, *Anfiteatro Amazônico*, *País das Pedras Verdes*, de Raimundo

Morais, *O quinze*, de Raquel de Queiroz, *O índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco, *Pelo Sertão*, de Afonso Arinos. Por último, alguém me deu os poemas *Acalento do Seringueiro*, *Noturno de Belo Horizonte*, de Mário de Andrade, e *Essa Negra fulô*, de Jorge Lima.

Muito sensitivo, desde cedo, às formas e as cores da Natureza e das coisas que me cercavam, encontrei nessas leituras respostas as nascentes vocações em meu espírito. Foi quando o ginásio começou a compor seus trabalhos – ingênuos trabalhos – em que já demonstrava ser um regionalista. (TOCANTINS, 1969, p. 14-15).

Desde os primeiros anos de vida no distante seringal Foz do Murú, Tocantins se deparou com um ambiente social fecundo para seu desenvolvimento intelectual. As redes de relações de sua família permitiram a ele o contato muito cedo com obras de Monteiro Lobato, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Gonçalves Dias, José de Alencar predispondo-o ao que Antonio Candido caracterizou como civismo nacionalista (CANDIDO, 1976). Essas leituras iniciais vão sendo gradativamente redefinidas ao longo do tempo e da mudança para Belém do Pará. No centro das aspirações dos jovens oriundos das ricas famílias proprietárias de seringais e da classe média (funcionários públicos graduados, magistrados, promotores, militares de alta patente, médicos, professores e advogados) regional estava a ambição literária, assumida muitas vezes como missão redentora da região face aos estigmas imputados ao meio geográfico e ao clima pelos intelectuais do sul. Associada a essa ambição, estava a aspiração a um cargo público federal ou estadual capaz de fornecer uma estabilidade financeira para que pudesse nas horas vagas se dedicar às letras, isto em razão de não haver na região Norte um mercado de bens culturais que possibilitasse um escritor viver de suas publicações.

O itinerário de sua formação demonstra como as leituras durante a infância no Acre e no período da adolescência em Belém acenderam a chama de servir a região. O curso de Direito, a história, a sociologia e a literatura são os meios ou as estratégias para transformar Amazônia em problema nacional. Não podemos interpretar essas aspirações como uma inclinação

individual, elas são resultado de uma atmosfera cultural e política que envolvia as classes sociais que fizeram fortuna no período da borracha. Desprestigiada após o declínio econômico da região desenvolveram um culto ao passado glamoroso e um ressentimento contra os que a lançaram no limbo da vida pública nacional. Os jovens filhos das famílias tradicionais da região assimilaram esse espírito no qual a aspiração literária e o emprego público eram partes constitutivas.

Podemos dizer que o período em que estudou no Colégio Marista o atara definitivamente às questões culturais e à busca de uma identidade regional que pudesse posicionar a Amazônia no cenário político nacional daquele período. Tocantins se encontra em uma situação histórica herdada, com padrões de pensamento a ela adequados, mas reelaborado-as a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos com o declínio dos setores agrários regionais responsáveis pela produção da borracha. É por meio das leituras que ele toma consciência dos problemas regionais, ponto de partida para ver e interpretar o mundo que se abria lentamente para ele. Os autores lidos, na fase ginásial, refinam seu olhar sobre os conflitos, impasses e desafios que atravessavam seu mundo de experiências imediatas: a Amazônia. Conjunto de problemas representados que põe em relevo a mentalidade não somente dos indivíduos, mas da classe social e do contexto de sua reprodução.

O Colégio Nossa Senhora de Nazaré dos Irmãos Maristas faz parte de uma rede de relações estruturadas sob a atmosfera ambivalente, condições de possibilidade de reprodução das concepções de mundo e das aspirações que circulavam, como uma moeda comum, entre as classes e suas frações que estiveram à frente do extrativismo da borracha. Acuadas, em razão da perda de poder econômico, político e social que gozaram no apogeu daquela atividade, produziram uma reação que pode ser vista na literatura elaborada naquele período, na região. As práticas sociais desses setores agrários e as representações que conferira sentido ao seu mundo tiveram no Colégio Marista um lugar no qual depositaram seus ideais, claro que outras

instituições de educação de Belém estavam submersas naquele espírito, porém nosso foco é a instituição Marista onde Leandro estudou.

Ao analisar a trajetória de um membro de um dado extrato social nos remetemos à relação indivíduo/sociedade, na proporção que as idéias e o modo de pensar do agente revelam o contexto social em que ocorrem (MANNHEIM, 2008). A totalidade do processo de formação de Leandro Tocantins não pode ser apreendida em sua integralidade, por isso nossa inflexão em alguns momentos chaves do seu percurso. Momentos os quais esclarecem as posições políticas e culturais assumidas por ele diante da encruzilhada nacional desenvolvimentista e autoritária. As relações sociais estruturadas importam não como reflexo ou causa, nem mesmo como significado, elas, na verdade, desempenha certo papel na constituição de uma percepção de mundo contida em uma obra. Motivo que nos leva a percorrer seus rastros do Acre a Belém em busca do ambiente no qual internalizara ideais como civismo, nativismo e nacionalismo base de suas conversões futuras a determinados projetos político-cultural. O espaço doméstico com a família, a rede de relações na vila de Tarauacá, as aulas de piano, o colégio, o cinema, o Grande Hotel, as ruas, becos e praças de Belém figuram como um roteiro sentimental no subsolo de seu ser, projetando-se no presente e desenhando o futuro. Ele mesmo assume essa dimensão do passado em seu itinerário ao afirma; “*o real é o passado [...]. Penso que o tempo sempre sou eu, menino, eu, adolescente [...].* (TOCANTINS, 1993, p. 202-203, grifo nosso).

As leituras da adolescência vão lentamente desabitar seus olhos da inocência infantil, porém sem extinguir o primeiro tempo vivido no seringal Foz do Murú, ele nos deixa observar esse deslocamento, sem perdas do passado, em uma passagem de *Olhos inocentes*.

O transpasse do tempo e do espaço há de me desabitar da chama que a primeira vida em mim criou. Desabitar, porém jamais extinguir [...].

O menino, clarão interior, privação e destruição das tormentas de navegação em noites misteriosas e fundas, ergue seu padrão

para reter o clamoroso chamamento de uma voz, que sempre terá força de atraí-lo, de prendê-lo. (TOCANTINS, 1993, p. 148).

O ambiente da cidade aguçou sua inclinação pelas humanidades e letras, levando-o ao hábito de frequentar livrarias, sempre curioso na expectativa dos livros que chegavam do Rio e São Paulo. Estava, assim, aberta uma fonte contínua de atualização literária, *Inocência* e *Iracema* foram livros da infância no Acre, Belém abre um leque de obras, *Helena*, *Quincas Borba*, *Dom Casmurro*, *Memória Póstuma de Brás Cubas* de Machado de Assis não eram livros fáceis para um adolescente, faltava-lhe consciência mais ampla do mundo para perceber com nitidez a miséria e as fraquezas humanas, entretanto degustou com emoção essas leituras. Essas não se restringiram a Machado de Assis se alongaram em autores como Aloísio Azevedo, José de Alencar, Coelho Neto, Manuel Antonio de Almeida, Eça de Queiroz. As *Minas de prata*, *O sertanejo* de José de Alencar. Um verdadeiro aprendizado sobre as técnicas narrativas fluidas, incapazes de empolar o sentido do texto. A avidez do jovem em busca de novos autores, as orientações casuais de seu pai, sua mãe e seu irmão mais velho, conduziram aos românticos, aos simbolistas e aos modernistas do sudeste Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e outros. Para ele, ler tonara-se a mais excitante das ocupações, a família dividira-se, seu pai benévolo, compreensivo, dá-lhe apoio, seu irmão mais velho, pragmático, alega o princípio prático do trabalho remunerado, não fazia fé em atividades intelectuais, sua mãe acompanha seu pai, e o irmão mais novo lhe favorecera com livros e ideias. Mais é o professor de português, irmão Pedro Alcântara, do Colégio Marista que incentivara seu pendor intelectual indicando as leituras de José Lins do Rego, Amando Fontes, e principalmente chamando sua atenção para a obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, fundamental no curso de sua vida. Livro que despertara de imediato sua vocação para a sociologia, para história e para a antropologia.

O despertar dessa vocação sócio-histórica nutre-se da experiência acumulada no subsolo do seu ser, seu modo de ver o mundo a partir de dois

rios, um que dita o ritmo lento da sucessão de imagens em sua alma e outro inquieto em suas corredeiras agitadas pelas imagens das experiências em Belém. O que nos permite concluir que as leituras realizadas em sua fase de Belém não dissiparam as imagens poderosas que se fixaram no subterrâneo de sua alma, as leituras redefiniram as imagens do passado face seu progressivo comprometimento com a tradição regional.

Período de formação, a adolescência é como o vento, sopra, coisas novas chegam, não param de vir, a serviço da vida, não conseguem desgarrar o espaço perdido da infância, há sempre um estandarte a flutuar nesse vento, as cores, os símbolos, trazem consigo o sangue do subsolo, dissipa-se a face das coisas, mas as coisas novas e os instantes de presença, debruçados no dia-dia, só acentuam vestígios de pássaros da madrugada, e os amanheceres da adolescência nutrem-se desse sol e desse orvalho, tenho bem nítidas as minhas primeiras emoções estéticas da infância acreana, a música [...]. A música despertou-me desconhecidas e mansas fontes que regaram meus primeiros movimentos espirituais, a música clássica, especialmente: Chopin e Beethoven, as valsas de Ernesto Nazaré [...] (TOCANTINS, 1993, p. 148).

Em Belém sua percepção estética musical se intensificara na paixão adquirida por Mozart. Os concertos nº 17, em sol maior, e 21, em dó maior modularam sua percepção harmônica para além das experiências musicais vividas no Acre.

[...] eu trazia, da infância no Acre, a peregrinação de meus ouvidos na música do compositor polonês, minhas irmãs executavam as peças, ao piano, que valsas! [...] ó doce matéria de meu lar, no Acre! Agora aqui em Belém, eu poderei sentir, de novo, essas caricias que sobrevivem ao tempo toda uma (TOCANTINS, 1993, p. 124-125).

O que nos interessa aqui não é a relevância da música em si na formação de Leandro Tocantins, mas o vínculo desse *habitus* com a classe social a qual pertence o autor, em outras palavras, a educação estética musical do autor paraense é uma via de acesso aos ideais de educação comum as frações de classe dominante oriundas dos setores agrários e dos funcionários

públicos graduados (Juízes, promotores e militares). O acesso aos bens culturais confere ao grupo a distinção por meio da retradução simbólica de diferenças objetivas das condições de existência⁵⁴. Ter piano em casa e tomar aulas, desse requintado instrumento, indica o espaço social em termos de classe a qual pertencia à família de Tocantins. Essa condição social nos remete aos sentimentos, aspirações, ideais de educação, concepções estéticas e políticas que circulavam no interior das classes, a formação clássica no estilo europeu desejado para os filhos se igualarem aos seus concorrentes do sul.

A mudança significara, também, a ampliação das alianças políticas de suas famílias. As inclinações em favor do interventor Magalhães Barata desde os anos 30 será um trunfo para assumir a prefeitura da cidade de Muaná.

O cenário político de Belém dos anos quarenta estava cindido entre os que se alinharam à política do interventor Magalhães Barata e de outro lado seus opositores. Esse clima de intrigas e disputas resultara das tensões forjadas pela fragmentação dos interesses da oligarquia regional a partir do declínio da borracha nas primeiras décadas do século XX e a ruptura oligárquica de 1930 com Getúlio Vargas. Dois eventos significativos para as aspirações econômicas e políticas das classes sociais que procuraram manter seu *status quo* em meio ao declínio econômico e perda de prestígio político em âmbito nacional.

Interventor nomeado por Getúlio Vargas em 1930 para governar o Pará, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata inovou nos métodos de fazer política afastando-se dos esquemas tradicionais utilizados pela velha oligarquia regional que se alternava no poder. Suas ações procuravam corrigir as distorções que anulavam a possibilidade de qualquer participação popular na

⁵⁴ “As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais é produto”. (BOURDIEU, 1994; 82)

vida social e política do Pará. Criou a Assistência judiciária para atender a população mais humilde que não tinha acesso a justiça, desapropriou grandes áreas nos arredores de Belém promovendo uma reforma urbana para atender os que não tinham moradia. No interior do estado desapropriou imensos castanhais próximos ao rio Tocantins, garantindo o direito à propriedade aos antigos posseiros contra os interesses dos grandes proprietários rurais da região. Essa ação em prol de uma reforma agrária, necessária à região e ao país, foi copiada mais tarde por muitos interventores de outros estados. Mas o Governo de Magalhães Barata não é resultado do acaso, sua participação ativa no movimento tenentista e sua adesão desde cedo os ideais Getulistas de nacionalismo autoritário com ampla mobilização das massas o credenciaram aos postos-chaves na direção política regional. Porém sem as alianças com as frações oligárquicas de Belém descontentes com os esquemas políticos tradicionais dominantes até 1930, Magalhães Barata não desempenharia um papel decisivo no governo estadual. Contando com o apoio da família *Chermont* proprietária do jornal *O Estado do Pará*, Barata consolidou as alianças políticas necessárias às mudanças locais. O grupo formado dessa aliança política fundou o Partido Liberal tendo à presidência Abel Chermont. A função política de Abel era promover acordos com todos os grandes proprietários de terra, coronéis de barranco, que possuíam liderança na sua localidade a fim de garantir ao PL a eleição de todos seus candidatos a deputado federal nas eleições de 1933. Todavia, a costura interna entre os coronéis de barranco, Magalhães Barata e o PL dirigido por Abel Chermont esgarçara-se rapidamente culminando com a ruptura da aliança nas eleições estaduais de 1934. Para Edir Veiga um dos principais problemas que levaram à cisão do PL nas eleições de 1934 foi provocado pela desconfiança que a facção do Presidente do partido e chefe político Abel Chermont adquiriu em relação ao Interventor Barata, motivado pela criação, após a vitória de 1933, da concentração Magalhães Barata, que era uma estrutura paralela ao PL, deixando inseguros seus aliados. Anos mais tarde Magalhães Barata e o próprio Chermont, reconheceram que a criação daquela associação foi um fator decisivo para as desconfianças que levaram à cisão dentro do PL.

O apoio popular capitalizado por Barata não foi capaz de soldar a fratura no interior do PL, a oposição que já havia se organizado em torno da Frente Única Paraense ganhou novas adesões, sendo a principal da família Chermont e seu jornal O Estado do Pará. Além das frações da oligarquia regional da velha república, Barata encontrou em seus antigos aliados do PL oposição intransigente, esses criaram um novo partido chamado União Popular. Os desdobramentos do acirramento entre o Interventor Magalhães Barata e seus opositores atinge o clímax com seu afastamento do governo em 1935. A partir desse evento formou-se um governo de transição, entre abril a maio daquele ano, enquanto se buscava um nome capaz de acomodar os interesses dos grupos em conflito. Para por termo a contenda era necessário alguém dotado da capacidade política de transigir, habilidade que credenciara José Carneiro da Gama Malcher para assumir o governo do estado. Sua capacidade política para conciliar os interesses dos distintos grupos em torno do governo do Estado fora decisiva durante os anos de 1935 a 1943, período que estivera à frente do executivo estadual. O caráter temporizador de sua administração, associado ao período ditatorial instituído em 1937 por Vargas, arrefeceram o ímpeto das tensões e das críticas mediante o controle da imprensa feita pelo DIP.

O advento da segunda grande guerra trará de volta ao governo do Pará Magalhães Barata, reconduzido em 1943 por Getúlio Vargas para liderar a batalha da borracha, matéria-prima essencial para os aliados, privados da produção asiática nas mãos dos japoneses, membro do Eixo junto com Alemanha e Itália. O acordo de Washington firmado entre Vargas e Roosevelt permitiu o recrutamento por meio do Senta⁵⁵ (Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) de milhares de nordestinos para extraírem látex nos seringais da Amazônia o que permitiu um boom da borracha na década de 40.

Embora distante no seringal da Foz do Murú no período dos acontecimentos políticos vividos em Belém do Pará de 1930 a 1935, a família

⁵⁵ O Decreto-Lei de nº 5.813 que criou o SENTA foi publicado dia 14 de setembro de 1943.

de Tocantins não se esquivara de assumir posições acerca dos problemas políticos, a inclinação nacionalista de seu pai Van Dick pode ser vista na aprovação tácita das medidas políticas tomadas pelo governo de Magalhães Barata, essa posição será reconhecida em seu retorno a capital paraense. Não é sem sentido que o governador o indicara, em sua volta a Belém, ao cargo de prefeito da pequena cidade de Muaná na ilha de Marajó nos anos 40. Indicação que somada à necessidade de conclusão dos estudos dos filhos mais novos, abreviara o retorno da família para a capital. O quadro social e político de Belém do início dos anos 40 é o espaço social onde o adolescente Tocantins encontrara uma atmosfera nacionalista que aguçara sua percepção dos problemas regionais e do Brasil, o campo de forças políticas no qual as frações de classe de origem agrária estavam enredadas será um exercício de iniciação para sua adesão futura ao nacional desenvolvimentismo de feição getulista. Nesse sentido é que a nota biográfica da editora civilização brasileira para *Formação Histórica do Acre* define o autor como um “nacionalista consciente”.

A família Tocantins, e em particular seu pai Van Dyck Amanajás, comungava de forma discreta do nacionalismo de feição getulista, o que explica em parte, a adesão ao governo Magalhães Barata. A relação de sua família com o governo, Tocantins a descreve em seu relato sobre o levante dos jovens liberais contra o governo de Barata. Os estudantes universitários e um grupo de civis tomaram o quartel da infantaria de Belém. As tropas leais ao governo reagruparam-se e lançaram uma ofensiva contra os amotinados resultando na rendição dos sediciosos.

Minha mãe veio me buscar, passaria os feriados com a família, no Largo da Sé, quando tenho a surpresa de saber que meu irmão, estudante de engenharia agrônômica, participara do movimento, ele conseguira escapar do quartel na ocasião da recaptura e estava dormindo no mirante do sobrado, a nota triste foi a notícia de um primo nosso, atingido por uma bala no peito, mas criara-se uma situação embaraçosa, meu pai, prefeito, cargo de confiança do governo, o filho envolvido no golpe, o primeiro resolveu ir ao governador, a quem comunicara o fato e solicita demissão do cargo, gesto recusado, não havia razões, ele reitera confiança, meu pai comunica-lhe que meu irmão estava se apresentando às

autoridades, queria partilhar da sorte dos companheiros presos, cria-se um caso doméstico, minha mãe está aflita, correm boatos de que os estudantes serão processados e punidos, a família examina meios e modos para salvar meu irmão, poupá-lo de um processo que poderá cortar-lhe a carreira. (TOCANTINS, 1993, p. 74).

O que nos interessa nesse episódio não é o destino do irmão de Tocantins, mas demonstrar a ligação política de seu pai aos ideais nacionalistas encarnados no governo de Magalhães Barata. Na manhã seguinte ao levante, sua mãe e sua tia se dirigiram ao palácio do governo para falar diretamente com o governador para pedir clemência por seu irmão, Leandro Tocantins foi convocado para acompanhá-las. A figura do governador marcou profundamente o jovem Leandro

[...] ainda guardo o tom um tanto rouco de sua voz, as suas reações fisionômicas, ia muito rápido da sisudez ao sorriso franco, discreto, mas acentuadamente encantador, havia nele a segurança, infundia respeito, e depois do assunto solucionado fez recorrência de lembranças à hospitalidade de nossa família no engenho palheta, pouco tempo antes, em visita de inspeção ao interior do Estado (...). Eu ouvira nos colóquios familiares que nada se descurou no almoço oferecido ao governador, saíram dos baús as baixelas e os talheres de prata, os aparelhos de porcelana portuguesa, as toalhas de renda da ilha da Madeira, os copos de cristal, aparato que as famílias paraenses sabiam preservar [...]. (TOCANTINS, 1993, p. 76).

O perdão do governador concedido ao filho indica o grau de estima e lealdade que Magalhães Barata conferia ao clã dos Tocantins, expondo não somente a aliança política em torno de ideais, mas uma relação afetiva construída pela lealdade de Van Dyck Amanajás Tocantins durante o período que Barata foi afastado do governo (1935-1943). A descrição do ritual do almoço com todo o estafe do governador, revela os ideais e os valores parte constitutiva da mentalidade das famílias pertencentes aos setores agrários⁵⁶, a

⁵⁶ O pai de Leandro Tocantins possuía vários seringais nos rios Tarauacá e Acuráua, além das fazendas na ilha de Marajó.

tradição de preservar louças nobres e finas para receber convidados, e personalidades distintas da vida social e política de Belém, constitui um modo de ser que as famílias oriundas daquelas frações guardaram como forma de distinção e prestígio no interior da classe social e em relação às outras classes. A atmosfera do almoço não ficara gravada somente na memória de Tocantins, ela foi registrada em uma fotografia do governador e de todo seu estafe, alinhados em torno de sua figura de acordo a hierarquia e proximidade que guardavam dele. A herança das relações sociais e alianças políticas vividas no espaço social da Belém, dos anos 40, permitem compreender em parte as futuras adesões e conversões políticas e culturais de Leandro Tocantins.

Do ponto de vista cultural, Belém vivia desde a década de 20 uma ebulição em torno das concepções modernistas formuladas no Sudeste do país. A discussão das concepções estéticas modernistas com uma dose de ingredientes locais dominara a revista Belém Nova (1923-1929) fundada por Bruno de Menezes, em suas páginas Francisco Galvão publicara *O manifesto da beleza* e Abguar Bastos os manifestos, *A geração que surge* (nº5 de 1923) e *Flamin'-assu* (nº74 de 1927), referências indispensáveis para a compreensão da recepção estética moderna no Norte. Os Manifestos de Abguar Bastos traduzem o sentimento de desconforto dos intelectuais do Norte em relação à hegemonia cultural do Sul do Brasil.

O manifesto *À geração que surge!* Proclama a “hora extraordinária” de o Norte brasileiro fazer o seu levante, de erguer-se. Ao estado do Pará é designado ser o “baluarte da liberdade nortista”. O desejo de ressuscitar o movimento literário local submetido ao sul, que “propositadamente, se esquece de nós!”

[...] em *Flami-n'-Assú* (“grande chama” em tupi), Abguar Bastos afirmou sobre o “sonho extraordinário de liberdade literária” e escolheu um título incisivo para o manifesto, pois o autor buscava com isso abordar a índole nacional sem qualquer “vestígio transoceânico”. Flami-n'-Assú adotou uma crítica ao passado literário, vigente no país, mas de certo modo, incorporou um traço romântico em suas reivindicações, pois o tema da independência da cultura nacional aproxima-se, de uma forma ou de outra, do tópico encontrado no

nacionalismo europeu desde o pré-romantismo. (COELHO, 2005, p. 78-81).

O ponto que mais nos interessa nos dois manifestos é a percepção que Abguar Bastos possui da relação cultural Norte/Sul. Sua crítica dirigida aos estigmas produzidos pela dependência econômica e cultural da região, após o declínio da borracha, tinha como objetivo valorizar a cultura e a identidade regional como forma de posicionar politicamente a região no jogo de forças que procuravam traduzir à essência da identidade nacional, em outras palavras, a luta pela definição legítima da cultura brasileira exigia dos intelectuais do Norte uma posição. Sob esse aspecto a posição de Abguar Bastos sintetiza as representações e as concepções comuns entre os ensaístas, escritores e homens de letras, oriundos das frações de classes dominantes, que reagiram de diversas maneiras aos estigmas imputados à região pelos intelectuais do sul do país e da Europa. Tudo o que incomodara, do ponto de vista econômico e cultural, as classes sociais dominantes no âmbito regional fora traduzido em resposta aos detratores da região, daí nasce a busca no passado e na tradição indígena de símbolos desvinculados da tradição européia e do sul do Brasil, capaz de expressar a autenticidade da cultura e da identidade regional. As teses modernistas defendidas pelos intelectuais do Norte admitiam determinados aspectos das concepções elaboradas no sul, que poderiam ser aplicadas na elaboração de obras regionais, mas precisavam ser ajustadas ao espírito regional a fim de proteger a estética da identidade local de raiz indígena. Tocantins não vivenciou esse cenário cultural de Belém, mas assimilou parte desse debate como uma herança.

Com o fim da revista *Belém Nova* em 1929, um ano depois que Tocantins havia mudado com toda família para o seringal Foz do Murú (Acre), seus principais colaboradores buscaram alternativas distintas para se firmarem no âmbito literário. Sem vínculos orgânicos com nenhum grupo a maioria migrou para o Rio de Janeiro e São Paulo com objetivo de consolidar a carreira de escritor.

No espaço cultural de Belém dos anos 40, época que marca o retorno de Tocantins à cidade, as discussões sobre o modernismo, apesar de arrefecida pelo tempo, ganharam novos expoentes. Em 1938 Cléo Bernardo e seu irmão Silvio Braga fundaram a revista *Terra Imatura* que circulara até 1942. Durante esses anos reuniu em suas páginas figuras literárias do quilate de Bruno de Menezes, Ruy Barata, Dalcídio Jurandir e o Professor de Literatura Portuguesa Francisco Paulo do Nascimento Mendes. Um fato característico do grupo de escritores que surgiram nesse período é que alguns de seus membros não eram oriundos dos setores agrários tradicionais. Filhos da classe trabalhadora e do baixo funcionário público assumiram suas origens populares por meio da expressão “geração do peixe frito”, cunhada por Dalcídio Jurandir, um de seus membros, para fazer uma dura crítica à política de proteção do governo a alguns escritores que vinham de fora do Pará, enquanto os de origem local eram esquecidos⁵⁷.

Nesse ambiente de efervescência cultural da Belém dos anos 40 o suplemento cultural da *Folha do Norte* tornou-se um dos principais espaços literários para o “Grupo dos Novos” do qual se destacavam os jovens intelectuais como Mário Faustino, Paulo Plínio Abreu, Benedito Nunes, Haroldo Maranhão, Waldemar Henrique, Machado Coelho, Nunes Pereira, Cauby Cruz, Napoleão Figueiredo e Raimundo Moura. Grupo que se reunia no Café Central em torno da figura do Prof. Francisco Paulo Mendes. A linha crítica do grupo em termos literários constitui um passo para a crítica a ditadura Vargas e o exercício pleno das liberdades civis.

A despeito de compartilharem o mesmo espaço social da cidade de Belém, Leandro Tocantins e o “Grupo dos Novos” optaram por concepções literárias e políticas de acordo as afinidades eletivas dessas concepções com os esquemas de classificação sociais internalizadas por meio de suas

⁵⁷ Em sua tese de doutorado *Grupo dos Novos e a memória literária de Belém do Pará* Maria Oliveira Coelho tece um quadro delicado e denso das relações sociais entre os escritores e as instituições na cidade de Belém dos anos 40.

experiências práticas no interior da teia de relações estruturadas, condição de existência material. Os caminhos trilhados no ambiente urbano se bifurcaram em opções estéticas e políticas distintas. A trajetória de Tocantins no Colégio Nossa Senhora de Nazaré e de Benedito Nunes, um dos principais expoentes do Grupo dos Novos, no Colégio Moderno, indica uma disputa política, cultural e econômica no seio das classes e suas frações pelo poder legítimo de definir o regional. O feixe de relações sociais no qual Tocantins se encontrava parece um enredo que o conduzirá a uma posição conservadora em termos cultural e político no futuro, enquanto Benedito Nunes⁵⁸ encontrava-se enredado num espaço de relações que o conduzirá a posições futuras de vanguarda em termos políticos e culturais. Não é sem sentido que o Café Central onde se reuniam os opositores ao governo de Magalhães Barata se tornara um dos espaços, junto com a casa da tia de Benedito Nunes na Av. Gentil Bittencourt nº 45 no bairro de Nazaré, de aproximação estética do Grupo dos Novos.

A experiência pessoal ou singular que conduziu Leandro Tocantins e Benedito Nunes a fazerem opções por determinada trilha estética ou política pode ser compreendida pela rede de relações estruturadas, lugar do exercício prático de suas atividades pelas quais internalizaram concepções e esquemas de interpretação do mundo social, isto os qualificou para empreender e tomar coordenadas diante dos problemas literários e políticos em disputa nesse espaço social. Podemos encontrar pontos comuns de leituras (Olavo Bilac, Rui Barbosa, Castro Alves, Humberto de Campos e outros) no início de suas formações intelectuais, pois aos olhos dos jovens confrades do Grupo dos Novos a poesia tradicional com rima e métrica bem definidas lidas nas ontologias do colegial, eram modelos a serem seguidos. A ruptura com o modelo literário romântico e parnasiano foi o resultado do encontro entre Max Martins e o professor de literatura do Colégio Nazaré, Francisco Paulo

⁵⁸ Sobre o debate cultural durante esse período na cidade de Belém ver os livros *O grupo dos novos* de Marinilce O. Coelho; *Café Central* de João de Jesus Paes Loureiro e o artigo *Trajatória no "Arte Suplemento Literário"* do *Jornal Folha do Norte* de Maria de Fátima Nascimento.

Mendes. O professor abriu os olhos do jovem Max para as inovações estéticas da poesia moderna de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade.

Sempre irreverente, o poeta Max Martins, inspirado por Graça Aranha, deu o grito de liberdade em uma das sessões da Academia dos Novos. “Morra a Academia! Bati o pé, dramatizei”, lembra-se Max Martins. O gesto Teatral finalizou com a saída de Max da sessão literária [...].

[...] A postura rebelde de Max Martins pôs fim às sessões literárias e a formalidade acadêmica. No entanto, a amizade entre os rapazes continuou e todos se converteram ao modernismo. Romper com o ambiente da academia literária representou o fim da admiração cega pela literatura romântica e parnasiana. A atitude de Max Martins era a “pedra de toque” que estava faltando para os membros da Academia dos Novos tomarem realmente *novos* rumos na estética literária paraense. (COELHO, 2005, p. 64-65).

A Academia dos Novos, pulverizada pela assimetria da estética moderna, preservou a amizade e se aprofundou na crítica literária e filosófica. Superado o acerto de contas com a estética do passado, os principais membros da antiga academia reuniram-se em torno do suplemento literário *Arte e literatura* do jornal *Folha do Norte*, criado e editado por Haroldo Maranhão, neto do proprietário do jornal e amigo de ginásio, faculdade e Academia de Benedito Nunes. As relações sociais, cristalizadas em volta do suplemento literário, permitiram a Mário Faustino, Paulo Plínio Abreu, Benedito Nunes, Haroldo Maranhão, Max Martins, Waldemar Henrique, Machado Coelho, Cauby Cruz, Napoleão Figueiredo e Raimundo Moura trilharem experiências estéticas e filosóficas que os conduziram a crítica da cultura para além das formulações regionalistas. O envolvimento desses escritores no espaço social de Belém incluía aspirações literárias, políticas, laços de parentesco, disputas e alianças econômicas internas as classes sociais e suas frações.

Enquanto Haroldo Maranhão, Benedito Nunes e seus amigos colaboravam com a criação do suplemento *Arte e Literatura* 1946, dando novos passos em direção à filosofia estética moderna, o jovem Leandro Tocantins sedimentara suas experiências em torno do regionalismo, temperado com pitadas modernas, evidenciando, desta maneira, que a apropriação dos valores

em disputa no mesmo espaço social pode ser incorporada às práticas dos agentes de maneiras diversas conforme as posições desses no interior das classes ou frações a que pertence. Seguindo as sugestões do professor de Língua portuguesa e Literatura do Colégio Marista, irmão Pedro de Alcântara, Tocantins lê as obras de José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Couto de Magalhães, Raquel de Queiroz e Afonso Arinos. Nessa época comporá *Paisagem Amazônica*, poema inspirado em toda América de Ronald de Carvalho e publicado na revista *Vitória Regia*, mantida pelos irmãos maristas, o poema denota sua preocupação com a região.

Amazônia.
 Contemplamos o nascer do sol.
 A natureza Anima-se
 Os seres vibram [...]
 Barracões,
 Relíquia de uma era próspera que passou:
 O ciclo da borracha.
 Barraca de paxiúba,
 Símbolo do seringueiro, o homem do corte,
 O homem obstinado que vive na mata!
 Nasce, vive e morre na mesma rotina [...]. (TOCANTINS,
 1969, p. 15).

As imagens do poema parecem retiradas do subterrâneo de sua alma do seringal timidamente lapidada pelas leituras feitas no novo ambiente urbano de Belém. A construção revela o nativismo que o inclinara ao regionalismo, sem, no entanto, descartar o modernismo do eixo São Paulo-Rio.

No mesmo número da revista colegial saíram mais duas publicações de sua autoria; um conto intitulado *Silêncio*, e uma conferência sobre Couto de Magalhães, pronunciada em cerimônia escolar, a pedido de Raimundo Moraes, inspetor federal no Colégio dos Maristas. O silêncio foi construído com frases curtas, imagens pretensiosamente literárias, a paisagem natural conduzindo os dramas humanos. Anos mais tarde Tocantins comentará que estava muito

influenciado pela *A Bagaceira* de José Américo de Almeida e *O Quinze* de Raquel de Queiroz quando redigiu o conto *Silêncio*, cujo tema se prende a paisagem nordestina. Com todos os defeitos de um iniciante, o conto mereceu aplauso e incentivo de seu professor de português e literatura. Por outro lado, o estudo apresentado sobre Couto de Magalhães fora uma tentativa de fazer ensaio inspirado em *Casa-Grande & Senzala* (TOCANTINS, 1969, p. 16). Foi por meio desse estudo sobre Couto de Magalhães que se aproximou do escritor Raimundo Morais pelo qual nutria uma grande admiração e respeito. Ele, Morais, representava um modelo ideal que despertava em Tocantins a vocação literária.

Conto os meus relacionamentos com o escritor Raimundo Morais, já nacionalmente celebrado como um dos mais fiéis intérpretes da Amazônia, sua fama estava no auge, por sugestão de meu pai li *Na Planície Amazônica*, livro que tão forte marcou meu espírito, Raimundo Morais havia sido louvado pelo presidente Washington Luis, é o que leio no prefácio de *Na Planície Amazônica*, o presidente Getúlio Vargas, também seu admirador, o nomeara inspetor do ensino secundário, ele exercia estas funções no meu colégio, aí vinha freqüentemente, sempre de terno branco, gravata borboleta, pincenês, cabelos grisalhos com um pequeno topete, fisionomia carrancuda, circulava, entre nós, indiferente a todos, apolíneo, inabalável, eu tinha vontade de falar com ele, mas, intimidado pela presença austera do escritor, desistia, como eu gostaria de dialogar com um homem de letras consagrado, sua importância, para mim, cresce ainda porque os livros de Raimundo Morais eram editados no Rio de Janeiro e em São Paulo, até que um dia irmão Pedro sugere que eu o procurasse em sua casa, o escritor concordara em me receber.

Acontece que minha classe foi encarregada de preparar uma palestra sobre o general Couto de Magalhães, eu fui o escolhido para escrever o trabalho e pronunciá-lo. (TOCANTINS, 1993, p. 151).

A imagem do escritor Raimundo Morais tornara mais intensa suas aspirações literárias e intelectuais. Fato esse que nos remete as suas leituras de infância, no distante seringal Foz do Murú no Acre, que suscitara na alma da criança o desejo de ser um homem de letras, aspiração modulada pelas novas experiências vividas em Belém. Não podemos dissociar suas pretensões intelectuais das experiências sociais que suscitaram tais aspirações literárias.

O círculo familiar vinculado aos setores agrários historicamente dominantes fora durante a primeira metade do século XX o espaço social de origem de grande parte dos intelectuais e homens de letras na região Norte. Raimundo Morais constituía uma das raras exceções, filho de um prático de navegação⁵⁹, herdou do pai a profissão chegando ao posto de comandante de gaiola, os muitos anos dedicados à navegação pelos rios da Amazônia e as leituras que fizera durante esse período lhe conferiu uma inteligência invulgar expressa nas suas obras. Autodidata, deixa transparecer a paixão pelos rios e pela selva em seus livros *Na Planície Amazônica*, *Anfiteatro Amazônico*, *País das Pedras Verdes*, obras lidas por Leandro Tocantins com fervor e entusiasmo proporcional ao nativismo que sentira pela região.

O empenho de Tocantins em reconstituir seu encontro com o escritor de *Na Planície Amazônica*, parece nos indicar um dos pontos que o conduziram à “vocação” literária e à missão política de defender a Amazônia contra os estigmas imputados pelos intelectuais do sul.

Guardo o acontecimento naquela manhã, no auditório do colégio, quando li o trabalho sobre o general Couto de Magalhães, os alunos de todas as classes, os irmãos professores, o inspetor Raimundo Morais, o irmão reitor abre a sessão, refere o interesse do ministério da educação em fazer conhecidas as figuras que se ligam à nossa história.

Terminada a palestra, vem o aplauso, Raimundo Morais me felicita, Irmão Pedro, responsável pela minha indicação, pede o texto para publicar na revista do colégio [...] meu universo inteiro circula em venturosa magia, e nessa absorção de felicidade é que resolvo, em futuro próximo, cursar a Faculdade de Direito, de substância filosófica, creio eu, mais próxima da carreira de um escritor que eu aspirava me tornar, parecia que adivinhava emoções preparadas pela inquietação intelectual [...]. (TOCANTINS, 1993, p. 155-156).

As aspirações literárias de Leandro Tocantins, tendo como passo inicial faculdade de Direito, não podem ser interpretadas como um projeto que nasce

⁵⁹ Raimundo Morais autor de *Na Planície Amazônica*, *Anfiteatro Amazônico*, *País das pedras verdes* era o modelo ideal de escritor para o adolescente. (TOCANTINS, 1993; 151-157)

na consciência do indivíduo. Devem ser vistas, na verdade, como a cristalização dos ideais que circulava no interior da fração de classe a qual pertencia, ele participa de uma rede de relações no interior de um grupo que suscita esses ideais, no entanto acrescentara algo de si ao pensamento coletivo herdado, procura dar uma resposta ao processo histórico de declínio econômico, político e cultural regional reelaborando o modo de reação aos estigmas imputados à Amazônia. Com efeito, as relações sociais em meio às quais desenvolve suas atividades colegiais demarcam os passos dados em direção de uma resposta adequada aos novos desafios surgidos das mudanças históricas, sociais e políticas da região e do Brasil. O mundo da oligarquia regional sacudido em seus alicerces suscita estratégia de superação do declínio, cristalizada em forma de aspirações individuais aos olhos do menino do seringal. Ele encontra no passado a expressão da estabilidade, fazendo um esforço para retirá-lo do esquecimento. Nasce dessa visão uma concepção de tempo semelhante a dos românticos, sintetizada na concepção de que o passado é atualizado em meio às mudanças de modo a permitir a continuidade do grupo no futuro (MANNHEIM, 1986, p. 253-263).

O navio estava no trapiche, silhueta grande, pedaços de fumo saíam da chaminé, onde se vê a estrela vermelha e azul, logotipo do antigo proprietário, com o peso das lembranças que não se perderam, era o gaiola *Tocantins*, em outros tempos de meu pai, agora o nome *Miguel Bitar* tenta transferir o mandato anterior, passaram as arquiteturas de riqueza da borracha, desfez-se a casa comercial de meu pai, em Belém do Pará [...].

Preso ao trapiche, o *Tocantins* não embaça o seu tempo perdido, restaura-o, corpo de ferro, as sagas entranham-se nele, a saga maior, o rio, que é seu, ele continua no jogo [...] assim eu pensava, não deixo de ser romântico, a própria origem do navio constroe em mim raízes lírica [...]. Embarcamos, o gaiola desatraca, o floco dos ventos ondula as águas da baía, o porto de Belém é bem perto, mas vale a minha única e brevíssima, sou passageiro de figurações que o destino fez assim de nascimento, seria capaz de reflori-lo? [...] mais ainda se vê, no primeiro convés, um placa de metal amarelo com dizeres em língua inglesa, é o *T.S. Tocantins*, construído por Murdoch & Murray, em Glasgow, sinto a pulsão das máquinas como nebulosos rastros do tempo, as palavras e os gestos de meu pai parecem reorganizar passados de aproximações invisíveis estamos pisando em nossa própria história, é um alento de saudade por coisa tão perto e tão

remota de sua vida, a atmosfera dos antigos feitos nos envolve [...]. (TOCANTINS, 1993, p. 110-111).

O tempo passado se prolonga no presente e é redescoberto pela experiência de estar diante da história da família, o gaiola *Tocantins* reúne em si parte do espírito empreendedor de seu pai, Van Dick Amanajás Tocantins. O declínio econômico da região obrigou seu pai a se desfazer dos bens que pertenciam à firma *Barbosa & Tocantins*, fato que não apaga a história, o passado se atualiza quando Tocantins sente a pulsão das máquinas como nebulosos rastros do tempo, as palavras e os gestos de seu pai parecem reorganizar passados de aproximações invisíveis levando-os a pisarem na própria história da família, é um alento de saudade por coisa tão perto e tão remota de sua vida, a atmosfera dos antigos feitos o envolve. Esse é o ponto de inflexão entre os passos dados por Leandro Tocantins e a opção literária trilhada por Benedito Nunes. No interior da organização da família e a rede de alianças entre as frações da classe dominante de Belém circulavam determinados ideais de cultura, concepções de educação e opiniões políticas. Esse arranjo societário é o lugar no qual Tocantins desenvolve suas atividades práticas de formação educacional, cultural e política fortalecendo suas raízes regionais e sua identidade com os valores do grupo. Por outro lado, Benedito Nunes, oriundo dos setores médios, conseguiu por meios de suas relações sociais se aproximar da terceira geração de modernistas (Clarice Lispector, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto e outros), juntamente com seu interesse pela filosofia, converteram sua crítica literária em processo de desenraizamento local, afastando-se do regionalismo e das concepções tradicionais imanente às relações sociais na qual se processara sua formação.

O ambiente cultural, político e social de Belém fora apropriados segundo a natureza das relações sociais em que Tocantins e Benedito estavam comprometidos, de tal modo que o roteiro existencial e sentimental da cidade de ambos os autores guarda pontos de interseção, mas jamais se cruzaram

efetivamente no espaço literário da cidade⁶⁰. O ponto de interseção é o Professor Francisco Mendes do Colégio Marista onde Tocantins estudara, e que exerceu forte influência no grupo dos novos. A lenta marcha da geografia da adolescência dos dois escritores paraenses absorve e se integra a uma paisagem de cores e experiências paralelas no mesmo espaço social. Enquanto Tocantins investe nas lembranças a percepção dos vazios e das distâncias de sua vivência na cidade, buscando uma concepção de tempo passado que não se esgota no presente e projeta o futuro, Benedito estiliza a referência do lugar por meio de uma estética filosófica de feição Heideggeriana, indicando uma postura para além da tradição local, mas que não rompe completamente com o lugar das suas experiências primordiais. O permanente e fugaz que compõe o espírito da modernidade guarda as imagens das ruas onde mangueiras povoam de sombras, casas, sobrados, palacetes em suas almas desenganadas no fluxo do tempo de suas formações intelectuais. Suas obras são sínteses da marcha da civilização ocidental nos trópicos, por meio delas ouvimos as vozes ausentes em recantos indefinidos do tempo e do espaço estigmatizados pelo olhar do colonizador moderno. Suas vozes vibrantes imprimem um sentido outro à provinciana cidade de tantos traços de grandeza material, depondo contra a clivagem norte/sul. Os lugares assumem significados, o Colégio Nazaré, a Praça da Sé, o sobrado da rua Dr. Assis, o Bonde Bagé, o Café Central, a rua Gentil Bittencourt, a escola Sagrado Coração de Jesus são partes do inquieto jogo da vida. Roteiro dos sentidos, olhos, ouvidos, olfatos, abertos às paisagens, aos seres, às coisas, engrenagens sociais que aderem à consciência que ambos formulam do lugar, tramas que trazem significados inesquecíveis em suas geometrias míticas como o encontro de Tocantins com o escritor Raimundo Morais e de Benedito Nunes com Clarice Lispector, momentos de definição estética e por que não política de ambas as trajetórias

Um tênue fio ata os dois jovens adolescentes a Belém dos anos 40, mas suas inclinações, em meio às possibilidades oferecidas por suas efetivas relações sociais, agem como um desvio de uma rota comum, suscitando

⁶⁰ Não há nas bibliografias estudadas nenhuma referência de contato desses dois escritores durante esse período.

aspirações conforme os ideais ajustados à topografia das frações de classe, lugares de suas práticas, sonhos, ambições e desejos. Os espectros da velha Belém moveram os passos de ambos pelo trilho do sonolento Bonde até o Ver-o-Peso, pelas vielas, becos, ruas e avenidas, pelos odores do mercado, território de aromas fixados no tempo, abrigo e cúmplice de chuvas e amores perdidos, deixando marcas indelévels na percepção estética desenvolvidas por ambos, mas como um desvio atrás do mercado, seus passos se bifurcaram em territórios ocultos no chão manso da trama do roteiro sentimental da velha cidade. Entrevemos esses passos no jogo entre as classes pelo direito legítimo de definir a região do ponto de vista cultural, econômico e político. Falas, rostos, monumentos, igrejas lugares que passaram incólumes pela dobra do tempo, guardando confidências do universo da formação de ambos.

A Belém de velhos casarões, avenidas, ruas, vielas, becos, do teatro da Paz, do Ver-o-Peso, da igreja da Sé, do bonde Bagé, de construções imponentes, figura como o horizonte de uma infinidade de experiências para o adolescente que passara a infância no distante seringal no Acre. A passagem do rural para o urbano nos parece indicar um dos condicionantes sociais que está na origem de sua forma de compreender o entrelaçamento do tradicional com o moderno. Um débil murmúrio do passado erguera-se em meio ao presente,

Um encontro flexível, lúcido, claro, feito com simples da infância, e sua poesia [...]. Sem o favor da sensibilidade estética não é possível vencer o tempo [...].

Quando, hoje procuro interpretar esse largo, obscuro-límpido painel de criação anímica, tão casto, quase divino pela essência infantil, parece que me torno um simples aparelho onde o sol daquela época reflete horizonte de fuga, mas seus raios chegam até mim pelos desígnios da perceptividade atemporal. Como um espelho recebendo luz para acentuar o clarão do passado. (TOCANTINS, 1984, p. 194-196).

As imagens e concepções forjadas na infância, no distante seringal, lançam luzes sobre o modo como o autor interpretara sua experiência no presente. Essas parecem não se dissiparem em meio à atmosfera urbana de

Belém, seu apego ao passado indica uma resposta para as incertezas suscitadas pelo futuro que se abre com o traslado do seringal para a cidade. Frequentar os espaços e se apropriar dos códigos que aí circulavam, necessitava flexibilidade para ajustar seus passos ao permanente choque entre grupos num fluxo e refluxo de alianças. Os ruídos, as dissonâncias, as tramas e as amizades vividas intensamente na capital paraense ajudaram a moldar sua capacidade de pensar, sentir e ver as questões regionais. Não sem sentido que o cinema emerge como um momento crucial de sua formação.

Cinemaníaco não era só eu, também meu pai, que, naturalmente, preferia a sessão das oito horas da noite, no Olympia, faço-me de convidado, são instantes que se inclinam alegremente ao redor de mim, anoto os títulos e os entrecos dos filmes, o nome dos artistas, quando saímos do cinema, se não preferíssemos sentar na terrasse do Grande Hotel, o roteiro era o Café Chic, pouco adiante, famoso por suas bebidas quentes, [...] adestrei-me neste ritual que meu pai tinha na maior conta, sempre encontrávamos pessoas conhecidas, abre-se a arte da conversa, eu com espírito e instinto sensíveis ao escutar fatos e situações em que a vida adquire sua lógica formal [...] (TOCANTINS, 1993, p. 162-163).

O roteiro sentimental construído pelo jovem Tocantins em torno do Olympia e do Terrasse Grande Hotel e seu restaurante, além do Café Chic, expressa sua condição social e o círculo de relações entre as frações de classe dominante naquela Belém. Diametralmente oposto ao grupo dos jovens que se reuniam em torno do Café Central do qual fazia parte Benedito Nunes. A oposição e a distinção entre os frequentadores desses ambientes estavam associada ao estilo de vida e às opiniões políticas e estéticas em choque no interior das frações de classe por quem e para quem são organizados os espaços públicos da cidade.

Passar da Terrasse ao restaurante do Grande Hotel era apenas um curto andamento, e como eu apreciava jantar nesse ambiente ameno, o salão grande, as mesas com toalhas brancas [...] a orquestra de piano, violino e contrabaixo executando valsas de Strauss [...]. Meu pai fala-me sobre a herança européia sobrevivente, depois de tantos anos da queda da borracha, minha mãe lembra-se de suas visitas a Paris e sente a

presença dos tons franceses no restaurante do Grande Hotel (TOCANTINS, 1993, p. 162).

As condições econômicas e sociais da família Tocantins permitem entender a posição assumida nesses espaços, no qual os instrumentos de produção e apropriação, transfigurados em estilos de vida das frações de classe na Belém dos anos 40, convertem em distinção simbólicas o Café Chic, o Café Central, o Teatro da Paz, o Cinema Olympia, o Terrasse e o restaurante do Grande Hotel. Lugares que exprimem nas roupas, na linguagem, nos códigos de conduta as clivagens no interior das classes sociais, indicando ao mesmo tempo as marcas do choque entre concepções políticas e culturais em disputas legítimas pelo poder de organizar e classificar esse mundo social. O espaço social vibrante dos lugares frequentados por Tocantins e Benedito é a tradução simbólica de suas condições de existência objetiva, sem por isso se converterem em determinação econômica.

O cinema estimulava a imaginação aguçando a percepção de mundo do adolescente, quanto mais ia ao cinema Olympia, mais rica se tornava a compreensão de si e de sua região. As imagens projetadas, os encontros no Café e no Grande Hotel são momentos significativos na formação de Tocantins, ele mesmo, em uma passagem de *Adolescência, a vigília dos olhos*, reconhece a relevância dessas experiências no processo de sua conversão as letras, a história e a sociologia.

Posso afirmar que o cinema é responsável por um grosso derrame de influências em minha formação cultural, e o cinema norte-americano me fez sentir a história, a sociologia, a imagem animada me revelando paisagens, fatos, costumes, tipos humanos, em suas variantes de ser, no escrito da formação das sociedades, prolongando-se no meu espaço interior os rastros daquilo que vinha para perdurar, renascer em mim, junto às leituras, a *persona* intelectual, e se vem do fundo da alma essa torrente de energias, um companheiro se reafirma pelo gosto de freqüente visitante da Sétima Arte, meu pai, a quem tantas vezes acompanhei nos espetáculos cinematográficos, ele, um pontual apreciador do cinema que ajudou o adolescente na busca de definições, a ter a percepção social, a progredir na sensibilidade [...]. (TOCANTINS, 1993, 173).

Seu pai, um homem de fibra e dotado de leitura aguda dos escritores nacionais, exerceu sobre ele uma forte influência. Van Dick Amanajás Tocantins era um homem polido e afeito a exageros em suas posições políticas e culturais, sua postura ética convicta valorizava a palavra empenhada, a tolerância e a conciliação no trato das resoluções dos problemas familiares e políticos da prefeitura. Ao final do exercício como prefeito na cidade de Muaná, recebeu do próprio governador uma carta de nobreza e de reconhecimento pelo seu espírito público e retidão na condução da prefeitura. Seu pai e sua mãe estavam sempre solícitos, sutilmente indicando aos filhos o caminho correto segundo os valores que guardavam.

A doença de sua avó paterna tornara as relações familiares delicadas, sua morte precipitou os conflitos em torno da herança. Esses conflitos gravaram no espírito do jovem Tocantins a segunda lição sobre o tempo⁶¹.

[...] o fato mesmo, é que me deixa numa constatação dramática, minha avó estava morta, os parentes suspenderam o trabalho e a discussão, um deles relembra afigura de minha avó, era matriarca da família, outro acrescenta, como vai ficar o engenho Palheta? E as Fazendas? Alguém responde: ora, ficará para os filhos, concluindo, assim se liquidam as grandes propriedades, os herdeiros não se entendem, os bens repartidos, acaba-se tudo, vão-se as tradições, **eu recolhia estes julgamentos, sem perceber que meus parentes tinham razão, os tempos absorvem a continuidade dos elos entre pessoas e grupos, as transformações de gosto, costumes, sentimentos, idéias, métodos, uma lei natural, derrubam até o mundo que pensamos densamente construído pelo solidarismo familiar, eu, naquele instante testemunhava, apenas com pressentimentos vagos, o fim de uma época para nossa família.** (TOCANTINS, 1993, p. 188, grifo nosso).

Como ser fiel ao solo fértil no qual residem as mais belas imagens de sua a infância e de sua a adolescência? As infinidades de novas experiências abertas pela modernidade liberta os espectros do tempo da

⁶¹ Momentos descritos em *Adolescência e a vigília dos olhos*. (TOCANTINS, 1993; 188-199)

inovação/destruidora, quem quer que pretenda desfrutar do passado precisará ser mais flexível, atualizando seus princípios a fim de ajustar seus passos em direção ao futuro. O desespero de Tocantins é se apegar em algo sólido capaz de sobreviver em meio aos espectros das mudanças contínuas impostas pela aceleração do tempo moderno. Espectros do tempo que podem ser vistos na introdução de *Cosmoinfância*, livro de poesia lançado por ele em 1969.

Este livrinho de poemas circunstanciais significa aventura um tanto proustiana de procurar o tempo perdido que se esvai na escultura dos ritmos: o tempo-infância, lento, universalmente pobre, e o tempo-adulto (eletrônico), rápido, multiplicado, gigantão engolindo tempos e espaços, colocando o homem em permanente rotação universal. Gostaria de recorrer às palavras de Marcel Proust, nos primeiros instantes de *A La Recherche du Temps Perdu*, para situar o mundo vago e retrospectivo em que também me envolvi para escrever este breviário poético da infância: *Longtemps jê me suis couché de bonne heure*. (TOCANTINS, 1969, p. 13).

Sua intenção retrospectiva, *pré-memória* como afirma o autor, é recompor um tempo irremediavelmente solidificado, onde não existe o fantasma da mudança, embora sofra o trituramento do tempo presente. Ao desacelerar a rotação do tempo encontra valores tradicionais que podem ser cultivados junto com o espírito moderno.

A educação da família, a educação escolar e a atmosfera densa dos ambientes frequentados pelo adolescente, na Belém dos anos 40, teceram um roteiro que o conduziu a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Trajetória “natural” para as letras, para o ofício de escritor, e para o clássico emprego no serviço público, sonho almejado por ele e por grande parte dos jovens oriundos do mesmo grupo social. O sentido dessas aspirações parece está associado ao declínio econômico e cultural da região e perda de prestígio político da classe dominante local. Seus filhos viam no deslocamento para os grandes centros nacionais uma estratégia para romper os estigmas e recuperar o espaço político-cultural perdidos no âmbito nacional. O desaparecimento da matriarca do clã dos Tocantins acentua a idéia de mudança para o Rio de Janeiro.

Meu pai já nos disse que o último elo a prendê-lo em Belém era sua mãe, sem ela parecia difícil permanecer no Pará, as relações familiares tornaram-se delicadas, e meu pai, profundamente ético e bondoso, vinha sofrendo amarguras. Surgira, então, o projeto de transferência para o Rio de Janeiro, falava-se no futuro dos filhos, e a mim significa a realização do curso de Direito num grande centro e a possibilidade de ingresso na carreira diplomática [...] na verdade, estou tenso, é mais uma partida, mais uma chegada que se arma para mim, a idéia me seduz, sim, meu destino terá sentido e objetivo para o vôo na tão sonhada carreira de escritor, **mas repetem-se os ares de uma insegurança imemorial, de uma submissão vagos sentimentos de perda, perder os valores nativos e os da própria existência, em seu calendário inevitável, sigo por um despenhadeiro, já se foi a infância, dentro em pouco haverá o corte de sol da adolescência, estampará, vaga nos ares, a maturidade, e quero armar sua arquitetura, dúvidas, certezas, receios, entusiasmos [...].** (TOCANTINS, 1993, p. 180, grifo nosso).

Novamente os espectros da mudança atormentam seu espírito, aprisionado no subterrâneo de sua alma estão os valores patriarcais, simbolizado no velho sobrado da rua Dr. Assis onde morou com seus pais em Belém; os esquemas e formas de classificação do mundo provenientes da classe dirigente que ditara o ritmo da vida político-social do Pará. As imagens do declínio e os estigmas consumiam os herdeiros do espólio da borracha, o passado é percebido pelos membros das classes dominantes como a chave para recompor seu prestígio econômico e político perdidos na esfera nacional. Desse modo as representações sociais tecidas na infância, no distante seringal no Acre, e as internalizadas em Belém ajustam seus passos presentes em direção ao futuro, o tempo histórico é apreendido por ele como um movimento contínuo sem rupturas profundas e densas.

A vida é o texto eterno, observou Ortega & Gasset. Nesse reconhecimento, é deixar correr, com naturalidade, o fluxo da vida. Nada pode ser institucionalizado. E isto, sim, confrontação de memória, tradição, sagas e paisagens, num jogo de significados e de significantes, com o eterno, imutável essencial da vida: eis a novela existencial. (TOCANTINS; 1993, p. 207).

Difícilmente se poderia esperar que Tocantins se afastasse dos três

pilares de sua formação *a família, a religião católica e os valores tradicionais*, herança de suas raízes fincadas no extrativismo. Sua mudança para o Rio de Janeiro introduz gota a gota novas conversões, mas moduladas pelas fontes de sua primeira formação processada no seringal do Murú e na cidade de Belém. O pertencimento ao círculo das famílias da classe dominante do Pará permitiu a ele estabelecer uma rede de relações sociais amplas capazes de favorecer suas opções futuras. Esse espaço de relações sociais possibilitara seu acesso aos círculos letrados e políticos da capital, a educação, à literatura, a música, enfim ampliara seu horizonte sócio-cultural. Suas chances de sucesso no ambiente intelectual regional e nacional estão diretamente associadas à herança social, cultural e material incorporado em sua trajetória.

CAPÍTULO III

4 LEANDRO TOCANTINS E O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

Não podemos, evidentemente, concluir que as concepções de tradição e de modernidade formulada por Tocantins seja o resultado *ipso facto* de sua vivência no seringal (Acre) e na cidade de Belém (Pará). O espaço social deve ser observado como um ponto de partida para entendermos as aspirações e disposições de Tocantins em aderir ou não a determinadas concepções políticas e culturais, em circulação no interior das disputas pela hegemonia de um projeto nacional de desenvolvimento em curso no Brasil nos anos cinquenta e sessenta. Suas raízes sociais fincadas no extrativismo podem nos oferecer uma pista de sua conversão futura ao projeto de modernização conservadora levado a termo com o golpe civil-militar de 1964.

A chegada de Leandro Tocantins e sua família ao Rio de Janeiro, em 1947, coincidem com as mudanças políticas, econômicas e culturais que redefiniram a relação do Estado com a sociedade civil no Brasil. Os eventos que marcaram a vida nacional brasileira, desde os anos vinte, estão nas origens das mudanças políticas, jurídicas, e administrativas a qual a nação foi submetida. O novo desenho institucional do Estado, iniciado com a ruptura oligárquica de 1930, procurava incorporar na esfera política as demandas e aspirações dos setores médios, empresariado e trabalhadores em formação durante o longo processo de transição de uma economia agrário-exportadora para um modelo urbano industrial de desenvolvimento. Durante esse período os valores assimilados na infância no Acre e na adolescência em Belém serão modulados segundo as opções políticas e culturais que o jovem Tocantins irá fazer. Ele vivera intensamente essa espiral de contradições, disputas e alianças entre as classes sociais. Suas aspirações em ocupar um cargo público federal, a pretensão de se consagrar como escritor, comum aos jovens oriundos das famílias que controlaram o extrativismo no Norte, bem como suas raízes católicas, não será diluída, nem tampouco apagada pelas contradições da modernização do Brasil naquele cenário.

As heranças sociais legadas e transmitidas por sua condição prévia no distante seringal no Acre e na cidade de Belém são relíquias, em termos de referências, utilizadas para sua avaliação das tensões, dos impasses e dos conflitos os quais a região e a sociedade brasileira estão subsumidas. A partir desse patrimônio social, tomará posição em termos de opções políticas, estéticas e culturais, assumidas no exercício de suas funções públicas e em seus escritos. O espaço social contraditório da luta de classes no Brasil, dos anos cinquenta e sessenta, em profunda ebulição abre inúmeras possibilidades em termos de opção política e cultural. Nessa atmosfera não é o indivíduo Tocantins isolado que elabora categorias, conceitos e formas de classificação do mundo social. É justamente no interior dos grupos e classes sociais em conflito que os agentes envolvidos pensam e adquirem consciência sobre sua condição⁶², em outros termos, no exercício de sua ação ordinária em meio ao conflito entre as classes, os agentes internalizam as concepções de mundo e as formas de classificações as quais expressam sua posição face às lutas políticas para dar direção à transformação acelerada rumo à modernização nacional. O espaço social suscita, para além das formas de percepção e compreensão das transformações em curso no Brasil dos anos cinquenta e sessenta, a adesão e as possíveis conversões políticas a determinados ideais políticos- culturais em jogo nesse ambiente.

A sombra do barracão, no longínquo seringal, as extensas propriedades rurais no Acre e na ilha de Marajó, no Pará; o velho sobrado no Largo da Sé e o círculo de amigos de sua família; sua frequência no Café Chique e no restaurante do Grande Hotel; o Colégio Suíço-Alemão e por fim o Colégio Marista são heranças sociais, políticas e culturais que capitalizam suas aspirações diante dos eventos vividos no ambiente da capital federal. As condições de possibilidades abertas pela atmosfera do Rio de Janeiro nos remetem à necessidade de delinear, mesmo que de forma geral, os impasses e

⁶² Para uma visualização mais detalhada desse problema ver as obras: *Sociologia da cultura e Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim; *Coisa ditas, Esboço de uma teoria da prática e Economia das trocas simbólicas* Pierre Bourdieu; *Cadernos do cárcere, volume 2*, de Antonio Gramsci; *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*, de Élide Rugai Bastos; *Intelectuais à brasileira* de Sergio Miceli.

contradições de um Brasil em vias de industrialização, projeto matizado por distintas concepções, conforme a posição do agente no interior do campo de lutas entre as classes sociais pela primazia em conferir direção política e cultural à modernização em curso no país.

4.1 OS IMPASSES DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA DE 1920 A 1945

A sociedade brasileira em vias de industrialização nos anos cinquenta e sessenta acirra os impasses políticos, econômicos e culturais entre as classes sociais acerca de um projeto nacional de desenvolvimento. Esse momento histórico da formação nacional, vivenciados por Tocantins na capital federal, pode ser interpretado como desdobramento dos sucessivos eventos políticos e econômicos em curso a partir dos anos 30, suscitando mudanças institucionais no âmbito da esfera pública e privada com o objetivo de dinamizar as forças produtivas necessárias à industrialização do país. Para compreendermos esse cenário de fundo dos anos cinquenta e sessenta é necessário nos remetermos às condições históricas que os engendraram nas décadas anteriores.

Estava em curso no Brasil dos anos vinte um conjunto de eventos na esfera política, econômica, social e cultural, e esses expressam os limites e as contradições de uma sociedade organizada politicamente em moldes oligárquicos e economicamente segundo o modelo agro exportador. Não é sem sentido que o ano de 1922 adquira todo um simbolismo para as mudanças futuras no país. Nesse ano acontece a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, marco do tenentismo, movimento civil e militar direcionado no sentido de mudar as estruturas oligárquicas incapazes de absorver as aspirações políticas e sociais das classes médias emergentes; é fundado o Centro Dom Vital, congregando católicos interessados em preservar a civilização ocidental cristã no Brasil, esse será dirigido por Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso. O centro reunirá intelectuais simpatizantes de um nacionalismo reacionário; funda-se o Partido Comunista Brasileiro, influenciado pelos ideais socialistas e anarquistas que acompanharam os imigrantes oriundos da Europa; realiza-se a Semana de Arte Moderna em São Paulo, buscando novos temas e novas linguagens para a arte capaz de expressar a especificidade da cultura

brasileira. Essa atmosfera expressa a emergência de novos atores sociais em busca de ampliar a participação política, diversificar a matriz econômica para além da exportação do café, reivindicar condições sociais dignas para a maioria dos trabalhadores e inovar a linguagem estética com um conteúdo capaz de expressar identidade cultural nacional.

As classes sociais emergentes na cena urbana viam o modelo econômico primário-exportador e o arranjo político institucional de caráter oligárquico como obstáculo para o processo de modernização do país. Os anseios políticos e sociais da classe operária, da classe média e da burguesia em formação corroeram as bases da organização política dominada pelos grandes produtores de café do sudeste do país. O modelo agroexportador e sua organização institucional oligárquica impediam a superação das distâncias econômicas, políticas e culturais entre as regiões do país, as contradições dessa ordem social constituía um solo fértil para as tensões que levariam a ruptura oligárquica de 1930 capitaneada por Getúlio Vargas. A essa dinâmica interna ao país, não podemos esquecer as injunções externas, como a primeira guerra mundial e a crise de 1929. O impacto desses acontecimentos históricos nas importações e exportações nacionais criara um ambiente interno favorável à expansão industrial, lançando as bases do modelo de substituição de importação. São essas as condições que impeliram a sociedade brasileira a pensar uma estratégia para diversificar a produção nacional e sairmos da dependência econômica exclusiva da exportação de café.

O preço do café afetado drasticamente pela crise de 1929 obrigou o governo brasileiro comprar e queimar estoque para manter a taxa de lucro dos investimentos dos grandes produtores de café, medida capaz de garantir a renda dos setores envolvidos na produção e comércio do café. Por intermédio dessa ação, o capital acumulado no setor agroexportador foi em parte transferido para a indústria nascente em solo brasileiro. A substituição lenta e contínua das importações ganhava consistência para viabilizar a modernização nacional.

Os processos sociais em curso na década de vinte constituíam a expressão mais aguda de uma sociedade em mudanças, que sintetizavam as potencialidades de uma organização urbana e industrial em franca formação. A partir desse novo ambiente, que se configura, são delineadas de forma mais nítida os contornos das classes sociais e as correntes de pensamento (conservador, liberal, anarquista, marxista, fascista e outros) presentes nas posições assumidas em meio às lutas sociais.

Nesse sentido, para Florestan Fernandes, as transformações inauguradas com ascensão de Getúlio Vargas à presidência em 1930 não significou um colapso final do modelo oligárquico, mas o início de uma transição na qual as forças sociais emergentes iriam produzir, juntamente com a oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder configurando historicamente o poder burguês e a dominação burguesa.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou *de instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe seja vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela a oligarquia) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptação ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. (FERNANDES, 1991, p. 267, grifo nosso).

Em torno dos problemas identificados por Florestan Fernandes sobre a natureza dos impasses e contradições presentes no processo de transição institucional, desenhado pelas novas forças sociais à sombra passado oligárquico do país, Octavio Ianni chama a atenção para as alterações que ocorreram na estrutura do Estado conferindo-lhe novas funções, concluindo dessa forma que

Devido à derrota, ainda que parcial, das oligarquias dominantes até então, pelas novas classes sociais e urbanas, a Revolução exprimiu as rupturas estruturais a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre Estado e Sociedade. (...) o que caracteriza os anos posteriores a 1930 é o fato de que ela cria as condições para o desenvolvimento do Estado Burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. (IANNI, 1991, p. 25).

Convém acrescentar que para Ianni, o Estado oligárquico é uma modalidade de Estado burguês, dotado de uma organização político-econômica singular em termos de estruturas de dominação e subordinação. Significativo em seus argumentos é o novo desenho institucional de caráter burguês, propriamente dito, capaz de conferir a relação Estado/Sociedade um novo caráter em relação ao que vigorava no âmbito do Estado oligárquico. O papel assumido pela oligarquia cafeeira paulista na esfera nacional e suas congêneres na esfera regional (casos dos setores extrativos do Norte e do Açúcar no Nordeste) diante desse cenário em mudanças pode ser um ponto de partida fecundo para compreendermos as concepções de modernidade e tradição formuladas por Leandro Tocantins, associadas a sua adesão a determinados ideais políticos e culturais presentes no interior desse debate.

Sonia Regina de Mendonça, trilhando o caminho interpretativo aberto por Florestan Fernandes e Octavio Ianni, oferece-nos um quadro elucidativo do movimento das forças sociais e das debilidades políticas das frações de classes para impor uma direção às ações políticas do Estado após a ruptura oligárquica de 1930.

De um modo geral, podemos afirmar que o golpe de outubro de 1930 resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do centro do poder, ao mesmo tempo em que os demais setores sociais nele envolvidos e vitoriosos – as demais oligarquias agrárias não exportadoras e os segmentos de classe médias civis e militares – não tiveram condições, individualmente, de legitimar o novo Estado. Isto significa que em substituição ao velho lema da Primeira República, segundo o qual “o café dá para tudo”, nenhuma outra das frações de classe envolvidas na “revolução” conseguira dar uma resposta adequada, demonstrando a dificuldade, por parte de qualquer

uma delas, de impor seus interesses particulares como expressão dos interesses gerais da Nação. (MENDONÇA, 1986, p. 14).

A debilidade das classes sociais e de suas frações, para impor uma direção às transformações em curso naquele período, surge das condições históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O fato do capitalismo não ser um processo de organização social de desenvolvimento endógeno, autônomo e autossustentado parece contribuir para que as classes⁶³ e as relações de classe não adquiram dimensões estruturais necessárias para que a burguesia imponha seu interesse como princípio integrador das ações políticas do Estado. Não é sem sentido que, para Florestan Fernandes, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Essa formação social peculiar do desenvolvimento do capitalismo potencializa os conflitos em torno da construção de uma hegemonia capaz de conferir direção legítima ao Estado e à sociedade.

O choque entre as classes sociais pela primazia de conduzir os rumos do Estado e da sociedade se expressa nos sucessivos impasses políticos e sociais que emergiram na década de 1930. Entre esses, são significativos o movimento constitucionalista 1932 levado a termo pela oligarquia e pela classe média paulista, descontentes com o governo de Vargas; a intentona comunista de 1935, movimento articulado e deflagrado pelo PCB de Luiz Carlos Prestes, resultando em sua prisão e de Olga Benário Prestes; a controvérsia do plano Cohen, supostamente elaborado pelos comunistas para tomar o poder, servindo de justificativa para Getúlio instalar o Estado Novo

⁶³ Sobre esse tema ver: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* de Florestan Fernandes; *Formação do Estado populista na América Latina* de Octavio Ianni; *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* de Celso Furtado; *A economia política do desenvolvimento econômico* de Paul Baran; *Dependência e desenvolvimento na América Latina* de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto.

em 1937; a marcha dos integralistas (camisas verdes) até o Palácio Guanabara a fim de revogar a extinção da AIB (ação integralista) decretada por Getúlio Vargas após a instalação do Estado Novo. No âmbito da esfera política e administrativa o Governo Vargas procurou minimizar os conflitos mediante a institucionalização de instancias, capazes de absorver as tensões sociais como no caso da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, atendendo de uma só vez as aspirações dos trabalhadores, da burguesia industrial e comercial que acompanhavam a expansão urbana no Brasil; Conselho Nacional e Departamento Nacional do Café garantindo espaço para as oligarquias deslocadas do centro do poder; criação do Instituto do Açúcar e do Alcool atendendo às demandas dos setores agrários nordestinos, abandonados na primeira República; criação do Código de Minas e do Conselho Nacional do Petróleo visando garantir o controle nacional desses recursos, inúmeros outros órgãos foram criados atendendo às pressões das circunstâncias com vista a permitir a transformação sócio-econômica do país com certa margem de equilíbrio político social. A intenção das medidas adotadas, durante esse período, pelo governo se torna evidente nos discursos de Getúlio Vargas, citado por Octavio Ianni em *Estado e Planejamento econômico no Brasil*. Para Vargas era necessário congregiar todas as classes, em uma colaboração efetiva e inteligente. Os estatutos jurídicos constituíam um meio de expressar a forma dessa aliança, impedindo o conflito que levaria a sua destruição. Por esse meio, o governo Vargas, acreditava poder reunir todas as corporações de classe, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas em uma assembléia permanente em torno do organismo político do Estado.

Por meio dessa engenharia político-jurídica do Estado, o governo Vargas pretendia criar um espírito associativo em um país no qual os projetos sociais não possuíam efetividade no legislativo e no executivo. E ao mesmo tempo dar um passo rumo a um novo quadro institucional efetivando as leis de assistência e proteção ao trabalho, quase inexistentes no país naquele período histórico. As forças sociais, que comungavam com Vargas esses ideais, viam o Estado como promotor, orientador e coordenador das mudanças institucionais

necessárias à mentalidade moderna do associativismo. Daí o motivo da criação de órgãos mediadores entre capital e trabalho no interior do Estado, que tinha como premissa impedir antagonismos de classes e explosões violentas de lutas capazes de levar à bancarrota os interesses nacionais⁶⁴. A modulação associativa do discurso oculta o interesse do governo de controlar politicamente as organizações da classe trabalhadora e as associações dos demais setores. O perfil autoritário e centralizador do Estado, pós 1930, ficara exposto no golpe do Estado Novo a partir de 1937. A solução autoritária para a crise política, social e econômica foi desenhada pelo drama da incapacidade dos grupos ou classes sociais de impor direção às mudanças em curso. A pulverização dos interesses das classes dominantes mergulhava o país num cenário de incerteza. Nesse sentido Celso Furtado assinala que

O café já não elegia o presidente da República, mas não surgira no país outra força suficiente articulada para fazê-lo. Basta ter em conta as disparidades que existem entre os estados, as desigualdades de graus de desenvolvimento entre regiões e a diversidade dos interesses econômicos dos grupos regionais dominantes, para perceber que a estabilidade do poder central pressupõe a hegemonia de uma região ou de um grupo de interesses. Assim, a crise do café seria também a crise do poder central e a abertura de um processo de transformação do estado nacional. Como sempre ocorre nessas fases de transição, o autoritarismo se apresenta e legitima como uma opção à anarquia, isto é, a ausência de todo poder estável. (FURTADO, 1973, p. 20-21).

Nesse ambiente de incertezas no qual o país se encontrava à deriva, Getúlio Vargas demonstra toda sua habilidade política ao estabelecer um arco de alianças composto por forças sociais emergentes, setores das forças armadas e frações dos setores agrários tradicionais para dar sustentação ao Estado Novo. Essa opção política ganha adesão na proporção em que as forças sociais, que o levaram ao poder em 1930, tornaram-se débeis politicamente

⁶⁴ Esse foi o contexto em que o Governo Getúlio Vargas, nos anos 1930-45, passou a pôr em prática novas diretrizes políticas, quanto às relações entre assalariados e empregadores. Aliás, essas diretrizes foram elaboradas aos poucos, e aperfeiçoada, ao longo desses anos. (IANNI, 1991; 46)

frente ao desafio de um projeto nacional. Nesse sentido, a centralização do poder decisório esboçado a partir de 1930 se confirma em 1937, dotando o Estado de centro decisório do país, com relativa autonomia frente aos setores econômicos regionais tradicionais. Os estados e as regiões com suas ilhas oligárquicas mais pareciam justapostas que integradas em uma Nação, daí que as instituições criadas nessa época como o Instituto do Café, do Álcool, do Pinho, do Açúcar, da Borracha e outras foram criadas para reduzir a influência econômica e política dos grupos locais, o novo arranjo institucional subordinava o interesse econômico de distintas regiões ao poder central do Estado. São reduzidas ou até mesmo retiradas as barreiras aduaneiras entre os estados, medidas acompanhadas de um suporte institucional visando unificar o mercado nacional. Todas essas medidas não seriam levadas adiante sem o apoio de grupos econômicos que viram seus interesses se institucionalizarem em ação pública do Estado.

Eli Diniz acredita que a discussão do significado da centralização do poder do Estado nacional nos anos trinta pode ser vista sob dois ângulos distintos. O primeiro desses ângulos pode ser identificado pela ideologia oficial, que preconiza o papel do fortalecimento do executivo como condição de restaurar a autoridade nacional e garantir o poder de estado contra a ação desagregadora do *privatismo* e do *liberalismo*, tendências dominantes na esfera política brasileira antes de 1930.

A tônica do discurso da reforma institucional centralizadora como condição necessária para solidificar o poder da nação enquanto expressão do conjunto da coletividade, está presente em obras dos teóricos que prepararam a justificativa ideológica do Estado Novo, entre os quais, Diniz destaca como um dos mais representativos, Oliveira Vianna. Não é sem sentido que Oliveira Vianna defende a estrutura corporativa do Estado como meio de assegurar a *unidade política* do poder governamental sem prejuízo da descentralização administrativa, necessárias ao funcionamento do aparelho estatal diante da complexidade e diversidade das funções desempenhadas pelo Estado em uma sociedade moderna.

O caráter corporativo do Estado nacional, formulado por Vianna, possibilitava uma organização política, na qual a expansão e o aperfeiçoamento da burocracia estatal mantém a unidade nacional diante da necessidade de descentralização administrativa funcional. Portanto, o Estado corporativo representaria um meio de assegurar o predomínio e a expansão da esfera de influência do poder público em dois aspectos básicos fundamentais.

De um lado, porque possibilitaria a integração das diferentes classes sociais e grupos sociais no sistema político, mediante um mecanismo de participação controlada sob a direção do Estado, que preservaria, assim, liberdade de ação suficiente para agir como árbitro dos conflitos em nome dos interesses gerais da nação. De outro lado, porque o fortalecimento do poder de Estado agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses restritos, regionais e locais, ao interesse maior da coletividade, representado pelo governo central. A partir desta perspectiva, a supremacia do “interesse público” sobre o interesse privado, do “poder público sobre o poder privado, se reduziria em parte a uma questão de eliminação do excesso de federalismo da constituição de 1891 que conferia ampla autonomia aos estados. (DINIZ, 1983, p. 80).

O segundo ângulo de interpretação do significado da centralização e fortalecimento do poder estatal durante os anos trinta, diz respeito às análises das bases sociais do poder, de seu conteúdo, das relações entre aparelho estatal e das forças sociais que se afirmam no quadro das transformações vividas intensamente pela sociedade brasileira naquele período, de outra forma, a relação entre Estado e Sociedade Civil são redefinidas diante da emergência de classes sociais de perfil urbano, de modo que a pressão social exercida por essas vão provocar alterações significativas no quadro institucional.

A centralização e o fortalecimento do aparelho estatal correspondem à incorporação das classes e frações de classe, que acompanham as transformações sócio-econômicas do país, no âmbito das instâncias políticas decisórias. Processo que obriga a desarticulação dos instrumentos de poder comprometidos com a antiga ordem oligárquica e a criação gradual de

mecanismos políticos institucionais capazes de conduzir a uma centralização dos poderes na esfera do Estado nacional.

As condições sob as quais as tensões se põem diante das forças sociais revelam a incapacidade dos setores agrários não vinculados ao café e dos grupos urbanos emergentes de assumirem o poder em caráter exclusivo, levando-as a uma política de *compromisso* na qual serão acomodados os diferentes interesses em jogo, inclusive o da oligarquia cafeeira derrotada. Essa situação possui como desdobramento a crise de hegemonia expressa na debilidade dos diferentes setores sociais de imporem direção política as ações do Estado, dessa forma estavam criadas as condições para uma saída autoritária nos moldes do Estado Novo. A justificativa para instituí-lo estava na reação à anarquia que tomara conta do país expressa em eventos significativos ao longo dos anos que antecederam o golpe de trinta e sete, entre os eventos mais significativos estava o temor comunista desencadeado pela frustrada ação do PCB de Luiz Carlos Prestes de tomar o poder em 1935.

As mudanças políticas, econômicas e sociais foram aceleradas durante esse período, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) era o órgão responsável pela divulgação das realizações do governo, promovendo a imagem de Vargas como o grande líder da nação brasileira e ao mesmo tempo intensificando o nacionalismo entre os setores mais populares. No centro dessa ação política estava a legislação trabalhista e previdenciária sistematizada em 1943 com a CLT, a defesa do desenvolvimento econômico nacional autônomo, capaz sensibilizar e mobilizar os mais variados setores sociais operários, estudantes, profissionais liberais, militares, empresários e até parte da esquerda, seduzida pelos ideais nacionalistas difundidos pelo governo. Na perspectiva de Boris Fausto o Estado Novo foi implantado sem grandes resistências em razão, por um lado, da adesão de parcelas significativas de todos os setores e classes sociais e por outro da desarticulação dos movimentos sociais⁶⁵ e comunistas que não se alinhavam à

⁶⁵ O movimento Integralista, que havia apoiado o golpe, e esperava ver Plínio Salgado no Ministério da Educação sobreviveu até maio de 1938. Data em que um grupo de integralistas assaltou o Palácio Guanabara na

centralização corporativa do Estado posta em prática pelo governo Vargas desde 1930.

A dissolução do congresso em novembro de 1937 e o processo de centralização política no Estado não significou para Boris Fausto e Octavio Ianni um descolamento, incondicional, do governo da sociedade. Na verdade a representação dos diversos interesses sociais expressa no congresso mudou de forma, os órgãos técnicos criados no interior do aparelho estatal⁶⁶ assumiram a função de articular os interesses diversos a fim de conferir legitimidade à nova ordem. No aspecto político e socioeconômico, o Estado Novo representou uma aliança entre a burocracia civil e militar em franca expansão, os setores industriais emergentes e frações oligárquicas de diversas regiões, cujo objetivo comum imediato era promover uma mudança na esfera econômica nacional por meio do incentivo à industrialização, permitindo assim o Brasil sair de sua condição primária exportadora. Durante os anos de 1937, início do estado Novo e 1945 foram implantadas de um lado as instituições necessárias para promover a industrialização, como o Conselho Nacional de Política Industrial, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), a Consolidação das Leis Trabalhistas, e de outro, medidas práticas para implantar a indústria de base como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Nacional de Álcalis. O eixo dessas medidas ou ações práticas do Estado Novo sobrevivera aos impasses da abertura democrática de 1945, levado a termo pela renúncia de Vargas mediante a pressão dos militares e da oposição civil em outubro de quarenta e cinco. Os governos eleitos democraticamente a partir desse período tiveram que modular suas

tentativa de depor Vargas e assumir a direção do Estado Novo. Fracassado o golpe Integralista e seus líderes foram presos e Plínio Salgado exilado em Portugal.

⁶⁶Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia, Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Nacional do Pinho, Conselho Nacional do Comércio Exterior, Conselho do Petróleo e outros. Para mais detalhes veja *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* de Octavio Ianni.

ações dentro do campo de possibilidades abertas pelas iniciativas postas em ação por Vargas. Não é sem sentido que para Ianni, as tensões políticas e os impasses econômicos vividos pela sociedade brasileira durante o Estado Novo demonstram as possibilidades e condições de expansão do modo capitalista de produção, em um país dependente, ao mesmo tempo expõe o contexto histórico e estrutural em que o Estado brasileiro se encontrava.

No período compreendido entre 30 e 45, foram lançadas as bases institucionais da modernização do Estado e da sociedade brasileira. As alianças e as lutas políticas forjadas em meio a esses quinze anos semearam os ideais políticos, econômicos e sócio-culturais que estarão presentes na ação política de indivíduos, grupos e classes sociais durante os anos cinquenta e sessenta. O conjunto desses ideais herdados balizara as lutas e as tomadas de posições, embora moduladas pelas contradições e ambivalências específicas da conjuntura política e cultural naquele cenário histórico do país.

Resta-nos perguntar qual a conexão desse cenário nacional mais amplo, desenhado acima, e autoconsciência reflexiva adquirida por Tocantins das interações políticas entre Região e Nação, Classes sociais e projeto político nacional e finalmente entre Tradição e Modernidade, partindo do pressuposto que suas concepções de Tradição e Modernidade incorporam sua percepção da relação região/nação e classes sociais/projeto nacional de desenvolvimento.

Se estabelecermos um paralelo entre a órbita privada dos acontecimentos no qual a família⁶⁷ de Tocantins estava envolvida no início dos anos trinta e as mudanças políticas em curso na esfera nacional com a ruptura oligárquica, lavada a termos com a ascensão de Getúlio Vargas a presidência. Perceberemos inúmeros ideais que atam ou conectam a esfera privada à esfera macro, um desses é o ideal nacionalista de Van Dick

⁶⁷ É importante frisar que Van Dyck Amanajás Tocantins, pai de Leandro, uniu-se aos revolucionários de 30 em Belém, e o então interventor Magalhães Barata o nomeou Prefeito de Muaná, pequena cidade da Ilha de Marajó onde nasceu.

Amanajás Tocantins, seu pai, que o aproxima dos ideais postos em prática no processo de redefinição do Estado pós 1930. Nesse sentido, é que podemos entender a adesão de Van Dick às mudanças em curso no Brasil e o apoio ao interventor federal frente ao governo do Pará, Magalhães Barata, expressão da ruptura política que definirá os rumos do país (TOCANTINS, 1992). O apoio de Van Dick ao interventor e em particular ao governo Vargas será um investimento do qual receberá a indicação para assumir a prefeitura da pequena cidade de Muaná na ilha de Marajó, esse fato político, associado à necessidade de Tocantins e suas irmãs completarem os estudos, precipitará o retorno da família do seringal no Acre para a cidade Belém.

Os eventos vividos pela família Amanajás Tocantins no distante seringal na foz do rio Murú no Acre ganha novo significado quando interpretado pelo ângulo das mudanças políticas, econômicas e sociais em curso no Brasil dos anos Trinta. O encontro do jovem Tocantins com obras de Olavo Bilac, Monteiro Lobato, Alberto Torres, Euclides da Cunha moldará sua adesão ao nacional desenvolvimentismo, edulcorado pela influência de seu pai e pelas relações específicas que contrairá em sua trajetória em Belém e, posteriormente, no Rio de Janeiro, para onde mudará com a família no final dos anos quarenta. Subjacente as suas relações ordinárias, no ambiente do seringal e da pequena cidade de Tarauacá, estão em curso mudanças impessoais na estrutura mesma da sociedade e que se estendem até aquele ambiente no qual passou os primeiros dez anos de sua infância.

Suas inquietações vividas na infância e na adolescência, passadas respectivamente no seringal e em Belém, não podem ser percebidas nesse momento em termos de compreensão das transformações históricas e institucionais que arrastavam regiões, classes sociais e indivíduos num vórtice frenético de mudanças no país. Na verdade, essa atmosfera lentamente o conduziu à consciência da complexa ligação entre o curso de sua vida e das transformações na esfera regional e nacional. Tocantins ainda não dispunha dos requisitos intelectuais para entender os processos no qual ele, sua família, sua classe, sua região e a nação estavam mergulhados. A trajetória de sua

família, logo a sua, narrado no segundo capítulo indicam momentos significativos no processo de percepção das transformações em curso e a posição que assumirá segundo as condições de possibilidade engendradas pelas relações sociais de classe estruturadas nesse ambiente.

A mudança para a capital Federal, Rio de Janeiro, em 1947 é um passo decisivo para que ele internalizasse determinados ideais políticos e culturais que circulavam no ambiente intelectual, entre as classes sociais, sindicatos e as mais diversas associações criadas na esteira das mudanças institucionais, políticas e econômicas por que passava o país. Na atmosfera da Capital Federal dos anos cinquenta, o jovem estudante de Direito, Tocantins⁶⁸, recobra o *Discurso do Rio Amazonas*, proferido por Getúlio Vargas em Manaus, no dia 10 de outubro de 1940, passo decisivo para realizar suas duas grandes aspirações, de um lado o desejo intelectual de se tornar um escritor reconhecido e de outro a ambição de um cargo público federal capaz de sustentar a primeira das aspirações, o pendor literário (TOCANTINS, 1993). Ao retomar o *Discurso do Rio Amazonas*, Tocantins estabelece uma interseção entre a órbita privada de sua trajetória e os processos de mudanças políticas institucionais em curso no âmbito nacional. O sentimento de abandono da região Norte, por parte do poder federal, comum aos jovens oriundos dos setores extrativistas encontra no *Discurso do Rio Amazonas* a chave que abrirá a porta para uma nova fase de compromisso do Estado brasileiro com o desenvolvimento regional, por meio da criação de mecanismos institucionais federais que lhe darão suporte⁶⁹. Esse tema será retomado mais adiante para explicarmos a natureza social dessa interseção entre os eventos privados vividos por Tocantins e as transformações estruturais pelas quais passava o país nos anos cinquenta e que o conduzirá a sua obra mais conhecida e difundida *O Rio Comanda a Vida*, de 1952, espaço no qual as inquietações da infância e da adolescência revelam-se intimamente ligadas às contradições das

⁶⁸ Vale lembrar que em seus dois livros autobiográfico, *Olhos inocente e Adolescência, vigília da alma*, expõe seus desejos de ter um cargo público e a pretensão de ser escritor.

⁶⁹ É o caso da SPVEA, que se tornará mais tarde em SUDAM, SUDENENE, CHESF e outras.

mudanças históricas porque passava o país. Por hora retomaremos a reconstituição do quadro histórico geral daquela atmosfera densa de lutas políticas e de produção cultural na tentativa de ampliar, como diria Weber (1991), o contexto de sentido da ação de Tocantins, permitindo-nos compreender os liames que atam a órbita particular aos processos de mudanças históricas em curso no Brasil durante esses anos.

4.2 O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO

O cenário político, econômico e social pós Estado Novo expõe as contradições e ambivalências das disputas acerca do projeto nacional de desenvolvimento, o qual arrastará sindicatos, grupos, associações, classes sociais e as mais variadas entidades num vórtice crescente de mobilização. Um debate contínuo sobre os destinos da Nação não passara incólume sobre os sucessivos governos pós 45. Os matizes ideológicos das discussões travadas em torno desse projeto se converterão nas políticas e ações desses governos rumo à modernização do país.

Ao término do Estado Novo, os militares e a oposição liberal, com a anuência dos dois blocos de alianças formados para apoiar Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes, candidatos à presidência, decidiram que o presidente do Supremo Tribunal Federal deveria conduzir a nação até o término das eleições. A partir das alianças traçadas em volta do PDS de Eurico Gaspar Dutra e da UDN de Eduardo Gomes, fora delineado o campo das disputas políticas que se ampliariam com a expansão urbana e industrial.

A eleição de Gaspar Dutra e a assembleia nacional constituinte de 1946 deram um tom liberal ao governo e à nova Constituição, respectivamente.

De fato, essa foi a linha que inspirou a maioria dos constituintes e, também, boa parte da política governamental, nos anos de 1946-50. Em nome de princípios liberais, criaram-se novas condições favoráveis à entrada e saída de capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, eliminaram-se os órgãos estatais vinculados ao intervencionismo. Sob o pretexto de que findara a guerra e em nome de uma espécie de “neoliberalismo”, em pouco tempo desmontou-se a nascente

tecnoestrutura que se criara nos anos anteriores. (IANNI,1991, p. 91)

É preciso salientar que embora predominassem os ideais liberais na Constituição de 1946 foram criados dispositivos constitucionais capazes de promover e estimular o desenvolvimento regional como a *Comissão do Vale do São Francisco* (CVSF) e a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA). No que diz respeito à SPVEA a Constituição reservou 3% da renda tributária da união durante vinte anos consecutivos para a execução do plano (art.199). Convém lembrar que o referido disposto constitucional só foi regulamentado com a criação da SPVEA pela Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953 no governo de Getúlio Vargas. Evento que está ligado à ascensão de Leandro Tocantins na esfera da burocracia pública federal e o reconhecimento literário e político de seu livro *O Rio Comanda a Vida*, lançado em 1952, livro que chegou às mãos de Vargas por intermédio de Hugo Carneiro deputado federal pelo Território do Acre com quem a família de Tocantins guardava laços de amizade. Vale a pena lembrar que nesse encontro estava presente o assessor econômico da presidência, o economista baiano Rômulo de Almeida, membro da Casa Civil de Getúlio Vargas. O economista baiano presidiu a comissão responsável pela criação da SPVEA, cujo secretário executivo era Arthur Cezar Ferreira Reis, com quem Tocantins selará uma longa parceria na vida pública nacional e na produção intelectual.

Os eventos privados que conduziram Leandro Tocantins a estabelecer vínculos de amizade e de parceria intelectual com Arthur Cezar Ferreira Reis nos anos 50 estavam imersos em um profundo debate político sobre o ritmo e os rumos do desenvolvimento nacional brasileiro. O acirramento das lutas sociais na cidade e no campo constituía um termômetro que expunha a intensidade que o debate atingiu em todas as classes sociais. A órbita dos acontecimentos privados em torno de Tocantins pode ser interpretada como uma centelha nessa atmosfera inflamável do debate nacional.

A tendência liberal dominante no pós-guerra e o modelo de democracia representativa exerceram uma forte influência na organização política nacional, reduzindo o ímpeto do nacionalismo econômico. Para Sonia Regina de Mendonça, a onda de liberalismo que se difundiu pelo mundo após a segunda guerra acentuou a campanha contra todos os regimes políticos de perfil semelhante ao fascismo europeu. Expressando na prática a hegemonia norte-americana no interior do bloco capitalista e sua ofensiva sobre a América latina em particular. No Brasil, esses ideais liberais serviram de justificativa para a intransigente oposição ao Estado Novo e toda a política nacionalista de Vargas.

À frente de oposição liberal aglutinava os mais distintos setores e frações de classe e entre essas podemos destacar setores militares, membros da oligarquia, agrário-exportadora, e segmentos da classe média ligados a UDN. Não é sem sentido que a Constituição de 1946 estabeleceu o princípio da igualdade de oportunidades entre nacionais e estrangeiros⁷⁰. Setores da sociedade civil e militares que comungavam o credo liberal passaram a ter papel relevante na direção econômica nacional, todas as diretrizes traçadas nesse período visavam favorecer a política de associação e interdependência de capitais.

A ação política do governo Dutra e dos setores que o apoiavam, expõem o abandono das convicções em um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. É inegável, como afirma Octavio Ianni, que seguindo a doutrina liberal e as conveniências das empresas privadas, o poder público voltara à condição de mero guardião das regras do jogo econômico, colocando-se numa posição menos ativa que aquela adotada por Vargas no período do Estado Novo. Essa opção política levou a deterioração dos salários dos trabalhadores, a expansão inflacionaria e as dificuldades com a balança de

⁷⁰ A onda liberal do pós-guerra orientou a ação dos setores político dominantes, que junto com os militares que retornaram da guerra comprometidos com aqueles ideais, exerceram influência decisiva na elaboração da Constituição 1946.

pagamento do país. No conjunto, o governo Gaspar Dutra conduziu a política econômica do país a uma posição delicada, o resultado concreto dessa política foi a reconversão as condições de dependência, em outras palavras, o país fora integrado de forma subserviente ao sistema econômico mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos. Para Florestan Fernandes, o que caracteriza a dominação externa sob a hegemonia dos Estados Unidos é a incorporação do Brasil ao mercado mundial numa posição heteronômica que consiste no fato de que as potências hegemônicas organizam a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da produção e do *marketing*, a comunicação de massa e o consumo de massa, a educação, a transplantação de tecnologia, até a modernização da infra-estrutura e da rede financeira eixo vital para o funcionamento da economia. Não é sem sentido que coube à *Comissão Mista Brasileiro-Americana (1948)*, também conhecida como *Missão Abbink*, elaborar um relatório sobre os pontos de estrangulamento da economia brasileira e “sugerir” ao governo ações necessárias para superar esses entraves ao desenvolvimento.

Nesse aspecto o governo Gaspar Dutra procurou coordenar ações para executar o Plano Salte, em busca de melhorar a saúde, alimentação, transporte e energia que constituíam os focos de maior tensão para o desenvolvimento do país. A influência norte-americana ficou exposta com o alinhamento do governo brasileiro à *Doutrina Truman (1947-53)*, seguindo a orientação dessa doutrina restringiu o direito de greve dos trabalhadores e a margem de ação de seus sindicatos, ao mesmo tempo, colocou o partido comunista PCB na clandestinidade, o argumento era de que o PCB tinha como sua matriz a União Soviética, significando dessa forma uma violação das leis brasileiras.

Na proporção em que o governo Gaspar Dutra criava as condições institucionais para um desenvolvimento econômico dependente acirrava os ânimos das forças nacionalistas que preconizavam uma ação mais incisiva do Estado em favor da indústria nacional. A estratégia das forças sociais comprometidas com um desenvolvimento nacional de feição getulista fora se organizar para minimizar o avanço do liberalismo dentro das novas regras da

democracia representativa. Nesse bojo, a herança política de Vargas passou a ter um peso decisivo, o aparato sindical organizado anteriormente e a mística do líder carismático sempre ao lado do povo contra os poderosos, indicava sua influência na vida política nacional.

A influência de Vargas marcou todo o período. Após a deposição, ele foi eleito senador e manteve a postura discreta enquanto preparava a volta ao poder pelo voto. Sua eleição a presidente pelo voto popular, em 1950, representou um grande desapontamento para seus inimigos, que tentaram utilizar meios legais e manobras políticas para impedir sua posse. (CARVALHO, 206, P. 127).

O retorno de Vargas por meio do voto popular assinala a vitória de um projeto de desenvolvimento no qual o Estado assumiria um papel incisivo na condução da política econômica. O desafio de Vargas frente ao governo se expandira proporcionalmente ao ritmo adquirido pelas transformações sociais e econômicas desde os anos trinta. A velocidade das transformações nacionais põe no horizonte da nascente democracia brasileira, duas questões prementes. A primeira diz respeito ao ajuste institucional necessário para que o Estado possa dar suporte jurídico, administrativo e econômico para a industrialização. A segunda diz respeito à natureza política enfrentada por toda democracia burguesa, a incorporação das massas na estrutura de poder e de decisão política sobre os rumos do processo de desenvolvimento. Autores como Francisco Weffort, Boris Fausto e Octavio Ianni concordam com o fato de que em 1951, quando teve início o governo democrático de Vargas, a sociedade brasileira já possuía uma segmentação diferenciada entre as classes sociais, isso em razão da expansão acelerada da industrialização, acompanhada do crescimento do setor terciário e dos centros urbanos. Para eles, A rápida expansão industrial e urbana acentuava a divisão social do trabalho segmentando as atividades a um ponto no qual as classes sociais ganharam uma configuração ou um perfil mais representativo na esfera política. Nesse ambiente de rápida transformação, a burguesia industrial e o proletariado já haviam se constituído em forças políticas e culturais, ao lado da classe média, ampliada com o surto de crescimento econômico, e dos

setores agrários, comercial e financeiro. Entre esses, a burguesia industrial, o proletariado e a classe média eram mais suscetíveis ao debate político sobre a direção e o alcance do desenvolvimento econômico nacional⁷¹.

Para viabilizar o projeto nacional de desenvolvimento “autônomo” o governo Vargas estabeleceu um leque de alianças composto por diversas forças sociais. O ajuste dos interesses econômicos e políticos, do proletariado, da classe média, da burguesia industrial e de frações da burguesia agroexportadora, constituíram a marca distintiva do governo Vargas. O acordo tático entre os distintos interesses das classes possuía como meta favorecer a criação e expansão do setor industrial e do setor de serviços. Na mesma proporção, são criadas as instituições democráticas para garantir o acesso dos assalariados a uma parcela de poder, dessa maneira se institucionaliza o conflito em bases políticas aceitáveis no interior da democracia representativa permitindo à classe trabalhadora lutar por uma participação maior na riqueza nacional. A combinação de forças, em torno de Vargas, constituía um meio de acelerar a ruptura com o passado agroexportador e o capital externo que financiava esses setores. Dessa forma, o nacionalismo desenvolvimentista tornou-se o núcleo da política de massas em volta do qual gravitaram forças civis e militares, liberais e comunistas, assalariados e estudantes universitários, as aspirações de todas as classes guardava relação com aquele ideal⁷².

A estratégia do governo consistia em impedir a radicalização do processo político de transformação nacional por meio da acomodação dos interesses dessas forças. Nesse sentido é que para Francisco Weffort o povo, as massas, o proletariado, foram os fantasmas sempre exorcizados no interior

⁷¹ *Planejamento no Brasil*, Betty Mindlin Lafer; *Estado e planejamento no Brasil* (1991), Octavio Ianni.

⁷² Sobre esse tema ver *O populismo na política brasileira* de Francisco Weffort; *O colapso do populismo Brasil* de Octavio Ianni.

do concerto político populista, em última instância, as decisões sempre couberam às classes dominantes.

As massas foram incorporadas ao jogo político nos limites da conveniência necessária para pressionar a aprovação das reformas modernizantes. Isto por que a burguesia industrial não reunia as condições efetivas para impor uma direção aos processos sociais de mudanças em curso no Brasil, embora ela tivesse se expandido aceleradamente desde os anos trinta. O concerto político populista dos anos cinquenta revela os limites da revolução burguesa em uma sociedade capitalista dependente, como indicara Florestan Fernandes.

A institucionalização do modelo populista como meio de equacionar os conflitos e as disputas políticas entre as classes sociais desagradava parcelas significativas das classes dominantes. Determinadas frações dessa classe aspiravam controlar o Estado sem as concessões populistas. Por outro lado, a ala reformista, da classe dominante, via o pacto populista como estratégia de mobilização das massas a fim de acelerar a industrialização. Essa disputa no interior da classe dominante precipitava-se em alianças políticas de natureza ambígua, como a estabelecida entre frações da burguesia industrial autoritária e os setores agroexportadores⁷³, contrárias à participação popular na estrutura de poder político.

⁷³ Vale a pena lembrar, o poder exercido pelo campo, ou melhor, pelo setor agrário na formação nacional. Não é sem sentido que para Octavio Ianni: “O Brasil sempre foi uma sociedade profundamente marcada pelo campo, pela produção agropecuária, extrativa, coletora e assim por diante (...). Os vários ciclos de expansão da economia brasileira são ciclos de expansão da agropecuária. E dentro dessa história de séculos, encontramos um ciclo de industrialização; isto é um período de industrialização acelerada. Essa industrialização vinha se esboçando desde o século passado, ganhou impulsos em diversas ocasiões. Mas é inegável que a grande industrialização havida no Brasil se realizou nas décadas de 50 e 60, entrando pelas seguintes. Mas as décadas em que se insere a industrialização são também, um pouco, milagre da agricultura. Quase que se pode dizer “um ciclo da agricultura”, na medida em que grande parte dessa industrialização se realiza com recursos produzidos pela sociedade agrária. São várias modalidades de confisco, transferência de renda de setores agrícolas, ou agropecuários, para setores urbanos. É claro que veio capital do exterior, mas esse capital foi pago com café, cacau, açúcar, borracha etc. (...)”. (IANNI, 2004; 142)

[...] se do ponto de vista dos interesses econômicos há convergência de quase toda burguesia industrial (tanto reformista quanto autoritária) em torno do mesmo projeto de desenvolvimento, do ponto de vista político essa classe contém uma fração autoritária que se opõe ao populismo e se aproxima dos segmentos também autoritários das classes dominantes agrárias. (MANTEGA, 1985, p. 31)

Essa problemática nos interessa à medida que perguntamos em que proporção as adesões políticas e estéticas feitas por Leandro Tocantins, no interior desse quadro político de alianças ambíguas, influenciaram suas concepções de tradição e modernidade? A resposta a essa pergunta não pode ser imediata. É preciso, desenhar o processo histórico, de forma geral, para retornarmos a ela.

As soluções dos conflitos, por meio do estado de compromisso, não escondem as fissuras no interior do pacto populista, o tempo às tornarão irreconciliáveis⁷⁴. Entretanto, nesse campo de lutas pela definição legítima de um projeto de desenvolvimento, é possível identificarmos, segundo Ianni, basicamente quatro modelos que orbitavam em torno das distintas classes sociais e suas frações.

a) O mais antigo e ao mesmo tempo o mais conservador é o modelo exportador. Implica o domínio do setor agrícola, segundo relações de produção e técnicas de acumulação tradicionais. Tem sua contrapartida necessária na importação de manufaturas. Envolve a dependência externa, devido à comercialização internacional da parte principal do café. Portanto, os centros da política econômica no Brasil estão no estrangeiro. [...] Os grupos (agroexportadores) interessados na manutenção dessa política econômica, e da estrutura de poder

⁷⁴ Não é sem sentido que para Weffort e Ianni a crise de poder que levou ao golpe militar de 64 já se encontra em germe no início do processo democrático do pós-guerra. Ver com mais detalhe em *O populismo na política brasileira*, de F. Weffort, *O colapso do populismo no Brasil*, de O. Ianni.

conveniente à mesma, sofreram uma derrota séria com a vitória da Revolução de 1930; mas não foi uma derrota total.

b) Em seguida, e em decorrência da inadequação do padrão exportador para atender às exigências crescentes e multiplicadas da economia e da sociedade nacionais, constituiu-se o modelo de substituição de importações. Trata-se de encontrar uma combinação positiva e dinâmica com o setor agrário, encadeando as exigências de divisas com as exigências de investimentos destinados a atender ao mercado interno. Esse padrão envolve a reformulação dos vínculos externos e com a sociedade tradicional. Com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelece graduações nas rupturas estruturais indispensáveis à sua execução. Fundamenta a política externa independente e implica uma doutrina do Brasil como potência Autônoma.

c) Em concomitância, e em decorrência do confronto entre os modelos exportador e de substituição, constituiu-se o modelo de desenvolvimento e organização da economia que preconiza a associação de capitais e interesses políticos e militares nacionais e estrangeiros. Implica a internacionalização crescente do setor industrial, ao lado do caráter fundamentalmente internacionalista do setor agrário tradicional. Em certa medida, o modelo internacionalista – associação ampla – é um dos resultados inevitáveis do confronto e das contradições entre os dois anteriores [...]. No jogo e contradição dos interesses das classes e grupos sociais em luta pelo poder e pela formulação da política econômica, surge necessariamente o padrão de desenvolvimento combinado.

d) O outro modelo de desenvolvimento nacional é o socialista. Resulta dos confrontos e antagonismos entre as classes sociais e grupos sociais. Em certo grau, esse padrão constituiu-se em concomitância com o modelo de substituição. Em certas ocasiões estiveram mesmo confundidos, ou associados taticamente. Essa identificação decorria do fato de que ambos eram, realmente, ainda que em graduações diversas, negações possíveis dos outros dois; isto é implicavam a negação dos modelos tradicionais de exportação e de associação internacional. Muitas vezes, o intervencionismo estatal, as tentativas de planificação econômica, as práticas da política de massas, o reformismo, o florescimento cultural e político, etc, foram encarados como pré-requisitos ou mesmo conquistas de tipo socialista. (IANNI, 1988, p. 54-55).

Esses quatro modelos orientaram as ações de indivíduos, grupo e classes sociais no cenário das lutas políticas e sócias no Brasil. Na conjuntura crítica daquele período, a política de massas de Getúlio Vargas consistia em um meio de reunir forças sociais em favor do modelo de desenvolvimento autônomo. O

que nos interessa nessa conjuntura mais ampla é verificarmos em primeiro lugar, como as raízes sociais de Leandro Tocantins (oligarquia extrativista do Norte) levam-no a uma interpretação da mudança, semelhante à elaborada por intelectuais oriundos dos setores agrário do Nordeste, como sua experiência na capital federal nos anos cinquenta permitiu, a ele, associar-se, num primeiro momento, ao modelo de desenvolvimento nacional autônomo e progressivamente inclinar-se para um projeto de desenvolvimento associado. Em certa medida, sua ligação com os dois modelos citados converte-se em uma chave explicativa para entendermos sua adesão ao modelo de desenvolvimento associado ou internacionalista de tendência conservadora. Isso por que, como afirma Octávio Ianni, o modelo internacionalista – associação ampla com o capital externo – é um dos resultados inevitáveis do confronto e das contradições entre o modelo agroexportador e o de desenvolvimento nacional autônomo. Na verdade, é a manutenção de elementos do modelo agroexportador – como o padrão de dependência financeira – associados a necessidade da industrialização da economia nacional. É justamente em meio ao jogo de contradições e de interesses das classes e grupos sociais em luta pelo poder e pela formulação da política econômica, que surge necessariamente o padrão de desenvolvimento combinado, em última instância representa uma nova etapa do desenvolvimento econômico e político do capitalismo internacional e nacional. Para Tocantins esse modelo resolve ou soluciona as ambivalências e as contradições entre suas raízes sociais fincadas no extrativismo e o desenvolvimento nacional autônomo, fórmula pela qual acredita ser possível preservar o passado em meio às transformações necessárias a modernização do país.

Retornemos ao quadro histórico mais amplo a fim de ampliarmos os horizontes sobre a relação desse contexto histórico com a órbita privada a qual expõe as opções de Tocantins no jogo de lutas políticas e sociais daquele cenário. A ação política de Vargas frente ao governo é aprofundar as reformas necessárias para que o modelo de desenvolvimento autônomo possa se tornar uma realidade. Quando tomou posse da Presidência da República em 1951

tratou pessoalmente junto com seu gabinete civil, na pessoa do economista Rômulo Almeida, a necessidade de regulamentar o artigo 199 da constituição de 1946, que definia 3% da renda tributária da União para a execução do plano de valorização da Amazônia. A instalação da Comissão, responsável para propor medidas capazes de converter os recursos destinados à Amazônia pela União em ações efetivas de desenvolvimento, fora um passo decisivo para a aproximação de Leandro Tocantins de Arthur Cezar Ferreira Reis e do próprio presidente Getúlio Vargas. Embora seja sabido que a intersecção entre os três se deu primeiramente pelo livro, *O rio comanda a vida*, publicado por Tocantins em 1952. No posfácio à quarta edição do *O rio comanda a vida* Tocantins relata os eventos políticos e administrativos dos anos cinquenta aos quais estará ligado no futuro como assessor de Arthur Cezar Ferreira Reis, primeiro Superintendente da SPVEA.

Desde 1946, os doutores da política faziam de esquecer o projeto (Câmara dos Deputados) que regulava o artigo 199 da constituição Federal (iniciativa do Deputado Leopoldo Perez, amazonense), criando a intervenção corretora e promotora do Estado na valorização econômica da Amazônia. Ano após ano, o assunto ficava para depois.

Aconteceu a posse do Presidente Getúlio Vargas, em 1951. A sua notória sensibilidade pela Amazônia – ele, pioneiro das medidas oficiais para incorporação da região ao complexo nacional, desde o seu primeiro governo – foi decisivo, nessa hora.

Como o Congresso não se decidia, durante seis anos de inércia, Vargas resolveu dar uma das suas: decretou uma Comissão presidida pelo economista Rômulo Almeida, cujo secretário executivo, Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, seria mais tarde o primeiro superintendente do Plano de Valorização econômica da Amazônia.

A comissão ouviu técnicos, especialistas, homens de empresa, administradores regionais. De tudo, resultaram trabalhos (reunidos em volume pelo Banco da Amazônia) que se definiram como prólogo do planejamento pouco tempo depois concluindo pela SPVEA, e que, encaminhado ao Congresso ainda no governo Vargas, finou-se na primeira Comissão que devia examinar. E desapareceu de Vez da memória e da preocupação dos congressistas.

Getúlio Vargas acertou o alvo. Os parlamentares protestaram contra ao que chamavam de “invasão” do executivo em atribuições do legislativo. O Governo justificou-se: a Comissão debatia e estudava problemas de sua ação específica.

Antecipava-se, sim, ao órgão que deveria ser criado. Mas, quando este existisse legalmente o executivo já possuiria instrumento para desenvolver o exercício governamental.

Diante disso, os parlamentares resolveram agir. Câmara e Senado aprovaram a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lei sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas em janeiro de 1953.

Vargas, em conversa com o Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, declarou que para vencer a inação do Legislativo tomara essa diligência. O problema amazônico, dizia ele, não mais comportava adiamentos. E concluiu: “os políticos corvejam o cargo de Superintendente do órgão. Não quero e nem devo transformá-lo em trampolim de interesses partidários ou pessoais. Por isso, escolhi o senhor, que não é político. Tirou-me de uma grande dificuldade. Quando eu me fixava num nome amazonense, os paraenses vetavam, e os amazonenses faziam o mesmo em relação ao nome paraense. O senhor conciliou a opinião da bancada dos dois Estados”. (TOCANTINS, 1972, p. 354-355).

O longo relato de Tocantins é fundamental para compreendermos o lugar ocupado por ele no processo de institucionalização de um órgão público federal (SPVEA), com a finalidade de promover as inversões de capital necessárias para o desenvolvimento e integração da Amazônia à nação. Ao descrever as tensões políticas entre o executivo e o legislativo expõe os mecanismos sociais que atam a esfera da ação privada às mudanças estruturais em curso no Brasil, são os homens em atos (Mannheim) ou a ação concreta dos agentes (Bourdieu) que põe em prática as concepções de nação que os move, modernidade desenvolvimento formulados por grupos e classes sociais em meio à luta pela definição legítima de um projeto nacional de desenvolvimento. Na tensão do jogo político entre as classes o governo efetiva órgãos, cria instituições define metas necessárias para alcançar as mudanças rumo à industrialização. O conjunto dessas medidas e ações mobiliza um contingente significativo da população em favor do projeto de desenvolvimento, essa é a combinação básica da qual nasce a linguagem e a ideologia do populismo.

Nesse ambiente espesso de lutas políticas, Tocantins indica a relevância da publicação do *O rio comanda a vida* para sua carreira pública⁷⁵

E como atributo de admiração a um amigo, o Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, desejo ligá-lo às páginas de *O Rio Comanda a Vida*, que foi o instrumento de nossa aproximação intelectual e do convite que me fez para fazer parte, em 1953, de seu Gabinete de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. (TOCANTINS, 1972, p. 25).

Face às exigências históricas necessárias às mudanças estruturais em curso no Brasil dos anos cinquenta, o governo Vargas cria órgãos e instituições com o propósito de superar as distâncias econômicas e políticas entre as regiões, promovendo a integração nacional. A SPVEA constituía parte de uma estratégia de integração regional no interior do projeto nacional de desenvolvimento formulado no governo Vargas. A integração nacional era uma via para superar as distâncias econômicas e políticas entre as regiões e ao mesmo tempo promover a participação efetiva das forças políticas regionais no projeto em curso.

Esse *modus operandi* do governo Vargas nos remete aos impasses da revolução burguesa num país dependente como o Brasil, segundo Florestan Fernandes, e ao papel assumido pelo Estado ao institucionalizar o modelo político de compromisso entre os setores tradicionais e novas forças urbano-industriais na perspectiva de Celso Furtado⁷⁶. Em outros termos, a crise do modelo agroexportador e a perda progressiva de prestígio político das burguesias regionais decadentes (extrativistas no Norte, produtores de açúcar

⁷⁵ Aspiração comum aos jovens oriundos dos setores extrativos do norte. Esse tema foi abordado na segunda parte do segundo capítulo, no período em Tocantins morou em Belém do Pará.

⁷⁶ Em seu ensaio *Evolução das estruturas econômicas latino-americanas*, Celso Furtado traça um quadro profundo das transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil expondo as características do desenvolvimento dependente no Brasil.

no Nordeste, de café no Sudeste) não conduzem a um conflito aberto entre esses interesses tradicionais (agroexportadores) e industriais emergentes, mas um modelo de tensões limitadas no interior de um arranjo político no qual o Estado assumiu um papel decisivo para reduzir os antagonismos de classes. A rigor, é nesse sentido que Weffort afirma que o Estado encontrara nesse arranjo as condições de abrir-se a todos os tipos de pressão sem se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de nenhuma delas. Não se configura em um Estado tal como emergiu nos países capitalistas hegemônicos. É um Estado que expressa as contradições histórico-sociais de um país eminentemente agrário-exportador em vias de transformação rumo à industrialização. A trajetória para romper com os laços de dependência econômica e com a estrutura primário-exportadora interna, revela uma peculiar estrutura de classes⁷⁷ cujas conseqüências são a debilidade econômica e política da burguesia em exercer seu papel destrutivo/constutivo na ordem social. Desenha-se no horizonte dessa transição um quadro político no qual as alianças entre conservadores, reformistas, setores médios, massas trabalhadoras assumem um inusitado papel de dinamizar as mudanças necessárias à industrialização.

O dilema da política de massa ou do populismo consistia em aprofundar a transformação nacional mediante o engajamento de novos contingentes urbanos da população brasileira. A crescente participação das massas, em particular da classe trabalhadora, nas instâncias políticas dividia as opiniões dos setores industriais entre os reformistas favoráveis a essa participação e os reformistas autoritários partidários de uma redução do papel político das massas na esfera decisória. A aliança política da fração autoritária da burguesia industrial com os setores primários exportadores de viés conservador, para minimizar a participação das massas na esfera política

⁷⁷ Nesse sentido Florestan Fernandes traça um painel detalhado sobre os condicionantes estruturais da formação das classes sociais no Brasil e na América Latina em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e em *A revolução Burguesa no Brasil*.

nacional, expõe os limites do populismo como estratégia de acelerar as reformas rumo à industrialização.

Essas tensões se agravam com o desenrolar da política de massas e do programa de industrialização, bem como de criação de novas condições institucionais para o desenvolvimento econômico independente. [...] O confronto entre os vários projetos de desenvolvimento econômico e de organização do poder torna-se crucial. Em 1954, é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente. [...] A deposição e suicídio de Vargas revela a vitória daqueles que queriam reformular e aprofundar as relações com o capitalismo internacional. (IANNI, 1988, p. 63-64).

A consolidação das classes trabalhadoras, média e da burguesia industrial no cenário político dos anos 50, excluía em definitivo o retorno ao modelo econômico tradicional, ligado às atividades primário-exportadoras. A rigor, o modelo desenvolvimentista autônomo de Vargas⁷⁸ só poderia ser negado, dadas as condições sócio-históricas do período, pela revolução socialista ou pelo modelo de desenvolvimento associado. Podemos assinalar no limite da reflexão que, para Ianni, Weffort e Mantega, o modelo de desenvolvimento associado é um resultado do confronto inevitável entre o modelo primário-exportador e o modelo de desenvolvimento autônomo. Essa ambivalência e contradição estrutural do processo de capitalismo tardio⁷⁹, numa sociedade periférica dependente, constituem uma chave para compreendermos as opções políticas e culturais assumidas por Leandro Tocantins, dadas as sua filiação social (setores extrativistas) e sua experiência pública, como assessor do superintendente da SPVEA, expressão do projeto

⁷⁸ A batalha pelo monopólio estatal do petróleo, entre os anos de 1951 e 53, teve como resultado a criação da Petrobras. Símbolo do nacionalismo que mobilizara as massas em torno do projeto de desenvolvimento autônomo defendido por Vargas.

⁷⁹ Em seu livro *O capitalismo tardio*, João Manuel Cardoso de Melo, analisa com riqueza de detalhes as raízes do capitalismo retardatário e os mecanismos que presidem a industrialização em uma economia dessa natureza como a brasileira.

nacional de desenvolvimentismo autônomo em curso naquele ambiente em ebulição⁸⁰.

É em meio às mudanças que Leandro Tocantins procura ajustar os hábitos e disposições adquiridos nas relações sociais no seringal e em Belém, aos novos tempos. Indicando conformidade com o pressuposto de que não são os homens em geral que pensam, nem mesmo os indivíduos isolados, mas os homens dentro de certos grupos que elaboram um estilo peculiar de pensamento, reagindo às situações típicas de seu tempo sócio-histórico, conforme a sua posição no interior da estrutura de classes e as atividades práticas exercidas⁸¹ na esfera do trabalho, nesse aspecto, o conjunto de valores adquiridos no interior das relações sociais passadas não se apaga, mas são modulados segundo a natureza das contradições e ambivalências provocadas pelas mudanças sociais do presente. Diante dessas observações, é possível inferir que a órbita privada dos eventos que envolvem Tocantins está intimamente ligada às mudanças sociais em curso no Brasil, ela expõe como indivíduos e grupos se redefinem e se adaptam as novas condições sociais.

Nossa intenção com essa breve digressão é demonstrar que o projeto nacional desenvolvimentista se efetiva por meio do exercício prático de agentes no interior das instituições criadas para promovê-lo (SPVEA, PETROBRAS, BNDS e outras) e nas ações ordinárias de milhares de trabalhadores que se comprometeram com esse modelo de desenvolvimento.

[...] as ideologias não existem enquanto simples “sistemas conceituais” ou discursos abstratos: elas freqüentemente se materializam ou se concretizam em práticas diversas no interior da formação-social. Na realização de suas funções prático-sociais, e pretensamente teórico-explicativas, as

⁸⁰ Cabe ressaltar, que as opções políticas e culturas assumidas por Leandro Tocantins foram condicionadas pelos processos de mudanças da estrutura social do país naquele momento, entretanto não podemos reduzi-las a mero reflexo das mudanças estruturais do país. Nossa opção teórica por Bourdieu, Mannheim, Gramsci, Ficht, Bastos e Miceli visam superar esse reducionismo.

⁸¹ Sobre esse tema ver as obras de Bourdieu e Mannheim citadas ao longo do trabalho.

ideologias têm como suportes e estão inscritas em aparelhos e instituições distintos e especializados. (TOLEDO, 1977, p. 17).

A assertiva de Toledo nos permite pensar que o modelo de desenvolvimento nacional autônomo não estava inscrito somente em aparelhos e instituições, mas também na ação dos agentes que coordenavam esforços para torná-lo realidade face às condições sociais da época. Nesse aspecto, o legado institucional e político de Vargas se tornaram parte do Brasil moderno, solo no qual os sucessivos governos do país teriam que caminhar rumo ao futuro.

A atmosfera política do país, após o suicídio de Vargas em 1954, ganhou um tom conservador com Café Filho que, ao ser empossado presidente tratou de acalmar os ânimos dos oposicionistas, indicando para o Ministério da Fazenda Eugênio Gudin, defensor das políticas liberais, e para o Ministério das Relações Exteriores Raul Fernandes, alinhado à política dos Estados Unidos, sinalizando para a oposição a tendência para onde caminharia o governo.

A eleição de Juscelino Kubitschek (PSD) para presidente e de João Goulart (PTB) para vice nas eleições de 1955 fora um duro golpe para as pretensões eleitorais da UDN. Esse fato significa que herança política de Vargas continuava viva na mente das massas. Não podemos esquecer que o PSD de Kubitschek e o PTB foram fundados com a anuência de Vargas, em 1945, o primeiro de viés liberal e o segundo de viés trabalhista/reformista. Como afirma José Murilo de Carvalho, a aliança PSD/PTB sinaliza para a conciliação entre interesses. O PSD tinha sua base entre os proprietários rurais e as velhas oligarquias do interior, enquanto o PTB era um partido urbano, com forte apoio na classe operária e no aparato sindical. O governo de Juscelino foi obrigado a transigir diante dos desdobramentos da crise que liquidou o governo Vargas. Assegurava de um lado os avanços sociais para os trabalhadores urbanos mediante a manutenção da estrutura agrária e dos vínculos de subordinação dos trabalhadores rurais a ela; assegurava os

avanços e incentivos à indústria nacional mediante sua associação com o capital estrangeiro; manteve o apoio a política de massa, mas realizou um programa econômico de internacionalização dos investimentos no Brasil.

Para Miriam Limoeiro, a proposta de desenvolvimento de Juscelino possuía como meta central a valorização do homem brasileiro e a realização da grandeza nacional, nosso destino a ser cumprido. Sua luta em favor da aceleração da industrialização, e da superação dos pontos de estrangulamento da infraestrutura da economia nacional, consistia em um meio para superar o pauperismo e elevar o nível de vida do povo brasileiro, para que esse pudesse usufruir das conquistas da civilização contemporânea.

Entendido desta forma, o desenvolvimento (como prosperidade) está sempre associado à paz (como ordem e à grandeza (como destino). O desenvolvimento constitui “a mudança na rota de um País empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do mundo, o lugar que lhe cabe pela sua extensão, pela sua riqueza, pelo valor de seus filhos valor. [...] O nosso lugar entre as nações não é aquele que estamos ocupando. O que possuímos sob forma latente nos garante que consigamos atingi-lo, desde que tornemos ativas as nossas forças adormecidas. (CARDOSO, 1978, p. 97).

A paz (ordem social), a prosperidade e a grandeza são três aspectos intimamente ligados, a única via para assegurá-los é o desenvolvimento. Para Juscelino o processo de transição da economia primário exportadora é uma via legítima para alcançarmos a prosperidade, porém esse caminho rumo a nossa grandeza deve ser percorrido com ordem social.

Os aspectos centrais da ideologia do desenvolvimento tal como a concebe JK são, como vemos, a prosperidade e a ordem. Os dois se fundem no seu conceito de soberania como equivalente da autodeterminação, identificada como igualdade com os grandes Estados [...]. Para o desenvolvimentismo, num país economicamente fraco a soberania não deixa de ser precária. Somente os países que se afirmam no terreno econômico e em que vigora o regime democrático podem exercer plenamente a sua soberania. (CARDOSO, 1978, p. 98).

Nesses termos, JK está convicto de que a prosperidade, entendida como desenvolvimento, é o caminho necessário para o país alcançar a soberania. Como no mostram os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, a soberania é fruto da riqueza (prosperidade) e da estabilidade democrática promovida pelo acesso das massas aos bens produzidos pela sociedade industrial. Enquanto formos subdesenvolvidos não teremos soberania. Não cabe a discussão sobre se participação do capital internacional no desenvolvimento do país fere ou não a soberania nacional. Trata-se de aproveitar a cooperação do capital internacional para promover o desenvolvimento a tal ponto de nos tornarmos soberanos.

O projeto de desenvolvimento do governo JK parte do princípio de que a soberania é igual à prosperidade, base da democracia. O Brasil, embora subdesenvolvido, possuía organização sócio-política democrática, condição histórica para o desenvolvimento de nossas potencialidades econômicas e passo importante para alcançarmos as grandes nações, por isso precisamos mantê-la e defendê-la da ameaça da extrema miséria. Nesse sentido, a pobreza extrema é causa da instabilidade nas democracias subdesenvolvidas como a nossa, o papel do governo impedir o agravamento das condições de instabilidade face à conjuntura internacional de expansão do comunismo. Por esse prisma, os movimentos reivindicatórios acompanhados de agitação social seriam considerados subversivos, portanto contrário ao desenvolvimento e a ordem democrática, caminho para a soberania plena da nação.

O conjunto dessas ideias se concretizara no Programa de Metas, contendo 31 objetivos distribuídos em seis grandes áreas: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, símbolo da modernidade e prosperidade almejada pelo país. Para superar os pontos de estrangulamento da economia nacional o governo JK promoveu investimentos significativos na infraestrutura do país, ao mesmo tempo concedeu, por meio do BNDS, crédito à iniciativa privada nacional. Essas iniciativas não impediram o governo de assumir abertamente a necessidade de atrair o capital internacional para acelerar o processo de industrialização nacional. O

programa, também, concedia vantagens para o capital estrangeiro, permitindo dessa forma a atrair as grandes empresas multinacionais. Entre essas, vale destacar a indústria automobilística como a Ford, Volkswagem e a General Motors instaladas no ABC, região metropolitana de São Paulo.

O governo JK, ao acelerar o processo de industrialização nacional mediante a uma efetiva associação com o capital estrangeiro, promoveu ao mesmo tempo a consolidação de um estilo de vida urbano, industrial e moderno, aprofundando as contradições do modelo de capitalismo dependente.

[...] nos centros urbanos e industriais mais importantes do País, desenvolveu-se bastante a estrutura de classes sociais, com implicações políticas e culturais. A própria cultura, em sentido amplo, transformou-se de modo notável, pelo desenvolvimento de novas formas de pensar e novas possibilidades de ação. Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira a *cidade* conquistou uma segunda vitória sobre o *campo*, no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos, a “cultura da cidade”, enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. (IANNI, 1991, p. 177).

A modernização do país promovido pelo desenvolvimento associado do governo JK significou na prática o aprofundamento da dependência econômica e tecnológica do país. O traço específico da dependência nessa fase do capital monopolista, distinta da etapa liberal que vigorou no período primário-exportador, consiste no fato de que ela instituiu a dominação externa a partir da organização do mercado interno em todos os níveis da ordem social: são implantadas filiais das grandes multinacionais, introduzindo no país um novo padrão de administração e de *marketing*; propaga nos centros urbanos um estilo de vida fundado na comunicação e no consumo de massa; redefinem novos parâmetros educacionais do país; instalam novos expedientes financeiros, exigindo uma rede de instituições para lhe dar suporte;

finalmente, transplantam tecnologias que inibem toda iniciativa local. Entretanto esse processo de modernização em todas as esferas da vida urbana nacional contrastava com a manutenção da estrutura agrária tradicional, a despeito do avanço das lutas no campo com a criação das Ligas Camponesas, inspiradas no exemplo dos trabalhadores do Engenho Galiléia, em Pernambuco⁸².

O legado do governo JK e de seu Plano de Metas não alcançou o êxito propalado, o desenvolvimento associado não reduziu os conflitos e as contradições internas como postulava o governo e os órgãos públicos responsáveis pela promoção e execução do modelo. Nesse aspecto, o ISEB desempenhou papel importante, o qual não se restringe a simples porta-voz das ideologias desenvolvimentistas.

Ao contrário do que se costuma pensar, o ISEB – embora criado para tal – não se constituiu em simples porta-voz das ideologias desenvolvimentistas governamentais. Igualmente não se pode concluir que a Instituição se prestou conscientemente a forjar e difundir ideologias das (e para as) classes dominantes.

Se uma relativa autonomização da produção isebiana face ao Estado e às camadas dominantes pode ser admitida, não se deve, contudo, deixar de assinalar que a Instituição – coincidindo com aquilo que era substancial nas ideologias oficiais e dominantes - nunca deixou de postular o desenvolvimento econômico brasileiro sob moldes estritamente capitalista. E em certos autores o chamado capitalismo nacional era intransigentemente defendido, advogando-se também a adoção de formas nitidamente autoritárias para sua plena realização. Neste sentido, não se podia escamotear o estreito vínculo de classe de tais modelos. (TOLEDO, 1977, p. 181).

O ISEB e seus membros estavam atados às cisões que dividiam a sociedade brasileira, em particular os setores dominantes e classe média. As

⁸² Élide Rugai Bastos em seu livro *As ligas camponesas*, analisa as lutas e o processo de formação das ligas camponesas a partir do exemplo do Engenho Galiléia, apontando para as características distintas assumidas pelo movimento conforme a estrutura agrária da área em disputa.

análises, ideias e opiniões dos membros dessa Instituição, em larga medida, expressavam aspectos do movimento nacionalista difundido entre as classes sociais e suas frações. Não cabe aqui uma discussão pormenorizada desse tema, outros já o fizeram⁸³, trata-se de situar o ISEB no cenário das lutas do quinquênio desenvolvimentista do governo JK. Não é sem sentido que, para Toledo, ao término do quinquênio, o que se constatou foi a exata negação dos pressupostos e aspirações das metas e ideais desenvolvimentistas: ao invés de autonomia ou desalienação nacional, tem-se o estreitamento dos vínculos de dependência com o capital estrangeiro; ao invés do crescimento equilibrado e harmonioso, verifica-se que o desenvolvimento aprofundou as disparidades regionais e o processo de satelitização interna; em lugar do tão propalado benefício para todas as classes, constata-se o aprofundamento das desigualdades entre as classes sociais. Com efeito, o desenvolvimento das nações periféricas se efetivara segundo a lógica da dependência posto como resultado da própria expansão e consolidação do sistema capitalista mundial, na sua versão monopolista.

Depois de viver um século em cinco anos, o país percebeu o brilho frágil do desenvolvimentismo e que o enredo da modernização de uma economia periférica assemelha-se a um círculo de pedra no qual todo avanço significava voltar ao ponto de partida acrescida de novas contradições. O arco das alianças PSD/PDT expressava a manutenção da estrutura agrária tradicional face à modernização urbana vivida intensamente pelas massas. A intenção desse arranjo político era minimizar as contradições do campo e da cidade por meio de um jogo político arriscado de preservação/transformação, não tardaria, porém, em contribuir para as contradições emergirem com ímpeto e virulência devastadora para as pretensões políticas e econômicas do desenvolvimento voltado para todas as classes⁸⁴. O processo de

⁸³ Sobre o ISEB ver, *ISEB: fábrica de ideologia* de Caio Navarro de Toledo, *O ISEB e seu momento histórico* de Luis Carlos Marinho e *A verdade sobre o ISEB* de Nelson Werneck Sodré.

⁸⁴ Uma das contradições que exerceu um poder devastador sobre a renda média do trabalhador foi a *Inflação*. Analisada por Inácio Rangel em seu livro, *A inflação brasileira*.

industrialização chega ao limite do pacto de conciliação com a estrutura agrária tradicional. O resultado é o aumento da pressão das massas para que o Estado acelerasse as transformações necessárias para sua efetiva participação política e na riqueza nacional, cada vez mais concentrada nas mãos da classe dominante. Apesar das mudanças, quantitativas e qualitativas providas pelo Plano de Metas, não houve por parte do governo disposição em realizar as reformas estruturais.

Nessas circunstâncias, as contradições entre as aspirações de um desenvolvimento autônomo, postulados pelos setores populares, e a política econômica de associação com o capital estrangeiro, efetivada pelo Estado, tornaram-se agudas afetando de forma decisiva as eleições presidenciais de 1960.

A popularidade alcançada por Jânio Quadros, em sua ascensão política meteórica de vereador ao governo de São Paulo, o converteu no candidato das oposições. PTN/PDC/PL/PR/UDN se coligaram para dar sustentação à chapa Jânio Quadros/ Milton Campos. Pela primeira vez, desde 1945, a oposição anti-Vargas reuniu condições efetivas de eleger o presidente de república. Do outro lado da disputa para a presidência, o PSD e o PTB se uniram em torno da candidatura do general Henrique Teixeira Lott para presidente e João Goulart para vice.

Jânio Quadros venceu as eleições de outubro de 1960 para presidente com 48% dos votos e João Goulart foi eleito vice-presidente com 36% dos votos. A legislação eleitoral da época permitia o voto desvinculado, daí presidente e vice serem de chapas opostas, fato que assumira feições dramáticas na vida política nacional.

Quadros foi apoiado pela UDN, mas não pertencia ao partido e nunca se submeteu a seus ditames. Era pessoa imprevisível, que fizera carreira política meteórica e tinha grande capacidade de mobilizar apoio popular, sobretudo das classes médias. Sua vitória foi um feito pessoal e não partidário. Isto ficou evidente pelo fato de seu vice-presidente, um dos principais políticos da UDN, ter sido derrotado por João

Goulart, candidato a vice na chapa do PSD/PTB. Não fosse o carisma pessoal de Quadros, as forças varguistas teriam mantido sua tradicional hegemonia. De qualquer forma por culpa de uma legislação defeituosa, o país ficou na situação de ter um presidente e um vice-presidente eleitos por forças políticas antagônicas. (CARVALHO, 2006, p. 134).

As observações de Carvalho são corretas em apontar o caráter defeituoso da legislação eleitoral, permitindo um presidente e um vice de chapas opostas do ponto de vista político programático. No entanto é demasiadamente precipitada em atribuir a eleição de Quadros apenas as suas virtudes pessoais, como o carisma. A eleição de Jânio Quadros se deu em razão de uma conjuntura de fatores sociais e econômicos, claro que não podemos deixar de destacar sua capacidade de mobilizar um contingente significativo dos setores médios e populares com seu discurso moralizador da atividade pública e do combate a corrupção. Na verdade, o efeito mobilizador de seu discurso se realizava mediante a descrença no modelo econômico e da falta de perspectiva de parte da população. Sua eleição não pode ser explicada simplesmente por suas virtudes pessoais. Seu carisma tivera importância na proporção em que se somara ao conjunto de eventos sociais e políticos que expuseram as contradições do nacional desenvolvimentismo.

O moralismo presente no discurso de Quadros expressa setores sociais que não podem mais partilhar a esperança de favores pessoais, esses setores não se entorpecem mais pelo mito do patriarcalismo, seu novo mito é a idéia de justiça e igualdade incondicional perante a lei. Não é sem sentido que para Weffort nessa ideologia equívoca, indecisa entre seus conteúdos operários e pequeno-burguês, está um dos sinais das ambigüidades políticas de Quadros e dos que o seguiram. As Massas enquanto se integravam ao sistema do assalariado capitalista reivindicam um Estado impessoal, mas enquanto se mostram incapazes de reconhecer sua condição real de classe, só encontram meios de exprimir-se através do carisma, ou seja, através da mais irracional das formas de manifestação política. Depositam toda esperança e aspirações de mudanças políticas em uma pessoa que imaginam, dotada de poderes ilimitados.

Essa percepção de Weffort a cerca das condições sociais que possibilitaram a emergência do discurso populista de Quadros nos parece ser uma explicação mais ajustada aos processos sociais em curso naquele cenário político e social do início dos anos 60.

Empossados em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros e João Goulart, tinham frente ao governo um cenário marcado pela crise econômica, que se manifestava na diminuição dos investimentos e na entrada de capital estrangeiro no país, fatores acompanhados da redução drástica da taxa de lucro e dos altos índices de inflação. Para Furtado, esse cenário indicava o término da etapa de *substituição de importações* e a necessidade de um novo programa de desenvolvimento. Entretanto, não havia mais condições políticas e econômicas de conciliar os interesses de classes em razão da complexidade adquirida por eles durante o processo de expansão urbana e industrial da década de 50. As ambiguidades das ações e do discurso de Quadros, frente a esse cenário, expõem, como afirmara Weffort, a indecisão do seu discurso populista que oscilava entre conteúdos operários e pequeno-burgueses, o que permitiu a ele, Quadros, tergiversar sobre o moralismo popular e associar-se ao moralismo burguês.

A as condições políticas da época, nos termos da “democracia representativa” então em vigor, não possibilitavam uma decisão clara; nem permitiam mais uma atitude ambígua, como transpirava das atuações reais do governo. Em outros termos, neste nível de cogitações, pode-se afirmar que os governos de Jânio Quadros e João Goulart não estavam em condições de resolver as contradições herdadas do Governo Kubitschek. (IANNI, 1991, p. 196).

A observação feita por Octavio Ianni indica que os velhos esquemas políticos, tradicionalmente eficazes para a manutenção da ordem social, já não possuíam validade face à nova etapa de desenvolvimento em que se encontrava o país. As condições políticas que permitiram aos governos anteriores efetivarem uma política de conciliação como forma de atender aos interesses dos diversos setores, em meio ao processo de desenvolvimento, não possuía mais ressonância diante das incertezas políticas e econômicas do

início dos anos 60. Os esquemas tradicionais, de resolução dos conflitos, perderam a capacidade de minimizar as contradições entre as classes sociais tanto na cidade como no campo. A organização dos trabalhadores do campo avançara de forma significativa com as ligas camponesas, idealizadas por Francisco Julião a partir da luta dos trabalhadores do Engenho Galiléia, em Pernambuco. Para Élide Rugai Bastos, a rápida expansão do movimento agrário a partir do Galiléia, deve-se às condições políticas e sociais favoráveis e explica-se pelo fato de sua base social, o foreiro encontrar-se em via de extinção. Nas cidades, a luta de classe assumia dimensões cada vez mais complexas mediante a diversificação das atividades industriais, trabalhadores de diversos seguimentos organizaram-se para expressarem sua opinião a respeito dos processos de mudança social em curso no país. Empresários de diversos seguimentos fundaram entidades representativas para discutir e apresentar propostas, conforme os interesses do setor, junto ao governo. Essa foi um a época de intensa politização e organização política de todos os setores da sociedade.

Diante desses impasses, as medidas adotadas pelo governo Quadros, para enfrentar a crise econômica e os problemas políticos e sociais herdados do governo JK, aprofundaram as incertezas e a desconfiança geral em sua capacidade de conduzir os diversos setores sociais a um consenso sobre os rumos o qual a nação deveria trilhar. O pacote ortodoxo de estabilização econômica - envolvendo uma forte desvalorização cambial, contenção de gastos públicos, redução dos subsídios para a importação do trigo e do petróleo, medida que elevou em 100% o preço do pão e dos combustíveis - agradou aos setores conservadores da burguesia nacional e os credores internacionais, juntamente com FMI, por outro lado deixando descontentes os setores médios, a classe trabalhadora e a esquerda. Na área da política externa o governo Quadros não se alinhava à política norte-americana e nem tampouco a da União Soviética, acredita ser possível caminhar sem aderir a nenhum dos dois blocos em disputa na guerra fria. Entretanto suas iniciativas em termos de política externa causavam desconfiança nas autoridades norte americana e nos setores conservadores da burguesia nacional, como condecorar Ernesto

Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, se por um lado desagradavam os setores conservadores, por outro, agradavam setores nacionalistas e a esquerda de modo geral. A ortodoxia na política econômica e a pretensão de autonomia na política externa nos parecem uma tentativa de acomodação dos ânimos que se polarizavam em torno de duas soluções distintas para o impasse em que se encontrava o país, de lado os que postulavam uma saída autoritária via golpe para impedir que o país caísse nas mãos dos comunistas e a outra que apostava suas fichas em uma radicalização do movimento operário nos limites da revolução.

Em síntese, Jânio Quadros percebeu que não possuía o apoio do congresso para promover ao mesmo tempo um acordo político e um ajuste econômico, necessários para que o país pudesse retomar o crescimento econômico com estabilidade e equilíbrio social. As posições em matéria econômica e políticas assumidas pelo governo aumentaram a incertezas quanto ao futuro do país. Para Jânio Quadros, a pressão das circunstâncias calcinara todas as possibilidades de ajuste dentro das regras da *democracia representativa*, daí sua tentativa frustrada de conseguir poderes ilimitados do congresso por meio de um golpe.

[...] Pelo fato de não ter-se realizado com sucesso (esse foi um dos muitos golpes frustrados), tornou-se conhecido como o “episódio da renúncia” do Presidente Jânio Quadros, ocorrido em 25 de agosto de 1961. [...] a conseqüência imediata dessa situação foi o colapso da “democracia representativa” e o ensaio de ditadura. (IANNI, 1991, p. 207).

Não cabe aqui uma discussão pormenorizada sobre esse evento. O que nos interessa é o aprofundamento das tensões entre as classes sociais pela definição de um modelo de desenvolvimento em disputa, a qual conduzirá a ditadura militar. A campanha da Legalidade pela posse de João Goulart encampada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e o General Machado Lopes, reunia um contingente significativo de forças sociais progressistas em oposição a setores do exército e da sociedade civil, contrárias a manutenção da ordem jurídica que resguardava o direito do vice-

presidente, João Goulart, de assumir em caso de renúncia do presidente da república.

O fato é que a campanha da Legalidade sintetiza a polarização gradativa da sociedade brasileira entre um projeto autoritário como via para solucionar a crise econômica/institucional e afastar o perigo de uma república sindical e o projeto democrático/reformista comprometido com as reformas de base no limite da revolução social. A saída para acomodar os interesses antagônicos foi a mudança de sistema de governo para o parlamentarismo. Dessa forma João Goulart poderia assumir, mas com poderes restringidos. A fórmula não poderia durar muito no ambiente político turbulento dos anos 60. Como observara Ianni, não havia mais possibilidades de resolver os impasses daquela conjuntura via esquemas tradicionais da política brasileira.

João Goulart assumiu a presidência com moderação. Ao indicar Tancredo Neves para o primeiro gabinete procurava contornar a atmosfera de desconfiança que os setores conservadores possuíam sobre ele. Nesse sentido demonstrava apreço aos princípios democráticos afastando de si qualquer identificação com o comunismo. Isso fica evidente no tom do discurso proferido no Congresso dos Estados Unidos quando em viagem diplomática aquele país em 1962. O resultado dessa viagem foi positivo na proporção em que Goulart conseguiu financiamento para investir em obras no Nordeste, mas não desfez a imagem de desconfiança que as autoridades norte-americanas possuíam sobre o governo brasileiro.

A ambiguidade das ações do governo aprofundara as desconfianças tanto dos setores conservadores, como também dos setores reformistas, a esquerda de modo geral. Não é sem sentido que Leonel Brizola, à época, queixa-se em seus discursos das vacilações de Jango diante das reformas sociais prementes para o país avançar. A atmosfera de desconfiança e os impasses institucionais constituíam objetos de crises sucessivas no governo Jango. O presidente culpava o sistema de governo parlamentarista pela impossibilidade de tomar decisões necessárias para reverter o quadro de crise econômica e política institucional no qual o país havia mergulhado. Os setores

reformistas que gozavam de uma relativa organização atenderam o apelo de Jango - a Confederação dos Trabalhadores da Indústria e o Pacto de Unidade e Ação firmado entre PCB e a fração a esquerda do PTB - pressionaram pela antecipação do plebiscito para decidir o sistema de governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo). Acuado, diante da mobilização social, o Congresso junto com os setores conservadores do exército e da sociedade civil foram obrigados a ceder, e anteciparam o plebiscito para 23 de janeiro de 1963. “Em janeiro de 1963, cerca de 9,5 milhões de um total de 12, 3 milhões de votantes responderam “não” ao parlamentarismo. Retornava assim o sistema presidencialista, com João Goulart na chefia do governo” (BORIS, 2002; 251)

A vitória expressiva do presidencialismo significou para João Goulart o apoio necessário para realizar as mudanças esperadas pelos setores reformistas. O ministério escolhido indicava a conversão das ações do governo rumo às reformas, ao selecionar personalidades ligadas a chamada “esquerda positiva”, como Celso Furtado, no Ministério do Planejamento e San Thiago, no Ministério da Fazenda, o governo assumia uma posição mais clara para enfrentar a crise econômico-financeira. O governo precisava da adesão dos setores reformistas e ao optar por Almino Afonso para o Ministério do Trabalho, figura respeitada e de credibilidade entre a esquerda do PTB e os comunistas, deu um passo decisivo nessa direção. Por outro lado era preciso equilibrar o jogo político incorporando ao governo a ala moderada das forças armadas. Nesse sentido, o general moderado Amaury Kruehl permaneceu frente ao Ministério da Guerra, reforçado pelos oficiais nacionalistas Osvino Alves, comandante do I Exército, com sede no Rio de Janeiro, e Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul. O perfil dos ministros e do comando militar pode ser visto como uma forma de João Goulart reforçar as bases do seu governo com “dispositivo sindical” e “dispositivo militar” permitindo diminuir as desconfianças sobre seu governo.

Portanto a estratégia de Goulart era a de, através de acordos, negociações e compromissos entre o centro e a esquerda, implementar as mudanças econômicas e sociais por meio democrático. No entanto, cauteloso e conhecedor da política

brasileira, não descuidou do respaldo militar: além do amigo pessoal Amauri Kruehl na pasta da Guerra, contava com o apoio declarado dos comandantes do I e III Exército, generais Osvino Ferreira Alves e Jair Dantas Ribeiro. (FERREIRA, 2003, p. 363).

O Plano Trienal vinha corroborar a estratégia do governo de minimizar as desconfianças dos setores conservadores e da opinião pública acerca de sua capacidade para solucionar a crise econômica e institucional na qual o país havia mergulhado. Se a escolha dos ministros citados acima dava um tom de centro esquerda às ações do governo, o Plano Trienal caminhava em sentido contrário, centro direito do espectro político do período. A intenção do governo de minimizar a desconfiança dos setores conservadores e dos credores internacionais, principalmente norte americanos, desagradou profundamente à esquerda nacionalista. As atitudes dúbias assumidas pelo governo Goulart caminharam rumo à polarização da sociedade e ao isolamento do governo.

Nesse cenário em mudanças sociais profundas, o governo Jango tateava em busca de uma fórmula capaz de permitir certa estabilidade institucional, tal qual a fórmula do modelo tradicional de política desempenhara nos governos passados. A sociedade civil nacional já se encontrava em um grau de segmentação bastante elevado, em razão da organização das diversas atividades profissionais em sindicatos ou associações, da mesma forma que a burguesia organizara-se em entidades ou fóruns que representavam determinado segmento da indústria, comércio ou atividade agrária. Esse elevado grau de segmentação da sociedade civil impossibilitava as ações conciliadoras do governo em moldes passados. A mudança de perfil da sociedade civil no plano interno, associada à política externa norte

americana⁸⁵, modulavam as ações políticas de indivíduos, grupos e classes sociais em luta pela definição de um projeto de desenvolvimento.

Diante das injunções externas, configuradas na política norte-americana da *aliança para o progresso*⁸⁶, e internas - resultado do esgotamento do modelo de substituição de importação e da incapacidade institucional da democracia formal incorporar os setores médios e populares na esfera decisória sem perturbação da ordem. Assumindo o compromisso com as reformas de base, o governo João Goulart, fragilizado e isolado, deu um passo decisivo em busca de uma reaproximação com forças sociais de centro-esquerda. A denominada “Reforma de Base” constituía um conjunto de intenções básicas que atacavam a raiz dos problemas sociais e econômicos brasileiros. Destacava-se no âmbito social a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma educacional entre outras, na esfera econômica sobressaía-se a reforma cambial, a reforma bancária e a reforma fiscal e tributária.

No início de março de 1964, o clima político tornar-se-ia bastante difícil para o governo. A radicalização política assumiu proporções preocupantes para a manutenção da ordem democrática, particularmente com o anúncio da realização de um comício no dia 13 daquele mês na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Com o evento, a aliança do governo com os movimentos sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB, foi selada. O pacto, na avaliação de Lucília de Almeida Neves era uma derradeira tentativa de se buscar um caminho reformista para a nação brasileira. (FERREIRA, 2003, p. 383).

⁸⁵ Em 1963 o governo norte-americano e o FMI, em atitude intransigente, bloquearam todos os créditos ao Brasil, exigindo um duro plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas expropriadas por Brizola. Ferreira 368

⁸⁶ Aliança Para Progresso consistia em um programa de colaboração dos E.U para promover o desenvolvimento dos países latino-americanos. Na verdade, era uma estratégia norte-americana para impedir o avanço comunista após a revolução cubana de 58.

A polarização entre os setores da esquerda nacionalista e os setores conservadores assume modulações distintas em termos de unidade programática de ação capaz de conferir direção às intenções de ambos os polos. Em outros termos, o pólo nacional-desenvolvimentista era constituído por uma heterogeneidade de forças (Frente de mobilização Popular - FMP, Frente Parlamentar Nacionalista - FPN, CGT⁸⁷, UNE, UBES, Ligas Camponesas, Movimento dos Trabalhadores Intelectuais - MTI, socialistas, comunistas e outros grupos organizados), essa pulverização dificultava qualquer tentativa de uma ação programática comum. Por outro lado, o polo conservador conseguiu superar a heterogeneidade de interesses da burguesia e dos militares por meio da articulação entre três instituições: Escola Superior de Guerra (ESG), Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Esses três órgãos promoveram, de forma extensiva e intensiva, palestras, cursos e seminários, pelos quais moldaram a força social empresarial em um bloco burguês de poder, a despeito de interesses distintos de seus vários segmentos.

A partir da ESGP e de órgãos como o Instituto de pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o instituto Brasileiro de Ação democrática (IBAD), financiado pela Cia, foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico. À medida que o governo Goulart se radicalizava e se instabilizava, afirmava-se nos círculos associados da ESG-IPES-IBAD a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço do comunismo. (FAUSTO, 2002, p. 249).

Na avaliação de Jorge Ferreira o IPES - criado e dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva, em 1962 e financiado por empresas norte-americanas, européias e da CIA – teve um papel relevante na aproximação com a ESG e com o IBAD, de tal forma que conseguiram a adesão

⁸⁷ O aumento do número de greves, 173 somente no ano de 63, no setor público e privado indica uma intensa mobilização da classe trabalhadora, Mas ao mesmo tempo expõe sua incapacidade de unificar suas ações em torno de greve geral.

significativa de empresários, da classe média e da ala conservadora da igreja católica durante os anos que antecederam o golpe civil-militar. Utilizando argumento semelhante, Sonia Regina de Mendonça assinala a relevância daquelas três instituições para a articulação de militares e empresários numa cruzada contra o comunismo. Por meio do tripé (ESG-IPES-IBAD) conseguiram aliar os princípios da doutrina da segurança nacional a uma sólida campanha de mobilização da opinião pública contra o comunismo, produzindo, assim, uma atmosfera propícia ao golpe e amealhando ao mesmo tempo o apoio de setores sociais alheios ao pacto entre militares e empresários.

No conjunto das ações do pacto civil-militar formulado e coordenado pela ESG-IPES-IBAD os setores da burguesia industrial e financeira assumiram um papel proeminente na execução e condução do golpe. Convém assinalar que os setores agrários faziam parte do arco de alianças do pacto, sem, contudo, possuir a força política que tivera no passado.

[...] a participação crescente dos empresários e grupos empresariais – nas decisões políticas e no próprio exercício do poder – já vinha sendo recomendada e posta em prática em anos anteriores. Em certo sentido, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto de Ação democrática (IBAD) cristalizaram essa participação. (IANNI, 1988, p. 164).

O resultado da ação política dos empresários, associado aos militares, foi a ruptura com o populismo, ou melhor, com a política de massa e todo e qualquer legado getulista. Consistiu no abandono, por completo, do modelo de *desenvolvimento nacional* que preconizava a independência política e em certo grau uma autonomia econômica do país. Em seu lugar os ideólogos do golpe entronizaram a *ideologia da modernização*. Essa consistia, como afirmavam os militares, em substituir o “*complexo de inferioridade*”, inerente ao nacionalismo, por um “*complexo de superioridade*”, inerente à formulação oficial da doutrina de *interdependência*. Nesse sentido, para Octavio Ianni a doutrina da *interdependência* e a política de *reversão das expectativas* transcendem a esfera econômica e projeta-se na órbita política e cultural,

concluindo assim, que o golpe civil-militar representou uma alteração significativa na estrutura política e cultural do país para além do econômico. Em âmbito mais largo, é a contrapartida interna da *interdependência* ou modernização conservadora levada a termo pelos governos militares a partir de 1964.

Cabe, enfim, duas indagações: qual o lugar ocupado por Leandro Tocantins na sucessão de eventos que marcaram o processo de transformação do Brasil moderno dos anos 50 e 60? E em que proporção esses eventos condicionaram suas formulações de modernidade e tradição?

Como as duas questões estão intimamente articuladas, nos parece que uma aproximação a primeira responde em parte a segunda. Ao recuperarmos a chegada de Tocantins no Rio de Janeiro em 1947, podemos vislumbrar de modo geral o conjunto de relações sociais que estão na base de suas opções e adesões em termos políticos e culturais. Tendo em vista que suas inquietações pessoais são suscitadas em meio ao mal-estar público derivado das lutas por um projeto nacional de desenvolvimento em sua época. Não podemos separar arbitrariamente, como assinala Wright Mills, a vida individual das grandes instituições dentro das quais ela se realiza e das lutas entre as classes sociais para definir suas formas de atuação na esfera públicas.

É importante assinalar que a segunda fase de sua formação, no Rio de Janeiro, não implica numa simples sobreposição a primeira, o próprio autor declara “*minha formação espiritual – em sua primeira fase, talvez a mais decisiva – ocorreu na Amazônia: do Acre ao Pará*” (TOCANTINS, 1969; 14). Assinalando, dessa forma, que os valores internalizados no passado serão modulados diante de suas experiências no Rio de Janeiro.

Ao chegar a Capital Federal no final dos anos 40, Leandro Tocantins se depara com um ambiente de intenso debate político e cultural do qual tomará consciência por intermédio de seus professores do colégio Pedro II e da faculdade de Direito, da Universidade do Rio de Janeiro.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro. Já trazia marcado o meu destino. Frequentei o Colégio Pedro II; Pedro Calmon, Manoel Bandeira, Nelson Romero, Raja Gabaglia foram meus professores. Na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro ouvi Pedro Calmon, Santiago Dantas, Haroldo Valadão, Olavo Bilac Pinto, Hanemahn Guimarães, Arnaldo Medeiros da Fonseca, Demóstenes Madureira Pinho, José Carlos Sampaio de Lacerda, José Ferreira de Souza, Hélio Gomes, Benjamim de Morais Filho, José Carlos Matos Peixoto, José Bonifácio de Andrade, Agnaldo Costa. Uma reunião que foi, na época, singular montagem de Talentos. (TOCANTINS, 1993, p. 212).

O ambiente universitário frequentado por Tocantins, a época, não estava isento aos debates públicos acerca do modelo de desenvolvimento que o país deveria adotar. Seus professores estavam divididos entre os que assumiam posições conservadoras em defesa do modelo primário exportador, os que defendiam a intervenção do Estado para promover a industrialização, posição próxima ao do nacionalismo de Vargas e os que defendiam o modelo de desenvolvimento associado ou interdependente de feição autoritária, pois não aceitavam a participação das massas na esfera de decisão política, cabendo as decisões às elites do país. Nessa atmosfera acadêmica de centro direita, o modelo socialista era anátema comum às posições políticas existentes entre os professores. É óbvio que Leandro Tocantins não explicita esse fato nas diversas vezes em que reconstitui o ambiente de sua formação universitária, mas é possível inferir a partir de seu discurso. (TOCANTINS, 1984)

Estudante de Direito entre os anos de 1948 a 1952, Tocantins exerceu a função de Bibliotecário na Fundação Brasil Central, a convite do Ministro João Alberto Lins e Barros, e a de auxiliar da Secretaria da Presidência da República, no Governo do Marechal Dutra. Durante esse período, ainda como estudante de Direito, escreveu *O Rio Comanda a Vida*, publicado em 52. Ano decisivo para sua aspiração a um cargo público e pretensão nas letras. Recém-formado, é indicado ser advogado da Caixa Econômica Federal e ao mesmo tempo publica *O Rio Comanda a Vida* (TOCANTINS, 1969; s/n). Em um cenário de intensa discussão sobre a integração da Amazônia, o livro sensibilizara o amigo da família, Hugo Carneiro, deputado federal pelo Estado

do Acre, e Rômulo de Almeida, economista bairro assessor no gabinete civil de Vargas. O livro e a rede de relações o conduzirão ao Palácio do Catete para um encontro informal com Getúlio Vargas, esse acontecimento será decisivo para que Arthur Cezar Ferreira Reis convide Tocantins para assessorá-lo na recém-criada SPVEA. Anos mais tarde, Tocantins recordara que por meio das páginas de *O Rio Comanda a Vida*, dividira experiências sobre a Amazônia com os membros da comissão criada por Vargas para elaborar o projeto da SPVEA. Comissão presidida por Rômulo de Almeida e tendo como secretário executivo o Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, com quem selara uma amizade intelectual profunda. Tudo graças ao seu ímpeto quase juvenil de escrever suas impressões profundas sobre a região. A Amizade com Arthur Cezar se tornará perene com o convívio diário durante os anos de 53 a 56 frente à SPVEA (TOCANTINS, 1972; 24/354)

Após a experiência na SPVEA, Tocantins retorna em 1956 a Caixa Econômica Federal, agora como procurador dessa instituição. Em seguida foi transferido para o Ministério da Justiça onde permaneceu até o final de 1957, de onde saiu para fazer um curso de Planejamento Regional e de Administração Pública, na Universidade de Vanderbilt (Nashville, Tennessee) nos Estados Unidos. Concluindo o curso no final de 1958 retorna ao Brasil. Inscreve-se no curso da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1959 na turma Clóvis Bevilacqua.

[...] estagiei durante meio ano nos Estados Unidos, em Universidades, instituições governamentais, ONU. Foi um impacto memorável no meu espírito essa experiência [...]. Regressando ao Rio de Janeiro, cursei a Escola Superior de Guerra. Exerci várias funções: representante do governo do Amazonas no Rio de Janeiro (governador Arthur Cezar Ferreira Reis), assessor do ministro da justiça, professor Luiz Antonio da Gama e Silva, adido cultural à embaixada do Brasil em Lisboa. [...]. Assessor do presidente do Conselho Federal de Censura, diretor da Embrafilme, diretor da Embratur. Aposentei-me recentemente no cargo de assistente jurídico do Ministério da Cultura (governo Sarney). (TOCANTINS, 1993, p. 213).

Experiências que serão decisivas para sua adesão a proposta autoritária para resolver os impasses e as contradições a que chegara o nacional desenvolvimentismo com sua política de massa. Ao mesmo tempo, o relato de Tocantins sobre sua trajetória torna-se uma chave compreensiva de suas concepções de tradição e modernidade, na justa proporção em que o localizamos no interior dos processos históricos de mudança social em curso no país, naquele período. Assinalando, dessa maneira, sua conversão a modernização conservadora pós 64.

Sua aproximação intelectual e profissional com Arthur Cezar Ferreira Reis demonstra uma afinidade em termos de interpretação da formação sócio-histórica da Região Norte e os impasses decorrentes de sua integração ao corpo da nação⁸⁸, exigindo a tomada de uma consciência nacional em torno da problemática amazônica. Do ponto de vista político, ambos compartilham a idéia de que no Brasil domina a politicagem, desvirtuada da essência da verdadeira política da busca do bem comum sem partidizar as ações do Estado. Não é sem sentido que Arthur Reis dirá a propósito de sua escolha para governar o Amazonas em 1964: “ademais, à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de quem não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União. (1967). Esse modo de perceber a política está próximo do argumento assinalado por Tocantins a seguir.

[...] se a política me atraísse é certo que escolheria a democracia social, que se aproxima de minhas aspirações humanas e cristãs [...]. O escritor deve preservar seu ponto de vista e não usar sua arte a favor de ideologias. Participação espiritual, sincera, comovente, ajuda humanitária. Não acredito numa literatura política. Existir, já é a nobreza da literatura, engajá-la seria um desvio. Valorizar o ideal de ser útil ao país e a sociedade, feito em moldes compreensíveis, humanos e culturais. Deus me poupou da dissonante mentalidade que só aspira a conveniência com o poder. Não desdenho do poder,

⁸⁸ Essa problemática está presente nas formulações intelectuais da maior parte dos autores do extremo norte. Desde o livro clássico de Araújo Lima, passado por Samuel Benchimol, até Armando Mendes.

mas o poder me causa tédio, sobretudo sua utilização. Gosto de realizar⁸⁹. (TOCANTINS, 1993, p. 215).

Tocantins assinala, adiante, os objetivos do governo do Amazonas no período em que Arthur Cezar assumiu a direção do Estado em 64, “a obrigação do governo é corrigir as distorções, modificar a noção do que seja administrar a coisa pública, sem a lamentável identificação com os interesses personalistas, ou de grupos associados para a exploração dos recursos do Estado em causa própria” (1972; 343). Esse modo de ver a política permite compreender, em certa proporção, a posição assumida por Tocantins e Arthur Reis frente às lutas políticas dos anos 50 e seu desfecho com golpe civil-militar em 64. Não se trata da posição de dois intelectuais isolados, mas de posições adquiridas nas relações sociais estruturadas na qual estavam envolvidos. Embora ambos tenham participado do governo Vargas, não compartilhavam os ideais do desenvolvimentismo autônomo e não viam a política de massas como algo positivo, viam essa como uma degeneração do verdadeiro sentido da política.

Se retomarmos a trajetória de Leandro Tocantins descrita por ele na página 54, podemos inferir que tanto ele como Arthur Cezar Ferreira Reis estiveram gravitando em torno do núcleo militar-civil anticomunista e defensor de um modelo de desenvolvimento associado, em oposição ao desenvolvimento autônomo e a política de massa. Esse fato fica explícito na introdução do livro de Arthur Cezar Ferreira Reis *Como governei o Amazonas*, segundo ele, durante o período que esteve à frente do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia entre 56 e 58, participou ativamente dos preparativos para a solução revolucionária de caráter conservador, que esteve a deflagrar por mais de uma vez, para por fim a desordem e o desatino que havia absorvido a vida pública brasileira. Entretanto, não existia atmosfera objetiva

⁸⁹ A posição assumida por Tocantins nessa passagem guarda certa semelhança com a percepção que Ortega Y Gasset, Mannheim e Gottlieb Fichte possuíam a cerca da missão do erudito.

nos anos cinquenta, para justificar uma ruptura institucional autoritária (REIS 1967; 9-11). O depoimento de Arthur Cezar coincide com a época em que o então Coronel Golbery do Couto e Silva articulou, em conjunto com membros das forças armadas e da sociedade civil, um golpe, frustrado em suas intenções, esse grupo continuou sua cruzada anticomunista e contra a política de massas. Aposentado em 1961, como General, Golbery apoiado pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a direção do IPES em 1962, financiado por empresas privadas e a CIA em suas atividades.

Vale lembrar que em meio aos processos de mudança social, marcado pela luta em torno de um projeto nacional de desenvolvimento, havia no âmbito das relações privadas e de classe um ponto de intersecção entre: Tocantins, Artur Cezar e os militares pró Estados Unidos, a saber, o General Syzeno Sarmiento⁹⁰.

Ao seu tempo de estudante ginásial Arthur Reis esteve ao lado de Arnaldo Rebello, João de Paula Gonçalves e **Sizenó Sarmiento**, entre outros, no Colégio Pedro II. Nesse período, Manaus que vivera o encanto do crescimento econômico, experimentava os sintomas de uma grande crise da borracha. (BRAGA, 2006).

Coincidência ou não, Leandro Tocantins cursou a ESG em 1959 na turma do General Syzeno Sarmiento (Disponível em: <<http://www.esg.br/wordpress/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1959/>>. Acesso em: 15 maio 2012), com o qual Arthur Cezar sempre guardou laços de amizade. Sarmiento fez parte do seleto grupo de generais que exerceram influência sobre o regime militar, comandou o 1º e 2º Exército gozando de prestígio suficiente para ser cogitado a suceder Costa e Silva em razão da enfermidade que o acometera em 69.

⁹⁰ Sizenó Sarmiento lutou na segunda guerra e fez parte da cúpula militar durante o período da ditadura. Foi comandante do 1º e 2º Exército sediado no Rio de Janeiro e São Paulo durante os anos de 68 e 69 respectivamente. Além de Interventor federal no Amazonas entre 46/47.

Para Sarmiento “não há Poder Civil nem Poder Militar, mas Poder Nacional, o Poder do Povo; civis e militares têm de lutar contra a subversão e a corrupção e em favor do desenvolvimento”. (Disponível em: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_17091969.shtml). Acesso em: 15 maio 2012, grifo nosso).

Sua percepção do papel que cada um deveria desempenhar para o engrandecimento da nação indica uma aproximação com a idéia compartilhada por Tocantins e Arthur de que no exercício de suas atividades, estiveram sempre a serviço da nação sem partidatismo político e desvinculado de qualquer interesse de grupos. Nos livros *Vida, cultura e ação* e *Rotina e dinâmica na vida brasileira*, Leandro Tocantins e Arthur Cezar respectivamente assinalam que o regime vigente a partir de 64 veio para corrigir os excessos da vida política nacional, assegurando a continuidade no tempo e no espaço da ordem, característica da sociedade brasileira, pacificando a multidão inquieta e conduzindo-a, não para a desordem, mas para a dinâmica criadora e realizadora dos interesses de toda a nação. Suas raízes fincadas no extrativismo parecem predispor-los a aderir ao bloco conservador, formado por empresários, militares, frações da classe média, setores agrários tradicionais e a ala conservadora da igreja católica. A opção política de viés conservador, assumida em meio às lutas pela definição de um projeto nacional de desenvolvimento, possui um desdobramento no âmbito intelectual na proporção que suscita uma interpretação dos processos sócio-históricos de mudança semelhante às formulações dos intelectuais oriundos dos setores agrários tradicionais, cuja expressão mais acabada reside em Gilberto Freyre. Não é sem sentido que para Freyre a tradição se atualiza diante das mudanças indicando um modo de ajustar a ordem passada as necessidades do progresso

Gilberto Freyre quer mostrar como a ordem pretérita é constitutiva da ordem presente através das relações sociais, das atitudes de vida e dos modos de pensar, explícitos, submersos ou latentes que sobreviveram as mudanças (BASTOS, 1986, p. 67).

No mesmo sentido assinalado por Élide Rugai Bastos, Tocantins e Arthur Cezar expõem argumentos semelhantes sobre o processo de atualização do passado como meio de nos transformarmos com equilíbrio, sem rupturas com as tradições que nos atam a uma ordem social estável.

É preciso vivermos integralmente o espírito de nossa época, alcançarmos sua realidade mais íntima, e extrairmos do passado as lições, os exemplos, os valores que sejam válidos e eficazes para a aventura que vivemos no presente e sua projeção para o futuro. (TOCANTINS, 1969, p. 13).

Uma nação constrói-se, ao longo do tempo, pelo esforço bem conduzido e coordenado de seus filhos, que lhe asseguram a continuidade, visando o futuro, mas sem ignorar e preservar o passado, que é lição permanente a significar a ação dinâmica dos que a promoveram antes (REIS, 2000, p. 19)

Ao longo do exercício de suas funções públicas, Leandro Tocantins e Arthur Cezar expõem as redes de relações e as opções políticas que permitiram a eles assumirem um papel diretivo-organizativo na esfera política e cultural regional e nacional. Um breve olhar sobre a trajetória de Tocantins é revelador: Bibliotecário da Fundação Brasil Central, indicado pelo ministro João Alberto Lins de Barros⁹¹, Auxiliar de gabinete da do presidente Dutra, Advogado da Caixa Econômica, Assessor na SPVEA, Procurador da Caixa, Curso de desenvolvimento regional nos Estados Unidos, Curso na ESG, Assessor do Ministério da Indústria e Comércio, representante do Amazonas no Rio de Janeiro, Assessor do ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, Adido Cultural em Portugal, assessor da Embrafilme e da Embratur.

⁹¹João Alberto Lins de Barros nasceu em Recife, no ano de 1897 e faleceu no Rio de Janeiro em 1955. Ingressou na Escola Militar de Realengo em 1919. Participou da preparação do primeiro levante tenentista de 1922, embora não tenha tomado parte da insurreição diretamente. Foi um membro ativo no levante de 1924 e da Coluna Prestes. Apoiou Getúlio Vargas em 1930 que o nomeou Interventor Federal em São Paulo. Tornou-se amigo de Getúlio Vargas assumindo diversas funções em seu governo, foi um dos idealizadores da Fundação Brasil Central, local onde Tocantins trabalhou como Bibliotecário. Sua relação íntima com o governo Dutra permitiu a ele indicar Tocantins para assessoria do Gabinete Civil da presidência. João Alberto Lins de Barros teve um papel relevante na vida política nacional durante a primeira metade do séc. XX. (http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/joao_alberto)

Cargos obtidos em razão de sua competência técnica e da rede de relações sociais ameadas ao longo dos anos entre as frações de classe dominante que guardavam as mesmas concepções políticas. Fato que nos remete à esfera do papel dos intelectuais durante os processos críticos de transformação do Estado a partir da ruptura oligárquica de 1930.

4.3 OS INTELECTUAIS E O ESTADO NO BRASIL (1930-1960)

Não pretendemos nesse tópico discutir de forma exaustiva o problema da relação entre os intelectuais e o Estado brasileiro. Trata-se de apontar um conjunto de problemas suscitados pela posição ocupada por Tocantins no exercício público de suas funções, dadas a rede de relações estabelecidas e o trânsito adquirido entre membros influentes do alto escalão do setor público, proporcionado pela publicação de *O Rio Comanda a Vida*. Essas duas condições conferiram um grau de distinção permitindo a ele assumir determinados cargos públicos. Além dessas duas condições, os argumentos de Tocantins nos levam a outro ponto de inflexão interpretativo, a noção de *missão*⁹². Portanto, nossa intenção é situar o problema a partir da noção de *interesse* e de *missão* que no nosso modo de ver não são excludentes.

Partindo das observações formuladas por Sergio Miceli em *Intelectuais à Brasileira* e as formuladas Octavio Ianni em *Estado e Planejamento no Brasil*, constatamos que entre 1930 e 1964 as sucessivas reestruturações do aparelho do Estado possibilitaram a emergência de um conjunto de ministérios, autarquias, fundações, conselhos e órgãos federais. Esse reaparelhamento institucional do Estado brasileiro, no dizer de Miceli, criou um mercado de postos de públicos preenchido segundo os interesses de legitimar o novo bloco de poder.

A criação de instituições como o Conselho Nacional do Café, o Instituto do Cacau da Bahia, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Mate,

⁹² Se de um lado Sergio Miceli nos fornece noção de *interesse* (articulados no plano teórico explicativo com os conceitos formulados por Bourdieu e Elias) de outro Elide Rugai Bastos e Daniel Pécaut nos proporciona a noção de *missão* (associadas à produção intelectual de Mannheim, Ortega & Gasset e outros).

Instituto Nacional do Sal, o Instituto Nacional do Pinho, a Fundação Brasil Central, o Serviço de Expansão do Trigo, o Banco de Crédito da Amazônia, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia estavam fundados em problemas concretos que precisavam da ação coordenadora do poder público para ajustá-los ao novo ciclo de desenvolvimento nacional. Dessa forma, o governo pós-30 valorizava as atividades econômicas das diversas regiões do país, incorporando-as ao momento político e econômico vivido pelo Brasil. Concomitante ao processo de institucionalização de órgãos públicos federais surge a necessidade de um quadro técnico de funcionários para geri-los. Como ao governo era facultado à indicação⁹³ para o preenchimento dos cargos de direção nesses institutos, superintendências e fundações, foram convocados para preenchê-los os intelectuais ligados ao círculo do poder regional, reconhecidos pelo notório conhecimento dos problemas que afetavam suas regiões de origem e gozando de prestígio e distinção entre os setores dominantes regionais e nacionais.

É possível inferir - a partir da leitura de Ianni, Miceli, Diniz e outros - que por um lado o governo reduziu o poder das oligarquias locais por meio de um processo de centralização política e administrativa do Estado brasileiro; e por outro concedeu aos herdeiros das oligarquias regionais, letrados e portadores de diplomas universitários, os postos-chaves nas instituições públicas federais responsáveis pela condução da política de incentivo ao desenvolvimento regional. A Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia pode ser vista nesse quadro geral como um exemplo, a escolha de Arthur Cezar Ferreira Reis para dirigi-la deveu à sua condição de profundo

⁹³ Em 1967, a sexta Constituição do Brasil, elaborada por juristas “de confiança” do regime militar, validou a obrigatoriedade do concurso público para o ingresso em todos os cargos, exceto para os cargos em comissão (cargos de confiança) - norma mantida pela atual Constituição. O concurso público surgiu no País com a Constituição de 1934. Era exigido para os cargos iniciais dos que fossem organizados em carreira. O instituto tomou a forma atual na Constituição de 1967, sendo exigido para todos os cargos públicos, exceto os de livre provimento e exoneração, chamados cargos em comissão.

conhecedor da formação sócio-histórica da região e o prestígio que guardava entre as elites políticas do Amazonas e do Pará. No posfácio a quarta edição de *O rio comanda a vida* Leandro Tocantins ilustra com clareza esses mecanismos

Vargas, em conversa com o professor Arthur Cezar Ferreira Reis, declarou que para vencer a inação do Legislativo tomara essa diligência. O problema amazônico, dizia ele, não mais comportava adiamentos. E concluiu: “os políticos corvejam o cargo de Superintendente do órgão. Não quero e nem devo transformá-lo em trampolim de interesses partidários ou pessoais. Por Isso, escolhi o senhor, que não é político. Tirou-me de uma grande dificuldade. Quando eu me fixava num nome amazonense, os paraenses vetavam, e os amazonenses faziam o mesmo em relação ao nome paraense. O senhor conciliou a opinião da bancada dos dois estados.” (TOCANTINS, 1972, p. 354-355).

Se tomarmos como pressuposto a noção de *interesse*, a imagem de Arthur Cezar Ferreira Reis desvinculada da política e dos partidos, seria produto de uma estratégia para preservar ou alcançar uma posição entre as elites dirigentes. Convém salientar que a despeito dessa imagem, descrita por Vargas, Arthur Cezar defendia um modelo de Estado forte e centralizador capaz de propor políticas de desenvolvimento regional a fim de reduzir as desigualdades entre as regiões do país (REIS, 1965). Portanto, a imagem pública de um homem avesso à política esconde as ambivalências de suas práticas políticas sub-reptícias em torno de uma articulação golpista, juntamente com setores conservadores. Fatos descritos por Arthur Cezar em seu livro *Como governei o Amazonas*.

O ingresso no serviço público permitiu aos herdeiros dos ramos empobrecidos da classe dirigente resgatar o declínio social a que se viam condenados assumindo diferentes tarefas na divisão do trabalho de dominação. (MICELI, 2001, p. 200)

Coordenar as ações do poder público federal para esses intelectuais consistia em um ajuste pedagógico as mudanças modernizadoras no âmbito da burocracia estatal. O meio pelo qual se realiza esse ajuste é o discurso

nacionalista, de tal forma que a produção intelectual de Tocantins busca ao mesmo tempo o reconhecimento social e a realização de uma missão internalizada desde tenra idade quando leu Olavo Bilac e Gonçalves Dias no distante seringal; passando pelas leituras no Colégio Marista em Belém até a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro.

As posições assumidas por Tocantins e Arthur Cezar estão muito próximas ao do conjunto dos intelectuais que de alguma forma desempenhara papel significativo na vida política e cultural da região. Se passarmos em uma rápida revista entre os nomes mais significativos da vida política/cultural, da Região Norte, constataremos que a maioria estava imbuída de um espírito comum. Possuíam origem familiar nos grandes proprietários de seringais, comerciantes, funcionários públicos (magistrados, professores) e da oficialidade do exército; assumiam uma posição antiliberal diante da necessidade de uma ação política por parte da União para retirar a Amazônia do abandono em que se encontra após o declínio da borracha; criticavam o federalismo que fragilizava a unidade nacional em defesa de um nacionalismo e de um estado forte capaz de reduzir as desigualdades regionais e promover a integração nacional. Basta citar os casos de Araújo Lima, Alfredo da Matta, Arthur Cezar Ferreira Reis, Álvaro Maia, Djalma Batista formados em Direito e Medicina (engenharia eram exceções a época) desempenharam um papel relevante na esfera pública local e nacional. As contribuições desses intelectuais ultrapassam suas áreas de conhecimento específico, o Direito e a Medicina, são estudos que procuram compreender a formação social, política e econômica da Amazônia, levando em consideração do ajuste do homem ao seu meio físico. São na verdade respostas aos estigmas imputados à região, suas pesquisas se contrapõem aos detratores do clima e meio físico da região como impróprios a civilização. A conclusão a que chegaram é que o atraso econômico da região não era obra da natureza e sim resultado dos processos históricos de sua formação.

O que nos parece fundamental é a solução apontada para superar os problemas regionais por eles identificados. Todos compartilham a idéia de que

para superar os entraves regionais é necessário um estado forte, centralizador e indutor de uma ação política efetiva. Por meio do Direito ou Medicina acreditavam poder contribuir para modificar o quadro social e político regional e nacional, portanto as aspirações a um cargo público faziam parte dessa missão. Isso não os isenta do jogo da conveniência assinalado por Miceli como meio de alcançar estabilidade financeira, de garantir o exercício da literatura, do jornalismo ou mesmo de outra atividade intelectual. Não é sem sentido que Djalma Batista indica em seu ensaio *Cultura Amazônica* necessidade dos escritores locais possuírem um cargo público para se manter.

[...] como escritor, propriamente, ninguém vive nessas bandas: até os jornalistas militantes, em sua maior parte, tem encontros no funcionalismo, exercendo com o periodismo quase um *hobby*. Portanto, primo vivere... (BATISTA, 2003, p. 82-82).

Em proporção distinta, os argumentos de Djalma Batista parecem confluir para as observações feitas por Carlos Drummond a respeito da relação entre escritores e empregos públicos no Brasil.

O emprego do Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é a condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectivas de ócio absoluto [...]. Observe-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos. (DRUMMOND, 1964, p.658-9 apud MICELI, 2001, p. 196). Citação direta obrigatório ano e numero de paginas.

Os argumentos de Carlos Drummond de Andrade, assinalados por Miceli permitem observar que o campo literário, e de forma geral o intelectual, não gozava de autonomia, capaz de proporcionar aos escritores e intelectuais brasileiros viverem exclusivamente da produção literária ou da atividade intelectual. Na verdade a produção literária ou intelectual constituía um investimento que rendia reconhecimento e prestígio, proporcionando ao escritor ou ao intelectual acesso a cargos públicos. Nesse mesmo sentido Otto Maria Carpeaux assinala que

A literatura, que no Brasil não dá para viver a ninguém, não raramente é recurso eficaz para ascensão social; recurso engendrando uma coorte de carteirinhas, adesionistas [...]. É catch-as-catch-can para pertencer à classe dirigente. (CARPEAUX, 1979, p. 165-166).

Ao longo de sua trajetória, Tocantins assinala momentos que estão intimamente articuladas às questões e problemas expostos acima. A primeira no prefácio da 4ª edição do *O Rio Comanda a Vida* (1972; 25) ao afirmar que o livro foi seu passaporte para assessorar Arthur Cezar em 1953 na extinta SPVEA. A segunda em uma passagem de suas memórias juvenis, na qual assinala suas aspirações: “*o curso de Direito, as livrarias, as grandes figuras da literatura, todo o aprendizado que a fortuna pode me oferecer no Rio de Janeiro para chegar à condição de escritor, idealizado, também, o clássico emprego no serviço público federal*” (TOCANTINS, 1993). O segundo argumento expressa o sonho juvenil de ser um escritor reconhecido, mas que precisaria de uma estabilidade financeira para levar adiante o exercício da literatura, o caminho mais curto é o clássico emprego público. Condição fundamental para a um jovem oriundo de setores extrativos decadentes permanecerem entre os novos setores dominantes em meio às mudanças sociais que desloca o centro de poder político. Esses momentos apreendidos por meio da noção de *interesse* nos revelam aspectos significativos da relação entre os intelectuais e o Estado, mas que de modo algum esgotam a natureza daquela relação, a compreensão alcançada por ela pode se ampliada por meio da noção de *missão*.

Nesse sentido, as sugestões formuladas nos trabalhos de Élide Rugai Bastos nos levam a uma aproximação do problema por outro ângulo, sem, no entanto invalidar a posição de anterior. Daí porque acreditamos que a diferença entre ambas corresponde a atitudes cognitivas não excludentes, permitindo uma aproximação no sentido de ampliar o horizonte da compreensão. Nesse mesmo sentido, Daniel Pécaut assinala que as convicções políticas não são ditadas apenas pela conveniência de acesso aos empregos, como também a circunstância de serem herdeiros sem heranças não basta para

explicar porque esses intelectuais se sentiam investidos de uma missão política (PÉCAUT, 1990). Se a noção de *interesse* não explica integralmente o processo de formação e o papel ocupado pelos intelectuais, não é em razão de um falseamento da realidade, mas sim das múltiplas determinações conferidas à realidade do processo de formação dos intelectuais no Brasil. Por esse motivo a *missão* torna-se um recurso heurístico valioso para a compreensão do pensamento social, sem o reducionismo de excluir outras matrizes interpretativas.

As formulações de Mannheim, Fichte, Ortega y Gasset e Pio Baroja e outros são referências capazes de elucidar dimensões do problema para além das estratégias e do interesse. Expondo, assim, a relevância do compromisso assumido pelos intelectuais com a humanidade, com a nação, com o progresso e com o desenvolvimento econômico e cultural do país. Nesse sentido ao recuperar a influência do pensamento de Ortega y Gasset, Élide Rugai Bastos assinala que

Sete são os temas, na reflexão de Ortega nos anos 1920, que influenciaram os intelectuais da América central e da América do Sul: a superação do dilema racionalismo/relativismo; a questão das gerações; a nova sensibilidade; a circunstância; o perspectivismo; o racio-vitalismo; a vida como realidade radical. Articuladas entre si, estas matérias acabam por centralizar a reflexão dos latino-americanos e a fundar práticas políticas de importância fundamental para organização da sociedade. (BASTOS, 2003, p. 48).

Esses temas foram apropriados e digeridos de forma distinta por diversos intelectuais no Brasil entre os anos 20 e 50. Entretanto, para Élide existe uma dificuldade em rastrear as influências intelectuais recebidas por esses, uma vez que não era prática difundida entre eles a citação bibliográfica. A saída para contornar essa dificuldade foi recorrer à leitura de autores consagrados a fim de demonstrar a influência de textos que tinham uma ampla circulação no Brasil, entre eles os de Ortega y Gasset. O que torna esse autor importante é

A centralidade da cultura e a *missão* dos intelectuais, eixos articuladores da revista *Cultura Política*, constituem-se em pontos apoiados nas teses orteguianas [...].

Do mesmo modo que para o autor espanhol, para Figueiredo, no Brasil é necessário potenciar o desenvolvimento cultural afastando todo individualismo, isto é, constituindo um novo humanismo potenciado por uma nova cultura que permita realizar um projeto de vida comum. (BASTOS, 2006, p. 128-129).

A tarefa dos intelectuais consiste em recriar, segundo as circunstâncias do presente, a herança cultural nacional, o conhecimento derivado dessa ação primeira forneceria o conteúdo para a direção política da nação. Nesses termos, as elites intelectuais devem encarregar-se da condução das massas no processo de construção nacional. A centralização administrativa e os inúmeros órgãos criados a partir dos anos 30 eram vistos por essa elite como espaços legítimos de execução de sua missão, de organizar a cultura, contribuir para a integração e desenvolvimento do país. Diante dessas condições, aceitar um cargo público não era apenas um jogo de conveniências, mas exercício prático da crença no valor de um compromisso com uma nova cultura política, voltada para a construção nacional.

Encontramos disseminadas nas obras de Tocantins várias referências, diretas e indiretas, a Ortega Y Gasset. O problema da cultura política, de um humanismo radical, das gerações e da missão dos intelectuais aparece de forma mais nítida em seu livro *Vida, Cultura e Ação*, título sugestivo de conotação orteguiana. O convite oferecido por Tocantins para a leitura do livro é uma epigrafe de *Meditaciones Del Quijoteos* na qual Ortega afirma que

A vida é o texto eterno [...]. A cultura – arte, ciência ou política – é o comentário, e o aspecto da vida na qual, por um ato de reflexão, a vida adquire brilho e ordem. É por isso que a obra cultural jamais pode conservar o caráter problemático pertinente a tudo o que é meramente vivo. Para dominar a tumultuosa corrente da vida, o homem culto medita, o poeta palpita, o herói político ergue a fortaleza de sua vontade. Seria realmente estranho se o resultado de todos esses esforços levasse apenas à duplicação do problema do universo. Não, o homem tem uma missão de claridade na terra. (GASSET, 1962, p.38 apud TOCANTINS, 1969, p. 24).

O espírito das ideais, sintetizado na citação, aponta para um dos aspectos que orientaram uma parte significativa de intelectuais a aspirar e aceitar o convite para desempenhar determinadas funções públicas. A reestruturação do poder público pós 1930, acompanhada da criação de mistérios, fundações e institutos assume para esses intelectuais o espaço legítimo para a formulação e aplicação de uma nova *cultura política* necessária ao momento histórico de mudança. Ao se investirem de funções públicas, seja na direção ou não, procuraram pôr em prática aquilo que acreditavam ser sua missão. Esse modo de proceder fica claro quando examinamos as posições de Tocantins frente à necessidade de mudança cultural e política do país

A política, na velha e corrompida maneira de praticá-la, deve ser substituída por uma política mais preocupada com o destino do homem. A lembrança constante da criatura humana – de seu alto destino -, ao invés do jogo egoísta de interesses pessoais.

[...] o país desperta para uma consciência nova, de remover os ranços do passado, as práticas nocivas à vida pública, os vícios de comportamento, as distorções na administração pública. Tudo isso resume-se em problema cultural, porque ainda aspiramos chegar aquele nível de espírito capaz de alterar positivamente estruturas e personalidades.

É fascinante o desafio que o Brasil – extraordinário em sua capacidade de crescer, em seu horizonte de possibilidade – lança à nossa geração um tanto aturdida e talvez ainda não adaptada as transformações velozes impostas pelo mundo. (TOCANTINS, 1969, p. 16-20).

Para Tocantins, a cultura está integrada no desenvolvimento global do país, porque é intrínseca às formas de vida do grupo nacional: ela revela a ação dinâmica do homem na história. E nada mais generoso do que seu fim que é servir exclusivamente ao homem, a nação e a humanidade por inteira diante da crise em que se encontra a civilização ocidental (TOCANTINS, 1969). Esse modo de compreender a cultura e a vida se ajusta perfeitamente à posição advogada para os intelectuais por Ortega. Portanto, a missão dos

intelectuais consiste em procurar uma saída para a crise, encontrando uma forma de organização cultural capaz de emancipar o homem da alienação causada pelo avanço técnico.

[...] à missão do escritor no mundo moderno, missão que é a mais importante agora porque lhe cabe não só participar da batalha pelo novo humanismo e defender os valores ligados a Cultura, ameaçados pelo tecnicismo, e explicar o desespero lúcido do homem pré-guerra atômica em termos de emoção tranqüila e tranqüilizadora.

Torna-se imperioso que os *homens de pensamento* – os grupos criadores de cultura – reajam contra o tecnicismo que pretenciosamente procura impor-se como “*deus ex machina*”. (TOCANTINS, 1969, p. 20-21).

A realização dessa tarefa exige um papel ativo do Estado. Nesse sentido, as disputas em torno de cargos públicos entre os intelectuais tinham como objetivo o exercício da missão de difundir um novo humanismo e uma nova cultura política. Em Tocantins a missão dos intelectuais e a cultura são momentos-chaves para compreendermos suas tomadas de posição no exercício das atividades públicas e nas formulações intelectuais, semelhante às posições assumidas pelo grupo de articulistas da revista *Cultura Política* analisados por Élide Rugai Bastos. Ela observa que para os articulistas daquela revista a missão dos intelectuais consistia em procurar uma saída para a crise e encontrar uma forma de organização cultural e social que emancipasse o homem da alienação causada tanto pelos avanços técnicos como pelo poder político desvirtuado de sua verdadeira função (BASTOS, 2003, p. 148-149).

O que nos surpreende nos argumentos de Tocantins é a ambivalência de suas posições políticas e culturais expressa em diversos momentos de seus relatos biográficos, indicando que o sentido de suas práticas desloca-se continuamente entre estratégia e missão. De um lado assegura distinção e o reconhecimento necessários para ocupar determinados postos na esfera pública; de outro toma para si a responsabilidade de criar uma consciência cívica por meio de uma nova cultura política humanística, mas que não apaga

nossos valores regionais e nacionais. A passagem a seguir parece estar envolta nesse espírito de ambivalência

Releio o prefácio da 1ª edição do livro, de 1951, e vejo que há permanência de intenções: sentimento telúrico, franciscano, e até lírico, junto à objetividade histórica e social, com propósito, dizia eu, “*de fazer conhecida honestamente a Amazônia e chamar a atenção dos poderes governamentais para os problemas regionais*”. Na oportunidade, eu reclamava uma ação efetiva do Governo Federal, “*a fim de que a Amazônia não continue mergulhada no primitivismo, como a natureza nos presenteou*”. (TOCANTINS, 1972, p. 29, grifo nosso).

Ao se posicionar no debate político nacional Tocantins converteu sua produção intelectual em um instrumento legítimo de luta. Sua intenção era criar uma consciência nacional em torno da Amazônia transformando-a em um tema da agenda política nacional. Ele estava convencido de que o projeto nacional de desenvolvimento passava necessariamente pela integração da Amazônia ao corpo da nação. Sua produção intelectual é um momento do convencimento da sociedade a respeito da importância da Amazônia para o projeto de desenvolvimento nacional. Ela comporta ao mesmo tempo o sentido de uma *missão* intelectual e de uma *estratégia* política.

CAPÍTULO IV

5 TRADIÇÃO, CULTURA E MODERNIDADE

Uma obra, seja qual for sua natureza, guarda em si os mecanismos sociais aos quais deve sua existência. O ambiente intelectual, com seu curto circuito de ideias, e a lógica interna do texto com sua arquitetura narrativa, são duas coordenadas complementares e simultâneas capazes de elucidar a integridade da relação texto/contexto.

O procedimento adotado por Adorno em sua análise *Sobre a lógica das ciências sociais* denota que a *totalidade* social não leva uma vida própria além daquilo que ela engloba e que a compõe. Ela se reproduz e se produz através de seus momentos *individuais*. Conclui, dessa forma, que não se pode separar esse *todo* da vida social, da cooperação e do antagonismo de seus *elementos*, tanto menos, pode um *elemento* qualquer, ser compreendido apenas no seu funcionamento, em si e sem a visão no *todo*, cuja essência está justamente no movimento do *singular*. Embora alguns desses *elementos* possam adquirir uma *autonomia relativa* nas sociedades modernas, eles não guardam em si a chave de sua explicação. Adorno assinala o caráter dialético de reciprocidade em termos de constituição entre a esfera micro e macro da vida social⁹⁴.

Raciocínio semelhante Simmel adota para explicar a relação entre as interações micro (conteúdo) e a estrutura social (formas). O pensador alemão assinala que todos os grandes *sistemas* e organizações supra-individuais as quais costumamos pensar com o conceito de *sociedade*, não são outra coisa que a solidificação (em marcos duradouros e figuras autônomas) de interações imediatas que discorrem hora a hora na vida dos indivíduos. Relações que podem ou não adquirir existência e legalidade próprias, com as que podem

⁹⁴ O problema entre a esfera micro e macro, indivíduo e sociedade como ponto de partida para a explicação ou compreensão sociológica não é uma prerrogativa de Adorno. É um tema que está no âmbito das formulações dos autores clássicos (Marx, Durkheim, Simmel, Weber, Herbet Mead) e contemporâneos (Lévi-Strauss, Merton, Sorokin, Mills, Foucault, Bourdieu), de forma implícita ou explícita em suas opções metodológicas.

também contrapor-se e opor-se a estas interações que se determinam reciprocamente. Porém a *sociedade*, no fluxo dos acontecimentos, significa sempre o fato dos indivíduos estarem em uma rede de relações de influência recíproca, de modo que as *interações sociais* e as *formas* sociais gerais se engendram mutuamente⁹⁵.

Essa discussão aparentemente desvinculada de nosso propósito nos parece estar na base dos problemas apontados por Élide Rugai Bastos e Antônio Candido a respeito dos procedimentos, mais adequados, para compreender um autor e sua obra⁹⁶. Em *Polifonia da Amazônia*, texto de apresentação do livro *Vozes da Amazônia*, Élide Rugai⁹⁷ traça um amplo painel sobre as obras que são referências no estudo do pensamento social brasileiro e ao mesmo tempo recupera o debate proposto por Quentin Skinner em *Significado y comprensión en la historia de las ideas* para superar as duas ortodoxias recorrentes no âmbito desses estudos.

O diálogo de Skinner, iniciado no trabalho já referido, mas sempre presente em sua análise sobre o pensamento político, se faz com duas tendências opostas e sua proposta é a recusa de ambas e a superação dos limites analíticos presentes na mesma. A primeira, segundo ele, insiste ser o contexto – fatores religiosos, políticos e econômicos – que determina o sentido de um texto dado e aquilo que constitui a arquitetura sobre a qual

⁹⁵ Na perspectiva *Formalista e Positivista*, forma e conteúdo aparecem como momentos distintos sejam no discurso, na narrativa e nas relações sociais concretas.

⁹⁶ No início do segundo capítulo expusemos a opção adotada para realizar o estudo sobre Tocantins e sua obra. Deixamos de lado qualquer discussão em termos formais que separa o discurso ou a narrativa dos mecanismos sociais da qual estão visceralmente atadas como condição social de possibilidade.

⁹⁷ Em sua tese de doutorado *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*, Bastos assinala que resultaria em uma visão equívoca discutir uma obra de caráter social em si mesma, levando em conta apenas a sua coerência interna, sem localizá-la historicamente. Por outro lado, seria simplificar demasiadamente a análise tomar uma obra apenas como produto de uma época. Concluindo dessa forma que só é possível desenvolver um balanço crítico combinando as duas perspectivas (BASTOS, 1986; 85).

repousa seu entendimento. A segunda, mais geralmente aceita, aposta na autonomia do texto, afirmando que ele se constitui na chave de seu próprio entendimento, recusando qualquer esforço de reconstituição do contexto total, considerando esse procedimento como gratuito e inferior. O autor aponta para tais posições como duas ortodoxias inadequadas para um verdadeiro entendimento das obras literárias ou filosóficas, na medida em que ambas cometem erros na formulação das condições necessárias para entendimento das formas de expressão, do léxico em questão. (BASTOS, 2007).

Em proporção distinta, o argumento de Antonio Cândido em *Literatura e Sociedade* parece confluir para o mesmo sentido proposto por Skinner e adotado por Élide Rugai Bastos como um passo decisivo para a compreensão profícua da relação obra/contexto. Para Cândido, a integridade de obra só se revela quando adotamos as duas perspectivas associadas. Nesse sentido, só podemos entendê-la fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, na qual tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteados pela convicção de que a estrutura da obra é virtualmente independente se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Cândido conclui que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno⁹⁸ (CÂNDIDO, 1976).

Postura semelhante Bourdieu adotou em sua crítica a certos etnometodólogos. O sociólogo francês salienta que esses só se interessaram

⁹⁸ Os limites e possibilidades da interpretação de um autor utilizando-se uma análise integral entre texto e contexto, sugerem um terceiro problema, que diz respeito à situação histórica do interpretante, o lugar, o solo histórico e social no qual o interpretante se coloca num dado momento da história. Nesse aspecto Ricoeur acredita que uma obra não se explica somente pelo diálogo intelectual do autor, e nem pela lógica interna dos conceitos, narrativa (discurso) ou estrutura social, mas também pela situação histórica do interpretante que acrescenta significados específicos de seu tempo ao ato de interpretar. (RICOEUR, 2010)

pela investigação da conversação reduzida a análise de um texto separada do seu contexto, ignorando totalmente os dados sobre o contexto imediato (BOURDIEU, 2003). A proposta dos etnometodólogos reduzira o âmbito da investigação em razão da aplicação rígida de um monoteísmo metodológico, deixando em aberto a compreensão mais profunda entre o processo interno e externo, texto e contexto, no curso das análises dos dados.

Guardadas as distinções teóricas, é possível inferir semelhanças entre a crítica formulada por Skinner as análises ortodoxas no âmbito da história das ideias, e as de Bourdieu dirigida aos etnometodólogos que subtraem a conversação, entendida como discurso (texto), do seu contexto social de produção. Motivo que levam ambos os pensadores a apontarem a necessidade de apanhar as conexões entre texto e contexto em seu processo de constituição recíproco, como momento da compreensão integral do objeto, longe dos modelos que privilegiam aspectos parciais do fenômeno.

No quadro deste debate, a produção intelectual de Tocantins não pode ser isolada do sistema de referências sociais na qual foi produzida. Cabe salientar que neste capítulo não tomaremos para análise o conjunto de sua obra, mas nos deteremos nos aspectos que possam elucidar a sua tese de que *o elo entre tradição e modernidade é constituído pela cultura*. Nesse sentido, livros como “*O rio comanda a vida*”, “*Amazônia – Natureza, homem e tempo*” e “*Vida, cultura e ação*” entre outros, são fundamentais para compreendermos a maneira como Tocantins equaciona a problemática entre tradição, cultura e modernidade.

É no limite da reciprocidade entre texto/contexto que poderemos visualizar a compreensão integral de sua obra, procedimento sugerido por Candido e Bastos.

5.1 LOCALISMO, NACIONALISMO E COSMOPOLITISMO

Qualquer tentativa de recuperar o diálogo intelectual, ou mesmo a linhagem do pensamento, na qual se encontra filiado Tocantins, deve-se partir

da atmosfera cultural vivida no Brasil durante os anos 20 e 30, em conexão com o seringal do Murú, local das primeiras leituras que o tempo não apagará do espírito de Tocantins. Naquele espaço de relações sociais estruturadas entre a sede do seringal e a pequena vila de Tarauacá, o menino se deparara com as correntes de pensamento cívica e nacionalista⁹⁹ que moldara sua forma de interpretar os processos sócio-culturais regional em sua conexão com a esfera nacional. As leituras de Gonçalves Dias, José de Alencar, Monteiro Lobato, Olavo Bilac, Euclides da Cunha e outros, vão preencher e despertar na criança a ambição de tornar-se um escritor reconhecido nacionalmente e ao mesmo tempo suscita a *missão* de despertar a consciência nacional para os problemas da Amazônia e sua importância para o desenvolvimento nacional (TOCANTINS, 1984).

O entusiasmo cívico e nacionalista de Tocantins assimilado de Gonçalves Dias, Olavo Bilac¹⁰⁰ e Coelho Neto na juventude correspondem, para Antonio Cândido, aos ideais da geração de escritores da primeira metade do século XIX e início do XX respectivamente. O civismo retórico e o patriotismo ornamental desses autores serão progressivamente abandonados em favor de um nacionalismo alicerçado na cultura e na identidade nacional reivindicadas pelas sucessivas gerações de intelectuais, a partir dos anos 20. A retórica nativista, base do nacionalismo ornamental, adquire novas modulações a partir da leitura dos autores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Ronald de Carvalho, Raul Bopp, Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, José Lins do Rego e dos modernistas do eixo São Paulo-Rio. Esse conjunto de autores expressava as correntes de pensamento dominante no cenário cultural brasileiro entre as décadas de 20 e 40, e que de certa forma desaguaram no microcosmo de relações pessoais vividas por

⁹⁹ Para uma compreensão mais detalhada sobre esse tema consultar, *História da inteligência brasileira*, vol. VI (1915-1933), de Wilson Martins; *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido; *Instinto de Nacionalidade* de Machado de Assis e outros.

¹⁰⁰ Na acepção de Wilson Martins, a *Liga de Defesa Nacional*, fundada no Rio de Janeiro, em 1916, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon constitui a face mais ativa e dinâmica do nacionalismo retórico.

Tocantins.

Sua prolongada experiência na Amazônia profunda e a origem social o inclinaram para o *regionalismo*¹⁰¹, sem, no entanto, deixar de incorporar algumas das contribuições do *modernismo*. Não admira que sua ação na esfera política e cultural seja a de conciliar o passado com as mudanças em curso no presente, fórmula que consiste em ajustar a tradição à modernidade como meio de nos transformarmos conservando as raízes ameríndias, africanas e lusas de nossa cultura. Dessa forma de percepção do movimento nasce a interpretação focada na identidade regional como um momento da formação nacional. Em sua busca por uma cultura e uma identidade regional legítima, chega à conclusão que a diversidade cultural regional brasileira não inviabiliza a unidade nacional, pelo contrário, deve ser o ponto de partida para desenvolvermos nossas potencialidades como nação. Somente levando em conta os aspectos singulares de cada região é que poderemos criar uma unidade nacional autêntica e verdadeira, contrapondo-se, dessa maneira, à estandardização da diversidade cultural brasileira em uma unidade artificial, efetivada pelo traslado de ideias e instituições estrangeiras.

[...] a integração amazônica no complexo cultural brasileiro jamais importaria numa despersonalização regional a favor de qualquer absolutismo unitário. Como disse Gilberto Freyre, nada de castelhanizar o Brasil, ou seja, o predomínio de alguma Castela – “símbolo de tendência para exagerar a unidade em detrimento da diversidade regional”. Fato que o próprio sociólogo pernambucano já denunciou como “perigo da monotonia cultural ou da excessiva unificação da cultura no continente, que segundo Gilberto Freyre, provém do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela idéia de que o que é bom para o norte-americano deve ser para outros povos da América”.

Quando dizemos integração, o intuito é fazer com que a palavra adquira o seu exato sentido sociológico, ganhe as dimensões de uma idéia em marcha, de um processo social que procure harmonizar unidades diversificadas. Um processo que vise harmonização de aparentes discórdias. Aproximar ou conciliar entidades diversificadas numa reunião coesa. Não se trata assim, de subjugação, nem de uma parte, nem de outra, e

¹⁰¹ Ele assume essa posição nos prefácio de *Cosmoinfância e Amazônia natureza homem e tempo*.

sim de coexistência de valores, que deve sempre caracterizar o pluralismo brasileiro.

A Amazônia participa de um sistema de reuniões culturais interdependentes e interrelacionadas. Sua contribuição, através dos tempos, à cultura brasileira, e também à universal, nos faz prever o que ela ainda virá a oferecer se a inteligência nacional souber aproveitar as suas potencialidades no campo da natureza física e no campo da criação humana. (TOCANTINS, 1969, p. 51).

Três aspectos podem ser deduzidos dessa passagem de *Vida, cultura e ação*, esses são capazes de elucidarem em certa proporção as origens sociais do pensamento de Tocantins e de sua posição política face às idéias que circulavam no debate nacional. Em primeiro lugar, a citação expõe sua adesão ao movimento regionalista do Recife, ao compartilhar a crítica Freyriana ao mimetismo ou a aceitação tácita de tudo que vem de fora em detrimento dos valores tradicionais de cada região brasileira, valores ajustados ao processo específico de formação cultural de cada uma das regiões que compõem o Brasil. Por meio desse raciocínio, rejeita qualquer projeto de unidade nacional no qual predomine o poder de um estado ou região sobre as outras, ofuscando assim a diversidade sócio-cultural brasileira, calcinando os traços culturais característicos de cada região do país. Assume por meio dessas observações uma postura crítica em relação aos estados da região sudeste que procuravam impor seus interesses como interesses gerais do país, não levando em conta a diversidade regional, traço singular que define a nossa cultura e ao mesmo tempo rechaça a cópia passiva do estilo de vida europeu e norte americano. Em segundo lugar, o regionalismo assume um papel significativo em sua estratégia para realizar a missão de incorporar a Amazônia ao debate nacional em curso. As teses do movimento respondiam em parte aos estigmas imputados ao clima e ao meio físico da Amazônia tidos como obstáculo a qualquer empreendimento civilizador no trópico úmido. Estigmas, em grande parte, intensificados com esgotamento do ciclo da borracha e o declínio econômico da região nas primeiras décadas do século XX. O que em certa medida, coadunam-se com as teses, sanitaristas e de um novo pacto federativo para o Brasil, propostas por Araújo Lima em *Amazônia, a terra e o homem*, as

quais Leandro Tocantins assimilara durante sua fase ginasial.

Esses eventos se precipitaram num cenário de lutas pela definição sócio-cultural e histórica do real significado da Amazônia para o Brasil e para o mundo. Condição na qual as teses regionalistas assumem para Tocantins a condição de vias legítimas para superar os estigmas atribuídos à região e, ao mesmo tempo, retirá-la do ostracismo econômico e político. Sua *missão* consistia em estimular o debate para sensibilizar a consciência nacional em torno da importância estratégica que a região possuía para o desenvolvimento nacional, sejam quais fossem os termos, em discussão, para promover a integração do país. Em terceiro lugar, a passagem de *Vida, cultura e ação* denota o processo pelo qual suas referências sociais internalizadas dos setores extrativistas dominantes guardam com as referências agrárias do grupo do Nordeste, semelhanças, passo decisivo, em sua jornada, rumo à progressiva adesão a mentalidade autoritária, o desdobramento dessa opção converge para o modelo de modernização conservadora em curso no país a partir do golpe civil-militar de 64. Em síntese, os argumentos de Tocantins deixam transparecer o ideal cívico e nacionalista mobilizados como estratégia a fim de realizar a missão de superar os estigmas imputados à Amazônia e posicioná-la no debate nacional, consciente da sua situação política e da região no interior das lutas pela definição de uma cultura brasileira e de um projeto nacional em uma ordem social em transformação.

Nesses termos, podemos esboçar as linhas gerais do debate intelectual no país nas décadas anteriores a publicação de *O rio comanda a vida* em 1952. Ano que marcou a entrada de Tocantins na cena do debate cultural brasileiro.

No limite dos argumentos, podemos afirmar que a produção intelectual dos anos 20 e 30 girava em torno de três temas básicos: decifrar, o enigma da cultura brasileira, da identidade nacional e criar as condições para organizar o Estado sobre base racional. Solucionar esses três enigmas constituía um passo decisivo para o país alcançar um grau de civilização próximo ao das nações mais desenvolvidas do ocidente. Razão que explica, em parte, porque um grupo significativo de intelectuais se engajara na promoção da cultura e na

organização do Estado. É em voltas a esse debate que os intelectuais assumem um compromisso tácito ou não, de promover o avanço da consciência nacional através de seus escritos em busca dos ideais de uma nação civilizada e de um Estado centralizador das decisões. Tocantins não ficou imune a essas discussões, assimilara em parte os ideais que circulavam no interior desse debate nos anos 20 e 30.

O horizonte de referência intelectual sofrera sucessivas modulações conforme as relações sociais estruturadas na cidade de Belém e do Rio de Janeiro. A interpretação das leituras e do debate em curso durante esse período, não é obra do indivíduo isolado. Embora a leitura esteja circunscrita a atividade privada do agente, os requisitos e os códigos de sua interpretação são sociais e é partindo desse pressuposto acreditamos que Leandro Tocantins interpreta e assume uma posição no debate intelectual conforme internaliza códigos de percepção do mundo social, referências sociais fornecidas que circulavam no interior da classe dominante do extrativismo em sua relação com as outras classes sociais no processo de mudança em curso no país. As leituras dos diversos autores citados constituem um dos momentos pelos quais Tocantins adquiriu consciência de sua localização e do grupo social de origem em uma ordem em transformação, como o Brasil entre os anos vinte e cinquenta¹⁰². As relações sociais estruturadas constituem o espaço social de leitura e interpretação do debate do qual tomara posição conforme autoconsciência reflexiva do lugar onde se encontrava no horizonte da história regional e nacional no curso das mudanças. (HEGEL, 2003).

A compreensão de seu lugar e da região nos processos políticos e culturais que desenhavam cenários futuros para o país, a chegada em Belém no final dos anos 30 e a mudança para o Rio de Janeiro no final dos anos 40 aguçam a compreensão sobre o papel que deveria desempenhar nesse

¹⁰² Acerca do processo pelo qual os agentes internalizam os mecanismos sociais que possibilitam ou não ele adquirir consciência sobre sua posição social em termos de família e classe ver Bourdieu, 1992; Mannheim, 2008; Gramsci, 2004; Lima, 2002.

processo.

A nova fase de sua vida na cidade do Rio de Janeiro combina-se com a experiência densa da Amazônia profunda vivida no seringal. No distante seringal do Murú experimentou a vida típica do caboclo, assimilando as narrativas míticas e as lendas que absorviam o imaginário dos ribeirinhos e índios. Esse cadinho de tradições internalizadas e interpretadas a partir, não de uma inocência presumida de menino, mas de uma posição social assumida como filho do patrão, pertencente a uma classe social que se relacionava com outros grupos sociais, é a condição primeira de uma interpretação do mundo que o acompanhara.

O conjunto dos fios que se cruzam na urdidura de “*O rio comanda a vida*” estão dispostos nesse processo de intersecção entre a experiência concreta da Amazônia profunda e o debate intelectual, assimilado e vivido nas leituras dos autores que procuravam pelas raízes de nossa cultura, de nossa identidade e indicavam caminhos para organização sócio-política da Nação. A necessidade de criar uma vontade coletiva nacional parece estar vinculada à crise do modelo agrário exportador e à necessidade dos grupos sociais darem resposta às mudanças em curso no país. Ao mesmo tempo, esses grupos, procuram assegurar suas posições ou lugar na ordem futura em formação por meio da produção intelectual de seus membros, indicando dessa forma os meios para superarmos nossos limites sócio-econômicos, políticos e culturais.

Entre as diversas interpretações que circulavam na atmosfera social tensa do início do século XX, não podemos esquecer o efeito duradouro exercido pela obra de Euclides da Cunha nas sucessivas gerações de intelectuais que estavam empenhados em decifrar o Brasil. Não é sem sentido que nas linhas de *À margem da história* Tocantins reencontra o universo de sua experiência primeira na Amazônia. A narrativa do livro de Euclides cruza a superfície de sua memória, modulando seu sentimento de amor pela região em compromisso com a resolução dos problemas que sobre ela recaiam.

Ademais, meu sentimento regional fora tocado pela beleza e fidelidade do estilo de Euclides. Muitas cenas descritas em *À Margem da História* são o pano de fundo de minha infância no Território do Acre. Quantas vezes eu assisti à procissão fluvial do Judas Asvero, nos ruidosos sábados de Aleluia, tão gratos à minha memória! A criança, que também participou na criação da figura grotesca do boneco engendrado com palhas de milho e roupas velhas, vibra na alma do adulto com a reconstituição da cena típica. Uma espécie de procura do tempo perdido.

[...] Minha Cabeça povoou-se de sonhos mais ambiciosos. Queria lançar-me na crítica literária (lera os volumes de crítica de Humberto de Campos) e no ensaio histórico. Impressionaram-me *O Índio Brasileiro* e a *Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Mello Franco, e *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, eu lera, empolgado, como se não se fosse um romance, e sim um ensaio épico e literário primo-irmão de *Os Sertões*.

Afinal, encontrei o meu caminho: as Ciências Sociais – a História, mais precisamente -, e tomou vulto a idéia de lançar-me numa bela aventura intelectual, acompanhando, passo a passo, a viagem de Euclides da Cunha na Amazônia, para revelá-la em sua esplendida significação e realidade. (TOCANTINS, 1992, p. 15).

Talvez esse seja um primeiro passo para compreendermos como a ideia de *missão* foi se internalizando, não como um movimento linear e contínuo, mas nas dobras descontínuas da interseção entre as leituras dos autores que circulavam em seu ambiente intelectual e sua experiência profunda com a paisagem regional, carregada de problemas em busca de solução. O roteiro de leitura citado por Tocantins permite, a ele, se contrapor aos estigmas imputados à região e ao mesmo tempo assinalar o lugar ou o papel das forças políticas regionais e dos intelectuais em uma ordem social em profunda transformação. Dessa forma, era possível fazer alianças políticas, mas consciente da própria posição que a região e a classe dominante local possuíam no interior da luta pela definição de uma cultura nacional e de um projeto de desenvolvimento.

A primeira fase de sua formação espiritual, em seu modo de ver a mais importante, sucedida respectivamente no seringal Foz do Murú e em Belém, parece-nos um solo fértil para identificarmos os autores que imprimiram no

seu espírito marcas indelévels. Afinidades intelectuais, com pensadores de distintas orientações teóricas como Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Ronald de Carvalho, José Lins do Rêgo, José Américo de Almeida, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Couto de Magalhães, Araújo Lima, Raimundo Moraes, Raquel de Queiroz, Afonso Arinos de Melo Franco, Mário de Andrade, Jorge de Lima e outros. O conjunto desses autores indica a atmosfera cultural de disputa em torno do nacional/brasileiro da qual a noção de identidade e de cultura pareciam constituir o Santo Graal de nosso destino como nação civilizada (Bastos, 1986). Não devemos esquecer que as disputas no âmbito cultural entre os intelectuais estão intimamente articuladas às transformações econômicas e políticas que definiriam um projeto nacional de desenvolvimento e um arranjo político para efetivá-lo. Nesse caso, parece não haver fronteira entre a produção intelectual e a ação política propriamente dita, diluindo a ideia de campo, definido com suas regras próprias e dotado de autonomia relativa em seu funcionamento. É na fronteira entre produção intelectual e ação política que o nacionalismo incorporado por meio das leituras será redefinido pelas estratégias com objetivo de efetuar a missão de conduzir a nação rumo à integração, passo decisivo a caminho da civilização. Em outros termos, os intelectuais e escritores assumiram o compromisso público de elevar a consciência nacional da sociedade por meio do debate a cerca da identidade nacional, da cultura brasileira, da organização do Estado e da mestiçagem; o desdobramento desse compromisso foi o engajamento dos intelectuais na organização política do Estado e da cultura. (PÉCAUT, 1990)

O compromisso em repor a Amazônia na agenda do debate nacional, assumido por Tocantins, só pode ser compreendido levando em conta a circulação das ideias que expressavam as posições sociais dos diversos setores em luta no Brasil, desde a fundação da república até a consolidação do modelo industrial na segunda metade dos anos 50. A produção intelectual e o desenvolvimento da formação social brasileira estão intimamente interligados, os ensaios de modo geral e as obras literárias expressam os impasses de um país mestiço e tropical em volta de se afirmar diante das nações mais desenvolvidas. As grandes correntes de pensamento oriundas do velho

continente como o determinismo geográfico de Friedrich Ratzel, a concepção humanista do geógrafo Vidal de La Blache, as teorias raciais do Conde de Gobineau, o modelo de análise social de Spencer, inspirado em Darwin, o positivismo de Augusto Comte, o naturalismo, o modelo historiográfico do inglês Henry Thomas Buckle, o realismo e os movimentos de vanguarda modernistas do início do século XX são as mediações teóricas e literárias que os intelectuais, escritores e homens de letras utilizam para decifrar o enigma de nossa formação. Esse processo nos sugere uma dialética entre a experiência local e as formulações teóricas herdadas da tradição intelectual europeia, momento de superação dos obstáculos que impedem o “progresso” ou mesmo o “desenvolvimento da civilização no trópico”. A partir do horizonte de eventos vividos, os intelectuais brasileiros se viram envoltos nos estigmas de inferioridade que recaíam sobre um país novo, tropical, mestiço em contraponto com o estilo de vida civilizado de europeus e norte americanos. Na tensão da dialética entre o localismo e cosmopolitismo, proposta por Antonio Candido como uma das leituras possíveis para compreendermos o desenvolvimento de nossa vida espiritual. O conjunto da produção intelectual nacional ganha forma e conteúdo para usar uma expressão de Roberto Schwarz. Ao assimilarem as vanguardas europeias por meio do filtro local, os intelectuais brasileiros produzem um desrecalque ao voltarem-se com veemência para o exótico do Brasil profundo, libertando o insólito de nossa cultura das injunções acadêmicas (CANDIDO, 1976).

[...] assim, o que estivemos descrevendo é a feição exata com que a História mundial, na forma estruturada e cifrada de seus resultados locais, sempre repostos, passa para dentro da escrita, em que agora influi pela via interna – o escritor saiba ou não, queira ou não queira. Noutras palavras, definimos um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é resultado histórico, e pode ser origem artística. (SCHWARZ, 2000, p. 30).

As sugestões teóricas propostas por Schwarz em seus estudos sobre a obra de Machado de Assis indicam um caminho fecundo para a leitura e interpretação da produção intelectual brasileira em seus diversos aspectos. A

narrativa singular de cada gênero guarda cifrada em si os mecanismos e processos sociais aos quais deve sua existência. Não se trata de uma relação automática e sim da dialética entre o lugar imediato no qual o homem de letras desenvolve sua atividade e a estrutura histórica universal que a envolve. Os estudos de Élide Rugai Bastos, sobre os ensaístas dos anos 20, nos ajudam a compreender em parte a dinâmica dessa dialética. Ao assinalar que os autores desse período procuravam dar conta da relação entre o Estado e a Sociedade por meio do debate das questões sociais, demonstra que a preocupação desses autores ultrapassa a discussão restrita da constituição do Estado. A matéria imediata desses ensaios eram os processos de constituição de uma sociedade periférica, com ritmos e cores singulares, adquiridas mediante a tensão entre o local e o processo histórico estruturado nas diversas fases de nossa colonização. Dessa dialética nascem os dois temas recorrentes identificados por Bastos, o problema da *cultura brasileira* e da *identidade nacional*. A solução desse dilema resulta da tensão entre o localismo e cosmopolitismo em sua manifestação em uma sociedade de origem colonial e com uma herança escravocrata em sua formação.

Os estigmas imputados a um país novo, tropical e mestiço, como o Brasil - pelas nações civilizadas de composição étnica, geográfica e econômica distintas da nossa - produzia um mal estar entre os intelectuais a ponto de tornar comum entre eles o inquérito sobre *que país é realmente o Brasil?* O insólito dessa angústia tropical e mestiça produz uma série de respostas que de certa forma “inventa” uma *cultura e uma identidade nacional*. “*O autor que conseguir articular estes dois elementos terá decifrado o dilema de todos e dará o salto para uma nova etapa dos estudos sociais*” (BASTOS, 1986: 89). Os ensaístas assumiram um papel relevante na organização-diretiva da vida nacional, por meio da *invenção da cultura brasileira* e da *identidade nacional* criaram símbolos de coesão capazes de integrar índios e negros - vistos pelo prisma das teorias raciais como um obstáculo a formação de uma nação civilizada - a comunidade nacional criada. O quadro geral desse debate expunha a face mais sombria da sociedade brasileira, o ocultamento da mestiçagem do povo.

Um dos paradoxos mais inesperados e, para a época, mais chocante, de febre nacionalista aliada à obsessão pela “realidade brasileira” [...] foi o desmascaramento impiedoso do nosso mestiçamento, até então dissimulado como uma doença secreta por meio de um acordo tácito de todos os brasileiros. Vivíamos então roídos pela nostalgia de sermos “europeus” instalados por acaso em terras americanas. “Ninguém quer ser negro no Brasil!...”, dizia brutalmente Gonzaga de Sá, e até Gilberto Amado num dos seus livros mais vazios e retóricos, que é *Grão de Areia* [...] (MARTINS, 1996, p. 155).

É importante frisar que invenção da *cultura* e da *identidade* não nasceu no vácuo, ambas são desdobramentos das tensões provocadas pelo processo contínuo de destruição inovadora, imanentes à dinâmica da sociedade capitalista moderna em sua singularidade na periferia. As transformações sócio-históricas da vida nacional assinalam a emergência de novas relações sociais, das quais podemos destacar as formas de organização do trabalho no campo, como o colonato na cafeicultura e o regime do morador na produção canavieira, ao mesmo tempo em que os engenhos perdem força diante da expansão das usinas. A migração de trabalhadores vindos da Europa se intensifica adensando o cadinho cultural brasileiro (BASTOS, 1986). A abertura de novas oficinas e fábricas no perímetro urbano das cidades do sudeste e sul do país reflete o crescimento da cultura urbana, com seus atores ganhando perfil, como o operariado, a classe média e o empresário industrial. Nesse ambiente espesso dos anos 20, o Tenentismo e a Semana de Arte Moderna são as expressões vivas de um país que indaga sobre sua condição periférica ao mesmo tempo projetando o futuro.

Os impasses entre a herança de um país de passado colonial, escravocrata, de uma economia agrária, de um estado oligárquico frente às formas modernas de organização do trabalho, de industrialização, da modernização do estado e da participação política suscitam novos anseios sociais que estimularam a reflexão intelectual daquele período. Homens de letras, ensaístas e escritores procuravam compreender o processo de transição de uma sociedade agrária e escravocrata do passado para novas formas de organização da vida urbana e industrial que se desenhava no horizonte.

[...] Com a peculiaridade de que, enquanto alguns (ensaístas) concentravam suas reflexões sobre o estado, outros examinavam a cultura, a identidade nacional. Mais do que todos, é Gilberto Freyre que se debruça sobre a sociedade, mas tratando, ao mesmo tempo, de resolver ou incorporar os dilemas postos pela cultura, a identidade nacional e o estado. (BASTOS, 1986, p. 91).

O que significa que Gilberto Freyre elaborou uma síntese articulando a cultura, a identidade nacional e o estado em uma narrativa na qual as contribuições negra, ameríndia e branca se fundem em solo tropical para criar uma nova civilização, distinta das que se organizam nas zonas temperadas, estandardizadas pela industrialização, acinzentadas pelo carvão e o aço. A mestiçagem é a característica dessa civilização tropical, híbrida e que não se deixa acinzentar pela civilização do carvão e do aço. A resposta intelectual, de Freyre, indica a permanência dos valores tradicionais em meio às mudanças da organização social brasileira.

O traço característico dos ensaios dos anos 20 é a crítica ao mimetismo de nossa cultura. Tanto os regionalistas do Nordeste, reunidos em torno do manifesto publicado por Freyre em 26, como os intelectuais do eixo Rio e São Paulo teciam severas críticas à transposição de valores, estilo de vida, hábitos e modelos de instituições da Europa e dos Estados Unidos como forma de nos adequarmos ao padrão de civilização vivido em Londres, Paris ou Nova York. Essa crítica não procurava negar toda e qualquer contribuição estrangeira. Sua intenção era se apropriar do moderno sem apagar nossa herança cultural, os valores estrangeiros deveriam ser assimilados ao ritmo luso-tropical da gente brasileira. Era preciso impedir a estandardização de nosso modo de ser, calcinado pela importação de estilos de vida europeu e norte americanos. Essa posição se torna evidente quando lemos nas páginas do *Manifesto Regionalista*, de 26, Gilberto Freyre demonstrar a importância do modelo de construção colonial luso como técnica arquitetônica adequada às condições do clima tropical. Sua defesa das ruas estreitas e vielas coloniais lusas prosseguem no argumento de que o viajadíssimo se encantava com as velhas ruas estreitas do Rio e não com as largas, não com as avenidas

incharacterísticas, não com as nossas imitações às vezes ridículas de *boulevards* e de *Broadway*, por onde a gente que anda a pé só falta derreter-se (Freyre, 1996; 55). Sua luta era contra a assimilação passiva de valores e técnicas estrangeiras, não adaptadas ao clima e as condições ecológicas do trópico. O pressuposto de seu argumento reside no fato de que a arquitetura colonial brasileira traz em si respostas modernas de adaptação ao trópico. Portanto precisamos preservá-la como traço singular de nossa civilização tropical e moderna.

A luta em torno da preservação de nossas tradições não se restringe à esfera cultural; Oliveira Vianna não poupava argumentos ao que chamava de importações descabidas de instituições políticas estrangeiras. Assinalava que quanto ao problema da administração local (*Administração dos Estados e Municípios*), em vez de nos atermos à nossa realidade e às suas sugestões, temos insistido em resolvê-lo importando ora o modelo francês, ora o inglês, o americano e até mesmo o modelo suíço – modelo que absolutamente não nos convêm (VIANNA, 1999, p. 476).

É possível que as afinidades entre Tocantins, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna residam em suas origens sociais, em termos de classe ou fração de classe nas quais essas ideias circulavam como percepção do mundo social comum aos seus membros (MANNHEIM, 2001). De modo que não seria uma simples influência, mas a cristalização das concepções de um grupo social que percebe o processo de mudança assentado no solo sagrado da tradição. Ideais que, formulados do ponto de vista intelectual, passam a encontrar em determinadas camadas sociais lugar de reprodução.

Podemos inferir que as afinidades intelectuais entre Tocantins, Gilberto Freyre e Oliveira Vianna resultam de uma percepção de mudança comum que circulava entre intelectuais oriundos de determinadas frações ou classes sociais, não sendo possível solucioná-los no âmbito desta pesquisa. Nesse sentido, optamos em identificar as influências de Freyre e Vianna sobre Tocantins a partir do diálogo proposto pelo autor paraense em algumas de suas obras.

Não é preciso ir longe para verificarmos a influência que Freyre exercera sobre Tocantins. Basta observar os prefácios de *O Rio Comanda a Vida e Natureza*, *Homem e Tempo* para vermos referências ao sentimento de franciscanismo e ao método genético e ecológico, aplicado por Freyre em seu livro *Nordeste*, e aplicado por Tocantins nos seus estudos sobre Amazônia. De Oliveira Vianna as referências não são tão explícitas, no entanto, é notória a influência do pensador fluminense sobre a postura crítica adotada por Tocantins no que diz respeito ao liberalismo. Ambos estavam convencidos que o liberalismo constituía uma doutrina alienígena à nossa organização social e que impedia o desenvolvimento das instituições políticas brasileiras a partir de nossas tradições. Aceitando, assim, do pensador fluminense a concepção de que a autonomia administrativa não permitia aos estados mais pobres da União enfrentar a complexa tarefa de se desenvolverem e superarem seus problemas sociais e econômicos. Com exceção de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, possuidores de uma economia forte e uma elite política organizada, os outros estados encontravam-se à míngua, necessitando de uma mudança institucional coordenada e centralizada pelo poder federal para saírem da letargia econômica em que se encontravam (TOCANTINS, 1972, p. 20-21). O diálogo intelectual de Tocantins com os pensadores brasileiros do início do século XX nos conduziram à fecunda herança intelectual de Alberto Torres, com a qual Tocantins compartilha a opinião de que a verdadeira *política* envolve ideias ou sistemas de ideias que tornem dinâmicas e progressistas as instituições, correspondendo ao ideal social de cada época e nação (TOCANTINS 1969, p. 15).

Em proporções distintas, o conjunto dessas ideias e a experiência intensa no interior da Amazônia são as mediações de sua interpretação do universo cultural regional e de nossa identidade amazônica, condição legítima para reivindicar uma participação política a altura da importância que a região guarda para o futuro do desenvolvimento nacional. Não é sem sentido que afirma de modo categórico

A integração da Amazônia no complexo social e econômico brasileiro é uma tarefa que decorre do estado de consciência

amadurecida a que chegou a Nação, decidindo-se a incorporar este grande império do Brasil, que compreende cerca 2/3 da área nacional.

Além de constituir dever cívico dos governantes, o desenvolvimento da Amazônia traduz o esforço da coletividade brasileira com objetivo de estruturar processo regional de economia e de vida social, em face do crescimento do Brasil e da evolução de um mundo onde não mais se justifica a existência de áreas potencialmente ricas como mera expressão geográfica, e sim pela participação ativa que venham a ter na criação de valores essenciais ao bem-estar humano.

Na luta contra o subdesenvolvimento impõe-se uma estratégia que deve compreender o aproveitamento racional de todos os espaços que possam proporcionar elementos necessários ao esforço para por fim à fome, ao desemprego, aos desequilíbrios, que, em nossa pátria, são tão acentuados de região a região. A Amazônia como espaço e como área potencial, deve ser considerada, portanto, dentro das preocupações oficiais, visando àquelas soluções. (TOCANTINS, 1972, p. 333).

As ideias em circulação naquele ambiente podem ser vistas como as mediações necessárias no processo de tomada de consciência sobre a posição política da região e da classe (a qual pertence) no jogo de força pela definição de uma cultura de uma identidade nacional legítima. Tendo como pressuposto que as regiões são o espaço constitutivo de uma autêntica unidade cultural e política do Brasil, sua aproximação do movimento regionalista nasce de uma dupla identificação. A primeira diz respeito às afinidades intelectuais com as teses do movimento regionalista e com o método, genético ecológico proposto por Freyre; e a segunda, com as posições políticas dos setores agrários do Nordeste, abandonados a sorte pela União, que privilegiava o eixo Sudeste-Sul. Para Tocantins, havia uma situação semelhante entre o setor agrário do Nordeste e o setor extrativo do Norte após o declínio do açúcar e a crise da borracha respectivamente. Os dois setores pareciam viver das glórias do passado e procurando de algum modo reverter o quadro político e econômico em que se encontravam. O conjunto dos problemas que atravessavam as duas regiões parece ecoar na observação em que Freyre conclui: que a desorganização constante a qual o país estava submetido resulta principalmente do fato de que as regiões vêm sendo esquecidas pelos

estadistas e legisladores brasileiros, uns preocupados com o direito dos estados, outros, com as necessidades de união nacional, quando a preocupação de todos deveria ser a de articulação inter-regional, pois o Brasil é feito sociologicamente de regiões desde os seus primeiros dias, regiões naturais a que sobrepuseram regiões sociais. (FREYRE, 1996).

Atmosfera semelhante parece ter animado o espírito de parte dos intelectuais e homens de letras na Amazônia. Diante do declínio do extrativismo da borracha, os intelectuais oriundos dos setores dominantes da região produziram uma literatura na qual procuraram repor a Amazônia no cenário do debate nacional. A produção desses autores indica a necessidade de um novo pacto federativo no qual a Amazônia se incorporaria como área estratégica para o desenvolvimento nacional. Posição assinalada por Araújo Lima, ao se contrapor aos detratores do clima e do meio físico da Amazônia como obstáculo a qualquer empresa civilizadora na região. Afirma o ilustre higienista, que o fracasso da economia regional se deve ao fato de que ela se baseou na ação de indivíduos isolados, faltou a coordenação pública fundada na engenharia sanitária moderna. Conclui, assim, que não são o clima ou o meio físico os responsáveis pelo atraso da região, o verdadeiro obstáculo é a ausência da engenharia sanitária e de um conjunto de medidas necessárias para atenuar as endemias tropicais coordenadas pelos poderes públicos para dar suporte ao esforço da iniciativa privada individual, (LIMA, 2001). Tese compartilhada, em proporção distinta, por Djalma Batista quando afirma que cabe ao Brasil dever político e cívico de não perder a bacia do maior rio da Terra, que representa quase metade de seu território. O Brasil tem um papel fundamental no mundo contemporâneo, é a primeira grande experiência que faz na história moderna a espécie humana para criar um grande país independente, dirigindo-se por si mesmo no espaço dos trópicos e com uma relativa tolerância entre as raças. (BATISTA, 2003). Raciocínio semelhante esboça Arthur Cezar Ferreira Reis quando afirma que a ascensão brasileira à potência mundial passa, em particular, pela integração econômica, política e cultural da Amazônia ao restante do país. Os recursos naturais, vegetais e minerais, do vasto território amazônico, são indispensáveis ao parque

industrial que o Brasil vem montando. Precisamos realizar urgentemente um inventário das potencialidades amazônicas diante dos interesses externos sobre as riquezas naturais da região. (REIS, 1972).

Não é de admirar que autores como: Álvaro Maia, Araújo Lima, Raimundo Moraes, Alfredo da Matta, Clovis Barbosa, Péricles Moraes e outros procurem romper o dique de um modelo federativo que acentuava as disparidades regionais e a estagnação econômica na qual a região mergulhara após a crise da borracha. O discurso antiliberal é evidente no clamor a uma ação mais incisiva do governo federal no sentido de coordenar por meio de agências estatais um plano de desenvolvimento para além dos rateios tradicionais de verbas para os estados da região. Estavam convencidos da necessidade de uma ação política continuada para efetivar uma integração legítima da Amazônia ao projeto de desenvolvimento nacional. O descrédito político e o declínio econômico de ambas as regiões produzem um sentimento comum de reação ao modelo federativo que privilegiava os estados do sudeste e do sul, acentuando com isso as disparidades regionais. Nesse caso, as teses do movimento regionalista são uma estratégia intelectual e política para repor tanto o Nordeste, quanto o Norte na agenda política nacional.

O tema Amazônia sempre aparece em último lugar nos debates políticos, quando deveria aparecer ao lado do tema Nordeste, pois ambas as regiões constituem os dois mais graves problemas do país. (TOCANTINS, 1972, p. 64).

O declínio do açúcar no Nordeste e da borracha no Norte tornou os problemas de ambas as regiões temas secundários na agenda política nacional. A importância que o café adquiriu na vida econômica e política nacional, fez com que a região Sudeste se tornasse hegemônica, definindo as prioridades políticas do país e constituindo-se em centro difusor de novas concepções estéticas.

O domínio científico do social constituía para os regionalistas do Norte e Nordeste o caminho legítimo para efetivar suas posições políticas no âmbito

do debate nacional. Consistia, na prática, a posse de um conhecimento, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade como capacidade de definir o social e explicar as condições da sua organização, desvinculado do interesse de classe ou grupo, por isso dotado de legitimidade. O comprometimento político desses intelectuais com determinado projeto nacional fica subsumido na legitimidade do discurso científico contido em seus estudos sobre a formação regional e nacional.

Não nos surpreende perceber como o espírito modernista ganhou ares e cores locais na Amazônia; tanto em Manaus, como em Belém aspectos da cultura popular e do folclore local foram integrados à estética modernista como um desdobramento do que Antonio Candido classificou de *desrecalque localista*. Lendas de índios, ditados populares, estereótipos da região, danças e folguedos, antes estigmatizados, são aceitos como elementos constitutivos de nossa identidade. Realizava-se, na esfera local, um procedimento o qual os modernistas já haviam dado o primeiro passo quando fundiram elementos tradicionais da cultura brasileira com as novas concepções vindas da Europa.

Finalmente, não se ignora o papel que a arte primitiva, o folclore, a etnografia tiveram na definição das estéticas modernas, muito atentas aos elementos arcaicos e populares comprimidos pelo academismo. Ora, no Brasil as culturas primitivas se misturam à vida cotidiana ou são reminiscências ainda vivas de um passado recente. As terríveis ousadias de um Picasso, um Brancusi, um Max Jacob, um Tristan Tzara, eram, no fundo, mais coerentes com nossa herança cultural do que com a deles. O hábito em que estávamos do fetichismo negro dos calungas, dos ex-votos, da poesia folclórica, nos predispunha a aceitar e assimilar processos artísticos que na Europa representavam ruptura profunda com o meio social e as tradições espirituais. Os nossos modernistas se informaram pois rapidamente da arte européia de vanguarda, aprenderam a psicanálise e plasmaram um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência européia por um mergulho no detalhe brasileiro. É impressionante a concordância com que Apollinaire e um Cendrars ressurgem, por exemplo, em Oswald de Andrade. (CANDIDO, 1976, p. 121).

Nossa herança negra e ameríndia estigmatizada como barbárie, em

oposição à civilização europeia, não era mais interpretada como um sintoma de nossa inferioridade, essa suposta deficiência de nossa nação era recuperada como uma característica singular do povo brasileiro. Em certas ocasiões, a mestiçagem revela ser uma qualidade superior ao modelo de vida das nações europeias. A mestiçagem do povo brasileiro, até então vista como um limite ou obstáculo à formação nacional, pelos que fantasiavam serem europeus instalados nos trópicos, torna-se patrimônio cultural e matéria da criação artística.

Os argumentos de Candido nos sugerem certa aproximação com a formulação de Adorno referida no início deste capítulo. A dialética localismo/universalismo, também sugerida por Schwarz, presente nos modernistas, exprime, em nosso modo de ver, o processo no qual o universal se reproduz e se produz através de seus momentos *individuais*, dessa forma não se podem separar o universal de sua expressão *local*. Por outro lado, o *local* não pode ser compreendido apenas em seu funcionamento, em si e sem as conexões com o universal, cuja essência, está justamente no movimento *singular* do qual a vida local é um momento do universal, ou melhor, sua expressão. Em outros termos a cultura brasileira, e suas respectivas regiões, são momentos específicos do processo de universalização da sociedade moderna capitalista. Essas manifestações trazem cifradas em si o movimento da história universal

Na Amazônia a dialética local/universal presente no âmbito da renovação estética modernista, precisa ser compreendida a partir das mudanças provocadas pelo declínio da borracha e pelo advento da primeira guerra mundial (1914-1918). A desvalorização econômica da borracha, produto que proporcionara notável desenvolvimento urbano, permitiu à região uma ligação material e cultural mais intensa com a Europa do que com o Rio de Janeiro ou São Paulo. A guerra interrompeu essa corrente de ideias, de sentimentos e de importação de utilidades que todos já haviam se habituado a desfrutar na vida diária. Nesse período, a inteligência local passa a ter contato mais duradouro com as ideias estéticas e políticas em circulação no Sudeste e

Sul do país. Os movimentos de contestação armada dos tenentes que tiveram curso nos anos de 1922 e 1924, a marcha da coluna Prestes pelos sertões brasileiros repercutiram na Amazônia, originando uma consciência de alerta para os problemas brasileiros, a serem equacionados. O modernismo do eixo São Paulo-Rio encontra, assim, um ambiente fecundo para expandir-se na Amazônia. Em Belém, os intelectuais reuniram-se em torno da figura de Andrade Queiroz. Suas viagens freqüentes a São Paulo fez dele uma espécie de difusor dos ideais modernistas na capital paraense. Influenciado pelas informações disseminadas por Queiroz, Paulo Maranhão Diretor do jornal Folha do Norte abriu as portas para a publicação de escritores comprometidos com a estética modernista. Em Manaus, por sua vez, surgira o grupo mais ativo do modernismo no Norte, sob a liderança de Clovis Barbosa e de uma imprensa avançada do ponto de vista gráfico e técnico lançaram as primeiras revistas de caráter modernista. Não é sem sentido que para Tocantins, Manaus adquiriu relevância crucial para a difusão dos ideários modernistas na Região Norte. Foi na capital amazonense que se editou a primeira revista dentro do espírito moderno, *Redenção*, dirigida por Clovis Barbosa. O debate e as polêmicas provocadas pela revista *Redenção* estimularam outras publicações inovadoras, como *Primeiro de Janeiro*, *Equador* e *Selva*. Embora recebesse colaboração de escritores de várias tendências estéticas, a ideia-força que orientava essas revistas era a fusão do moderno com as tradições genuinamente brasileiras, vontade estética presente no modernismo do sul que ganhara cor local e regional.

A Clovis Barbosa, paraibano que veio criança para o Amazonas e aí se integrou no meio, deve-se a concepção e a realização gráfica de todas essas publicações revolucionárias para a época. Espírito combativo, mordaz, talentoso, Clóvis Barbosa desencadeou um movimento de renovação espiritual, estendendo-o a Belém, onde mantinha ligações com a inteligência local. Abguar Bastos, ao lado de Clóvis Barbosa, anima e impulsiona o movimento: suas conferências literárias em Manaus e Belém, o seu manifesto *Flaminaçu* – união do espírito latino com o índio, daí *Flaminaçu*, ou a Grande Chama -, constituíram peças importantes no processo do Modernismo Literário na Amazônia.

Clóvis Barbosa mantém assídua correspondência com Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Jorge Amado, páginas que são

transcritas em sua revista *Selva*. Raul Bopp escreve a Abguar Bastos e o estimula a dar mais atenção ao índio, a consultar a floresta, a “enforçar os retrógrados com cipó”, a não ter vergonha do jacaré e do boi-bumbá, a demolir a “velha sensibilidade do bacharel, do literato fofo e palavroso” a tomar, enfim, “o pulso da terra” expulsando “os preciosismos franceses” [...]. (TOCANTINS, 1969, p. 93).

O que nos chama a atenção nessa longa passagem de Tocantins é a presença da dialética localismo/cosmopolitismo. Animados pelo intenso debate com Mário de Andrade, Raul Bopp e os modernistas de modo geral, Clóvis Barbosa e Abguar Bastos rompem com os ideais parnasianos, o passadismo, o academismo e a retórica bacharelesca. Significa não ter vergonha de assumir nossas raízes indígenas e de tomar como matéria prima da criação artística o folguedo, os mitos e as lendas do folclore regional como Raul Bopp¹⁰³ sugerira, em carta a Abguar Bastos.

O movimento modernista liderado no Norte por Clovis Barbosa e Abguar Bastos equivalera no âmbito regional ao *desrecalque* sugerido por Antonio Candido para explicar a superação da consciência de inferioridade, produzida pelos estigmas imputados ao Brasil e suas respectivas regiões, “*povo mestiço, situado no trópico incapaz de absolver as instituições e a cultura européia*”. Não é de estranhar a viagem que Mário de Andrade fez a Amazônia para conhecer de perto a natureza e o folclore do Brasil profundo. Para Wilson Martins sua busca pelo especificamente brasileiro aparece em seu romance-rapsódia *Macunaíma*, no qual tipos e lendas do Amazonas são valorizados em uma ficção original com densidade suficiente para descortinar a dialética do localismo/cosmopolitismo na pele do herói rapsodo. *Macunaíma*, o mito nacionalista que desnacionalizava o brasileiro por excesso

¹⁰³ Como haveria de fazer na elaboração de seu livro *Cobra Norato* de 1931.

de nacionalismo, não era do agrado de todos¹⁰⁴.

Abguar Bastos lançou imediatamente, em conseqüência, o manifesto do contramito amazônico: o Flaminaçu, em que encadeava “o latino e o índio” num “movimento que não parece ter ultrapassado a sua própria pessoa. Em São Paulo, falando aos estudantes da Faculdade de Direito, Batista Pereira não somente procurava transmitir uma lição de energia e patriotismo, o que não surpreende, mas, ainda, propunha pela primeira vez a idéia de que o Brasil estava construindo nos trópicos uma civilização original e vitoriosa. O que nos faltava, dizia ele, era orgulho nacional: refutando Buckle, Gobineau, James Bryce, ele rejeitava, igualmente, a responsabilidade nacional pela guerra do Paraguai: éramos, de fato, um país mestiço e nisso estava nossa superioridade. (MARTINS, 1996, p. 427).

Ao inverter a ordem do discurso depreciativo de nossa condição mestiça e tropical em qualidades específicas de nossa cultura, os modernistas forneceram munição necessária para os intelectuais do Norte, empreenderem uma verdadeira batalha contra os que condenavam a Amazônia ao eterno subdesenvolvimento em razão de sua herança ameríndia e de suas condições físicas naturais.

A aproximação dos intelectuais amazônicos do modernismo¹⁰⁵ de São Paulo-Rio se acentua com o movimento *antropofagista* que prega o retorno aos valores autênticos da terra. Abguar Bastos relata que o movimento se difundiu na capital paraense por meio do poeta Clóvis Gusmão, despertando interesse profundo na cultura popular e no folclore, esquecidos até então pelo

¹⁰⁴ Abguar Bastos tece uma crítica de fundo ao nacionalismo pastoso e superficial sintetizado na figura do mito, exaltando apenas em seu aspecto simbólico e abstrato esquecendo o que de vivo existe no brasileiro (MARTINS, 1996)

¹⁰⁵ Mário de Andrade, também se interessara pelo folclore e pela natureza amazônica, em busca do especificamente brasileiro que verificamos em Macunaíma, no qual lendas e tipos do Amazonas são valorizados como expressão estética legítima de nossa cultura. Acerca desse tema, consultar: *Vida, cultura e ação* de Leandro Tocantins; *Sociedade e cultura* de Antonio Candido; *História da inteligência brasileira* de Wilson Martins.

parnasianismo e o academismo. O desrecalque produzido pela influência modernista e em particular o movimento *antropofagista* pode ser observado nas palavras de Abguar Bastos, citado por Tocantins, “*o novo sentimento brasileiro-amazônico na literatura não mais se acanha de andar de pé no chão, atrás do mato, índio, macumba, tajá, minhocão, uirapuru*” (TOCANTINS, 1969, p. 94, grifo nosso). O retorno a esses valores autênticos que definem a identidade regional pode ser visto em sua integridade no poema *Marapatá*, de Francisco Pereira da Silva. Inspirado na fantasia popular da ilha da consciência, situada na foz do Rio Negro próximo a Manaus, conhecida como Marapatá, cuja função, segundo os caboclos da região, é guardar a consciência dos que, no tempo áureo da borracha, vinham ao Amazonas em busca de fortuna. Quando os seringueiros abandonavam a região, muitos deles ricos retornavam à ilha para apanhar de volta a sua consciência de bons burgueses que aspiravam ser na nova vida (TOCANTINS, 1969, p. 94).

Se levarmos em consideração o número de revistas publicadas no Amazonas e no Pará durante os anos 20, chegaremos à conclusão de que Manaus assumira um papel de destaque na difusão das concepções estéticas modernistas, e não é de admirar que na cidade, depois de 1930, tenham surgido duas referências imprescindíveis no campo dos estudos sociais, Araújo Lima e Arthur Cezar Ferreira Reis.

Suas respectivas obras se converteram em fonte de consulta permanente para os estudiosos da região em *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, não faltam referências à obra de Araújo Lima quando o tema é a Amazônia.

O êxito da estética modernista no Amazonas nos anos 20 nos parece estar ligado à percepção local de que aquela tese possuía um viés de resistência política a hegemonia do centro sul do país e ao mimetismo que copiava o estilo de vida europeu e norte-americano. Essa percepção foi perdendo força entre as novas gerações de intelectuais da região que dada as suas inclinações regionalistas viram no movimento de Recife uma saída para os impasses políticos que o modernismo havia colocado no horizonte de suas interpretações da vida cultural regional e da ação política para tornar a

Amazônia um dos temas centrais da agenda política nacional. Isso não quer dizer que a estética modernista esteja desvinculada de uma concepção política, o que as novas gerações de intelectuais perceberam é que a estética/política modernista não possibilitava romper com a hegemonia do centro sul. Na verdade, ela reforçava os elos de dominação política e cultural que o Sudeste exercia sobre as outras regiões do país. Não é a toa que Abguar Bastos e Clovis Barbosa já indicam os limites políticos da estética modernista, em suas críticas ao nacionalismo pastoso de Mário de Andrade. Esse nacionalismo convertia-se em uma pasta colorida na superfície do problema da diversidade cultural e das identidades regionais do país. Servia apenas como conteúdo de uma literatura simbólica, abstrata e a determinados grupos e não a totalidade do povo brasileiro em suas diversas manifestações (MARTINS, 1996, p. 427).

Tudo indica que foram os impasses políticos no interior do movimento modernista que levaram a conversão ao regionalismo de parte significativa da geração de intelectuais da qual faz parte Leandro Tocantins. Podemos visualizar parte das questões que levaram à conversão daqueles intelectuais recuperando o debate de Élide Rugai Bastos a respeito da importância adquirida pela obra de Gilberto Freyre nos anos 30.

Ao realizar um balanço dos ensaístas brasileiros dos anos 20, Bastos identifica dois temas comuns àqueles, de um lado a *cultura* e de outro a *identidade* nacional. Em torno desses dois espectros que consumiam a inteligência da época, o intelectual que conseguisse definir as matrizes da *cultura* brasileira daria um passo decisivo para decifrar e legitimar a *identidade* nacional. Tal dilema só encontrará solução nos anos 30 com a obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre. A síntese cultural de um país mestiço, elaborada por Freyre a partir do culturalismo de Franz Boas, teve impacto significativo no cenário nacional, ampliando o círculo de visibilidade do movimento regionalista e ao seu modo modernista do Recife. Ao propor o debate da questão nacional a partir de três pontos principais: *a raça, a cultura e o regionalismo*, Gilberto Freyre indica para os intelectuais das diversas

regiões do Brasil uma via de acesso para compreender a dinâmica da fusão das raças em cada região, a especificidade cultural resultante desse processo e a contribuição dessas para a conformação da identidade nacional.

Se por um lado, as teses do movimento modernista reproduziam a dominação política e cultural entre o Sudeste e as demais regiões do país. A proposta de Freyre redefinía o papel político de cada região no processo de constituição de nossa cultura e identidade. Proporcionando, dessa forma, uma nova proposta política para o Brasil, fundada nas tradições e valores regionais, se contrapondo ao modelo federativo que privilegiava os estados do sul do Brasil em detrimento do Nordeste e do Norte.

Tudo indica que a posição política presente nas teses regionalistas confluía para o sentimento de abandono no qual a Amazônia fora relegada pelo poder público da União após o declínio do extrativismo da borracha. Sentimento que para os intelectuais da região se expressava no desequilíbrio político regional resultante de um federalismo no qual sobressaiam as forças do sul do país. A angústia provocada por esse sentimento aparece nas palavras de Clovis Barbosa quando afirma que a pretensão da revista Equador é o compromisso de achar o nosso ritmo dentro de uma mentalidade social e física absolutamente brasileira. Observando a realidade hostil do meio, espelhando um sentimento humano sem desacerto de espírito local. Raciocínio semelhante parece estar na crítica de Abguar Bastos conferida a Mário de Andrade, citada por Wilson Martins. Crítica na qual o autor paraense acusa Mário de Andrade de converter o nacionalismo em um adorno meramente simbólico, de modo que a síntese do herói nacional na pele de *Macunaíma* serve apenas de veículo de exaltação da literatura sumamente abstrata, desencarnada do que havia de vivo na humanidade brasileira em suas particularidades regionais. Esses argumentos não podem ser lidos como peças de disputas estritamente literárias. Em jogo estão distintos níveis de mediação conjugados na percepção política do papel que a região ocupa na luta pela definição legítima da cultura nacional, tendo como ponto de partida a condição sócio-cultural e o declínio econômico vivido na Amazônia. Se no debate literário o sentimento

de abandono ou esquecimento da região pelos poderes da União não são tão evidentes, nos ensaios de históricos e sociais são explícitos. Basta abrirmos as primeiras páginas de *Amazônia, a terra e o homem*, de Araújo Lima para sentirmos a força daquele sentimento em seus escritos ao assinalar que nem o clima nem o meio físico são os culpados do atraso econômico e cultural da região, senão a ausência de um poder político capaz de coordenar as ações dos indivíduos por meio de uma política de higienização e de educação capaz de levar a termo um projeto de desenvolvimento. Sentimento comum também atravessa os escritos de Álvaro Maia, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e outros.

A validade heurística do esquecimento, para a compreensão dos mecanismos sociais que articulam a Amazônia às diversas fases históricas de sua inserção na dinâmica da economia nacional e mundial, apontada por diversos intelectuais da região, é elucidativa na proporção em que percebemos como essa condição de esquecimento pela nação suscitou respostas por parte dos intelectuais regionais, entre os anos 20 e 50, a fim de posicionar a região em uma condição mais favorável no jogo de forças políticas que definiram o projeto nacional. Leandro Tocantins encontra-se nesse vórtice de lutas políticas em torno da organização diretiva da cultura e do estado brasileiro.

Nas respostas dadas pelos intelectuais à incômoda questão de nossa formação nacional, observamos a conjugação em graus diferentes de dois temas centrais: *a cultura e a identidade*. Evidente que essas duas questões estão intimamente articuladas à história, a política e à organização da vida social. Não é sem sentido que para Tocantins a cultura e a identidade estão associadas ao processo de constituição da nação em seus múltiplos aspectos. Afirma dessa maneira que o esforço de criação de uma Cultura no Brasil, durante os três primeiros séculos da colonização, embora condicionada por fatores sociais, culturais e políticos da metrópole portuguesa encontra no território brasileiro, fortes motivações da paisagem tropical e da vida social que aqui se desenvolveu.

[...] O colono esquece, ou quase chega esquecer a situação anterior, e se ajusta ao ambiente novo, integra-se no espírito da nova sociedade. O processo de aculturação e de miscigenação gera um status cultural que é diferente ao das origens européias, aproximando-se das realidades do meio. Os hábitos pessoais, os costumes culinários, a filosofia de vida, ganham condição ecológica tropical.

A Literatura e a Arte, incidindo nos domínios da História Social, da Sociologia, da Psicologia Social, espelham a personalidade do homem, e essa personalidade projeta um modo de ser nacional. E a Literatura que começou a ser produzida no Brasil, sobretudo a partir do século XVII, é brasileira, embora a sua conotação portuguesa. É brasileira porque reflete uma experiência brasileira, uma sensibilidade que se exprime dentro do quadro natural e social brasileiro (TOCANTINS, 1969, p. 36).

Conclui Tocantins que o meio tropical e a diversidade racial encontrada pelo colonizador no Brasil exigiu não uma simples adaptação, mas uma mudança de sensibilidade, de modo de ser e agir. Implicando, assim, na criação de um novo homem, o brasileiro que se manifestaria na literatura.

A literatura, a arte, os relatos de viajantes e cientistas sobre a sociedade colonial nos revelam os momentos da constituição de uma nova civilização. Por meio do conjunto das obras produzidas nesse período podemos visualizar as linhas que separam a literatura portuguesa da brasileira. Para ele, um dos marcos de fundação de nossa literatura encontra-se em Gregório de Matos Guerra (o boca do inferno), autor que sintetiza em sua obra o espírito do homem brasileiro nascente e de uma nova cultura na qual o trópico e a miscigenação são sua expressão mais viva.

O meio transformou a mentalidade do colono, condicionando-o a adotar outras atitudes, despertando-o para as novas motivações e interesses que a terra lhe oferecia. Um homem brasileiro, enfim, se forja em contato com o ameríndio e o africano em terras tropicais. Nesses termos a cultura brasileira e a identidade nacional começam a se forjar no lento processo histórico que decorre desde a colonização. A literatura capta os distintos momentos desse processo no tempo e no espaço, revelando os mecanismos sociais pelos quais

se inventa a cultura, a identidade que dão corpo a nação.

A cultura brasileira e uma de suas expressões mais vivas, a literatura, evolui a partir do choque entre as tradições vindas da Europa e os valores surgidos nas interrelações do homem com o meio. A partir desta constatação Tocantins observa que nas obras de José de Anchieta, Antônio Vieira, Gregório de Matos Guerra, Botelho de Oliveira, Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa, José Bonifácio sobressaem, entre outras, o espírito de uma nova nação e o sentimento que tendia a libertar-se da influência portuguesa, revelando sinais de um espírito nativista, criador da consciência nacional. À maneira de Hegel, Tocantins identifica na literatura, na arte e nos relatos sobre a vida colonial o progresso do espírito nacional brasileiro cujo fim último a ser alcançado é a organização do Estado.

Não é de modo algum casual que no âmbito dos trabalhos de Tocantins a tradição - *entendida como valores que personalizam o país em suas manifestações de vida, tanto no aspecto material como no espiritual* – pode, por meio da cultura (*conjunto das manifestações literárias, artísticas, filosóficas, populares, lendas, música, superstições, credos, manifestações folclóricas e outras*) ser cultivada junto ao espírito moderno. Ele está convencido que é possível a sociedade se transformar resguardando e protegendo a consciência histórica de nosso passado, lugar do espírito nacional brasileiro.

[...] o elo necessário entre tradição e modernidade é a cultura – veículo de transposição e de compreensão entre a essência do valor criado e sua transformação dinâmica e moderna em valor novo. Aliás, esta forma de percepção ou de captação de passados, válidos para o estímulo do espírito nacional em seus ímpetos de criatividade e de afirmação brasileira, já se vem revelando como idéia-força em movimento de renovação literária, estética e até social. É o exemplo do Modernismo de 1922, no eixo São Paulo-Rio, e do Regionalismo de 1926, no Recife. Ambos denunciando íntima associação entre o tradicional e o moderno, ou melhor, a valorização do tradicional brasileiro dentro de uma forma de expressão e de intenção substancialmente modernas. Sem omitir a presença da revolução de 1930, que continua em marcha, e sempre a procura de constantes brasileiras para resolver problemas de nossa

estrutura política, social e econômica. (TOCANTINS, 1969, p. 13).

Nesse aspecto é que Modernismo e Regionalismo expressam posições políticas e estéticas que guardam semelhanças e diferenças, aproximações e distanciamento. Em meio ao jogo político pelo poder de definir a cultura e a identidade nacional, ambos os movimentos ganham nuances assumidas a partir das condições sócio-culturais de cada região, condição que para Tocantins não impede de identificarmos aproximações entre as propostas dos dois movimentos. Por isso assinala que a proposta dos modernistas em romper com o passadismo - romântico, parnasiano, a formalização e o academicismo - por meio do o retorno as raízes autênticas do povo brasileiro sem recorrer às formas estereis, vazias e edulcoradas de cultura, guarda semelhança com as teses regionalistas e, a seu modo, modernista do Recife que vasculha nas raízes mais profundas de nossa cultura o espírito nacional (Tocantins, 1969).

As ambiguidades e as contradições de uma cultura mestiça nos trópicos eram resolvidas no passado idealizando-se o índio, ignorando-se a mestiçagem e amaneirando-se a paisagem (CANDIDO, 1974) (FREYRE, 2004) (MARTINS, 1996). O Modernismo e o Regionalismo transformaram a mestiçagem em um emblema nacional, virtude e qualidade de uma nova civilização tropical.

A ruptura com a imagem idealizada do índio e com os preconceitos que viam na herança negra e indígena do povo brasileiro a causa do nosso atraso, proposta pelos modernistas, guarda nexos com a intenção formulada pelos regionalistas do Recife. Basta observarmos que o movimento nordestino conferiu à tradição sentido vivo, criador, desembaraçado do formalismo que tendem à estagnação ou a copia servil de modelos acadêmicos que adornavam o passado com formas gregas ou românticas. Para os regionalistas do Nordeste, o nosso passado colonial é rico em expressões originais de vida, cultura e tradição forjadas pela miscigenação de negros, índios e brancos em solo tropical. Passado com qualidade de permanência em meio a qualquer

transformação moderna que pretendamos para o país, uma tradição com qualidades de permanência, que não é bem um passado ou uma tradição morta, mas uma força, que se renova e continua. Não se excluem *regionalismo* e *nacionalismo*, de um lado, e, *cosmopolitismo*, de outro. Cabe à inteligência dos homens a arte difícil de identificar nas raízes profundas da cultura local seus traços nacionais e universais.

O próprio Gilberto Freyre, ao assinalar a posição do grupo de intelectuais ligado ao Regionalismo, expõe pontos de intersecção com o Modernismo.

[...] rompendo-se com as convenções e com a passiva subordinação absoluta a modelos estrangeiros e unindo-se a essas novas formas (o seu tanto expressionista na ênfase dada a impulsos de dentro para fora neutralizantes do excesso dos de fora para dentro: impulsos tropicalizantes de, aliás, valiosíssimas importações de valores europeus) a reinterpretação, a interpretação e a utilização de motivações e de motivos brasileiros, regionais, tropicais que dessem vigor ecológico e visão ecológica das relações do homem com o ambiente regional. Este foi um dos pioneirismos dos renovadores recifenses: - Uma renovação da cultura brasileira que ultrapassava a vinda, tanto, por um lado, dos indianistas à José de Alencar e à Gonçalves Dias, como, por outro lado, dos Germanistas, à Tobias Barreto, a dos francófilos e anglo exagerados e dos ianquemaníacos. (FRYRE, 1996, p. 238).

Não podemos negar que as intenções do Regionalismo presentes nos argumentos de Freyre, estão alinhadas com as diretrizes gerais do movimento Modernista, a ruptura com os que ignoravam a mestiçagem e amaneiravam a paisagem com modelos parnasianos ou românticos constituem a tônica dos dois movimentos, além, é claro, do mimetismo que trasladava padrões europeus de vida e cultura para o Brasil sem se dar conta de sua incompatibilidade com a vida social e a ecologia regional. Aproximação que se torna mais nítida nas próprias palavras de Gilberto Freyre ao tecer comentário a respeito dos dois movimentos, indicando graus de semelhanças entre as propostas de Mário e Oswald de Andrade com as do Movimento do Recife.

Note-se que enquanto a Semana de Arte Moderna de São Paulo e o modernismo do Rio liderados por Graça Aranha – com a revista *Estética* e o grupo Tasso-Muricy, como correntes a parte – se esmeraram, antes das últimas fases de prodigiosa atividade de Mário de Andrade e de Oswald, em renovações, aliás admiráveis, em setores eruditos da cultura, Mário dispensando atenção a certos folclorismos dessa cultura à qual comunicaram valiosos estímulos e valiosas sugestões importadas da Europa, o Movimento do Recife, sem deixar de incluir importações dessa espécie, empenhou-se também em, desde o seu início, pesquisar, reinterpretar, valorizar inspirações vindas das raízes telúricas, tradicionais, orais, populares, folclóricas, algumas como que antropologicamente intuitivas da mesma cultura [...]. (FREYRE, 1996, p. 251).

As clivagens no interior de ambos os movimentos indicam distanciamentos políticos que embaçaram as semelhanças que os envolviam. Embora Graça Aranha tenha repudiado todo e qualquer vínculo com o Regionalismo em sua conferência de inauguração da semana de Arte moderna, intitulada “*A emoção estética na Arte moderna*”, era quase impossível, na densa atmosfera dos anos 20 e 30, a dissociação por completo entre as propostas intelectuais e as teses de ambos os movimentos, como assinala Wilson Martins

O nacionalismo literário e artístico, nomeadamente sob as espécies privilegiadas do regionalismo, era apenas a vibração harmônica dessas verdades aceitas, e reciprocamente; o Modernismo, numa das suas tendências mais profundas e características, era, da mesma forma, nacionalista e regionalista, ou seja, inconscientemente arcaizante, surpreendente quanto seja à primeira vista, mas agora num contexto surrealista e revolucionário [...]. (MARTINS, 1996, p. 316).

Wilson Martins e Antonio Candido não se furtam em observar que o retorno à herança negra e ameríndia, que se fundiram no ambiente tropical, expõe elos comuns entre as teses do movimento Regionalista do Recife e o Modernismo, mas que de modo algum escondem as ambivalências e contradições que os envolviam no cenário cultural brasileiro nas primeiras décadas do século XX. A tônica característica da produção intelectual desse

período era a dos ensaios, das crônicas e dos estudos sociológicos. Neles estão registradas as polêmicas e as diversas posições assumidas pelos intelectuais, em grupo ou individualmente. Cabe salientar que toda e qualquer concepção estética guarda modulações políticas, antropológicas, sociais que tem a ver com a circulação de idéias entre as classes sociais e suas frações em luta contínua pela definição do mundo social, mediante a conversão do excedente econômico acumulado em distinção simbólica (BOURDIEU, 1988). Daí por que as sínteses estéticas inspiradas nas raízes mais profundas da cultura popular expressam um programa de independência intelectual como estratégia para firmar politicamente a região na luta pela definição legítima da cultura e da identidade nacional, abrindo espaço para tornar visíveis os problemas sociais e econômicos regionais face às demais regiões do país. Os intelectuais comprometidos com essa tarefa procuravam definir de maneira ampla a posição da Nação no concerto mundial das civilizações mais avançadas e internamente assumiam um ponto de vista político regional na defesa de um modelo federativo capaz de contemplar os interesses dos grupos dominantes de cada região.

A migração das ideias nesse ambiente espesso de lutas políticas e transformações sociais não se faz sem inflexões, resultantes da situação sócio-histórica do interpretante. Nesse aspecto, o regionalismo adquire nuances no extremo Norte, conforme as peculiaridades do modo de organização sócio-cultural e do processo econômico fundado no extrativismo.

Os aspectos parcelados que nos chegam, cada dia, dos rumos e perspectivas do pensamento que orientou as inteligências daquele tempo e da repercussão do modernismo do eixo São Paulo - Rio e do movimento regionalista do Recife nas diferentes províncias do país, emprestam fisionomia nova ao desenvolvimento histórico das idéias no Brasil [...].

Só agora começam surgir elementos que vão possibilitar o entendimento global do fenômeno: as suas repercussões ou versões regionais, enriquecidas de valores representativos da vida de cada região. Dessa espécie de jogo combinatório parece derivar a feição especialíssima de um modernismo amplo, que é ao mesmo tempo tradicional e moderno [...] (TOCANTINS, 1969, p. 130).

Movido por essa espécie de jogo combinatório entre as ideias Tocantins observa que o modernismo de São Paulo, com sua feição demolidora, revolucionária e heróica nos seus primeiros tempos parecia inconciliável com o tradicional e o regional, porque na aparência repudiava o velho em favor do novo. Essa aparência cai por terra, para Tocantins quando observamos que as obras do movimento modernista guardam um sentimento telúrico pelas raízes da cultura brasileira. Nos manifestos e nos tipos construídos podemos observar a síntese entre a tradição e o moderno que os aproximam do movimento do Recife, o que demonstra para Tocantins que o Modernismo e o Regionalismo possuem mais intersecções e aproximações do que imaginava a vã crítica de Joaquim Inojosa.

O que hoje se pode serenamente concluir é que o Regionalismo- Tradicionalista de Recife – ou seja, a tradição ao lado da modernidade – não se chocava de *modo frontal* com o Modernismo de São Paulo e Rio de Janeiro. Houve a incompreensão natural dos primeiros momentos, divergências de homens e de formas. Porém o Ideário era o Mesmo. Gilberto Freyre depois reconheceria várias afinidades entre os dois movimentos, não obstante lembre a independência e a personalidade própria do Regionalismo – Tradicionalista. O certo é que os renovadores do Recife sempre manifestaram “a tendência para conciliarem o regional com o humano, a tradição com a experimentação, o gosto pela renovação do método literário, científico e artístico com a simpatia humana pelo assunto regional e pelo público brasileiro”. (TOCANTINS, 1969, p. 64).

As teses regionalistas propostas por Freyre tiveram papel relevante no processo de modulação das experiências vividas por Tocantins na Amazônia profunda transformando-as em ponto de partida para sua compreensão regional. A simetria entre a proposta intelectual do Recife e sua experiência está ajustada à percepção do papel que a classe social (a qual pertence) e a Região Norte guardam no interior das lutas pela definição da cultura e identidade nacional. Motivo pelo qual aquelas idéias constituíam a chave de sua interpretação da relação Região/Nação, indicando uma das linhagens intelectuais mais fecundas de seu pensamento. Vale ressaltar que não menos importante, mas em grau menor foram as ideias modernistas de 22, pelo valor

que concebe ao movimento do eixo São Paulo-Rio e acima de tudo porque compreende que o regionalismo de Gilberto Freyre, nascido no Nordeste, não é excludente do Modernismo de Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Embora reconheça a importância do Modernismo de 22 e incorpore algumas das inovações conceituais daquele movimento em seus estudos, é notório seu vínculo teórico/cultural profundo e íntimo com Gilberto Freyre e com o movimento regionalista, tradicionalista e, a seu modo, modernista do Recife.

O significado adquirido por *Casa-Grande & Senzala* no cenário do debate intelectual e político dos anos 30 e a intensificação das lutas *intra* e *inter-regional* entre os modernistas nos parece ser um dos componentes importantes para entender os mecanismos sociais da adesão de parte dos intelectuais do Norte ao movimento do Nordeste. Associado, é claro, às condições de declínio político e econômicas vivido por ambas as regiões permitiram certa identificação entre os interesses dos setores Extrativos e Agrários expressos na crítica regionalista ao modelo federativo de organização política que privilegiava os estados do Sudeste e Sul do país. Essa aproximação se explicita com as mudanças políticas provocadas pela revolução de outubro de 1930 e do novo quadro político e institucional por ela desenhado. Os intelectuais do Norte e Nordeste vão agir para colocar os problemas de ambas as regiões na pauta do debate políticos em curso no país, transformando-os em temas nacionais articulados diretamente ao projeto de desenvolvimento. Daí nos parecer que a observação crítica de Clovis Barbosa ao modernismo no lançamento da revista Equador (2001) em Manaus em 1929 – trás em si a minúcia de uma apreciação acerca do poder *organizativo-diretivo* da cultura e da política exercidos pelos estados do Sudeste sobre o restante do país. Traduzir de forma criativa o universo local significava nessas condições se contrapor a hegemonia do sul do país e ao mesmo tempo contribuir para a definição de uma cultura brasileira legítima. Por mais diversos que fossem os contextos sócio-históricos de cada região na quais se situavam, os intelectuais compartilhavam um mal estar comum com a situação política e econômica que o país atravessava.

No dizer de Antônio Candido, todos os intelectuais dos anos 20 procuravam esquadrihar, elaborar sínteses e explicações sobre a realidade nacional, tratava-se de redefinir a nossa cultura e nossa identidade face aos estigmas imputados a uma nação mestiça e tropical. Sob este ponto de vista, o decênio mais importante é o dos anos 30, isto por que no vórtice das mudanças políticas da ruptura oligárquica, a literatura e o pensamento ganharam ímpeto de grande proporção. A prosa integralmente liberta do passado amadurece em novos tons, o romance se desenvolve em novas possibilidades, os ensaios sociológicos ganham nova roupagem conceitual, toda essa mudança na produção cultural visava compreender os dramas contidos em aspectos característicos do país.

Ao lado da ficção, o ensaio histórico-sociológico é o desenvolvimento mais interessante do período. A obra de Gilberto Freyre assinala a expressão, neste terreno, das mesmas tendências do Modernismo, a que deu por assim dizer coroamento sistemático, ao estudar com livre fantasia o papel do negro, do índio, e do colonizador na formação de uma sociedade ajustada às condições do meio tropical e da economia latifundiária (*Casa-Grande & senzala, Sobrados e Mucambos, Nordeste*). Outras obras completam a sua, válida sobre tudo para o Nordeste canavieiro, como a síntese psicológica de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e a interpretação materialista de Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo*). Os ensaios desse gênero se multiplicaram, nesse decênio de intensa pesquisa e interpretação do país. Ajustando-se a uma tendência secular, o pensamento brasileiro se exprime, ainda aí, no terreno predileto e sincrético do ensaio não-especializado de assunto histórico-social. (CANDIDO, 1976, p. 123-124).

Entendimento que nos parece guardar o mesmo sentido interpretativo formulado por Bastos ao conferir a Gilberto Freyre a façanha de realizar a síntese cultural de maior alcance naquele contexto, produzindo um convencimento social necessário para legitimar a identidade de uma nova civilização mestiça e tropical. Óbvio que a publicação de *Casa-Grande & Senzala* suscitou críticas e controvérsias, entretanto teve um efeito de consenso necessário para que a nação avançasse em busca de uma auto-imagem positiva da civilização brasileira. É preciso entender a obra de Freyre

no contexto das décadas de 20 e 30 para averiguar o real sentido de sua produção intelectual e política. O que aos olhos de hoje é um sociólogo conservador, significou à época uma força crítica demolidora dos tabus e preconceitos aos quais estavam submetidos negros e índios, sua desabusada interpretação da formação nacional constituiu um passo decisivo para o arranjo político inaugurado a partir de 1930 com a ruptura oligárquica. (CANDIDO, 1976)

A ruptura oligárquica de 30 e as mudanças profundas que a seguem em todas as esferas da vida nacional é o pano de fundo em que se produziram e publicaram obras de grande relevância para a interpretação do país. É o caso de *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque; e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. Outros autores não menos importantes, desse período como Cassiano Ricardo, Alceu Amoroso Lima, Djacir Menezes, Nestor Duarte, também, estavam empenhados regatar no passado as origens da unidade e identidade nacional brasileira. (Bastos, 2006).

De uma forma ou de outra, essas obras balizaram o debate intelectual e político sobre as possibilidades do Brasil moderno, serviram muitas vezes de justificativa para a defesa do modelo de desenvolvimento autônomo, associado e de tendência socialista. Os espaços percorridos e preenchidos por elas (as obras) parecem ter conectado os homens aos problemas gerais da década de 30 e início dos anos 40. Período muito, vivo, intenso para o jovem de família tradicional do Pará que começa a se dar conta dos impasses regionais e sua articulação mais ampla com o nacional. Muitas das ideias produzidas na década de 20 ainda possuíam força e validade nessa nova atmosfera política e intelectual dos anos 30, elas circularam entre grupos, classes e indivíduos juntamente com as novas ideias estéticas e científicas utilizadas por esses na luta pelo poder legítimo de definirem a cultura brasileira e dar direção ao projeto nacional em debate. A tensão entre as forças sociais em meio às quais idéias e concepções de mundo circularam é que o jovem paraense, aspirante a intelectual, assimila os impasses entre o

regionalismo, nacionalismo e cosmopolitismo. Não podemos esquecer a ideia matriz que orienta a reflexão de Tocantins, que a literatura capta o desenvolvimento do espírito nacional a partir da dinâmica local, coincidindo em alguns aspectos com a tese da dialética entre localismo e cosmopolitismo de Candido e com a tese de que o localismo é um momento singular do universal de Adorno e Schwarz.

As mudanças intensificam a erosão das estruturas de dominação, permitindo a diferentes grupos formularem novas concepções políticas e culturais diante das posições até então dominantes. Nesse ambiente, grupos sociais declinam ou ficam eclipsados, as concepções por eles elaboradas já não se ajustam às novas condições, porém há os que se atualizam e se conciliam com os novos tempos e as novas ideias para sobreviverem às mudanças, nuances desse ajuste aparecem na produção intelectual do período.

É importante frisar que às medidas de centralização administrativa e política, postas em marcha a partir de 1930, possibilitaram a criação de ministérios, autarquias e fundações de suma importância para a organização da cultura como demonstraram Ianni (1984) e Miceli (2001). A intenção básica desses órgãos era refletir sobre a unidade e a identidade nacional, isto implica dizer que são instituídas novas mediações entre Estado e sociedade civil nas quais os intelectuais assumiram uma posição chave para dar ritmo e direção às mudanças em curso para um Brasil moderno e civilizado. A tônica conferida ao entrelaçamento entre cultura e política, característica dos anos 30, converteu-se em problema para intelectuais das mais diversas formações e correntes, como modernistas, positivistas, integralistas, católicos e socialistas (BASTOS, 2003).

A herança intelectual das décadas anteriores e seus respectivos movimentos chegam aos anos 40 amainados pelo tempo, sem, no entanto deixarem de contribuir com a cultura brasileira. Vitalidade que persistirá por um longo período, dadas as modulações sofridas em razão das contínuas mudanças no quadro social brasileiro. A separação crescente entre preocupações estritamente estéticas e as questões sociais ou políticas parecia

germinar nesse novo ambiente. Não obstante, as inúmeras revistas publicadas até meados da década de 40, trazerem como centro de suas reflexões a problemática da cultura política, como as publicações *Planalto*, *Cultura Política*, *Brasil Novo* e outras. O fim do Estado Novo, acelerado pela lufada liberal do pós-guerra, precipitará o debate intelectual no torvelinho da democratização. Não se trata de reduzir todas as obras a um único tema, como afirma Antonio Candido e Luiz Costa Lima; havia um terreno fecundo para a experimentação, para a pesquisa no âmbito da formalização estética, da dramaticidade psicológica e outros campos. Não é sem sentido que nesse solo germinam a cisão com as preocupações de cunho estritamente estético e as preocupações de ordem político-social. Trata-se de observar em que proporção a democratização pós-45 ampliou e fertilizou a produção intelectual da época.

No torvelinho das mudanças sociais e das correntes de pensamento, dois movimentos intelectuais, aparentemente antitéticos, forneceram as coordenadas necessárias para o jovem estudante de Belém interpretar as insólitas paisagens de sua infância e o papel que caberia a elas na constituição de um país. A luta pelo poder de decifrar a cultura e legitimar a identidade regional constituía um meio para superarmos os recalques do localismo e dos estigmas imputados à região, haja vista que o localismo é um momento do cosmopolitismo da sociedade moderna capitalista, o local comporta as contradições do movimento global e por meio da reprodução ampliada do capital desloca homens, culturas, grupos, classes sociais, etnias, raças e as converte em força de trabalho em distintos lugares. A dialética da destruição inovadora põe face a face, índios, negros e brancos e os redefinem como cidadãos de uma nova ordem global, em germe desde os primórdios da colonização, os espectros do tempo revela continuidade e descontinuidade dos ciclos de exploração da Amazônia em suas faces distintas (SILVA, 1999).

As coordenadas intensas do regionalismo dispostas por Tocantins, e em menor grau o modernismo, retomam a autenticidade das tradições locais em suas sutilezas para converter os estigmas em qualidades inerentes à especificidade da civilização mestiça e tropical na Amazônia. A dialética

universalismo/localismo revela que o traço singular da cultura regional é a forma mais acabada dos processos universais de expansão da sociedade moderna capitalista. Daí a referência, a formulação adorniana, no início do capítulo de que a *totalidade* social não leva uma vida própria além daquilo que ela engloba e que a compõe. Ela se reproduz e se produz através de seus momentos *individuais*. Conclui, dessa forma, que não se pode separar esse *todo* da vida social, da cooperação e do antagonismo de seus *elementos*, tanto menos, pode um *elemento* qualquer, ser compreendido apenas no seu funcionamento, em si e sem a visão no *todo*, cuja essência está justamente no movimento do *singular*. Embora alguns desses *elementos* possam adquirir uma *autonomia relativa* nas sociedades modernas, eles não guardam em si a chave de sua explicação. Adorno assinala o caráter dialético de reciprocidade em termos de constituição entre a esfera micro e macro da vida social. O local se afirma como um momento do universal guarda em si as contradições de todo o processo de colonização seja em sua dimensão material ou simbólica, o pitoresco, o folclore não são mais representados como formas arcaicas, são vistos agora como síntese das múltiplas determinações conferida pela dinâmica da sociedade moderna. Expressam os dramas, as alegrias, angústias, contradições e ambivalências de indivíduos, classes, etnias, raças compelidas a se ajustarem a uma ordem impessoal que diluiu todas as formas passadas e, o próprio, ser *desenganado drummondianamente* triturado pela *máquina do mundo*¹⁰⁶, cifrado no poema a condição humana reificada pela lógica do desencantamento que faz da mercadoria medida de tudo e todos. Nesse sentido é que a literatura capta o espírito do tempo, incitando os homens a romperem com a cultura do contentamento que os aprisionam no consumo. É obvio que a literatura não substitui as análises sociológicas, no entanto indicam modulações, em distintas proporções, da reificação (Marx), do desencantamento do mundo (Weber) nos processos de modernização, traduzindo as alegrias, tristezas, tragédias, realizações, sonhos e angústias que presidem o destino dos homens.

¹⁰⁶ Alusão ao poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade.

No limite da escritura, o ensaísta, o escritor sentado em sua escrivaninha em qualquer parte do Brasil, tem como matéria-prima a história universal, isto, em razão do local constituir um de seus momentos, não como reflexo, mas como experiência singular desse movimento universal traduzido na experiência viva do artista, do poeta, do sociólogo e do escritor (SCHWARZ, 2001). Argumento semelhante Machado de Assis desenvolve em seu artigo *Instinto de Nacionalidade* ao assinalar que “compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado tão brasileiro como universal [...]” (ASSIS, 1959, p. 04, grifo nosso).

A Amazônia, enquanto signo que define, classifica, ordena e hierarquiza o espaço local, é o resultado e parte da história universal. Esse emblema colado à região pelos colonizadores se sobrepôs a todas as formas de classificação pretéritas elaboradas pelas culturas autóctones.

[...] Os problemas que a Amazônia carrega, produz e introjeta não são exclusivos das dinâmicas de seus lugares, são manifestações de formas múltiplas de o mundo invadir as aldeias, povoados, vilas, cidades, sobrepondo-lhes espaços novos. A racionalização do mundo cria espaços e fluxos desterritorializados que ordenam a ação de pessoas e objetos deslocados de seus centros físicos e políticos dos Estados-nações; a organização local fundamenta a escala da socialização onde são filtradas as manifestações de resistência e de aceitação dessas mudanças. (SILVA, 1999, p. 259).

As injunções externas ditaram e ditam as formas de organização espacial segundo os interesses do capital, desse modo o caráter heteronômico disciplina o modo de ordenamento jurídico e institucional da região, todos foram compelidos a aceitar os padrões culturais dos colonizadores, mas não sem resistência. É o choque entre colonizadores e a diversidade cultural aqui existente que moldaram a especificidade da reprodução do universal na organização social local. A obra de Tocantins expõe em determinado grau os mecanismos sociais de constituição da Amazônia e o papel por ele assumido na organização da esfera política e cultural mediante aquele processo.

5.2 UM MANIFESTO AMAZÔNICO

O Rio Comanda a Vida, primeiro livro de Tocantins, lançado em 1952, é sem dúvida entre suas obras o mais lido, difundido e comentado. Sua narrativa crua e a natureza ensaística revela os vícios de um escritor estreante, mas o que parece ser um limite é na verdade sua qualidade mais duradoura. Cabe salientar que no livro já se encontram em germe elementos da *amazonotropologia*, - derivação da *hispanotropologia* e da *lusotropologia* - ciência preocupada em compreender e explicar o ajuste do homem ao meio tropical amazônico e desenvolver tecnologias adequadas e plenamente adaptadas às condições ecológicas do trópico úmido postulada por Tocantins nos anos 60.

Reunindo impressões pessoais, dados históricos, mitos, lendas e manifestações folclóricas, Tocantins procura despertar a consciência nacional para os problemas da região e os perigos de o Brasil perdê-la por falta de visão política de nossos governantes. O livro procura mostrar a importância da região para o desenvolvimento econômico do Brasil e ao mesmo tempo salienta os valores regionais que constitui uma contribuição singular para a cultura brasileira. A falta de zelo político com o patrimônio natural e cultural da Amazônia exige uma mudança de mentalidade e uma ação política por parte da União para realizar a integração efetiva da Amazônia ao corpo da nação. Para esse fim é necessário coordenar os esforços do trabalho humano visando converter as potencialidades naturais em bem-estar material para os habitantes da região e para o povo brasileiro. Somente o governo federal possui os instrumentos políticos e administrativos para mudar o quadro de abandono no qual a região se encontra. Mais do que a simples inversão de capital na região, era necessária na percepção do autor, a criação de mecanismos institucionais capazes de coordenar os investimentos por meio de um planejamento¹⁰⁷ estratégico. Dessa forma, seria possível superar o

¹⁰⁷ É importante lembrar que Leandro Tocantins foi bolsista do Programa Ponto IV, que permitiu a ele estudar Desenvolvimento Regional na Universidade de Vanderbilt (Nashville, Tennessee).

subdesenvolvimento regional e instaurar uma verdadeira modernização da estrutura econômica e política da Amazônia. O homem submetido aos caprichos de uma natureza densa, enfim triunfaria sobre ela, mas sempre respeitando os seus ciclos naturais.

Disse no prefácio da primeira edição que reunia impressões pessoais, pesquisas históricas e geográficas, trajetórias humanas, idéias e fatos, a que procurei dar forma e vibração, sem me afastar do real, da verdade, no intuito de fazer conhecida honestamente a Amazônia e chamar a atenção dos poderes governamentais para os problemas do vale e as necessidades de seu povo. Cada faceta de vida descrita nos capítulos deste livro é uma exortação de fé e esperança em dias melhores, porque nos sucessos mais corriqueiros e prosaicos do viver amazônico estão os dramas do homem, as suas lutas, as suas angustias, **clamando pela assistência da técnica e amparo oficial, a fim de que a Amazônia não continue mergulhada no primitivismo.** (TOCANTINS, 1972, p.18, grifo nosso).

Não nos surpreende o livro trazer em si aspectos do ideário nacional desenvolvimentista, juntamente com os componentes da atmosfera intelectual passada (nativismo, nacionalismo, modernismo, regionalismo, folclorismo) a qual o autor paraense esteve intimamente ligado em sua infância e adolescência.

O caráter ensaístico e descritivo do livro dita o ritmo da exposição dos temas. Dessa forma, nos três primeiros capítulos, o autor, analisa o processo histórico da colonização da Amazônia, enfatizando a dimensão mítica pela qual os colonizadores a batizaram segundo as representações do mundo grego que cultivavam no espírito.

O encontro dos colonizadores europeus com a natureza de proporções épicas no dizer de Carvajal (1504-1584) e as diversas tribos indígenas, que aqui se encontravam, indicam as estratégias adotadas por espanhóis e portugueses na luta pela consolidação de seu domínio sobre as terras do novo mundo. O canhão, a espada e a cruz teceram, num primeiro momento, as redes de dominação conforme o grau de resistência dos grupos indígenas que

habitavam a região, a força destrutiva dos canhões e a persuasão religiosa instituíram as referências em termos de significados que nomeiam, ordenam, classificam, hierarquizam o espaço para dominá-lo por meio de registros cartográficos¹⁰⁸ impostos pela cultura dominante. Muito antes, de ser definida como Amazônia, as tribos indígenas adotavam formas de classificação desse espaço segundo a natureza de suas culturas. Essas referências anteriores à colonização se perderam esquecidas no silêncio dos vencidos. Em nenhum momento Tocantins menciona essa violência contra os habitantes originais da região. Sua intenção é demonstrar que o rio condicionou as ações dos primeiros conquistadores e desbravadores da Amazônia. Concluindo, assim, que a conquista e colonização da Amazônia se baseou na aventura até a primeira metade do século XX, cabendo agora instituir uma nova forma de exploração da região fundada e coordenada pelo poder público.

O poder bélico, econômico e cultural dos colonizadores não foi suficiente para erigir um padrão de exploração econômica capaz de dobrar a força dos rios e da densa floresta. Pelo contrário, os colonizadores seguiram as sugestões da natureza, o extrativismo da fauna e da flora da região. Não é sem sentido que para Tocantins na Amazônia a natureza prende e absorve o homem nas malhas dos rios e da densa floresta. Fato que fica evidente quando ao recuperar os relatos do Frei Gaspar de Carvajal salienta o poder e a força que o rio exerceu sobre as decisões da expedição de Orellana. Nesse sentido, os relatos do frei Gaspar de Carvajal exaustivamente explorados pela

¹⁰⁸ Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser “América” e muito antes de ter um carimbo de fronteiras que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui. Essas nossas famílias grandes, que já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos. As nossas tribos. Muito mais do que somos hoje, porque nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos. Esses territórios se confrontavam, ou às vezes tinham vastas extensões onde nenhuma tribo estava localizada, e aquilo se constituía em grandes áreas livres, sem domínio cultural ou político. Nos lugares onde cada povo tinha sua marca cultural, seus domínios, nesses lugares, na tradição da maioria das nossas tribos, de cada um de nossos povos, é que está fundado um registro, uma memória do mundo. (KRENAK, 1992; 201)

historiografia, interessam a Tocantins na medida em que servem para confirmar sua tese de que *o rio* é o grande protagonista do processo de organização da vida social regional desde o início da colonização.

[...] somente um único e verdadeiro protagonista da epopéia dominou discricionariamente a vida de todos: **o rio**. Até os *caballeros, hidalgos y sacerdotes* requereram e pediram de *parte de Dios y del Rey* que Orellana não tentasse a jornada *tan cuesta arriba*, porque já estavam a mais de duzentas léguas de Gonçalo Pizzaro, em caminhos despovoados, de ásperas montanhas.

Frei Gaspar de Carvajal [...] também optou “*ir a delante y seguir el rio o morir o ver lo que en él habia*”. Confiando em Nosso Senhor, deviam seguir pelo rio que “*tendria por bien de nos sacar a buen puerto*”. O rio comanda a vida. (TOCANTINS, 1972, p. 33).

Vale lembrar que a tese proposta por Tocantins não pode ser reduzida a um determinismo hidrográfico ou físico, sua intenção consiste em demonstrar que as forças da natureza na amazônica não poderiam ser domesticadas pela empresa isoladas de indivíduos conduzidos pela aventura e exploração individual. Desde o início a colonização da Amazônia se pautou na aventura, mesmo reconhecendo o esforço do Marquês de Pombal para imprimir outro ritmo ao processo de colonização da região, faltou a presença incisiva do Estado para coordenar os esforços das ações individuais desconexas em energia duradoura capaz de converter o ímpeto das águas (porque não da floresta) em energia social continuamente renovável. Nesse aspecto poderíamos sair de um modelo de exploração assentado na aventura¹⁰⁹ para uma ordem fundada na organização rotineira e estável da vida social.

O esforço humano em ocupar a Amazônia traduz de início, o espírito da aventura, nas incursões em busca de riquezas que a fantasia criava na mente dos primeiros navegantes [...].

A primeira gama humana que promoveu a estrutura social amazônica não logrou criar um processo econômico definido,

¹⁰⁹ O sentido assinado à aventura por Leandro Tocantins é muito próximo a definição conferida por Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*.

uma civilização com características fortes, predominantes, como se deu no Nordeste agrário e patriarcal, onde a cana-de-açúcar imprimiu um modo de vida inédito, de traços e cores eminentemente peculiares ao gênero do trabalho escravo-latifundiário-monocultor.

Caminhou a Amazônia, com os seus sítios, fazendas, cacauais, pequenos engenhos, sua população móvel, subindo e descendo os rios na coleta das drogas do sertão – as especiarias regionais – por mais de dois séculos e meio, impulsionada, também, pelo estímulo da troca mercantil, promovida em bases as mais elementares. Sua economia era, assim, de subsistência e de pequeno mercado [...]. Isso (TOCANTINS, 1973; 218).

A energia despendida nos esforços da empresa de aventura se dissipou nos rios sem criar nódulos duradouros de civilização. Com exceção do curto período da borracha (1890-1920), responsável direto pela modernização de Manaus e Belém, que nos permitiu organizar a vida econômica e cultural da região em bases relativamente sólidas. O esgotamento da economia gomífera demonstrou a necessidade da presença do poder público para gerar as condições para um desenvolvimento duradouro apto a realizar a integração da Amazônia ao restante da economia brasileira. Isso em razão do que ela representa como área estratégica para o país alcançar um desenvolvimento próximo às nações mais avançadas do ocidente. Essa percepção do autor não é um atributo exclusivamente seu, de certa forma ela expressa os anseios e as aspirações dos setores extrativos dominantes que se encontravam em franco declínio. As mesmas preocupações podem ser percebidas em proporções distintas em Álvaro Maia, Araújo Lima, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e Samuel Benchimol. A necessidade de uma presença mais incisiva do Estado para promover o desenvolvimento local, confere ao pensamento desses autores uma conotação antiliberal. Isso explica em parte a adesão deles ao nacional desenvolvimentismo sem deixar de lado o viés autoritário que os compelia a fazer alianças com os setores conservadores, contrários a participação popular e das massas nas instâncias de decisão política regional e nacional. Aspirações de um estado intervencionista capaz de reverter o subdesenvolvimento regional, mas destituído de qualquer participação popular nas esferas decisórias convergiram para o projeto de *modernização conservadora*, solução civil-militar para os impasses da crescente

participação das massas no jogo político no Brasil, discutido no capítulo anterior. Não esqueçamos que *O rio comanda a vida* vem a lume em 52, apogeu do nacional desenvolvimentismo de verniz getulista, comungado por Leandro Tocantins, Arthur Cezar Ferreira Reis e parte dos intelectuais locais com *restrição* indicada anteriormente.

A segunda sessão do livro aborda as representações presentes nos relatos de sábios, viajantes, cientistas, exploradores e aventureiros que corroboram de alguma forma a tese central do livro. Não deixando de retificar os excessos presentes nesses relatos e ao mesmo tempo criticar os que contribuíram para imputar estigmas ao clima e ao meio físico regional, descritos como obstáculo ao desenvolvimento de uma organização social moderna. Citando, no capítulo *A hiléia e os sábios*, uma constelação de cientistas - como Federico Hartt, John Branner, La Condamine, Walter Bates, Alfred Russel Wallace, Von Martius, Von Spix, Araújo Lima, Alexandre Ferreira Rodrigues, Jacques Huber, Emílio Goeldi, o casal Agassiz, escritores como Euclides da Cunha - que contribuíram com seus estudos, sobre a fauna, a flora, o clima e as condições de vida local, para lançar as bases das pesquisas científicas sobre o mundo amazônico. O inventário científico produzido pelo conjunto dessas inteligências permitira ao autor paraense vislumbrar uma ciência específica para o estudo dos trópicos úmidos, proposta anos mais tarde, a amazonotropologia terá como objetivo compreender o ajuste do homem as condições ecológicas da região.

As lendas e as figuras do folclore amazônico são componentes centrais do *O rio comanda a vida*. Inspirado em *Lendas e tradições brasileiras* e *Buriti perdido*, de Afonso Arinos (1868-1916). Os estudos sobre o folclore brasileiro realizado Afonso Arinos exercera desde cedo sobre Tocantins uma verdadeira sedução, a ponto de afirmar que Arinos com sua pena sutil, escreveu páginas admiráveis sobre as manifestações populares brasileiras, concluindo que o seu nome evoca um quadro suave da existência de cada um, indicando a importância de sua obra para o imaginário popular brasileiro. O escritor de *Buriti perdido*, tão sensível às paisagens e à alma brasileira, sempre foi feliz e

inspirado em revelar em seus livros a alma do povo brasileiro (TOCANTINS, 1973, p. 55).

Seguindo as sugestões para o estudo do folclore propostas por Arinos. Tocantins resgata os mitos, as lendas que nasceram do fascínio que os rios exercem sobre a topografia do imaginário regional amazônico, reiterando sua tese de que o rio não é somente o suporte do extrativismo, ele é uma fonte fecunda das representações do imaginário popular local, daí poder concluir que:

Das Águas amazônicas surge o reino mais fantasmagórico, atraente, mortal. Os botos, as iaras, as cobras grandes, trazem a inquietação psíquica, manifestada na idéia fixa, na palermice, no sofrimento, causando até a morte. [...]

Afonso Arinos inspirou-se nas ninfas amazônicas para tecer uma narrativa em Lendas e Tradições brasileiras, dramatizando-as, enriquecendo-a de formas e ritmos [...] (TOCANTINS, 1973, p. 56).

Dispostas nos argumentos já se encontram no espírito regionalista com leves pitadas do modernismo. Tocantins explora nas lendas e no folclore as representações populares sobre os rios caudalosos da região, configurando as expressões mais profundas de nossa cultura. O conjunto das credences e superstições populares constitui uma síntese, produto da dialética entre o local/universal. A cultura regional expressa um momento da formação nacional, elo com os processos históricos universais.

Essa mesma perspectiva é utilizada para interpretar os valores culinários da região, na medida em que estão intimamente associados às constantes culturais. Explicitamente influenciadas pelas teses regionalistas de Gilberto Freyre, o autor paraense acredita que a teia da vida - corrente entre homens, animais, e vegetais no espaço - deve ser compreendida a partir do critério ecológico-social e pela inter-relação de métodos adequados ao padrão de desenvolvimento de uma sociedade tropical e mestiça. (TOCANTINS, 1973; 127)

Critério utilizado para reabilitar a cozinha amazônica, pondo-a em pé de igualdade às outras, tais a quantidade e a qualidade em termos de variedade de alimentos e sabores que proporciona a mesa regional. Em seus argumentos, acredita não restar dúvidas de que a Amazônia possui um complexo alimentar de cores próprias, com predominância indígena acentuada, criando valores cujas tradições atravessaram incólumes os anos.

A culinária amazônica, é só constatar à primeira vista, salpica-se neste ou naquele prato – mesmo os que vieram de fora – de temperos e gostos indígenas. Para não referir os ortodoxamente caboclos, como o pato-no-tucupí. O tacacá, a maniçoba, a tartarugada, a paca-no-tucupí; estes passaram aos civilizados em sua forma e pureza. Como também passou o beiju, rico de variedades; o beijuáçu, o beiju-ticanga, o beiju-cica. Como passaram bolos e mingaus, á base da mandioca, e o preparo de peixes famosos – o pirarucu, o tucunaré, o tambaqui, o peixe-boi (que não é peixe e sim um mamífero) [...]. (TOCANTINS, 1973, p. 138).

A síntese da culinária e do folclore regional consiste em uma estratégia de afirmar a singularidade do complexo cultural do Norte frente aos outros complexos regionais que forma o todo da nação. Por outro lado, assinala a identidade amazônica, produto da mestiçagem, em maior escala, entre o índio e o português, tendo o negro contribuído, embora timidamente. Tocantins atribui a essa pequena participação do negro na vida cultural local o baixo dinamismo das forças produtivas requisitadas pela empresa extrativa dominante na vida econômica da região norte.

A tarefa de coletar na mata produtos espontâneos exigia, porém, um modo de vida que não era igual ao das outras partes da colônia brasileira. A selva, atraindo o homem, o dispersava. Os rios, oferecendo o caminho fácil, requeriam fortes energias humanas para vencer o obstáculo da água, e todo um instrumental necessário a longas jornadas, ao arrepio das correntes. E onde buscar o elemento propulsor para tudo isso? É óbvio que a participação do índio seria inevitável e reclamada como único meio de lograr êxito no esforço colonizador. (TOCANTINS, 1982, p. 26).

Não é de estranhar a composição étnica do quadro demográfico da

Capitania de São José do Rio Negro em 1786, descrita por Alexandre Rodrigues Ferreira. Segundo ele, a capitania possuía 6.642 habitantes, entre os quais 5.760 eram índios civilizados, 635 brancos e 247 escravos. Daí a conclusão de que em uma economia de base extrativa em uma região com uma grande população indígena a mão de obra negra não ter sido a mais requisitada, isso em razão da necessidade de se conhecer a região para poder orientar o colonizador branco. Nesse caso o índio “civilizado” assumira um papel de destaque na economia regional, dada sua condição de profundo conhecedor da região, assumiu a condição de guia, remeiro, canoieiro e outras atividades que requeriam conhecimento da região. O caráter flutuante da organização social, baseada naquela atividade, não poderia fundar cidades dotadas de um padrão de arquitetura semelhante às cidades que se desenvolveram em outras regiões do país. Entretanto esse quadro histórico resultado do modelo de exploração econômica fora significativamente alterado com o *boom* da borracha e sua utilização nos processos industriais a partir do final do séc. XIX. Monopólio natural da Amazônia sobre a produção da goma elástica, extraída da seringueira, produziu uma mudança profunda na vida econômica, cultural e social da região. É desse período a onda de modernidade e modernização provocada pelo acelerado enriquecimento dos proprietários de casas aviadoras, donos de grandes seringais, comerciantes, financistas e proprietários de companhias de transporte. A arrecadação pública crescente permitiu a Manaus¹¹⁰ e Belém assumirem ares parisienses, dado o volume de construções inspirada na *art nouveau*, casarões e prédios importados pedra por pedra da Europa, teatros imponentes nas duas capitais. Tocantins não presenciou o brilho efêmero de três décadas de acelerado processo de modernização, no entanto cultivou e guardou na memória o apogeu dessa época da qual *O rio comanda a vida* nos parece um sugestivo adeus.

¹¹⁰ Para Tocantins Manaus não herdou uma arquitetura colonial de destaque até o período da borracha. Somente com o advento da borracha é que a cidade ganhou fisionomia de uma metrópole moderna. As grandes obras públicas de embelezamento da cidade levadas a termo por Eduardo Ribeiro e os palacetes erguidos com a fortuna dos novos ricos da borracha fizeram de Manaus uma cidade exuberante em suas formas.

Do ponto de vista político o livro guarda um diálogo explícito com o *Discurso do Rio Amazonas* pronunciado por Getúlio Vargas, em Manaus em 1942, dez anos antes de sua publicação. O discurso de Vargas sintetizava as principais preocupações econômicas e políticas dos grupos locais, essa que ganharam destaque no processo de modernização da vida regional em curso pós Estado Novo (1937-1945).

Nesse sentido, *O rio comanda a vida* assume o caráter de um manifesto que procura repor a Amazônia no cenário das disputas em torno do desenvolvimento nacional dos anos 50 e ao mesmo tempo alerta para a necessidade de sua integração ao corpo do país. Os argumentos soam como um apelo para que o poder público federal encaminhasse e financiasse um projeto de desenvolvimento que permitisse a Amazônia sair da estagnação econômica com fim ciclo da borracha.

O balanço do processo histórico de colonização e da especificidade da miscigenação no ambiente regional permitiu a Leandro Tocantins concluir que o protagonista dessa dinâmica foram os rios e que a adoção do extrativismo como forma de exploração econômica da região resultou em um povoamento esparso, dirigidos ao sabor da aventura dissiparam toda energia humana com um modesto aproveitamento (exceção do período da borracha). Dos ciclos intermitentes da economia extrativa fundada na aventura não restou senão uma tímida organização da vida material, marca de nossa identidade. As aspirações do jovem autor - comuns entre os intelectuais oriundos dos setores dominantes regionais - consistiam em reverter o quadro de estagnação econômica - na qual a região havia mergulhado após o período da borracha - por meio de um modelo de desenvolvimento planejado e executado pelos poderes públicos federais, só assim seria possível converter a energia do trabalho humano em domínio efetivo sobre a natureza, impedindo a dissipação do trabalho sem resultados contínuos.

Estava lançado dessa forma o desafio a sociedade nacional de conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia

disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da vontade pública e do trabalho coletivo do povo, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, igualado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da civilização.

No íntimo Leandro Tocantins estava possuído pelos ideais desenvolvimentistas que ganhavam densidade no início dos anos 50. Sua tônica está comprometida em “*despertar a consciência pública (...), no sentido de chamá-los ao cumprimento de um programa regional que não se restrinja ao tradicionalismo do rateio de verbas, da distribuição de recursos para a manutenção dos serviços de rotina e do executivo de obras esparsas*” (TOCANTINS, 1972), em outros termos, a intenção era apressar a criação de uma consciência nacional em torno da Amazônia da qual derivam implicações político-administrativas capazes de coordenar um projeto de desenvolvimento regional.

Se por um lado as forças produtivas foram atrofiadas pelo extrativismo e o espírito de aventura, Tocantins reconhece por outro a vitalidade e a importância da cultura da Amazônia para formação do espírito do povo brasileiro, acredita que as lendas e os mitos regionais estão enraizados na alma de todo brasileiro. A perseverança do homem amazônico e a sua história, feita de heroísmo e ousadia expõe a luta contínua contra as forças colossais da natureza. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram às tarefas iniciadas com a colonização. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitórias, embora parciais diante da força da natureza. Entretanto, o caráter dissipador das energias do trabalho baseadas na aventura deve ser abandonado em favor de um novo tempo na Amazônia, não mais fundado no espírito de uma economia esparsa e sim numa política de investimentos públicos capaz de sustentar um desenvolvimento contínuo, o que permitiria uma integração efetiva da região ao todo da vida nacional brasileira (TOCANTINS, 1973).

O rio comanda a vida traz cifrado em suas páginas as aspirações e os impasses que atormentavam a classe social que esteve à frente da economia

extrativa. Os fantasmas do declínio que assolavam os membros daquela classe apresentam-se como o componente mais intenso e vivo experimentado por Leandro Tocantins, fantasmas traduzidos nas páginas de seu manifesto Amazônico. As ambivalências que atravessam os argumentos de Tocantins expõem os momentos pelos quais as diversas regiões do país se pensam no âmbito das discussões de um projeto nacional de desenvolvimento. Contudo, já é possível identificar traços da influência exercida pelo Movimento Regionalista do Recife, matriz intelectual que ajuda no aprofundamento das teses formuladas por Araújo Lima, viva em sua memória e incorporar mais tarde as formuladas por Arthur Cezar Ferreira Reis e Djalma Batista com que compartilha amizade e sonhos. Lentamente vai desenhando os contornos de sua proposta de ciência dos trópicos úmidos, a Amazonotropologia.

5.3 O ESPÍRITO DE AVENTURA E OS TEMPOS AMAZÔNICOS

Lançado em 1960, *Amazônia: natureza, homem e tempo* é um ensaio com a pretensão de interpretar a história da Amazônia a partir do ponto de vista ecológico sugerido por Gilberto Freyre em *Nordeste* (1937). Dividido e organizado em duas partes que sugerem a sucessão de tempos que marcam o início da colonização fundada no espírito de aventura e no extrativismo e o despertar de um novo tempo no qual sobressai o planejamento estratégico como meio para desenvolver as potencialidades econômicas da região.

A primeira parte discute o processo de conquista e colonização da região assinalando a simbiose homem/natureza e os valores erigidos no decorrer da organização da vida econômica, social, política e cultural local. Processo identificado pelo autor como primeiro tempo da Amazônia. A segunda discute a especificidade da organização social, econômica e cultural regional herdada do longo processo de conquista e colonização, revelando dessa forma os aspectos permanentes e os transitórios da vida social e cultural fundada nas atividades econômicas extrativas. Para o autor, embora seja tempo de abandonarmos o espírito de aventura que presidiu a conquista, a colonização e a organização da vida social da Amazônia até o presente momento, é necessário preservar os valores tradicionais plenamente ajustados

ao ambiente ecológico regional. Ao concluir que a Amazônia necessita de um projeto de desenvolvimento perene para se integrar definitivamente à vida econômica e social brasileira, Leandro expõe a face mais perversa dos ciclos intermitentes do extrativismo, o subdesenvolvimento e o atraso regional. A intenção do ensaio é entender a Amazônia na soma das inter-relações que observamos na teia complexa de homens ou instituições espacialmente distribuídos através de rios e de solo regional. Na lógica do complexo biossocial, meio, paisagem, população, cultura, o tempo se move em tempo-histórico, tempo-social, tempo-ecológico e tempo-memória acervo das experiências passadas que nos atam as projeções do futuro. Eis o sentido conferido, por ele, à permanência da tradição em meio ao fluxo de transformações modernas, esboço inaugural da tese de que o *elo entre tradição e modernidade é a cultura*.

A memória indicada por ele não é somente a do indivíduo, é acima de tudo a manifestação dos valores tradicionais guardados como relíquias de uma identidade que permanece à sombra das mudanças sociais e históricas. Seja em Londres, Paris, Viena, Berlim, New York, Buenos Aires, Belém, Manaus e mesmo no distante seringal os homens são submetidos aos espectros da mercadoria, da técnica, da ciência, das forças produtivas capitalistas num jogo dialético no qual o local é um momento da história universal tomando corpo em agentes concretos.

Tocantins, embora distante dos grandes centros, sente a insegurança e a incerteza provocadas pela aceleração que o tempo moderno imprime no espírito dos homens. Cifrados em seus argumentos estão as alegrias, as incertezas, as dúvidas, as angústias e os prazeres de um mundo onde o efêmero se sobrepõe ao eterno, seu incômodo é com a passagem do tempo que dilui tudo o que era sagrado na consciência da criança e eterno, como os valores tradicionais guardados pela família, símbolo de distinção e poder local. O horizonte do moderno o faz retorna à segurança da tradição, ela é o solo seguro no qual ele pode assentar seus pés e observar as mudanças políticas, econômicas e sociais sem se assustar com o futuro.

A proposta de uma interpretação ecológica da vida social regional, sugerida pelo autor, guarda uma íntima conexão com o estudo genético ecológico nos moldes definidos por Gilberto Freyre.

Em 1945, Gilberto Freyre dedicou várias páginas de sua *Sociologia à Ecologia Social ou Humana* – ou seja a Sociologia Ecológica ou Regional procurando extirpá-las do “imperialismo biológico”, que marcou os neo-ecologistas de Chicago. (TOCANTINS, 1982, p. 22).

A tese defendida pelo eminente pensador pernambucano é que nenhum problema é mais profundamente ecológico, e ao mesmo tempo sociológico, que a adaptação do homem ao meio físico, ao conjunto de condições de solo, de vegetação e de vida animal dentro do qual vai estabelecer sua posição, seu status, sua situação de homem social e não apenas de indivíduo biológico; portador, transplantador, deformador ou renovador de cultura, de instituições, de formas de vida.

Seguindo as sugestões do sociólogo pernambucano, o autor procura compreender o papel que desempenha a ecologia da Amazônia nas formas sociais de convivência e verificar em que proporção ajudara a criar valores culturais, que não podem ser medidos somente por análise de fatos de geografia econômica, históricos ou de fatos político-administrativos. Motivo pelo qual, devemos procurar uma interpretação global, dando ênfase à relação entre *cultura e ecologia*, sem descuidar da forma estética da exposição e da narrativa do tema. De tal modo que a compreensão do esforço criador do homem na Amazônia exige a inter-relação de métodos e teorias capazes de dar conta da especificidade do ajuste ecológico, a qual as instituições sociais foram submetidas na região do trópico úmido¹¹¹.

Para compreender-se o mundo amazônico, sob o ponto de vista da distribuição no espaço físico de seres, grupos e instituições

¹¹¹ Os argumentos já nos remetem à Amazonotropologia, motivo pelo qual não desenvolvemos um capítulo específico sobre essa proposta de ciência formulada por Tocantins.

humanas, é fundamental o raciocínio de J. Arthur Thompson. Também o do sociólogo indiano Mukerjee, que Gilberto Freyre cita em *Nordeste*, propondo a “investigação de relações regionais de espaço e de alimentação e de processos de adaptação do homem à natureza, seguida pela mensuração do equilíbrio que se verifique nessas mesmas relações”. (TOCANTINS, 1980, p. 5).

O autor está convencido de que a ecologia estava dentro dele, em suas reminiscências de um tempo perdido na infância, vivido intensamente no período em que morou no seringal na foz do Rio Murú, no Acre. Foi nesse período que aprendeu os segredos e os mistérios da selva densa, dos grandes rios que cortam a região e que assimilou os credos populares, mitos e lendas regionais. As reminiscências envolvidas delicadamente e asperamente pela natureza reinventaram o regionalismo por meio das referências de um agente oriundo de frações de classe dominante do extrativismo, ou melhor, referências sociais, culturais e ecológicas totalmente distintas das encontradas no Nordeste.

O argumento de Tocantins indica sua contribuição específica para o regionalismo. Amor pela natureza, alimentado pela sua experiência na Amazônia profunda, é, para ele, a condição primeira para se tornar ecologista, por isso afirma peremptoriamente que

Uma espécie de premonição já o marcara em seus oito anos, vividos, como na poesia de Casimiro de Abreu entre ‘sonhos’, ‘flores’ e tardes fagueiras. Não debaixo dos laranjais casimirianos, mas ‘sôbolos rios que vão’, de Camões. Ele, menino escutava – e gostava de escutar gente, pássaros, rumores da natureza. Ele contemplava, um quê misticamente, a paisagem verde e o misterioso correr dos rios. O sangue de suas veias era o sangue da terra. Preparo de uma consciência que não largou mais de ser amazônica, ecumenicamente amazônica.

Haveria o menino, um dia – quando crescer, diziam – tornar-se fazendeiro, seringalista, agrônomo, botânico? Ou, talvez (esqueceram de dizer), fazendeiro do ar drummondiano? Fazendeiro do ar ecológico. (TOCANTINS, 1982; p. 23).

Ao incorporar algo de si e de suas experiências em *Amazônia, natureza*,

homem e tempo, Tocantins funde ensaio histórico sócio-ecológico com impressões pessoais nas quais a narrativa oscila entre relatos intimistas e análises de processos sociais concretos que deságuam nos principais problemas que afligem a região. Essa opção estética/histórica permite observar as ambivalências de um homem dividido entre a aspiração de escritor e o compromisso intelectual de participar da criação de uma consciência nacional em torno da problemática amazônica. Nesse sentido é que jamais se furtou em assumir do ponto de vista político os postos da administração pública federal para os quais foi designado. As ambivalências de um homem avesso à política partidária, mas muito bem relacionado politicamente com lideranças nacionais de diversas orientações ideológicas parece ser o aspecto central que o conduziu a assumir o papel diretivo organizativo da cultura na esfera regional e nacional.

Desde *O rio comanda a vida* até seus últimos escritos, as fronteiras entre ciência, arte, política e literatura encontram-se diluídas nas águas densas e turvas de sua narrativa, o que significa a expressão mais acabada da tradição e da modernidade contida em sua obra.

[...] Poderá alguém, com idéias ortodoxas, estranhar que o autor despreze umas tantas convenções de linguagem dos profissionais, e, por sua conta e risco, se lance na talvez heresia de certa liberdade literária para melhor exprimir suas idéias, emprestando-lhes vivacidade que a própria vida sugere [...]

E por que desprezar a forma estética em qualquer trabalho de caráter científico ou paracientífico? Gilberto Freyre, entre outros, é um exemplo de como podem subsistir ao lado da ciência, o toque do artista e a sensibilidade do esteta. (TOCANTINS, 1982; p. 18).

A inter-relação de métodos e teoria que aproxima os diversos campos do saber como a história, a sociologia, a antropologia, literatura e arte, de modo geral, constitui uma prerrogativa para compreender e interpretar o homem situado em sua dimensão local e universal de cultura. Contudo ela é em si uma posição política diante do mundo social. A partir dessa compreensão acredita que qualquer proposta de desenvolvimento regional, em seus múltiplos

aspectos científico, econômico, artístico, filosófico e políticos deva estar assentada na cultura regional. Conclui assim que, o fenômeno cultural deve unir-se ao animo de realização, de aproveitamento de valores, sejam eles técnicos, científicos, literários, artísticos, folclóricos, para criar melhores condições de vida espiritual e material para o homem situado regionalmente e para a humanidade. (TOCANTINS, 1969, p. 12).

O primeiro tempo da Amazônia, marcado pelo espírito de aventura e pelos ciclos intermitentes do extrativismo econômico da região, não criou nódulos estáveis de civilização em razão da constante mobilidade dos colonizadores em busca de especiarias e produtos da floresta. Esse enorme esforço humano não ergueu na paisagem local, como na civilização do açúcar no Nordeste, um conjunto urbano arquitetônico de monumentos, igrejas e casas. Com exceção do ciclo da borracha que modelou a paisagem urbana de Manaus e Belém com casarões em *art nouveau*, palacetes coloniais e teatros monumentais, imprimindo um estilo de vida moderno na paisagem social local, de ritmo acelerado, intenso e efêmero. Essa condição efêmera, dos ciclos econômicos e das ondas de modernidades que o acompanha, causava um desconforto nas projeções do futuro da região. O legado desses ciclos intermitentes é o atraso, o subdesenvolvimento, condição que impediu a integração regional ao todo da economia e da vida social da nação brasileira, relegada ao ostracismo e ao esquecimento, a Amazônia não fazia parte das prioridades nacionais, exceto nos discursos e obras de políticos e intelectuais comprometidos com a formação nacional. Não podemos esquecer que Tocantins estudou desenvolvimento regional na Universidade de Vanderbilt (Nashville, Tennessee). Daí a ênfase conferida a uma participação mais incisiva do Estado no desenvolvimento regional, esforço concentrado da União capaz de submetê-la a um novo padrão de desenvolvimento, integrando-a em definitivo ao corpo da nação.

O segundo tempo da Amazônia deve ser conduzido a partir de um projeto político-econômico dotado de perenidade e somente o Estado Brasileiro tem os instrumentos políticos, administrativos e jurídicos para

intervir por meio de uma ação coordenada de órgãos e instituições federais para projetar um novo tempo, abandonando definitivamente o espírito de aventuras que ordenou a vida regional nos últimos trezentos e cinquenta anos sobre ciclos econômicos intermitentes. O seu discurso antiliberal em favor de uma intervenção do Estado como agente ativo do desenvolvimento regional o conduziu a *modernização conservadora*, solução autoritária tecida entre os setores conservadores civil/militar para conter os avanços democráticos do país, vistos por aqueles como uma ameaça.

Ao realizar um inventário histórico cultural da Amazônia Leandro Tocantins se projeta politicamente nas lutas pela definição da identidade regional como um momento da constituição histórica da nação. Sua atividade intelectual se converteu em uma estratégia para repor a Região na agenda política do projeto de desenvolvimento nacional.

5.4 O LUGAR DA TRADIÇÃO NO BRASIL MODERNO

Vida, Cultura e Ação, é entre os livros de Tocantins um dos mais densos, embora seja composto da reunião de conferências pronunciadas em auditórios na América Latina, Europa e África portuguesa entre 1965 e 69, a convite do Departamento Cultural do Itamarati. Com exceção do capítulo *Regionalismo, Tradicionalismo e modernismo* escrito especialmente para o livro, as conferências foram atualizadas e acrescidas de matéria nova, especialmente para a edição.

A renúncia à tradição feita pelas novas gerações em favor de uma modernização descolada de qualquer vínculo com o passado é vista por Tocantins como um dos principais problemas vividos pelo Brasil no final dos anos 60. Para reverter esse quadro, era necessário harmonizar os valores tradicionais com os modernos, produzindo dessa maneira uma síntese cultural que combinasse originalmente a *tradição* – entendida por ele como os valores herdados de nosso passado e que personalizam o espírito do povo brasileiro - e a *modernidade*, compreendida como processos de mudanças que alteram todas as esferas da vida social a partir do desenvolvimento técnico-científico.

Tradição e modernidade, combinadas em valores novos no horizonte de um Brasil urbano e industrial. Tudo indica que Tocantins está convencido de que a força irreversível da modernização não apaga os valores tradicionais autênticos da cultura brasileira, mas os enriquece com novas modulações no presente. A dimensão inovadora de sua percepção, entre os diversos intelectuais do Norte, permite a ele estabelecer uma síntese criativa entre a cultura regional e a cultura brasileira.

A inovação proposta pelo autor parece ser resultado do paralelismo entre o *Regionalismo* do Recife e o *Modernismo* do eixo São Paulo – Rio, levado as últimas consequências em seus estudos sobre a formação regional e nacional. Não há dúvidas, para ele, que ambos os movimentos possuíam fins semelhantes e não somaram esforços em razão de disputas políticas e estéticas momentâneas, impedindo assim uma aproximação mais orgânica entre seus membros. Embora saibamos que alguns intelectuais transitassem com facilidade entre os dois movimentos, caso de Manuel Bandeira. Tanto o regionalismo quanto o modernismo foram decisivos para a renovação dos estudos culturais e ao mesmo tempo constituíram o substrato da nova inteligência brasileira que despontou na primeira metade do século XX. Diante da energia intelectual despendida no esforço de compreender o Brasil profundo, os intelectuais ligados a ambos os movimentos se viram em uma luta pelo poder legítimo de definir a cultura e a identidade nacional, o que de certa forma encobriu as convergências entre suas propostas.

Nada mais significativo para assinalar a proximidade existente entre os dois movimentos é verificar segundo Tocantins, a semelhança dos pontos de vista a que chegaram Gilberto Freyre e Oswald de Andrade acerca da arquitetura colonial brasileira. Para o primeiro a arquitetura colonial brasileira, trás em si as soluções modernas de adaptação ao clima tropical e ao mesmo tempo se reveste de um valor inestimável, presente no espírito de todo brasileiro. O segundo, por outro lado, acreditava que nada era mais expressivo em termos de autenticidade da cultura brasileira do que a arquitetura tradicional, por ele encontrada no Nordeste (TOCANTINS, 1969).

A propósito do paralelismo entre o Movimento do Recife e do eixo São Paulo-Rio, Tocantins encontra nos escritos de viajantes, cientistas e exploradores da Amazônia e do Brasil elementos comuns aos dois movimentos. Ao examinar as crônicas dos primeiros viajantes, cientistas e exploradores Tocantins identifica sugestões para a interpretação do Brasil que serão desenvolvidas por *regionalistas* e *modernistas*. As dimensões continentais, a diversidade natural e cultural decantadas nas crônicas daqueles, estão muito próximas das formulações modernas, de Viana Moog e Gilberto Freyre, de que o Brasil é um arquipélago cultural. Diversidade cultural que aparece, também, nas preocupações da antropofagia e dos modernistas, como a idéia de um Brasil diverso e a necessidade de compreendê-lo a partir da mestiçagem, das lendas, do folclore e dos valores antes vistos como bárbaros, enfim de suas raízes mais profundas. (Tocantins, 1969; 52-67)

Nos relatos da viagem do cientista Carl Friedrich Von Martius, Tocantins reconhece exemplos profícuos de estudo do Brasil. O cientista bávaro esteve em demorada visita ao Brasil em 1918, impressionou-se com a visão multiforme do país, cujo território ele percorreu de Norte a Sul. Suas observações a respeito de como se deve escrever a História do Brasil, aparecidas em Munique, no ano de 1843, constituem inteligente apreciação sobre o modo de encarar os vários Brasis, dentro do ponto de vista histórico-cultural. Aos olhos do autor paraense, Martius colocou a questão nos termos em que mais tarde se apresentaria o regionalismo e o modernismo brasileiro, não só na literatura como também nas ciências sociais e nas artes plásticas.

Ouçamos Von Martius em suas reflexões que sugeriram o caminho natural para o pensamento brasileiro: “Aqui se apresenta uma grande dificuldade em consequência da grande extensão do território brasileiro, da imensa variedade no que diz respeito à natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e à composição da população de tão disparatados elementos. Assim como a província do Pará tem clima inteiramente diferente, outro solo, outros produtos naturais, outra agricultura, indústria, outros costumes, usos e precisões, de que a província do Rio Grande do Sul; assim acontece com a Bahia, Pernambuco e Minas. Em uma predomina quase exclusivamente a raça branca, descendente dos portugueses, na

outra tem maior mistura com índios; em uma terceira manifesta-se a importância da raça africana; enquanto influía de um modo especial sobre costumes e o estado da civilização em geral. O autor, que dirigisse com preferência as suas vistas sobre uma destas circunstâncias, corria perigo de não escrever uma história do Brasil, mas sim uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Um outro porém, que não desse a necessária atenção a estas particularidades, corria risco de não acertar com este tom local que é indispensável onde se trate de despertar no leitor um vivo interesse, e dar às suas descrições aquela energia plástica, imprimir-lhe aquele fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores.[...]"

As idéias de Martius esboçam um roteiro não só para o estudo da história, mas indicam, também, um caminho para a Literatura e as Artes Plásticas, que no Modernismo de 1922 e no Regionalismo-tradicionista do Recife se comprovou. Aquele “espírito de província” a que Sílvio Romero dava certa ênfase em 1880, e que o romancista Franklin Távora quis transformar em princípio literário, quando afirma que “as letras tem como a política, um certo caráter geográfico” – esse “espírito de província” renunciava o regionalismo que Martius, em 1843, divisou no horizonte cultural brasileiro. (TOCANTINS, 1969, p. 57).

As semelhanças entre as sugestões para estudo do Brasil presentes nos relatos de Von Martius e as teses *regionalistas* e *modernistas* encontra-se aos olhos de Tocantins na incessante procura do espírito do povo brasileiro e da identidade nacional enraizado em nossa diversidade cultural e na adaptação ao meio ecológico de cada região. Não causa surpresa o retorno às raízes mais profundas da mestiçagem, do folclore, das lendas, das tradições e dos mitos, expressões legítimas do espírito nacional brasileiro. Os movimentos de São Paulo e do Recife deram formas, recobriram características estéticas e converteram às diversas manifestações da cultura popular brasileira em expressão de nossa identidade.

Atento ao ímpeto estético e político dos dois movimentos, Tocantins assinala que a semana da Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922 e o Congresso Regionalista, realizado em Recife em 1926, foram na realidade o coroamento de todo o processo de desenvolvimento do espírito intelectual brasileiro. Os dois movimentos contribuíram, a seu modo, para decifrar a cultura brasileira e libertá-la dos estigmas de barbárie que atormentavam os

intelectuais de todo o Brasil. Concluindo, assim, que o Regionalismo e o Modernismo são faces de um mesmo movimento catalisador da energia intelectual brasileira a partir de um critério moderno de cultura. Embora muitos críticos procurem encontrar filigranas para a diferenciação e oposição entre os dois movimentos, ambos possuem o mesmo sentido de renovação, de procura de estilo, de definição nitidamente de cultura brasileira e de identidade nacional. O movimento de São Paulo e o do Recife se completam pelos objetivos comuns, embora diverjam em método de ação. Um foi necessário ao outro, e todos, afinal, se beneficiaram com o espírito criador de cada um. (TOCANTINS, 1969, p. 88).

Em meio ao nevoeiro do debate sobre as contribuições do Regionalismo e do Modernismo, Tocantins acredita que hoje a crítica esclarecida não pode conferir um grau de importância maior para nenhum dos dois movimentos, pois ambos se igualam na formação do moderno espírito intelectual brasileiro e equivale o resultado de suas produções culturais. Embora independentes um do outro, ambos vão desaguar no mesmo ideário cultural, a procura de nossa identidade nas manifestações populares. No limite dos argumentos, Tocantins, identifica conexões entre a atmosfera intelectual proporcionada pelo *Modernismo* e pelo *Regionalismo* com o clima político que desencadeou as mudanças institucionais no Brasil pós 1930, determinando o fim do primeiro ciclo da república proclamada em 1889 e dando início a uma nova etapa na vida brasileira. É claro que Tocantins reconhece a importância dos fatores econômicos e políticos para as mudanças ocorridas durante aquele período, sua atenção é indicar, junto às mudanças de natureza política e econômica, a fermentação de ideais renovadores da cultura brasileira que alteram significativamente o modo de nos representarmos como nação, rompendo os tabus e o conformismo com os estigmas que assolavam a nação. As conquistas dos dois movimentos prosseguem na vida cultural brasileira, moduladas pelas contradições e impasses sociais contemporâneos e aparecem cifradas de diferentes maneiras nas formulações estéticas que vêm redefinindo os rumos culturais do Brasil.

5.5. AMAZONOTROPICOLOGIA

A proposta de uma ciência específica para o estudo do ajuste ecológico do homem ao trópico úmido, formulada por Leandro Tocantins, deve ser compreendida a partir da influência exercida pelo pensamento de Gilberto Freyre sobre seu pensamento.

Afastando-se dos métodos propostos por Spencer, Durkheim, Le Play e das teorias raciológicas de Gobineau até então empregados para decifrar a realidade brasileira, Gilberto Freyre abre novas possibilidades para interpretação social do país. O itinerário intelectual de Freyre possibilitou acesso a novas propostas de compreensão do homem e da sociedade, assim como também de manifestações estéticas nos diversos campos da arte. Nas universidades dos Estados Unidos teve contato com o antropólogo Franz Boas, o sociólogo Giddings, o jurista John Bassett Moore, o economista Seligman, nos Estados Unidos e na Inglaterra, ouvira lições do jurista Alfred Zimmern, mestre em Oxford. Para além dessa herança acadêmica, participou, na América do Norte e Na Europa, de rodas literárias e científicas freqüentadas pelos filósofos John Dewey, os poetas William Butler Yates, Vachel Lindsay, Amy Lowell, os críticos Menken e Carl Van Doren, o poeta Tagore. Na Europa, conviveu com modernistas e intelectuais da *Action Française* de Murras e Daudet, com George Sorel e seguidores de Mistral. Essa larga experiência permitira, a ele, lançar um olhar inovador sobre as raízes culturais mais profundas da sua condição e *brasileira, regional e moderna*.

Foi o estudo de Antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influência sociais, de herança cultural e de meio. (FREYRE, 1992; p. 47 - 48).

A civilização moderna que emerge no espaço tropical resultado do ajuste plástico entre negros, índios e brancos não se organiza em termos

sócio-culturais da mesma forma que a civilização norte-americana e européia. Essa civilização com gosto de África, Europa e pitadas de tupi-guarani não se deixa interpretar pela simples aplicação de métodos sociológicos já consagrados em pesquisas ou definidos em teorias. A nova realidade social, situado nos trópicos, requer uma renovação de métodos através da capacidade do pesquisador projetar alguma coisa de si próprio e da sua situação regional na investigação, isto é, ele deve mobilizar os campos da reflexão - ecologia, sociologia, antropologia, história, filosofia e a arte em geral - a fim de compreender a experiência viva e dramática do homem situado nos trópico. A necessidade de compreender essa nova civilização mestiça e tropical implicava na necessidade de desenvolver métodos e teorias para além dos modelos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa.

[...] Não venho, de modo algum, como Antropólogo-Sociólogo, aplicando ao Brasil teorias, fórmulas e métodos já consagrados ou estabelecidos em outros países; e sim procurando retirar dessas teorias e desses métodos sugestões para novas tentativas de relacionamento de teorias - inclusive de teorias desenvolvidas por sociólogos europeus e anglo-americanos - com situações condicionadas pelo que me vem parecendo ser uma situação da especificidade brasileira dentro de uma mais ampla em sua especialidade: A **hispanotropical**. Especificamente brasileiro no tempo e especificamente brasileiro no espaço sem que essa especificidade exclua afinidades com várias outras situações: principalmente com as hispano-tropicais. (FREYRE, 1968, p. 52, grifo nosso).

A experiência histórico-social do homem no meio tropical é interpretada por Gilberto Freyre como um processo de equilíbrio de antagonismos - *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, *Ordem e Progresso*, *Senhor e Escravo*, *Católico e Herege*. Isto exige uma renovação dos métodos sociológicos forjado em outro contexto, sendo insuficiente aquele instrumental criado para dar conta das realidades européia e norte-americana. Os trabalhos de Freyre buscam tanto a construção dos instrumentos analíticos novos como uma nova interpretação da história social brasileira. Este procedimento resulta num grande salto, que marcará profundamente a reflexão sobre o social.

Por meio do estudo do processo de colonização luso e hispânico nos trópicos, americano, africano e asiático, Gilberto Freyre sugeriu a definição de um tipo de ciência social auxiliar, parte de uma *tropiologia* geral ainda a sistematizar-se, da qual a *lusotropiologia* seria especialidade ainda restrita para objetivar o estudo da transformação dos sistemas e valores portugueses de vida, trabalho e comportamento no Brasil e no Mundo.

A proposta de uma *lusotropiologia* formulada por Gilberto Freyre, para interpretação de nossas origens, possibilitou uma nova visão da experiência do homem no trópico. Seguindo as sugestões de Freyre, Tocantins, propôs uma amazonotropiologia. Sua intenção consiste em interpretar a Amazônia através do critério, não só regional e ecológico como também transregional. Esta amazonotropiologia seria um ramo da lusotropiologia e da hispanotropiologia sugerida por Freyre em suas obras.

A preocupação de Leandro Tocantins com os problemas decorrentes da diversidade regional brasileira e suas implicações culturais, indica a adesão à proposta de estudo do sociólogo pernambucano que toma a realidade brasileira como uma constelação de *Brasis*, isto é, um *Brasil uno* e ao mesmo tempo *diverso*, sintetizado em *Brasis, Brasil* o arquipélago cultural brasileiro. Nesse conjunto, a Amazônia é uma das ilhas do vasto arquipélago cultural brasileiro, uma ilha ao mesmo tempo ecológica e sociológica exigindo uma compreensão ajustada aos critérios de interpretação luso-tropicalista formulada pelo pensador pernambucano. A vida na Amazônia alcançou aquele equilíbrio que caracteriza a interdependência plástica entre a região e as instituições sociais, entre a ecologia e o homem. Exigindo dos campos de conhecimento, pesquisas, estudos, experimentos, dentro de critérios sócio-ecológicos e antropológicos, baseado na organização social e no meio físico tropical, não bastam simples transposições de métodos, de teorias e de técnicas desenvolvidas em regiões temperadas. É preciso redefini-las diante das condições sócio-ecológicas regionais.

Em conferência que pronunciei na Casa do Estudante do Brasil, a 27 de maio de 1968, no curso sobre problemática

amazônica, lembrei – lançando pioneiramente a idéia, - a necessidade de um esforço brasileiro para a criação de novo campo de estudos: a amazonotropologia, em que fossem incluídos os problemas globais da área, com objetivo científico de aplicar esses conhecimentos em proveito do próprio meio, e de acordo com as necessidades regionais. Uma amazonotropologia que seria desdobramento da lusotropologia recomendada pelo Professor Gilberto Freyre, pois a Amazônia é um trópico singular, sem símile no mundo todo.

Os instrumentos hábeis para esse trabalho científico são o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Museu Goeldi, Instituto de Pesquisa e experimentação Agrícola da Amazônia, o Instituto Evandro Chagas que, em ação conjugada, poderiam desenvolver atividades regionalmente orgânicas, captando em suas investigações científicas todos os valores da natureza e do homem, para sistematizá-los e aplicá-los em proveito de uma cultura sempre a serviço da espécie humana. Sem, contudo, encastelar-se num amazonocentrismo perigoso. Ao contrário, assimilar culturas técnicas, experimentações, como aconteceu na simbiose luso e trópico, num processo biossocial de adaptação de valores extra-amazônicos ou fusão desses valores com os regionais. (TOCANTINS, 1969, p. 48).

O projeto de um novo campo do saber não é tarefa de um homem isolado. Em sua visão a Universidade do Amazonas e do Pará deveriam promover seminários capazes de envolver a contribuição de diversas áreas do conhecimento para formar uma imagem a mais precisa possível da realidade sócio-ecológica da Amazônia. O exemplo está sendo dado pela Universidade de Pernambuco com seu seminário de *tropologia* brasileira e nordestina, como explica seu coordenador Prof^o Gilberto Freyre trata-se de um seminário de composição heterogênea dos diversos campos do conhecimento e dos saberes tradicionais, os quais guardam segredos sobre as coisas mais profundas da região. Dessa forma, conjugar-se-iam esforços para decifrar a Amazônia profunda em suas múltiplas dimensões física, antropológica, cultural, social, econômica, histórica, biológica e outras não citadas a serem sistematizadas na ciência dos trópicos úmidos, a amazonotropologia. Para Tocantins, um exemplo claro dessa nova mentalidade em formação encontrava-se no grupo de estudo amazônico liderado pelo Prof^o Djalma Batista, com sua vocação de médico tropicalista alongando-se numa

sociologia da medicina. Seguem outros exemplos como um Ernesto Cruz, que revela através da pesquisa histórica fatos essenciais para a compreensão regional, um Mário Ypiranga Monteiro, pesquisador e interprete do folclore regional, um Armando Mendes, descortinando novos horizontes para o estudo e aplicação de uma economia ecologicamente amazônica, um Amilcar Tapiassú, preocupado com os problemas demográficos, um Nunes Pereira, desvendando as populações indígenas com suas etnografias e etnologias. (TOCANTINS, 1971; 192). Não podemos esquecer que esse espírito amazonotropicalista já vem se expressando na esfera literária desde *Simá*, considerado por muitos o primeiro romance amazônico, em *A Selva* de Ferreira de Castro, nos romances de Dalcídio Jurandir e de Paulo Jacob, espírito presente, também, na poesia de Álvaro Maia e Elson Farias. Toda essa criatividade se reveste de uma amazonotropicalologia inspirada nas condições físicas, biológicas, sociais e antropológicas da região, cultura dinâmica que nos ata ao moderno. Entre todos esses nomes citados, Tocantins reserva distinção especial, no processo de construção da amazonotropicalologia, a Araújo Lima e a Arthur Cezar Ferreira Reis.

Justamente no Amazonas surgiram os dois *grandes e modernos* intérpretes da Amazônia, por ordem cronológica: o médico Araújo Lima, no livro *Amazônia- a terra e o homem*, e Arthur Cezar Ferreira Reis que apresenta em nossos dias uma obra notabilíssima, tanto na essência histórico-social como na quantidade quase espantosa de títulos. O Professor Arthur Reis adiantou-se aos também notáveis trabalhos de História de Manuel Barata e Arthur Viana, porque lhes acrescentou o sentido moderno, humanístico, de interpretação do fato histórico, sem esquecer a sua correlação com o fato social e ao fato econômico. (TOCANTINS, 1969, p. 49).

Não resta dúvida para ele que *Amazônia, a terra e o homem*, de Araújo Lima, é um livro indispensável para a compreensão dos processos sociais na região, o caráter inovador da obra reside em sua refutação peremptória de todo o determinismo geográfico, étnico e racial em favor da compreensão de que o homem é o responsável pela sua história; nesse sentido o atraso no qual a região se encontrava era resultado da ação do homem e não do clima ou do componente indígena da sociedade local. Da mesma forma compreende a

extensa contribuição, do Professor Arthur Cezar Ferreira Reis, aos estudos da Amazônia em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais com destaque para os livros *A conquista espiritual da Amazônia (1943)*, *O seringal e o seringueiro (1953)*, *A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo (1957)* e *A Amazônia e a cobiça internacional (1960)*. Vale salientar que, para Tocantins, os 29 livros lançados por Arthur Reis até o ano de 1969 traduzem uma das sínteses mais acabadas sobre a história social da região, permitindo visualizar aspectos importantes da tradição, da cultura e da identidade regional. Produção que o coloca ao lado de Araújo Lima como precursor da amazonotropologia proposta por Tocantins.

A Amazonotropologia assinala uma ruptura com o *espírito de aventura* que presidiu o processo de colonização e definiu o ritmo dos ciclos econômicos fundado no extrativismo. Os estudos promovidos pela amazonotropologia devem possuir como meta elaborar um estatuto científico para subsidiar o desenvolvimento regional com equilíbrio social e ecológico.

Que se faça um esforço de pesquisa, de estudo e experimentação, como ponto de partida para a formulação de um estatuto da Amazônia, através do qual fosse avaliada a riqueza potencial da Amazônia e escolhido o caminho a trilhar no sentido de seu aproveitamento racional.

Esse estatuto transformar-se-ia em instrumento de revolução: inovação dos métodos de política administrativa, social e econômica, introduzindo novos valores a serem mesclados aos regionais, formalizando novas técnicas na administração, na medicina, na engenharia, na arquitetura, na higiene, na engenharia sanitária, no urbanismo, na culinária, no vestuário, no paisagismo. (TOCANTINS, 1973, p. 389).

O desenvolvimento regional assentado na moderna ciência dos trópicos não implica no abandono dos valores tradicionais e de suas manifestações culturais regionais. Ao contrário, amazonotropologia deve por meio da pesquisa preservá-los, como sinal característico da identidade regional e como fonte de inspiração para artistas, poetas, escritores, arquitetos e cientistas. Os valores tradicionais guardam em si um ajuste sócio-cultural com o meio ecológico tropical que deve ser preservado face às mudanças. (TOCANTINS,

1971, p. 195).

Encontramos na Amazônia símbolos culturais perfeitamente válidos e ajustados ao meio ambiente, resultantes do processo histórico de organização da vida social, política, cultural e econômica em torno de portugueses e indígenas, e, em menor grau, negros. Valores certamente adaptáveis aos novos tempos.

Daí por que venho, há tempo, insistindo na criação de uma arquitetura amazônica, ecologicamente amazônica, assustado com a proliferação, em Belém e Manaus, e outras cidades do vale, de casas inadaptáveis ao clima tropical, verdadeiras arrogâncias do mau senso, a causarem problemas de higiene, de saúde, de bem-estar, nem sempre percebidos pelos moradores ou proprietários, muito anchos em desfrutar uma casa moderna ou funcional, como erroneamente julgam, porque o moderno nem sempre se casa com o funcional, e nem o funcional se expressa daquela maneira no clima quente e úmido do equador.

Casas que seus orgulhosos proprietários denominam de funcional, poderá sê-lo nos países frios e temperados e nunca na Amazônia tropical, que repudia placas de cimento armado, vastas superfícies de vidro ocupando espaços, onde, normalmente, devia haver abertura para a circulação de ar. O que resulta numa atmosfera interior sufocante, viciada, anti-higiênica. (TOCANTINS, 1973, p. 290).

Implícito nos argumentos acima está à tese defendida de que *na arquitetura colonial brasileira – resultante de um processo de adaptação de valores lusos aos trópicos durante vários séculos - já se encontravam, em potencial, soluções modernas adequadas ao clima e a ecologia*. Não nos surpreende Tocantins acreditar que arquitetos brasileiros como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Severiano Mário Porto estão demonstrando como é possível construir edifícios totalmente modernos que conservam, ao mesmo tempo, aspectos tradicionais da arquitetura colonial brasileira. (Tocantins, 1973; 285-302)

A amazonotropologia teria um papel fundamental de corrigir a simples transposição de estilos de vida estrangeiros, padrões técnicos de arquitetura,

de agricultura e das demais áreas sem levar em consideração as condições sócio-culturais e ecológicas da região. Padrões técnicos desenvolvidos para o clima temperado e ajustados a eles, não podem ser aplicados uniformemente em todos os espaços físicos e sociais. Devemos buscar inspiração para o desenvolvimento técnico e científico de padrões de desenvolvimento regional nas sugestões da paisagem, da história, dos valores culturais, do clima, do solo, da hidrografia, para constituírem técnicas e artes aplicáveis ao processo de produção e ao trabalho cotidiano. Desenvolvimento moderno sem esquecer a harmonização plástica com nossos valores tradicionais. Dessa forma, a amazonotropologia nos forneceria um conjunto de técnicas aplicadas localmente, mas universalmente reconhecidas como modernas, pois se harmonizam com a natureza e os valores herdados de nosso passado colonial. Na Amazônia, o índio e o português predominantemente em confronto com a natureza produziram valores culturais que nos atam num extremo a tradição e no outro a modernidade. O centro de gravidade de todos os seus argumentos parece orbitar em torno da tese de que

[...] o elo necessário entre tradição e modernidade é a cultura – veículo de transposição e de compreensão entre a essência do valor criado e sua transformação dinâmica e moderna em valor novo. (TOCANTINS, 1969, p. 13, grifo nosso).

Só podemos entender a *cultura*, no interior dessa tese, num sentido dinâmico. Aliás, essa forma de percepção da cultura, válida para o estímulo do espírito nacional em seus ímpetos de criatividade e de afirmação brasileira, o autor já encontrara como ideia-força nos movimentos de renovação literária, estética e até social. Daí a razão de seu diálogo contínuo com o Regionalismo do Recife (1926) e o Modernismo de 1922. Nas teses desses dois movimentos, Tocantins verifica uma íntima conexão entre o tradicional e o moderno, ou melhor, a valorização do tradicional brasileiro dentro de uma forma de expressão e de intenção substancialmente modernas. Por outro lado, Tocantins não se omite em apontar os aspectos políticos do processo de modernização quando assinala a presença da Revolução de 1930, do desenvolvimentismo e atua decisivamente como agente transformador no exercício de suas funções

públicas. Sempre à procura de aspectos singulares da cultura brasileira para solucionar os problemas de nossa estrutura política, social e econômica. Motivo pelo qual acrescentamos a *política*, ao lado da *cultura*, como elo entre o tradicional e o moderno na tese formulada por Tocantins.

[...] a cultura amazônica sobressai na congregação dos vários Brasis com expressão singular, ecologicamente singular, que precisa ser entendida sobretudo pelos poderes públicos, pois à ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização demográfica, social e econômica da Amazônia, desde que a Amazônia, o imenso deserto do Brasil, deve ser uma nova fronteira social e nunca individual.

É o que, felizmente, se tornou uma filosofia de Estado, com objetivos definidos, a partir do Governo do Presidente Castelo Branco, que lançou a chamada Operação Amazônia, de modernização e inovação de métodos e da infra-estrutura administrativa dos órgãos operativos na região. E prosseguida pelo governo atual, graças à sensibilidade cívica e compreensão sócio-política do Ministro do Interior General Albuquerque Lima. (TOCANTINS, 1971, p. 193).

É importante lembrarmos que a *Operação Amazônia*, lançada pelo Presidente Castelo Branco em fevereiro de 1966, se beneficiou das sucessivas políticas de integração da Amazônia postas em marcha com a institucionalização da SPVEA por Getúlio Vargas em 1953. No âmbito da proposta elaborada pelos militares, a SPVEA assumiu nova roupagem institucional transformada em SUDAM. Se recuperarmos as observações de Ianni, em Estado e Planejamento no Brasil, notaremos que a *modernização conservadora*, instituída pelos militares pós-64, é o desdobramento do debate político iniciado com a ruptura oligárquica de 1930. Debate que se expressou ao longo de três décadas em diversos projetos de modernização do país, propostos por grupos, classes sociais ou frações de classe em luta pela hegemonia. As clivagens ideológicas orbitaram em torno três modelos básicos de desenvolvimento em disputa, são eles: o modelo de desenvolvimento autônomo, o modelo de desenvolvimento associado e o modelo socialista. Tocantins orbitou entre o modelo de desenvolvimento autônomo e o modelo de desenvolvimento associado, atitude típica dos agentes oriundos dos setores

agrários tradicionais e do extrativismo do Norte. Não é sem sentido que para Octavio Ianni o modelo de *modernização conservadora* nasce da fusão de elementos daqueles dois modelos, conduzida pelas classes e frações descontentes com a política de massas que ampliava a participação da classe trabalhadora na esfera política e na divisão da riqueza nacional. Tocantins estava convencido de que a *Operação Amazônia*, face regional da *modernização conservadora*, seria o suporte necessário para tornar a Amazonotropicalologia a base científica de todo e qualquer empreendimento regional. Caberia a ela analisar e avaliar a viabilidade dos projetos de investimentos na Amazônia. Posição que se torna evidente ao reiterar as palavras proferidas por Arthur Cezar Ferreira Reis quando tomava posse da Presidência do Conselho Federal de Cultura.

[...] a Revolução Brasileira necessita da inteligência do país, com sua ação criadora e a consciência exata de que falsa é a premissa de construirmos o nosso futuro só apegado a idéias ilusórias de ajudas externas – o que também inclui certa despersonalização, adotando, sem a cautela de uma inteligente assimilação, o artifício do estrangeirismo: falsear o espírito nacional com novidades que não correspondem ao nosso modo de ser como povo e como nação. (TOCANTINS, 1969, p. 19).

A cultura e a política assumem um significado central na amazonotropicalologia, na proporção em que Tocantins se fizera presente no debate político que orientou o desenvolvimento regional e global do país. A cultura, assim como a política, revela a ação dinâmica do homem situado na história regional, nacional e universal. Os pressupostos dessa interpretação sócio-histórica da Amazônia e do Brasil, levado a termo por Tocantins, é a compreensão de que o estudo da cultura torna possível irmos às raízes das tradições de nosso povo, auscultar-lhes as tendências e qualidades duradouras, sentir o processo de seu desenvolvimento histórico e social, para que a criação - seja na arte, na literatura, na política, na ciência, na tecnologia, na música enfim em todas as esferas da vida social - alcance um perfeito equilíbrio entre os valores tradicionais revelados no largo magistério da história, e o sentido modernizante que o tempo presente indica como um

processo em direção ao futuro. Uma inteligente fusão de *experiência brasileira* com *experiências universais*, sempre levando em conta o rico acervo de nossa cultura, pois ela guarda um amplo sentido histórico, sociológico, antropológico e ecológico, resultado do processo de miscigenação e colonização da Amazônia e do Brasil, em outros termos, a construção de uma Amazônia brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor um estudo sobre o pensamento social de Leandro Tocantins (1928-2004), deparamo-nos com um campo de estudos, ou área de conhecimento, consolidada e institucionalizada nas principais Universidades brasileiras, Além de Centros de Pesquisas e Fundações que desenvolvem estudos nessa área de conhecimento, podemos citar como exemplo CEB-UNICAMP, IBE-USP, CPDOC-FGV/RJ, UFRJ, UnB, IESP-UERJ, UFPE, UFMG. Nesses espaços de debate, um número significativo de temas e autores são transformados em temas de pesquisas, nas quais são demandados problemas que vão desde questões como a construção Nacional, passando pela identidade, cultural, constituição do campo científico na sociologia e nas demais ciências sociais, bem como na literatura, nas artes em geral e na organização política. Temas que se cruzam, que se distanciam e se aproximam, produzindo muitas vezes intersecções que necessitam novas investigações. Demonstrando, ao mesmo tempo, que os estudos realizados no âmbito do pensamento social brasileiro não guardam fronteira rígida com outras áreas do conhecimento, podendo assumir um caráter transdisciplinar para além das três áreas clássicas das ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política). Dessa forma, mantêm ligações íntimas com a história das ideias, da arte, com as teorias literárias, a filosofia e outras áreas afins. É verdade que os debates e as pesquisas realizadas nesse espaço institucionalizado se pautam em distintas matrizes teóricas das quais podemos salientar as contribuições de Mannheim, Gramsci, Bourdieu, Raymond Williams, Norbert Elias, Quentin Skinner, Goffman e outros, sem esquecer a herança clássica de Marx, Weber e Durkheim sempre presente no horizonte de reflexão seja qual for o campo de aplicação das ciências sociais. As opções teóricas feitas por grupos de pesquisas, no interior das instituições citadas anteriormente, aplicadas ao longo de anos rotinizaram-se em sólida tradição de estudos conferindo-lhes prestígio e credibilidade na área de pesquisa sobre o pensamento social brasileiro.

Nossa preocupação inicial foi nos aproximarmos dessas tradições de estudo com certa cautela a fim de não aderirmos incondicionalmente a uma matriz teórica que nos proporcionasse certezas, isso porque acreditamos que a pesquisa seja o espaço das dúvidas e hesitações e não os espaços das assertivas ou conclusões peremptórias. São as dúvidas que nos impelem numa espiral de perguntas e respostas acerca dos procedimentos mais adequados para nos aproximarmos do tema de estudo, resguardando suas contradições, suas ambivalências e suas incertezas, deixando assim caminhos abertos, inconclusos a novas abordagens, sondagens e perspectivas que podem esclarecer aspectos eclipsados pelos procedimentos escolhidos e pela capacidade de observação e análise do pesquisador. Nossa estratégia consistiu em atacar o problema de vários ângulos ao mesmo tempo, embora sabendo que poderíamos abrir novos questionamentos impossíveis de serem solucionados no âmbito desse trabalho. Problemas que podem suscitar interpretações divergentes sobre os procedimentos teórico-metodológicos postos em prática no decorrer da investigação.

Na proporção que avançávamos nas leituras das obras de Leandro Tocantins, notávamos que a ideia de tradição e modernidade estava diretamente ligada à sua condição de intelectual oriundo da classe dominante que esteve à frente da produção e do comércio da borracha na Amazônia. Essa condição social do autor abriu novos aspectos no âmbito da pesquisa, da qual emergiram as seguintes questões:

Primeira, o nacionalismo expresso em seus escritos não consistia em um verniz eloquente, motor dos afetos e paixões momentâneas como em Olavo Bilac. O nacionalismo do qual se investira era o resultado das disposições internalizadas nas práticas cotidianas no interior de uma classe social em declínio que procurava projetar seus anseios políticos nacionalmente.

Segunda, que os códigos que circulavam no interior dessa classe permitiram a ele ordenar, classificar e hierarquizar o mundo social ao seu redor e ao mesmo tempo suscitaram suas aspirações sociais (ser bacharel em Direito, escritor e ocupar um cargo público) comuns entre os jovens oriundos

da classe dominante e das frações de classe média locais, com pretensão intelectual.

Terceira, a rede de relações sociais estruturadas no interior da classe se mostrara um ponto de partida para elucidar os ideais e as concepções de mundo que dão significado às suas ações práticas enquanto agente organizador da cultura.

Quarta, Leandro Tocantins converteu sua atividade de escritor em instrumento legítimo de persuasão com objetivo de apressar a criação de uma consciência nacional em torno dos problemas amazônicos, contribuindo para repor a região na agenda política do desenvolvimento nacional. Não se trata de uma novidade entre os intelectuais locais, antes parece ser uma estratégia corrente posta em prática desde o Barão de Santa-Anna Nery (1848-19001), passando por Álvaro Maia, Araújo Lima, Alfredo da Mata, Arthur Cezar Ferreira Reis, Djalma Batista e outros. O que nos pareceu significativo foi o alcance adquirido pelos livros de Tocantins naquele contexto de discussão de um projeto nacional.

Quinta, o prestígio intelectual adquirido como escritor e a rede de relações amalhada por sua família e ampliada por ele desde o seringal até a capital federal (Rio de Janeiro) foram decisivas para que ele ocupasse determinados cargos na esfera pública regional e nacional.

Sexta, Leandro Tocantins confronta em seus textos memória, tradição, sagas e paisagens, num jogo de significados e de significantes, entre o que acredita ser o eterno, o imutável e essencial da vida frente às mudanças contínuas provocadas pelo desenvolvimento da ciência e das técnicas modernas.

Esse conjunto de problemas apontou a necessidade de compreendermos a relação entre o ambiente social no qual o autor está inserido e sua produção intelectual, indicando, dessa forma, que Leandro Tocantins se encontrava em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando

reelaborar os modos de pensar herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das mudanças de suas condições sociais. Nesse sentido, sua compreensão acerca da tradição e da modernidade não é produto da mente de um indivíduo isolado, mas a resposta de um grupo a respeito da permanência e da mudança que põe em risco seu destino. A direção dessa vontade coletiva de manter ou transformar é que produz o fio orientador de seu pensamento e de seus conceitos. Tocantins acredita assim solucionar o problema da permanência e da mudança por meio da insólita tese de que *o elo necessário entre tradição e modernidade é a cultura, meio de transposição entre a essência do valor criado no passado e sua transformação moderna em valor novo* (TOCANTINS, 1969, P. 12-67, grifo nosso).

Nesse nevoeiro espesso de dúvidas e incertezas nos vimos obrigados a lançar mão de diferentes tradições do pensamento, mesmo sabendo que fundadas em princípios epistemológicos distintos. Diante dessa condição Antonio Gramsci, Karl Mannheim e Pierre Bourdieu serviram como núcleo da argumentação e interpretação das condições sociais e do papel organizativo-diretivo desempenhado por Tocantins na esfera cultural e política regional e nacional. As formulações desses autores não se sustentam sozinhas a não ser no intercâmbio de idéias que revelam as contribuições e os limites de cada um. Nesse jogo dialético de argumentação e de intercâmbio de idéias é que dispomos de um acervo de contribuições de autores como Daniel Pècault, Fichte, Raymond Williams, Foucault, Barrington Moore Jr, Adorno, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Antonio Candido, Élide Rugai Bastos, Sérgio Miceli, Luiz Costa Lima e outros.

Quando observamos a experiência de Tocantins do seringal distante no Acre até a capital federal (Rio de Janeiro), encontramos uma rica rede de relações sociais seja na esfera privada da família, seja na esfera pública no interior da classe em confronto com outras. Nelas estão plantadas suas raízes afetivas e cognitivas como consciência privada da ordem social e dos problemas enfrentados por sua classe no horizonte dos eventos que

conduziram o Brasil ao desenvolvimento. Cifrados em seus passos estão os ideais de um grupo social que internalizados como vontade privada, o inclinaram a aderir a determinadas alianças políticas em torno de um projeto de desenvolvimento regional e nacional. Nesse contexto, sua obra pode ser interpretada como um momento do convencimento de que a problemática amazônica deveria ser vista como uma questão nacional, indicando dessa forma que seu regionalismo e nacionalismo não se reduziam a uma retórica vazia, tratava-se na verdade de um compromisso prático em retirar a Amazônia da condição de atraso e de subdesenvolvimento em que havia mergulhado após o ciclo da borracha. Para dar conta desse novo projeto de desenvolvimento, era necessário o poder público regional e nacional se organizarem a partir de novos princípios, abandonando de vez o federalismo rígido da velha república, que resultou no esquecimento das regiões mais pobres do país, e do liberalismo que impedia o Estado de uma participação mais incisiva na resolução dos problemas econômicos regionais. O traço mais forte desse argumento é a consciência clara da necessidade de uma nova direção política para a região e o país. Nesse sentido, está convencido de que a política, na velha maneira em que era praticada, deve ser substituída por uma nova ação programática mais preocupada com o destino do homem, num processo total de aproveitamento de sua energia criadora. Cabendo ao Estado erigir as condições institucionais e coordenar a utilização dessa energia de modo mais eficaz, para o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil. (TOCANTINS, 1969, p. 12-38). Essa posição política de Leandro Tocantins, da mesma forma que seus ensaios histórico-sociológicos, estavam alinhados às duas tendências em torno das quais se concentravam as disputas políticas e intelectuais naquele cenário: o nacional desenvolvimentismo de feição getulista na esfera política e a síntese luso-tropical que explicava nossa identidade proposta por Gilberto Freyre, na esfera cultural. Motivo que nos permite afirmar que o pensamento de Leandro Tocantins possui, simultaneamente, aspectos conservadores e avançados, daí resultando a sua natureza ambivalente que oscila entre a tradição e o moderno. A expressão mais visível dessa natureza encontra-se em sua percepção da mudança social, em outras palavras, para ele a tradição entendida como valores que

personalizam o país em suas manifestações, tanto no aspecto material como espiritual, podem ser cultivada com o espírito moderno sem perder sua essência.

Nesses termos a contribuição de Antonio Gramsci foi significativa para a compreensão do papel desempenhado por Leandro Tocantins na luta pela construção de um consenso em torno da Amazônia e do desenvolvimento nacional num cenário de mudanças estruturais profundas. Nesse espaço social de lutas, as alianças entre as classes sociais expressam as condições, os limites e as possibilidades do exercício da hegemonia. Evidente que ao utilizarmos a contribuição de Gramsci, levamos em consideração a especificidade da formação histórica e social brasileira, principalmente o delineamento das classes, para isso nos foram de grande valia as contribuições de Florestan Fernandes, Celso Furtado, Octavio Ianni, Francisco Weffort e outros.

Se por um lado Gramsci nos fornece as coordenadas interpretativas do consenso, da hegemonia e do papel diretivo-organizativo da vida social que cabe ao intelectual, Pierre Bourdieu nos possibilitou compreender de que modo as práticas sociais de Tocantins no espaço privado da família e no âmbito das relações sociais no interior da classe, internalizam *habitus* que estarão na base de suas inclinações, opções e adesões futuras a determinadas concepções políticas e culturais presentes nas lutas pela definição de um Brasil moderno. Ao mesmo tempo assinala as modulações do *habitus* sofridas pela educação escolar e pela rede de relações sociais nas quais o agente está mergulhado. Daí a importância heurística da rede de relações sociais herdadas e construídas ao longo de sua vida para compreendermos em que proporção essas relações contribuíram para que ele ocupasse as funções públicas que lhe foram oferecidas. Em meio a *jogo aberto* dessas relações sociais, as múltiplas *estratégias* postas em práticas de acordo com cada situação social convertem suas *aspirações* (ser bacharel em Direito, escritor e funcionário público) em meio de realizar sua *missão*, de por a Amazônia no debate político nacional em torno de um projeto de desenvolvimento.

Mudanças aceleradas como as que ocorreram no Brasil durante o século XX, suscitam em parte da classe dominante um sentimento ambíguo de se projetar para o futuro ou conservar o solo social no qual está assentada sua visão de mundo, a identificação com a situação passada e a sedução do novo parece ser o ponto de partida afetivo e cognitivo para os jovens dessas classes tomarem consciência do mundo. Os intelectuais oriundos dos setores dominantes que estão no vórtice dessas mudanças elaborarão ou formularão uma mitologia do passado, uma história que glorifica os feitos e acontecidos de tal modo que a essência dos valores espirituais e matérias desse passado serão atualizadas em meio à mudança, convertendo-se em expressão moderna com requintes da tradição que se transmuta em novo. Dessa forma, esses intelectuais formulam uma teoria da mudança sem ruptura com o passado, indicando os caminhos para a sobrevivência do grupo social em meio às transformações inevitáveis (MANNHEIM, 2008). Essa contribuição de Mannheim nos permitiu interpretar como Tocantins percebe a mudança e como, demonstrando sua inevitabilidade, elabora uma fórmula sócio-histórica que permite a sobrevivência dos valores tradicionais junto ao processo de modernização do país. Daí porque acredita que *é preciso vivermos integralmente o espírito de nossa época, alcançarmos suas realizações mais íntimas, e extrairmos do passado as lições, os exemplos, os valores que sejam válidos e eficazes para a aventura que vivemos no presente e sua projeção no futuro* (TOCANTINS, 1969). Seus trabalhos consistem em uma luta contra despersonalização da cultura e da identidade brasileira em favor de uma modernização descolada de nosso passado, motivo de sua resistência às tentativas de rejeição ou menosprezo de nossas tradições e raízes mais profundas por parte de determinados setores sociais. Tocantins esteve sempre preocupado com a herança social transmitida, sem, no entanto rejeitar os valores culturais novos que emergem do desenvolvimento moderno de uma vida alicerçada na ciência e na técnica, o que demonstra a ambivalência de seu pensamento e de suas práticas.

Não menos importantes foram as contribuições das pesquisas sobre o pensamento social brasileiro. Por meio de algumas de suas contribuições, foi

possível estabelecer o elo entre as propostas teóricas delineadas por Gramsci, Mannheim e Bourdieu com a especificidade da trama da formação social regional articulada em níveis distintos com o nacional e o mundial. Nesse sentido, contribuições como de Candido, Martins, Bastos, Miceli e outros nos permitiram pensar e compreender como uma nação de origem colonial organiza suas varias esferas sociais a partir de tal condição, imprimindo assim um ritmo distinto na formação das classes sociais, da cultura e da institucionalização da política no interior das quais agentes vão desempenhar papeis organizativo-diretivos da vida nacional.

Situar a contribuição de Leandro Tocantins no âmbito do pensamento social brasileiro exigiu percorrer as águas turvas de seu pensamento até sua nascente, a experiência primordial em meio às relações sociais estruturadas entre as classes no seringal e na pequena vila de Tarauacá; seu deslocamento para Belém e finalmente para a capital federal no final dos anos 40. Tomadas não como um movimento linear da experiência de um jovem pertencente a uma família de proprietários de seringais, mas como modulações temporais da condição de um grupo social que observa o esgotamento de sua fonte de riqueza em uma determinada região de um país e que ocupa uma posição no mercado nacional e mundial. As experiências particulares do indivíduo são os momentos da tomada de consciência sobre os problemas que afligiam o grupo social e as respostas dadas por ele para redefinir a posição do grupo no campo de lutas políticas que deram direção as mudanças modernas ao Brasil (MARX; MANNHEIM; BOURDIEU; WILLIAMS). Na obra de Tocantins, a região aparece como o ponto de partida para discutir a formação nacional sob o ângulo da cultura, da identidade, do desenvolvimento regional, da modernização e de outros temas que podem ser deduzidos de cada leitura que se faça de seus livros. As respostas dadas por Tocantins aos problemas regionais e nacionais não podem ser vistas como expressão única de um indivíduo. Trata-se na verdade de uma forma comum de ver que perpassa a produção de inúmeros intelectuais, guardadas as especificidades de suas áreas de conhecimento e a dimensão que adquiriram no debate local e nacional. Obras como as de Álvaro Maia, Alfredo da Mata, Araújo Lima, Dalcídio

Jurandir, Djalma Batista, Arthur Cezar Ferreira Reis, Mário Ypiranga Monteiro, Samuel Benchimol possuem elementos comuns no modo de ver os problemas regionais em sua relação com a questão nacional, debate que ainda ressoa com intensidades distintas nas produções artísticas e científicas locais contemporâneas.

Os elementos comuns presentes nas obras daqueles autores, embora de gerações distintas, articulam uma resposta às mudanças sociais em curso na região e no Brasil. O que nos habituamos a observar como experiência individual de cada um deles é demonstrada pela análise sócio-histórica como resposta social aos impasses e problemas gerados pelas mudanças sociais. Daí a adesão ao nacional-desenvolvimentismo aparecer em diferentes tons nos escritos de uma parcela significativa dos intelectuais regionais como uma estratégia viável para reverter às condições as quais foi relegada a região. Num ambiente de disputas políticas pelo poder de conferir direção ao projeto de desenvolvimento nacional se inclinaram lentamente a compor alianças com os setores conservadores que estiveram à frente do golpe militar de 64. O nacional-desenvolvimentismo não passava de um verniz que adornava as *disposições* autoritárias internalizadas no jogo das relações sociais no interior do grupo de origem.

O caráter conservador, discutido anteriormente, pode ser observado em três autores centrais entre os citados anteriormente: Tocantins, Arthur Cezar e Djalma Batista. Em *Adolescência, a vigília dos olhos*, Leandro Tocantins expõe seu ideal político fundado na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1810-1903), na qual o papa defendia a propriedade privada, apoiava o direito dos trabalhadores formarem sindicatos, mas rejeitava peremptoriamente o socialismo (TOCANTINS, 1993; 211-215). A igreja católica preocupada com a situação social que se desenrolava na segunda metade do século XIX, acreditava que as soluções iriam sair da ação combinada entre Igreja, Estado, empregadores e empregados. A partir dessa encíclica são lançadas as bases da Doutrina Social da Igreja Católica na qual procurava promover um *humanismo integral e solidário*. Leão XIII enfatizava que o papel da igreja não era propor

modelos de organização social. No entanto ela não poderia ficar indiferente diante das vicissitudes sociais da miséria e da vulnerabilidade em que se encontravam milhares de trabalhadores e diante dessa condição humana a Igreja Católica formula o *humanismo integral e solidário*, isto é, por meio da fé promover a caridade, a justiça social e a esperança como forma de atenuar os problemas sociais; Outro momento desse caráter conservador pode ser observado no livro *Um mundo em Mudança*, de Arthur Cezar Ferreira Reis no qual discutira em um dos capítulos a formação, o aperfeiçoamento e o papel das elites intelectuais para o desenvolvimento das nações. Arthur Cezar acredita que essas elites devem ser responsáveis pela direção do país em todas as esferas sociais, disciplinando a vida coletiva e coordenando o uso das energias do trabalho para o desenvolvimento econômico, social e político da nação. Essa visão elitista exclui qualquer participação da classe trabalhadora nas instâncias de decisão sobre os rumos que a nação deveria trilhar (REIS, 1986, p. 197-212). E finalmente em Djalma Batista no ensaio *Cultura amazônica* publicado na revista da academia amazonense de letras em 1955. Nesse ensaio, o autor assinala que o desenvolvimento de uma civilização brasileira e amazônica só será possível mediante um movimento de cima para baixo, isto é, dos homens de estudo para as massas, em síntese, será obra de uma elite de intelectuais e técnicos capazes de proporem e executarem políticas voltadas para o bem-estar comum. A participação do povo fica restrita às atividades de execução de tarefas ordinárias da vida, fica descartada a participação do povo nas esferas de decisão (BATISTA, 2003, p. 67-97).

O fervor católico de Tocantins e as concepções elitistas de Arthur Cezar e Djalma Batista podem ser interpretados, também, como componentes da *estrutura de sentimento*, conceito formulado por Raymond Williams para compreender os elementos comuns presentes em obras de escritores de uma determinada época na Inglaterra e dispostos em suas práticas. Observados por esse ângulo, o fervor católico e o elitismo são concepções que circulavam no interior do grupo social de origem daqueles intelectuais, herança social do grupo que são moduladas pelas experiências futuras no interior de uma

sociedade em mudança. Daí porque a tradição se torna o porto seguro no qual se apegam diante da aceleração moderna, aceitando, com isso, as mudanças desde que preserve a tradição, a família e a propriedade. Esses são os termos chaves da aliança entre os setores conservadores nacionais que se opõem terminantemente a participação das massas na esfera de decisão política que marcou o populismo na vida nacional brasileira, segundo Weffort e Ianni. É possível afirmar no limite do argumento que o nacional-desenvolvimentismo assumido por eles no primeiro momento será progressivamente embotado pelo fervor católico e o elitismo presente no horizonte de suas representações da política em favor da *modernização conservadora* posta em curso pelos militares entre os anos 64 e 85.

Não é obra do acaso as inclinações conservadoras entre os intelectuais do norte e tudo indica que a riqueza produzida pelo comércio e a extração da borracha estavam alicerçadas em relações sociais e de trabalho de mando, autoritárias, ou melhor, relações sociais marcadas por uma rígida subserviência dos seringueiros aos proprietários de terra¹¹². Por trás do requinte cultural adornado de um verniz francês, as relações de trabalho locais guardavam vestígios do passado não muito distante da escravização indígena e negra e do poder social conferido aos proprietários de terras na história da formação nacional. O sistema de aviamento¹¹³ é a expressão viva do poder de mando conferida aos proprietários de seringais e dos grandes comerciantes da região. Juntamente com esse poder, conferido aos proprietários de terra, presente em nossa formação social, encontramos a

¹¹² O poder social conferido aos grandes proprietários de terra na formação nacional pode ser visto em obras como *Origens Agrárias do Estado Brasileiro, Ditadura e Agricultura* e *A Luta pela Terra* de Octavio Ianni; *O Seringal e o Seringueiro* de Arthur Cezar Ferreira Reis; *Gente dos Seringais* de Álvaro Maia; *Amazônia Terra e Civilização* de Armando Dias Mendes; *O Cativo da Terra* de José de Souza Martins, *As ligas Camponesas* de Élide Rugai Bastos; *Análise do Modelo Brasileiro* de Celso Furtado.

¹¹³ Para uma compreensão mais detalhada do processo de aviamento consulte *O seirngal e o Seringueiro* de Arthur Cezar Ferreira Reis; *O dilema da Amazônia* de Miranda Neto; e *Amazônia, terra e civilização* de Armando Dias Mendes.

altivez vitoriana das empresas inglesas¹¹⁴ instaladas em Manaus e Belém naquele período. A dinâmica do processo de colonização impresso nas sucessivas formas subordinação e controle dos grupos indígenas da região, seja pela persuasão religiosa ou pela força das armas, deixaram marcas indeléveis na formação cultural. Basta observarmos os estigmas atribuídos aos tipos sociais locais que permanecem ao longo do tempo. A altivez dos empreendedores ingleses instalados na região de certa forma reforça os estigmas na proporção que se auto definem como civilizados frente à barbárie do meio físico e social da Amazônia.

O caráter autoritário presente nas relações de classe foi internalizado por uma parcela considerável dos intelectuais locais como parte natural da vida social, que pode ser interpretada como *habitus* se partirmos das formulações de Bourdieu, ou como um dos componentes da *estrutura de sentimento* de uma época, caso as referências sejam Raymond Williams. A experiência relatada por Tocantins no distante seringal do Murú, no Acre, assinala bem esse caráter

Assisto uma típica e freqüente cena de seringal Amazônico. [...] meu pai, no ofício de manter a ordem, o equilíbrio da sociedade. Eu e os trabalhadores da casa de farinha, meros assistentes, sem poderes, sem palavras, Afinal, somos espectadores desse retalho da história anônima dos seringais. [...].

Imprime-se em mim a maneira tolerante, porém firme, de meu pai, no exercício da justiça e da misericórdia. A preservação de nosso bem-estar depende da alquimia de seu verbo e de seu ato. Este é o reforço de uma confiança que já estava em meu sangue. (TOCANTINS, 1984, p. 106-107).

¹¹⁴ Os ingleses controlavam 75% do capital das empresas que comercializavam a borracha e 90% da infraestrutura da região era controlado por empresas inglesas. Para uma visualização mais detalhada dessa questão consultar *A ilusão do Fausto* de Edneia Mascarenhas Dias; *A cidade Sobre os ombros* de Maria Luiza Ugarte Pinheiro; *O dilema da Amazônia* de Miranda Neto.

A riqueza de detalhe dos argumentos demonstra a percepção do papel que seu pai desempenha na ordem e no equilíbrio das relações sociais de trabalho, a firmeza no exercício da justiça e a misericórdia moldam seu modo de ser de tal forma que o acompanhara na percepção das lutas políticas na qual o trabalhador deve ser um espectador e não um agente das mudanças, a eles cabendo o respeito e a tolerância nos limites da proteção à propriedade privada, à família e à tradição.

São inúmeras as obras que retratam a estrutura social e as relações de trabalho no período áureo da exploração da borracha, algumas de caráter documental, outras ficcionais, além das crônicas sensacionalistas sobre as condições de vida nos seringais da região. Em todas elas é possível identificarmos o poder de mando conferido aos proprietários de seringais. Nesse aspecto podemos destacar obras como *Gentes dos seringais*, de Álvaro Maia, *O seringal e o seringueiro*, de Arthur Cezar Ferreira Reis, *Inferno verde* de Alberto Rangel, *Formação histórica do Acre* de Leandro Tocantins e a obra mais conhecida e difundida sobre o drama dos seringueiros *A selva* de Ferreira de Castro.

Seria errôneo de nossa parte tratar as opções políticas de Leandro Tocantins como a livre escolha de um indivíduo, quando na verdade expressa uma situação social específica na qual se encontrava um grupo. Os impasses que recaiam sobre seu futuro no interior de ordem social em mudança parece ser a fonte de sua angústia diante da necessidade transformar preservando o passado. Evidente que os aspectos autoritários que circulavam no interior da classe serão experimentados de distintas maneiras conforme o status da família em termos de riqueza acumulada; a liderança que o pai ou parentes próximos exerceram no grupo; e finalmente as práticas cotidianas nos diversos espaços sociais que frequentaram os intelectuais oriundos daqueles setores. Tudo indica que o grupo do qual Leandro Tocantins fazia parte, liderado por Arthur Cezar Ferreira Reis, alcançou primazia relativa frente a outros grupos na proporção em que suas alianças políticas os conduziram a determinados cargos públicos, meio pelo qual parte de suas produções

intelectuais converteram-se em práticas organizativo-diretivas da esfera política e cultural regional. Nesse caso as questões da tradição e da modernidade estão intimamente articuladas como auto compreensão do alcance e dos limites políticos conferidos ao grupo social de origem e a Amazônia na esteira do debate nacional-desenvolvimentista. A sua abordagem regionalista pode ser vista ao mesmo tempo como um estratagema para se posicionar no debate nacional consciente da própria posição política do grupo; e como uma chave teórica capaz de explicar como o rumo e o ritmo das mudanças passadas, presentes e futuras conservam a tradição, atualizada permanentemente pela cultura. Seu projeto de uma Amazonotropologia, ciência específica dos trópicos úmidos amazônicos, seria um passo decisivo para mapear do ponto de vista físico, químico e biológico todo o bioma regional, além, é claro, de identificar todos os grupos indígenas a partir da antropologia resgatando sua cultura e seus saberes a fim de aplicar no desenvolvimento regional, visto que eles revelam um equilíbrio entre o homem e o meio. Caberia, enfim, à amazonotropologia orientar estudos em todas as áreas do conhecimento humano (história, sociologia, geografia), biológicos, físicos e químicos voltados para decifrar as constantes sociais e ecológicas regionais. Para Tocantins o Museu Emílio Goeldi, a Universidade Federal do Pará, o Instituto Evandro Chagas, a Universidade Federal do Amazonas e o Instituto de Pesquisa da Amazônia constituíam uma rede de instituições capazes de colocar em prática o projeto da amazonotropologia, subsidiando o desenvolvimento regional por meio das pesquisas realizadas por essas instituições.

O pensamento social de Leandro Tocantins desvela e oculta os modos como as sucessivas gerações enfrentaram e enfrentam os desafios, os problemas e as questões que moldaram a cultura, as identidades, as representações sociais, as instituições e o modo de vida que nos é peculiar. As digitais do espírito de uma época envolta em lutas pela definição de um Brasil moderno podem ser encontradas em suas práticas no exercício de funções públicas e em suas idéias.

Recuperar o pensamento social de intelectuais situados nas regiões afastadas do epicentro, onde transcorriam os debates mais intensos e acalorados sobre a cultura e o destino político do país, significa interpretar a formação nacional sob ângulos insólitos dos que ficaram à sombra dos personagens mais visíveis, em razão dos limites impostos pela difusão e circulação de suas obras e ideias. Vistas muitas vezes como contribuições menores pela grande tradição, a produção intelectual desses autores regionais pode nos fornecer os nexos que atam as forças sociais e políticas locais aos grupos dominantes na esfera nacional, indicando o papel assumido por cada uma dessas forças no debate nacional e na construção do Brasil moderno.

O exercício cotidiano da atividade de pesquisa nos impõe uma série de armadilhas. Algumas foram desmontadas pela análise lógico-argumentativa, outras permanecerão à margem de cada questão solucionada, à espera de uma leitura atenta para convertê-las em ponto de partida para uma nova pesquisa. É com o sentimento de um trabalho inconcluso que chegamos à dobra do abandono e se para nós significa um ponto de chegada é porque o corpo da pesquisa condensa toda nossa trajetória acadêmica tanto no aspecto das possíveis contribuições para o tema em discussão como nos limites intelectuais presentes nas descontinuidades que permanecem nos argumentos. As incertezas intelectuais foram as molas propulsoras que ditaram o ritmo e a amplitude da pesquisa, por meio delas a paisagem, ou melhor, a cartografia da pesquisa tomou forma na escrita. Não há um término para a investigação. Na verdade temos que abandoná-la antes que nos devore mental e fisicamente.

7 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 1998

_____. Sobre a lógica das ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1994.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Gilberto Freyre e a invenção do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

BARBOSA, Clovis (Editor). **Equador**. Manaus: Edições do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

BARTHES, Roland et al. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e a formação da sociedade Brasileira**. 1986. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.

BASTOS, Elide Rugai. **O pensamento sociológico no Brasil: consenso ou crítica?** Campinas: UNICAMP, 1997. Texto apresentado como exigência para obtenção do título de Livre Docente.

BASTOS, Elide Rugai; PINTO, Renan Freitas (Org.). **Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Orgs). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Dennis (Orgs). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: cultura e sociedade**. Manaus: Valer, 2003.

_____. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BATISTA, Francisco Ferreira. **Planejamento e programação regional: um segmento de programação estadual**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965.

BECKETT, Samuel. **Proust**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NUNES, Benedito; HATOUM, Milton. **Crônica de duas cidades: Belém- Manaus**. Belém: Secult, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Rua de sentido único**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

_____. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Paris, capital do século XIX. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da literatura em suas fontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BETTELHEIM, Charles. **Planificação e crescimento econômico acelerado.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas.** Manaus: ACA- Fundo Editorial, 1985.

_____. **Dicionário Amazonense de Biografias:** vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira:** temas e situações. 4.ed. São Paulo: Ática, 2003.

BAUDELAIRE, Charles. **Textos escolhidos.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico.** 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRAGA, Robério. **Introdução a vida e a obra de Arthur Cezar Ferreira Reis.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas, [s.d.].

BRITO, Rosa Mendonça. **O homem Amazônico em Álvaro Maia.** Manaus: Valer, 2001.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **Formação da literatura brasileira.** 8.ed. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro; Itatiaia, 1997.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento:** Brasil: JK_JQ. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, G. **Amazônia:** expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 2.ed. Campinas: Papyrus, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Ferreira de. **Mas...** Lisboa: Guimarães Editores, 1921.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Marinilce Oliveira. **O grupo dos novos: memórias literárias de Belém do Pará**. Belém: EDUFPA, 2005.

COHN, Gabriel (Org.). **Theodor W. Adorno**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. Belo Horizonte: Oficina de Livro, 1990.

CUNHA, Euclides. **Amazônia: um paraíso perdido**. Manaus: Valer, 2003.

_____. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920**. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

DICKENS, Charles. **Um conto de duas cidades**. São Paulo: Nova Cultura, 2003.

DINIZ, Eli. **O Estado novo: Estrutura de Poder e relações de classe**. In *O Brasil republicano: História da civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1983. Vol. 3

DISCUTE-SE a sucessão. **Veja**, São Paulo, ano 2, n. 54, 17 set. 1969. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_17091969.shtml>. Acesso em: 15 maio 2012.

ELIOT, T.S. **Poesia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. **Notas para uma definição de cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Turma de 1959 – Clóvis Bevilacqua**. Fortaleza, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.esg.br/cursos/turma-de-1959/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro:Zahar, 1976.

_____. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 4. ed. São Paulo: Quatro Editores, 1980.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

FERRI, Franco (Coord.). **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREITAS, Marcílio; SILVA, Marilene Corrêa. **Estudos da Amazônia Contemporânea**: dimensões da globalização. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**: uma sociologia do doce. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. **Continente e ilha**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1943.

_____. **Casa-Grande & Senzala**. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Nordeste**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

_____. **Manifesto regionalista**. 7. ed. Recife: FUNDAJ/Ed. Massagana, 1996.

_____. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Análise do modelo brasileiro**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. **Brasil a construção interrompida**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. (Coord.). **Brasil**: tempos modernos. 3.ed. Rio de Janeiro: 1979.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

GERBI, Antonello. **O novo mundo**: história de uma polêmica: 1750-1900. São Paulo Cia das Letras, 1996.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Fausto**. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HEGEL, George W. Friedrich. **A razão na história**. Lisboa: Edições 70, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Ensaio de sociologia da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. (Org.). **Florestan Fernandes**. 2.ed. São Paulo: 1991.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s.d.].

_____. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JAKOBSON, Roman et al. **Língua, discurso e sociedade**. São Paulo: Global Editora, 1983.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, A. (Org). **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

LÉVY, Bernard-Henri. **Elogio dos intelectuais**. Rio de Janeiro;: Rocco, 1988.

LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque (Org.). **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

LIMA, Araújo. **Amazônia a terra e o homem**. 5.ed. Manaus: Edições do Governo do Amazonas, 2001.

LIMA, L. Costa (Org). **Teorias da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2.

_____. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Café central**. São Paulo: Escrituras Editora, 2011.

LUKÁCS, George. Introdução a estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAIA, Álvaro. **Gente dos seringais**. 2.ed. Brasília: Centro Gráfico Do Senado Federal, 1987.
_____. **Banco de canoa**. 2.ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

MAN, Paul. **Alegorias da leitura: Linguagem Figurativa em Rousseau, Nietzsche, Rilke e Proust**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MANN, Thomas. Ensaio. São Paulo; Perspectiva, 1988.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira (1915-1933)**. 2.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996. v. 6.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v. 1.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v. 2.

MATTA, Alfredo da. **Flora médica brasiliense**. 3. ed. Manaus: Valer, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 1986.

MESQUITA, Ottoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura 1852- 1910**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

MICELI, Sergio. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2001.
_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA NETO. **O dilema da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MORAES, Péricles. **Os intérpretes da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. São Paulo; Martins Fonte, 1983.

MYINT, H. **A economia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1988.

_____. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A consciência fragmentada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. (Org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

ORTEGA Y GASSET. **Em torno Galileu: esquema das crises**. Petrópolis: Vozes, 1989.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **O papagaio e o fonógrafo: os prosadores de ficção na Amazônia**. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2010.

PAZ, Otávio. **Convergências: ensaios sobre arte e literatura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e as políticas no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz. **Ensaio de sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Pioneira, 1970.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus 1899- 1925**. Manaus: EDUA, 2003.

PINTO, L. A. Costa. **Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas do nosso tempo**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das idéias**. Manaus: Valer, 2006.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil moderno**. São Paulo; Brasiliense, 1995.

PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. 2.ed. Campinas: Pontes, 1991.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Gráfica do Estado do Amazonas, 1967.

_____. **O impacto amazônico na civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

_____. **O seringal e o seringueiro**. 2.ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

_____. **Rotina e dinâmica na vida brasileira**. Manaus: Edições Governo do Amazonas, 1965.

_____. **Um mundo em mudança**. São Paulo: Hicitec, 1986.

_____. **Manáos e outras vilas**. 2.ed. Manaus: Governo do Amazonas/ Edditora da Universidade do Amazonas, 1999.

RIBEIRO, Eduardo. **Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Eduardo Ribeiro, presidente deste Estado**. Lida perante o congresso amazonense, na sessão de instalação, em 1^a de junho de 1892. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/eduardo_gon%c3%A7alves_ribeiro>. Acesso em: 7 fev. 2011.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Dennis (Orgs.). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã 1890- 1933**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

ROLLAND, Denis. **A crise do modelo francês: a França e a América Latina, cultura, política e identidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

SANTOS, Eloína Monteiro. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA/ Ed. Calderaro, 1985.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, s/d.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque 1870-1912**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 4. Ed. São Paulo: Duas cidades/ Editora 34, 2000.

SERÁFICO, José (Org.). **Djalma Batista: um humanista da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SILVA, Marilene Corrêa. **Metamorfozes da Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

_____. **A questão nacional e o marxismo**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **O paiz do Amazonas**. 3. Ed. Manaus: Valer, 20012.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, G. O. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **El individuo y la libertad**: ensayos de crítica de la cultura. Barcelona: Península, 1986.

TOCANTINS, Leandro. João Daniel e seu amazonotropicalismo. In: **Revista de Cultura do Pará**, Belém, Secretaria de Cultura, ano 7, n. 26 e 27, jan./jun. 1977.

TOCANTINS, Leandro. **Amazonas, natureza, homem e tempo**: uma planificação ecológica da Amazônia. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/ Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Adolescência, a vigília dos olhos**. Belém: CEJUP, 1993.

_____. **A memória de viver**. Rio de Janeiro: Artenova, 1971

_____. **Aventuras de Tizinho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

_____. **Brasil**: alguns valores essenciais. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. **Estado do Acre**: geografia, história e sociedade. Rio de Janeiro. Philobiblion, 1984.

_____. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

_____. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

_____. **O silêncio do canto**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

_____. **O aprendiz renascido**: poemas. Belém: CEJUP, 1995.

_____. **Os olhos inocentes**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

_____. **Vida, cultura e ação**. Rio de Janeiro: Artenova, 1969.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: Fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977.

VALERY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 1991.

VEIGA, Edir. **A república de 1946 e a disputa do Governo pelo Estado do Pará**. Belém: [s.n.], [s.d.].

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia contemporânea. Brasília: UNB, 1991. v.1.

_____. **Ensaaios de sociologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Palavras - Chave: vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.